



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PERFIL DO USO DE AGROTÓXICOS NO SUDOESTE DO PARANÁ (2011-2016)

Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotto e Lucinéia Maria Ramos

AN OUTLINE OF THE USE OF AGROCHEMICALS IN SOUTHWESTERN PARANÁ (2011-2016)

Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotto e Lucinéia Maria Ramos

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM ESCOLAS RURAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO

Luiz Antonio Norder e Natália Santos Lobo

USO DE AGROTÓXICOS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE UMA ESCOLA DO CAMPO

Denilson Manfrin Goes e Margarida de Cássia Campos

AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER COMO FORMAS DE SUBORDINAÇÃO E INSUBORDINAÇÃO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Mara Edilara Batista de Oliveira

GEOGRAFIA ESCOLAR E ESCOLA NO CAMPO: INVESTIGAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NUMA ESCOLA RURAL COM CURRÍCULO URBANO

Abigail Bruna de Cruz e Sandra de Castro de Azevedo

"A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM": CAMPONES E/OU AGRICULTOR FAMILIAR? REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E A PERTINÊNCIA DO CAMPESINATO

Thiago Wentzel de Melo Vieira

"THE RETURN OF THOSE WHO NEVER WENT": PEASANT AND / OR FAMILY FARMER? THEORETICAL-CONCEPTUAL REFLECTIONS AND THE PERTINENCE OF THE PEASANTRY

Thiago Wentzel de Melo Vieira

POSSEIROS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO: PLANEJAMENTO ESTATAL E MOBILIDADE DO TRABALHO

Erick Gabriel Jones Kluck

POSSEIROS IN THE MIDDLE SÃO FRANCISCO: STATE PLANNING AND LABOR MOBILITY

Erick Gabriel Jones Kluck

DILEMAS POLÍTICOS PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA ATÉ CRISE DO LULISMO

Thiago Araujo Santos

A CENTRALIDADE DA DISPUTA PELA TERRA NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Douglas Menezes de Oliveira

ALTERAÇÕES AMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ: UM ENFOQUE GEOGRÁFICO SOBRE A DINÂMICA FLUVIOMÉTRICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

Lindberg Nascimento Júnior e Douglas Ambiel Barros Gil Duarte

SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A RESTAURAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARANHENSE

Hulda Rocha e Silva, Danielle Celentano e Guillaume Rousseau

Jan./Abr.
2019



Revista NERA nº. 46

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2019**

Revista NERA (RNERA) nº. 46

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Lindner – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)

Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Financiada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2014 – ano 17, nº. 24
1999 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 25
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2003 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº 30
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº31
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2016 – ano 19, nº33
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº35
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº37
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº 40
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 41
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 43
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 44
2011 – ano 14, nº. 19	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 46
2012 – ano 15, Dossiê	
2012 – ano 15, nº. 21	Quadrimestral
2013 – ano 16, nº. 22	ISSN 1806-6755
2013 – ano 16, nº. 23	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	COMPREENDENDO O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NA AGRICULTURA ATRAVÉS DO DEBATE PARADIGMÁTICO
8	UNDERSTANDING THE ADVANCEMENT OF NEOLIBERALISM IN AGRICULTURE THROUGH THE PARADIGMATIC DEBATE COMPRENDIENDO EL AVANCE DEL NEOLIBERALISMO EN LA AGRICULTURA A TRAVÉS DEL DEBATE PARADIGMÁTICO Camila Ferracini Origuéla, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Lorena Izá Pereira
	PERFIL DO USO DE AGROTÓXICOS NO SUDOESTE DO PARANÁ (2011-2016)
13	PROFILE OF PESTICIDES USE IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ (2011-2016) PERFIL DEL USO DE PESTICIDAS EN SUROESTE DE PARANÁ (2011-2016) Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotto e Lucinéia Maria Ramos
	PROFILE OF PESTICIDES USE IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ (2011-2016)
13	Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotto e Lucinéia Maria Ramos
	A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM ESCOLAS RURAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO
41	THE PERCEPTION OF EDUCATION PROFESSIONALS ON THE IMPACTS OF AGROCHEMICALS IN RURAL SCHOOLS IN THE STATE OF MATO GROSSO (BRAZIL) LA PERCEPCIÓN DE LOS PROFESIONALES DE EDUCACIÓN SOBRE LOS IMPACTOS DE LOS AGROTÓXICOS EN ESCUELAS RURALES DE ESTADO DE MATO GROSSO (BRASIL) Luiz Antonio Norder e Natália Santos Lobo
	USO DE AGROTÓXICOS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE UMA ESCOLA DO CAMPO
58	AGROTOXIC USAGE AND ECOLOGICAL AGRICULTURAL PRODUCTION: STUDENTS PERCEPTION FROM A RURAL HIGH SCHOOL USO DE PESTICIDAS Y PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA: PERCEPCIÓN DE ESTUDIANTES SECUNDARIOS DE UNA ESCUELA RURAL Denilson Manfrin Goes e Margarida de Cássia Campos
	AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER COMO FORMAS DE

- 79 **SUBORDINAÇÃO E INSUBORDINAÇÃO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL**
- THE GEOGRAPHICAL SCALES OF POWER AS WAYS OF SUBORDINATION AND INSUBORDINATION IN THE FIGHT FOR RURAL EDUCATION IN BRAZIL
- LAS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER COMO FORMAS DE SUBORDINACIÓN Y INSUBORDINACIÓN EN LA LUCHA POR LA EDUCACIÓN DEL CAMPO EN BRASIL
- Mara Edilara Batista de Oliveira**
-
- 106 **GEOGRAFIA ESCOLAR E ESCOLA NO CAMPO: INVESTIGAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NUMA ESCOLA RURAL COM CURRÍCULO URBANO**
- GEOGRAPHY AND SCHOOL IN THE FIELD: INVESTIGATIONS ON GEOGRAPHICAL EDUCATION IN A RURAL SCHOOL WITH AN URBAN CURRICULUM
- GEOGRAFÍA ESCOLAR Y ESCUELA EN EL CAMPO: INVESTIGACIONES SOBRE LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA EN UNA ESCUELA RURAL CON CURRÍCULO URBANO
- Abigail Bruna da Cruz e Sandra de Castro de Azevedo**
-
- 129 **“A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM”: CAMPONES E/OU AGRICULTOR FAMILIAR? REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E A PERTINÊNCIA DO CAMPESINATO**
- "THE RETURN OF THOSE WHO NEVER WENT": PEASANT AND/OR FAMILY FARMER? THEORETICAL-CONCEPTUAL REFLECTIONS AND THE PERTINENCE OF THE PEASANTRY
- "LE RETOUR DE CEUX QUI NE SONT JAMAIS PARTIS": PAYSAN ET / OU FERMIER FAMILIAL? REFLEXIONS THEORICO-CONCEPTUELLES ET PERTINENCE DE LA PAYSANNERIE
- Thiago Wentzel de Melo Vieira**
-
- 129 **“A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM”: CAMPONES E/OU AGRICULTOR FAMILIAR? REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E A PERTINÊNCIA DO CAMPESINATO**
- "THE RETURN OF THOSE WHO NEVER WENT": PEASANT AND / OR FAMILY FARMER? THEORETICAL-CONCEPTUAL REFLECTIONS AND THE PERTINENCE OF THE PEASANTRY
- Thiago Wentzel de Melo Vieira**
-
- 148 **POSSEIROS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO: PLANEJAMENTO ESTATAL E MOBILIDADE DO TRABALHO**
- POSSESSORS IN THE MIDDLE SAN FRANCISCO: STATE PLANNING AND LABOR MOBILITY
- POSEREROS EN EL MEDIO SAN FRANCISCO: PLANIFICACIÓN ESTATAL Y MOVILIDAD DEL TRABAJO
- Erick Gabriel Jones Kluck**
-

148	POSSESSORS IN THE MIDDLE SAN FRANCISCO: STATE PLANNING AND LABOR MOBILITY
	Erick Gabriel Jones Kluck
	DILEMAS POLÍTICOS PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UM BREVE PANORAMA ATÉ CRISE DO <i>LULISMO</i>
170	POLITICAL DILEMMAS FOR THE BRAZILIAN SEMIARID: BRIEF OVERVIEW TO THE CRISIS OF <i>LULISM</i>
	DILEMAS POLÍTICOS PARA EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: UN BREVE PANORAMA HASTA LA CRISIS DEL <i>LULISMO</i>
	Thiago Araujo Santos
	A CENTRALIDADE DA DISPUTA PELA TERRA NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA
195	THE CENTRALITY OF THE LAND DISPUTE IN THE BRAZILIAN AGRARIAN QUESTION
	LA CENTRALIDAD DE LA DISPUTA POR LA TIERRA EN LA CUESTIÓN AGRARIA BRASILEÑA
	Douglas Menezes de Oliveira
	ALTERAÇÕES AMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ: UM ENFOQUE GEOGRÁFICO SOBRE A DINÂMICA FLUVIOMÉTRICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO
218	ENVIRONMENTAL CHANGES IN PARANÁ STATE: A GEOGRAPHIC VIEW ABOUT FLUVIOMETRIC DYNAMIC AND RURAL CHANGES
	LES CHANGEMENTS ENVIRONNEMENTAUX DANS L'ÉTAT DU PARANÁ: UNE VISION GÉOGRAPHIQUE DE LA DYNAMIQUE FLUVIOMÉTRIQUE ET DES TRANSFORMATIONS RURAUX
	Lindberg Nascimento Júnior e Douglas Ambiel Barros Gil Duarte
245	SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A RESTAURAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS RURAIS DA AMAZÔNIA MARANHENSE
	Hulda Rocha e Silva, Danielle Celentano e Guillaume Rousseau
	COMPÊNDIO DE AUTORES
252	COMPENDIO AUTORES
	COMPENDIUM AUTHORS
	COMPÊNDIO DE EDIÇÕES
280	COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Compreendendo o avanço do neoliberalismo na agricultura através do debate paradigmático

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Vivencia-se, sobretudo desde 2015, a segunda fase de expansão do neoliberalismo na América Latina (FERNANDES et al, 2017). A primeira ocorreu na década de 1990 como uma das consequências do Consenso de Washington. Contudo, foi desacelerada, até certo ponto, pela ascensão de governos pós-neoliberais, caracterizados, dentre outros, pela implementação de políticas sociais e pela cooperação Sul-Sul (SADER, 2009). No caso do Brasil, esse avanço ficou claro com o governo interino de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a recente eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à Presidência da República. No que concerne ao campo, o primeiro extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transformando-o em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Reconhecendo que até então o Brasil era um dos poucos países a ter um ministério específico para a agricultura de base familiar, tal gesto pode ser lido como um indicativo da opção deliberada pelo agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo. Também no governo Temer, o Brasil foi o único país da América Latina a não votar a favor da Declaração sobre os direitos camponeses da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2018.

O segundo, nos seus primeiros dias de governo anunciou como ministra da agricultura Tereza Cristina, deputa federal pelo Democratas (DEM-MS). Atual presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) do Congresso Nacional, conhecida como Bancada Ruralista ou Bancada do Boi, é uma das principais defensoras do projeto de lei que muda as regras no registro de agrotóxicos, a PL do veneno¹, que flexibiliza o uso de agrotóxicos no Brasil. Recentemente, o atual presidente disse que a política de reforma agrária estava suspensa, voltando atrás algumas horas depois. Ademais, o atual governo apresenta retrocessos no que tange

¹ Projeto de Lei n. 6.299/2002 de autoria de Blairo Maggi (Partido Progressista).

a demarcação de terras indígenas e quilombolas, somadas ao avanço da violência no campo e criminalização de movimentos socioterritoriais através do seu discurso preconceituoso.

O debate paradigmático entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) nos permite compreender o avanço do neoliberalismo no campo. Também nos permite entender o que está por trás dos retrocessos estabelecidos pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Esse assumiu a presidência há pouco menos de um mês, mas as mudanças realizadas já apresentam o que podemos esperar de tal governo. O que se vê é, justamente, a ascensão de algumas das teses criadas pelo PCA. Isso, mais uma vez, deixa claro como as compreensões teórico-metodológicas podem influenciar nas políticas governamentais. Enquanto governos neoliberais tendem a dialogar com as teses do PCA na agricultura, governos pós-neoliberais tendem a dialogar com as teses do PQA. Os governos em questão dialogam com a tendência mais extrema do PCA, o agronegócio.

Em contraposição, os artigos da edição de número 46 apresentam as outras faces do campo, assim como maneiras críticas de compreendê-las. Analisando não só o avanço do neoliberalismo, mas as consequências desse processo à natureza e aos povos do campo.

Coincidentemente, três artigos dessa edição abordam a questão dos agrotóxicos, o que evidencia a importância que esse tema vem adquirindo nos últimos anos nos estudos sobre o campo. No artigo *Perfil do uso de agrotóxicos no sudoeste do Paraná (2011-2016)* os autores Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotta e Lucinéia Maria Ramos analisaram o uso de agrotóxicos nos 27 municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde do Paraná, localizada na Mesorregião Sudoeste do estado. Segundo o estudo, a produção de *commodities* como soja, milho e trigo têm sido responsável pelo consumo exorbitante de agrotóxicos nos 27 municípios, podendo desencadear risco de contaminação ambiental e a saúde humana. Essa é uma tendência no país que desde 2009 lidera o *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos.

Os outros dois artigos abordam a percepção dos sujeitos sobre os usos e impactos dos agrotóxicos. No artigo *A percepção dos profissionais de educação sobre os impactos dos agrotóxicos em escolas rurais no Estado do Mato Grosso* Luiz Antonio Norder e Natália Santos Lobo analisaram a percepção de profissionais da educação em relação aos impactos dos agrotóxicos sobre escolas rurais. De acordo com os resultados da pesquisa, a maior parte dos participantes relatou algum tipo de impacto associado ao uso de agrotóxicos no entorno das escolas, seja de forma direta,

sobre as pessoas, ou através da identificação de odores. Visando conscientizar os educandos, o tema tem sido frequentemente trabalhado em atividades pedagógicas realizadas nas escolas.

No artigo *Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo* Denilson Manfrin Goes e Margarida de Cássia Campos investigaram a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola de educação do campo no distrito de Lerroville, município de Londrina-PR, quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos e os problemas socioambientais decorrentes, assim como alternativas para produção de alimentos saudáveis. O estudo revela que os participantes sabem dos prejuízos causados de pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos, na natureza e na saúde humana. Todavia, mesmo assim, seus familiares os utilizam. E muitos sequer usam os instrumentos de segurança necessários no manuseio e na aplicação. Por outro lado, os participantes entendem a agroecologia como um evento para a exposição de alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos. Nesse caso, reduz-se um modelo de produção alternativo a um evento, evidenciando a falta de entendimento sobre o assunto.

Os próximos dois artigos abordam educação do campo e geografia escolar em escola rural, respectivamente. Em *As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil* Mara Edilara Batista de Oliveira analisa a implantação do ProJovem Campo, entendido como um programa do Estado construído “desde cima”, e as ações dos movimentos sociais de luta por Educação do Campo “desde baixo”. A autora aborda as formas de dominação e resistência desses sujeitos por meio de suas estruturas organizativas, que são também estruturas escalares no movimento da questão agrária atual.

No artigo *Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano* Abigail Bruna da Cruz e Sandra de Castro de Azevedo objetivam analisar de forma crítica os conteúdos da Geografia escolar oferecidos em uma escola rural de um distrito do município Alfenas-MG. Na escola analisada, os conteúdos de Geografia estão vinculados a um currículo totalmente urbanizado, oriundo de um sistema neoliberal de ensino. Como consequência disso, ao absorver conteúdos e currículos urbanos, uma escola localizada na zona rural, reforça os domínios da cultura hegemônica. Além de não dialogar com o espaço em que os alunos vivem e do qual sobrevivem.

No artigo *“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato* Thiago Wentzel de Melo Vieira aborda teórico-conceitualmente as categorias de “camponês” e “agricultor

familiar” à luz, sobretudo, de intelectuais brasileiros que têm como objeto de estudo a questão agrária. O autor se baseia em uma análise em que as duas categorias são entendidas, não como pólos opostos, como se o camponês fosse resumido a um ator político e o agricultor familiar a um ator produtivo, mas a partir das possíveis imbricações entre ambas.

Em *Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho* de Erick Gabriel Jones Kluck estuda os aspectos recentes da mobilidade do trabalho dos posseiros e do planejamento estatal de perspectiva territorial no Médio São Francisco baiano, Território de Identidade do Velho Chico. As transformações nessa área consistem em processos nos quais o Estado possibilita através de sua ação tanto a disseminação de uma série de programas determinantes na reprodução dos posseiros como viabilizam as ações empresariais, ameaçando constantemente os territórios dessas comunidades (impulsionando a mobilização do trabalho), voltados à produção de energia, mineração e agropecuária comercial.

Em *Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo* de Thiago Araujo Santos discute o fenômeno da seca na esfera estatal, considerando os arranjos de classes, no âmbito do Estado, e seus rebatimentos sociais e políticos para a população do semiárido.

No artigo *A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira* de Douglas Menezes de Oliveira realiza um debate sobre a questão agrária e a centralidade da luta pela terra no Brasil. O autor parte das reflexões da concepção de terra e capital, bem como os fundamentos da expansão das relações capitalistas no campo e as contradições geradas entre o capital, a propriedade da terra e os trabalhadores rurais sem terra.

No artigo *Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo* Lindberg Nascimento Júnior e Douglas Ambiel Barros Gil Duarte abordam como as modificações no campo paranaense (mudança nas lógicas econômicas e ideológicas da produção agrícola que rebatem diretamente na organização territorial, uso do solo e ocupação da terra.) evidenciam redefinições das paisagens naturais (modificações na dinâmica dos sistemas naturais). A análise foi feita pela combinação com parâmetros estatísticos da variabilidade fluviométrica anual na série histórica de 1947 a 2011 em pontos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, e evidências histórica sobre as políticas de desenvolvimento territorial no estado do Paraná.

Na nota *Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da amazônia maranhense* Hulda Rocha e Silva, Danielle Celentano e Guillaume Rousseau abordam em um contexto de

desmatamento da Amazônia, os sistemas agroflorestais enquanto alternativa de reparo do passivo ambiental dos assentamentos rurais

Neste momento de avanço ainda mais intenso do capitalismo no campo e da violência e criminalização, as contribuições presentes neste número tornam-se ainda mais importantes. Essa edição inaugura um novo momento da Revista NERA, o da sua internacionalização. Por isso, três artigos foram publicados também em idioma inglês. O objetivo é que a revista se torne uma referência internacional nos estudos sobre questão agrária. Esse avanço não seria possível sem o financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa (Prope) da Unesp. Nosso profundo agradecimento.

Referências

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In: Rosa Maria Vieira de Medeiros; Lichele Lindner. (Org.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

Perfil do Uso de Agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)

Shaiane Carla Gaboardi

Instituto Federal Catarinense (IFC) – Ibirama, Santa Catarina, Brasil.
e-mail: shaiane_carla@hotmail.com

Luciano Zanetti Pessoa Candioto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
e-mail: lucianocandioto@yahoo.com.br

Lucinéia Maria Ramos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
e-mail: luci_neia9396@hotmail.com

Resumo

Esse artigo apresenta dados e mapas sobre o uso de agrotóxicos nos 27 municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde do Paraná, a qual está localizada na Mesorregião Sudoeste do estado. Para tanto, foram utilizados dados do Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (SIAGRO), que é gerenciado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). O SIAGRO foi instituído em 2011, de modo que o artigo discute as informações obtidas entre os anos de 2011 e 2016. Foram mapeados e analisados dados sobre o volume comercializado de agrotóxicos em cada município da referida área de estudo, além da apresentação de gráficos sobre os principais ingredientes ativos comercializados, classificação de uso e volume destinado por cultura. A partir disso, observou-se que a produção de *commodities* como soja, milho e trigo tem sido responsável pelo consumo exorbitante de agrotóxicos nos 27 municípios em questão, de modo que os principais ingredientes ativos utilizados desencadeiam alto risco de contaminação ambiental e também para a saúde humana.

Palavras-chave: Agrotóxicos; sudoeste do Paraná; Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (SIAGRO).

Profile of Pesticides Use in the Southwest of Paraná (2011-2016)

Abstract

This paper presents data and maps about pesticides use in the 27 municipalities that compose the Eighth Regional Health of Paraná state, Brazil, which is located in the Southwest of Paraná. For that, data from the Pesticide Trade and Use Monitoring System in Paraná (SIAGRO) was used, which is managed by the Agricultural Defense Agency of Paraná (ADAPAR). SIAGRO was established in 2011, so that the article discusses the information obtained between the years 2011 and 2016. Data on the volume of pesticides marketed in each municipality were mapped and analyzed, as well as the presentation of graphs on the main active ingredients commercialized, classification of use and volume destined for culture. From this, it was observed that the production of commodities such as soybean, corn and wheat has been responsible for the exorbitant consumption of pesticides in the 27 municipalities in question, so that the main active ingredients used trigger high risk of environmental contamination and also for the human health.

Keywords: Pesticides; Paraná southwest; Pesticide Trade and Use Monitoring System in Paraná (SIAGRO).

Perfil del Uso de Pesticidas en Suroeste de Paraná (2011-2016)

Resumen

Este artículo presenta datos y mapas sobre el uso de pesticidas en los 27 municipios que componen la Octava Regional de Salud del Paraná, la cual está ubicada en la Mesorregión Suroeste del estado. Para ello, se utilizaron datos del Sistema de Monitoreo del Comercio y Uso de Pesticidas en Paraná (SIAGRO), que es administrado por la Agencia de Defensa Agropecuaria del Paraná (ADAPAR). El SIAGRO fue instituido en 2011, de modo que el artículo discute las informaciones obtenidas entre los años 2011 y 2016. Fueron mapeados y analizados datos sobre el volumen comercializado de pesticidas en cada municipio de la referida área de estudio, además de la presentación de gráficos sobre los principales ingredientes activos comercializados, clasificación de uso y volumen destinado por cultivo. A partir de eso, se observó que la producción de *commodities* como soja, maíz y trigo ha sido responsable por el consumo exorbitante de pesticidas en los 27 municipios en cuestión, de modo que los principales ingredientes activos utilizados desencadenan un alto riesgo de contaminación ambiental y también para la salud humana.

Palabras-clave: Pesticidas; suroeste del Paraná; Sistema de Monitoreo del Comercio y Uso de Pesticidas en Paraná (SIAGRO).

Introdução

O Brasil está entre os países que mais exportam produtos agropecuários, sobretudo grãos e carne. Isso faz com que haja uma forte influência econômica e política do agronegócio, que tem sido ditado por grandes corporações transnacionais que dominam o setor. Entre as tecnologias utilizadas pelo agronegócio mundial, destacam-se a expansão do cultivo de organismos geneticamente modificados (transgênicos) e, principalmente, a ampla e crescente utilização de insumos químicos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos.

O país também é foco das atenções do agronegócio voltado para o comércio global e para a produção de *commodities* agrícolas, pela disponibilidade de áreas agricultáveis. Esse processo tem sido responsável pelo enorme crescimento do uso de agrotóxicos no Brasil e os incentivos governamentais para esse fenômeno fazem parte de uma política mundial ditada pelos países centrais, conforme seus interesses políticos e econômicos. Assim, há um processo histórico e crescente de exploração de recursos naturais e da força de trabalho de países periféricos.

Os incentivos governamentais para a aquisição de agrotóxicos no Brasil e a redução dos custos por isenção de impostos e linhas de crédito rural para a compra de insumos agropecuários têm sido significativos desde a década de 1970, período de implantação da Revolução Verde no país. Além disso, outro fator que acabou por favorecer essa expansão exponencial, foi a aproximação e fusão de empresas do setor agrícola e do setor químico, como é o caso da semente da soja resistente ao herbicida glifosato (PORTO,

2013). O objetivo central é econômico, enquanto as consequências socioambientais negativas deste processo costumam ser ignoradas e negligenciadas.

Esta concepção economicista, intrínseca ao agronegócio brasileiro, favorece as intencionalidades das grandes corporações transnacionais e de setores da elite nacional. A expansão do agronegócio tem levado a uma perda da essência do valor do alimento humano, transformando-o em mercadoria e reduzindo sua qualidade nutricional. Assim, impactos socioambientais como a redução da diversidade biológica e de ecossistemas, a contaminação das águas, do solo e de seres humanos, sobretudo trabalhadores rurais, são decorrentes desse processo de utilização indiscriminada de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras brasileiras (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Apesar da ênfase aos “benefícios” econômicos dos agrotóxicos e de todo um processo de propaganda voltado a minimizar as consequências sociais e ambientais negativas de seu uso, há um movimento de questionamento e de mobilização social frente à liberação e expansão da utilização dos agrotóxicos no Brasil, manifestado, sobretudo através da Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos. A evidência de que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008, é o elemento central nesse debate.

Apesar das evidências científicas sobre as consequências negativas do uso de agrotóxicos e transgênicos, presentes em artigos e parcialmente compiladas no Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) (CARNEIRO *et al.*, 2015) e no livro organizado por Ferment *et al.* (2015), a pressão política pela liberalização do uso de transgênicos e agrotóxicos tem sido crescente¹, indicando um embate entre o setor ruralista e instituições da área de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Nas áreas de monocultivo, é comum a pulverização terrestre e aérea de agrotóxicos, trazendo fortes consequências para o meio ambiente e para a saúde humana. Parte dos agrotóxicos que são utilizados nas plantações afetam todo o ecossistema e a cadeia alimentar, tendo em vista que podem ocorrer desvios dos alvos por meio do vento, da chuva, entre outros fatores. Esta parcela acaba por contaminar o solo, o lençol freático e as águas fluviais, sem contar que os produtos que possuem mais persistência no ambiente são acumulados biologicamente na cadeia alimentar e nos seres humanos (PIGNATI, 2007; CONSEA, 2014).

Ademais, os agrotóxicos não afetam apenas as culturas em que são usados, mas também os trabalhadores que os utilizam diretamente (THOMAZ JÚNIOR, 2014) e os consumidores dos alimentos (CONSEA, 2014). Os segmentos da população expostos aos agrotóxicos são compostos por pessoas que residem ou frequentam as proximidades das

¹ Candioto *et al.* (2017) traçam um panorama sobre a legislação brasileira atinente aos agrotóxicos, considerando o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em corpos hídricos, mas também o processo de liberalização desses produtos no Brasil.

áreas contaminadas ou que têm contato direto no momento da produção, como os agricultores e suas famílias; além de consumidores de alimentos e de água das áreas urbanas.

A insuficiência de dados sobre a utilização destes produtos é recorrente no Brasil e, conforme afirma Pignati *et al.* (2017), isso tem favorecido o ocultamento e a invisibilidade desse importante problema de saúde pública (e ambiental). Pesquisadores, instituições públicas e sociedade se deparam com dificuldades na obtenção de dados reais sobre a utilização de agrotóxicos em determinadas regiões.

No estado do Paraná, o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (SIAGRO), gerenciado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) é atualmente a base de dados mais consistente em termos de quantificação do uso de agrotóxicos. O SIAGRO começou a coletar dados em 2011, porém segundo informação de um funcionário da ADAPAR, os dados mais consistentes foram coletados a partir de 2012. Considerando a existência do SIAGRO, este artigo busca demonstrar a distribuição espacial do uso de agrotóxicos na Oitava Regional de Saúde do Estado do Paraná, entre os anos de 2011 e 2016. Esta regional de saúde também é conhecida como regional de Francisco Beltrão e localiza-se no Sudoeste Paranaense. Acredita-se que o conhecimento sobre a distribuição espacial do uso de agrotóxicos pode vir a auxiliar na geração de hipóteses e estudos futuros, servindo de alerta e subsídio para a reivindicação de políticas de redução de uso de agrotóxicos.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos para a construção do presente artigo dividiram-se nas seguintes etapas: primeiramente, foram realizadas coletas de dados junto aos órgãos oficiais do estado do Paraná, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), a qual possui o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (SIAGRO).

Os dados acerca do volume comercializado de agrotóxicos entre os anos de 2011 e 2016 e o percentual destinado por cultura, sua classificação de uso e componentes ativos dos anos de 2015 e 2016 foram disponibilizados pelo SIAGRO/ADAPAR após solicitação formal. Já os dados acerca da área colhida da lavoura temporária entre os anos de 2010 e 2015 foram retirados do banco de dados do IPARDES, a fim de gerar mapas sobre o volume comercializado por hectare cultivado.

Por sua vez, as informações obtidas via SIAGRO/ADAPAR foram cruzadas com dados de população estimada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fim de gerar mapas sobre o volume de agrotóxicos comercializado *per capita*. Para isso, foi gerada uma base cartográfica com os 27 municípios que compõem a Oitava Regional da Saúde do Paraná, a partir do IBGE (2008), sistema de coordenadas UTM, SIRGAS 2000. O mapa base, com coordenadas, norte, escala e legenda foi produzido utilizando-se o software de design gráfico Corel Draw®.

A partir do mapa base, os sete mapas temáticos também foram gerados no Corel Draw®. As classes foram definidas conforme a necessidade de cada conjunto de dados de maneira a melhor expressar as informações quantitativas obtidas. Como os mapas representam informações distintas, optou-se por utilizar cores diferentes em cada mapa, com tonalidades que variam das mais fortes para os dados mais expressivos (valores maiores) até tonalidades mais fracas para os dados quantitativos menos expressivos (valores menores), de acordo com procedimentos metodológicos que costumam ser padrão no contexto da cartografia temática (MARTINELLI, 1991; DUARTE, 2002).

Já os gráficos apresentados foram criados no software Microsoft Excel®, a partir de cálculos realizados com os dados disponibilizados pela ADAPAR. Visando uma maior precisão nas informações obtidas, os dados foram tratados, por meio da conversão dos valores relativos ou percentuais, em dados absolutos para as situações analisadas. Desta forma, os valores percentuais referentes aos municípios foram convertidos em volume comercializado em toneladas de agrotóxicos, de acordo com a sua classificação (herbicida, inseticida, fungicida, etc.); a etapa posterior foi somar os valores absolutos das classes de cada município gerando o total de cada classe na Oitava Regional de Saúde. Por fim, quando se divide o total das classes pelo volume total de agrotóxicos comercializados, chega-se ao valor percentual apresentado nos dados.

De maneira similar, chegou-se ao percentual do volume de agrotóxicos comercializados por cultura e ao percentual de agrotóxicos comercializados por ingrediente ativo, porém nesses casos, são apresentados dados referentes aos anos de 2015 e 2016 para os municípios da Oitava Regional de Saúde do Paraná.

A Oitava Regional de saúde do Paraná abrange 27 municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná, sendo eles: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Éneas Marques, Flor da Serra Do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata Do Iguaçu, Pérola D'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D'Oeste e Verê. Segundo a estimativa de 2016 do IBGE, esses municípios possuem um total de 357.296 habitantes.

Resultados

O Paraná ocupa a terceira posição entre os estados que mais comercializam agrotóxicos no país (com 14%), ficando atrás somente do estado de Mato Grosso (20%) e de São Paulo (15%). No ano de 2016, conforme dados do Ibama (2018), o estado do Paraná comercializou, legalmente, 72. 212 toneladas de agrotóxicos.

Atualmente, segundo os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a produção agropecuária tem uma parcela significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que compõem o Sudoeste paranaense. No ano de 2010, a atividade agropecuária gerou o segundo maior PIB em aproximadamente 80% dos municípios, ficando à frente da atividade industrial.

Os 27 municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde do Paraná possuem economias fortemente atreladas ao setor primário. A especialização produtiva também é um aspecto marcante dessas economias. Em 12 destes municípios, mais de 50% da população está ocupada na atividade agropecuária (IBGE, 2016). No ano de 2006 existiam 34.385 estabelecimentos agropecuários, e, destes, 90% realizavam agricultura familiar, perfazendo um total de 30.832 estabelecimentos familiares. Já os não familiares consistiam em apenas 3.553 estabelecimentos. Contudo, ocupavam 254.509 hectares da área total. Isso demonstra a existência de uma concentração fundiária nesses municípios, haja vista que nos estabelecimentos rurais classificados como da agricultura familiar, a média é de 15 hectares, enquanto nos estabelecimentos da agricultura não familiar, é de 71 hectares. Na tabela 1 pode-se observar o número de estabelecimentos agropecuários que realizam agricultura familiar e sua correspondência em área total nos 27 municípios da Oitava Regional de Saúde.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários (agricultura familiar e não familiar) nos 27 municípios da Oitava Regional de Saúde (2006)

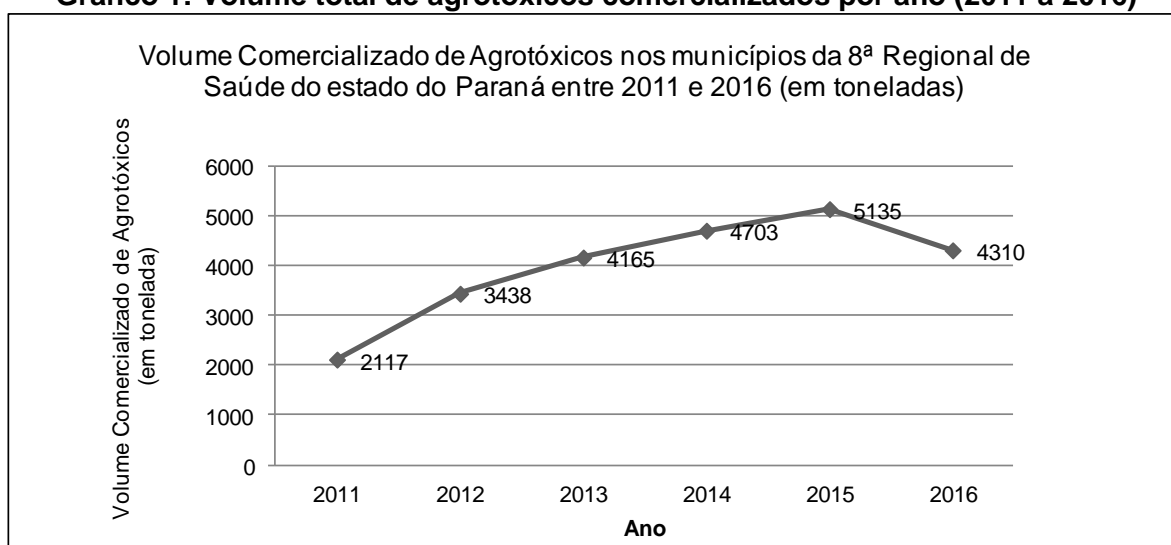
	Estabelecimentos Familiares	Estabelecimentos Não Familiares
Número de estabelecimentos	30.832	3.553
Total de área ocupada pelos estabelecimentos	464.451	254.509

Fonte: IBGE (2006).

O volume total de agrotóxicos comercializados entre os anos de 2011 e 2015 nos municípios que compreendem a Oitava Regional de Saúde do Paraná foi aumentando anualmente. Em/tre 2011 e 2013, esse volume praticamente dobrou. Os anos de 2014 e 2015 também registraram aumento do volume comercializado. Em 2011, foram vendidas legalmente, 2.117 toneladas de agrotóxicos, enquanto no ano de 2015, foram 5.135 toneladas. Contudo, conforme indica o Gráfico 1, os dados oficiais registraram uma queda desse volume no ano de 2016. Uma das hipóteses que justificam esta queda nos dados oficiais é o abastecimento pelo contrabando, visto a proximidade da área de estudo com a fronteira. Horii (2015) afirma que a aquisição destes insumos no Paraguai, encontra-se atrelada à expressiva diferença de valor em relação ao Brasil.

Outras possibilidades dizem respeito a: 1) uma possível redução da produção agrícola em 2016. Contudo, não foram analisados dados de produção para verificar a veracidade desta hipótese; 2) um trabalho de redução do uso de agrotóxicos na região, através de técnicas de manejo mais adequadas. No entanto, também não foi possível obter informações a respeito dessa hipótese; 3) algum tipo de inconsistência dos dados coletados no SIAGRO em 2016.

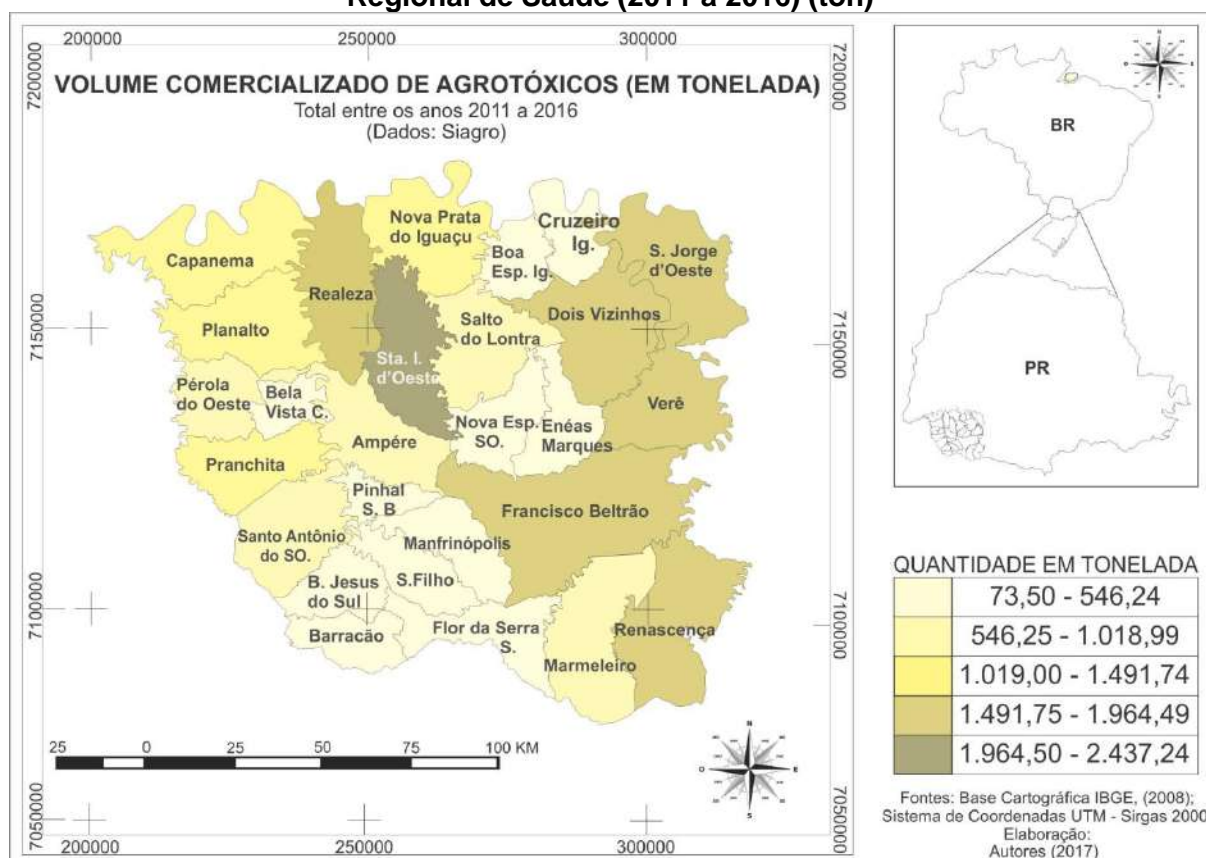
Gráfico 1: Volume total de agrotóxicos comercializados por ano (2011 a 2016)



Fonte: ADAPAR (2017).

Neste mesmo período, o total do volume comercializado pode ser observado por município no Mapa 1.

Mapa 1: Volume total de agrotóxicos comercializados nos municípios da Oitava Regional de Saúde (2011 a 2016) (ton)



Fonte: ADAPAR (2017).

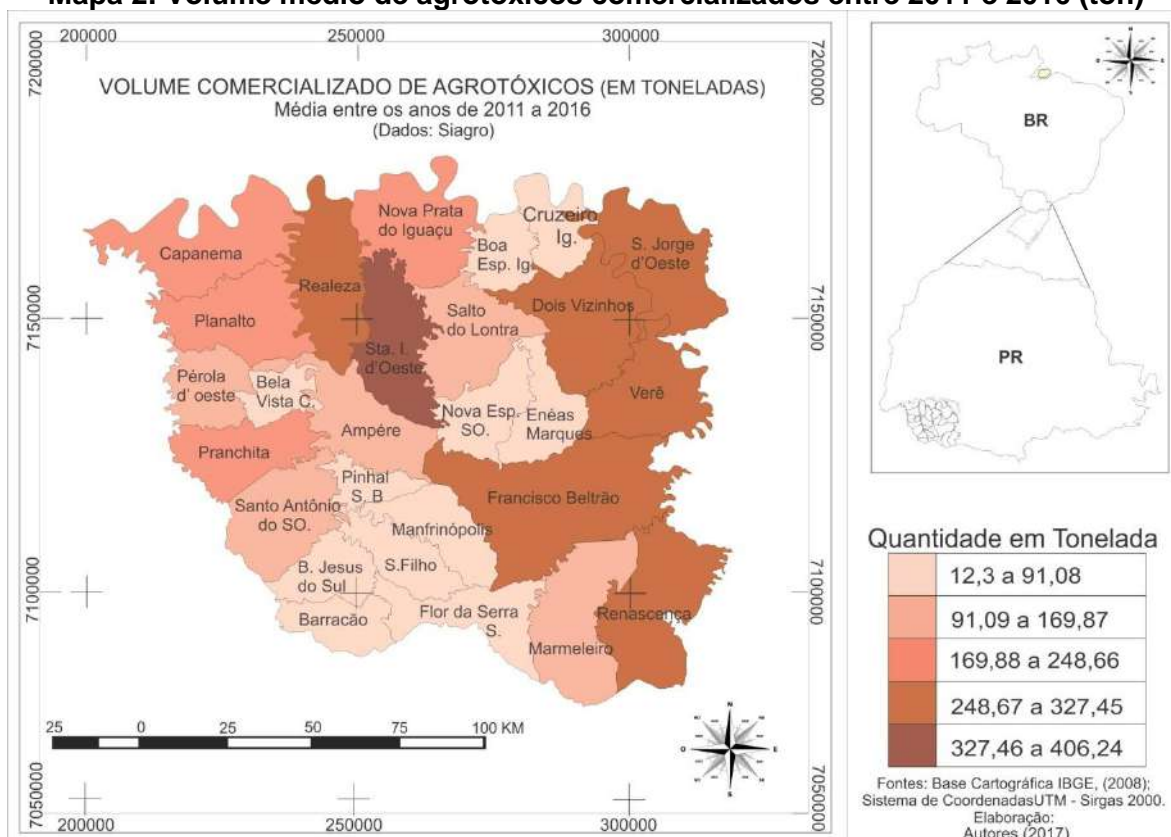
O município de Santa Izabel do Oeste se destaca no que se refere à quantidade comercializada entre 2011 e 2016 com um total de 2.437,24 toneladas. No estrato abaixo, entre 1.491,75 e 1.964,49 toneladas, estão os municípios de Renascença (1.834,90 ton), São Jorge do Oeste (1.801,90 ton), Realeza (1.754,20 ton), Verê (1.660,30 ton), Dois Vizinhos (1.587,40 ton) e Francisco Beltrão (1.556,90 ton). Entre os 27 municípios, estes foram os que comercializaram mais de 1.500 toneladas num período de apenas seis anos.

O Mapa 2 apresenta a média anual deste volume comercializado por município, considerando os anos de 2011 a 2016. O município que mais comercializou agrotóxico foi Santa Izabel do Oeste, com uma média anual de 406,2 toneladas por ano, seguido de um segundo estrato composto por Renascença (305,8 ton), São Jorge do Oeste (300,3 ton), Realeza (292,4 ton), Verê (276,7 ton), Dois Vizinhos (264,6 ton) e Francisco Beltrão (259,5 ton).

Alguns aspectos podem contribuir para explicar esses altos valores nos municípios acima. O primeiro é o fato de esses municípios possuírem áreas planas, situadas em superfícies aplainadas ou fundos de vales de grandes rios, como o Iguaçu e Chopim. Conseqüentemente, esses tipos de relevo são aptos à mecanização e utilização agrícola com monoculturas e grandes lavouras. Outro aspecto diz respeito à área total desses

municípios, que estão entre aqueles com maior extensão territorial na Mesorregião Sudoeste do Paraná.

Mapa 2: Volume médio de agrotóxicos comercializados entre 2011 e 2016 (ton)



Fonte: ADAPAR (2017).

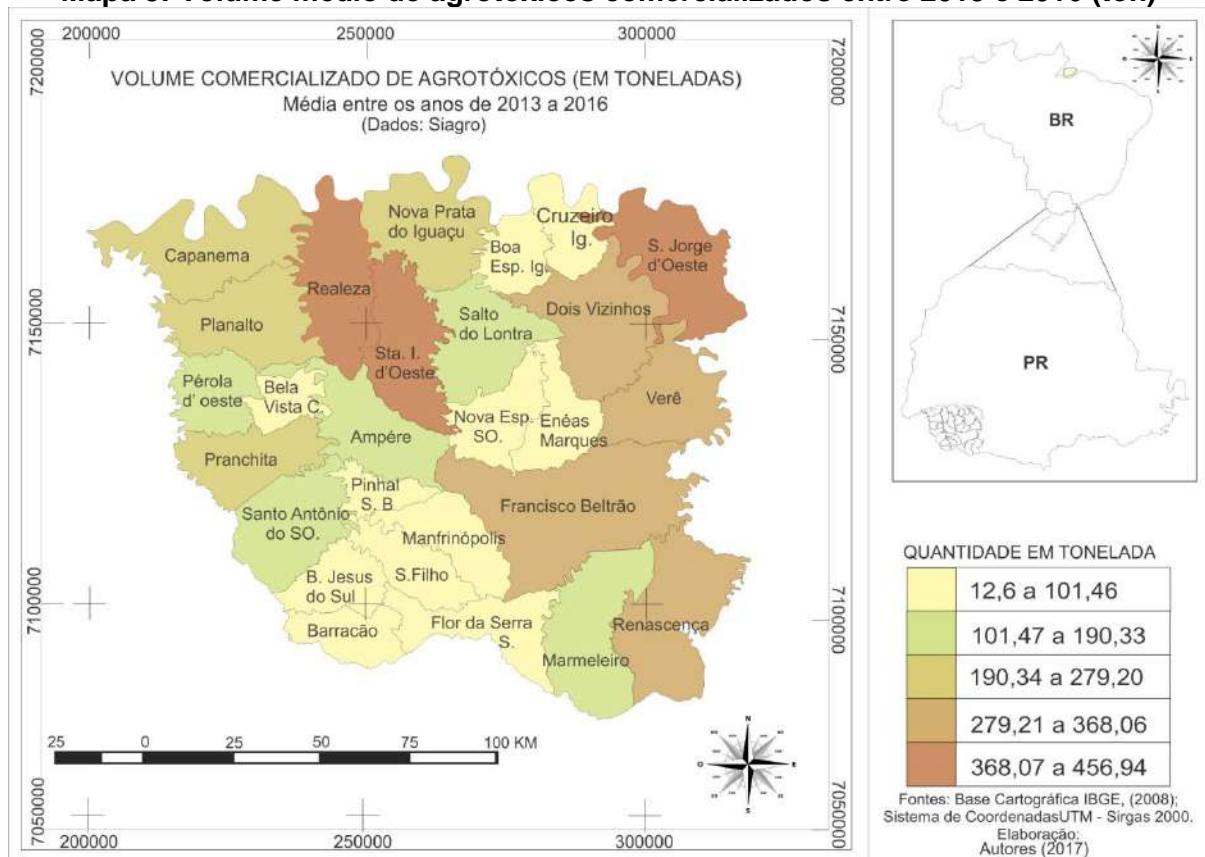
O terceiro estrato de municípios que mais comercializaram agrotóxicos compreende Capanema (228,6 ton), Pranchita (194,2 ton), Nova Prata do Iguaçu (176,7 ton) e Planalto (172,4 ton). Já o quarto estrato compreende os municípios de Marmeleiro (160,2 ton), Santo Antônio do Sudoeste (145,8 ton), Salto do Lontra (145,6 ton), Pérola d'Oeste (122,0 ton) e Ampére (105,9 ton).

Os demais municípios foram enquadrados no estrato dos que menos comercializaram agrotóxicos entre os anos de 2011 e 2016, com as seguintes médias anuais: Cruzeiro do Iguaçu (71,7 ton), Flor da Serra do Sul (63,6 ton), Boa Esperança do Iguaçu (59,3 ton), Bela Vista da Caroba (45,2 ton), Enéas Marques (43,1 ton), Pinhal de São Bento (34,2 ton), Nova Esperança do Sudoeste (30,0 ton), Salgado Filho (23,4 ton), Barracão (19,2 ton), Bom Jesus do Sul (17,4 ton) e Manfrinópolis (12,3 ton).

No Mapa 3, o qual apresenta a média anual do volume comercializado de agrotóxicos entre os anos de 2013 a 2016, observa-se que no primeiro estrato, Santa Izabel do Oeste (456,9 ton), Realeza (371,1 ton) e São Jorge do Oeste (370,0 ton) ocupam posição

de destaque em relação aos demais municípios, pelo fato de terem utilizado, em média, mais de 370 toneladas de agrotóxicos por ano.

Mapa 3: Volume médio de agrotóxicos comercializados entre 2013 e 2016 (ton)



Fonte: ADAPAR (2017).

No segundo estrato aparecem Renascença (338,4 ton), Verê (314,1 ton), Dois Vizinhos (309,1 ton) e Francisco Beltrão (294,5 ton). Estes municípios são seguidos pelo terceiro estrato dos que mais comercializaram agrotóxicos de 2013 a 2016: Capanema (258,1 ton), Pranchita (215,0 ton), Nova Prata do Iguaçu (206,4 ton) e Planalto (202,2 ton).

Os municípios que compõem o quarto estrato da venda de agrotóxicos na 8ª Regional de Saúde do Paraná entre 2013 e 2016, são Salto do Lontra (175,4 ton), Marmeleiro (166,1 ton), Santo Antônio do Sudoeste (162,2 ton), Pérola d'Oeste (139,2 ton) e Ampére (120,5 ton). Os demais municípios comercializaram menos de 100 toneladas nesse período.

Enquanto a média nacional de exposição ambiental, ocupacional e alimentar de agrotóxicos foi de 5,2 litros por pessoa no ano de 2011, em 2014 já se registrava uma média de 7,3 litros indiretamente consumidos por habitante no Brasil² (ABRASCO, 2015). Esse

²<<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/umenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/10304>>.

número tem sido questionado pelos defensores desse modelo agrícola, visto que o cálculo é resultado da divisão entre o volume comercializado de agrotóxicos e o número de habitantes do país. Contudo, deve ser levado em conta que, por mais que a população não tenha ingerido essa quantidade e que nem todas as plantações que se utilizam de agrotóxicos são de alimentos (ex.: algodão), há uma grande suscetibilidade por parte da população brasileira a exposição por agrotóxicos. Como essa média é resultado da divisão da quantidade total de agrotóxicos legalmente comercializados pela população total brasileira, entende-se que há um consumo indireto desses produtos, assim como uma exposição ambiental, ocupacional e alimentar. Certamente, essa exposição é relativa, sendo maior em trabalhadores rurais - onde se tem a exposição mais direta - do que em pessoas que vivem na cidade. Esse número revela também uma alta exposição ambiental e ocupacional.

Os dados disponibilizados pela ADAPAR (2017) são em quilogramas e demonstram que, em muitos municípios da 8ª Regional de Saúde do Paraná, a média do volume comercializado em quilos por habitante fica muito acima da média nacional, conforme pode ser observado no Mapa 4.

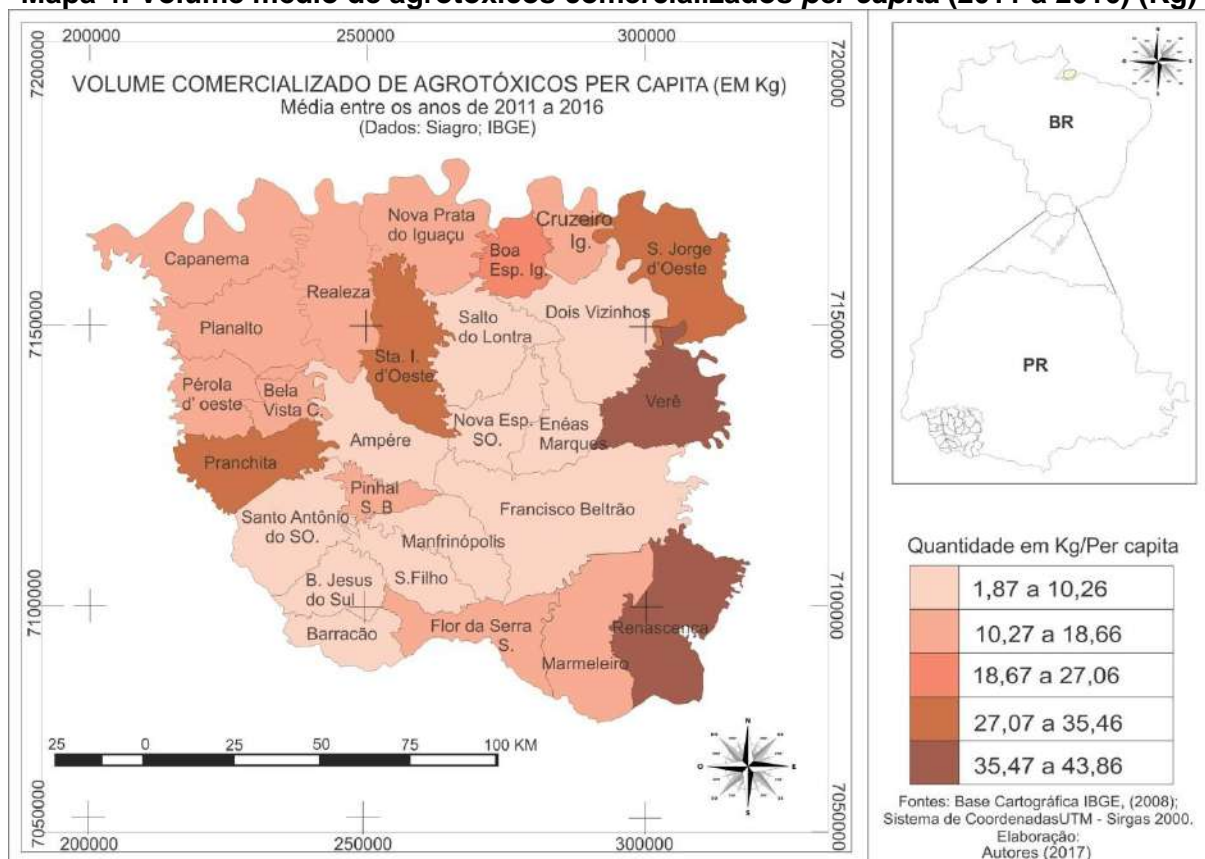
Entre os anos de 2011 e 2016, os municípios que tiveram uma média de exposição ambiental, ocupacional e alimentar mais alta foram Renascença (43,8 kg/hab.) e Verê (35,7 kg/hab.). No segundo estrato, estão os municípios de Pranchita (35,2 kg/hab.), São Jorge do Oeste (32,3 kg/hab.) e Santa Izabel do Oeste (28,4 kg/hab.). No terceiro estrato de municípios que mais comercializaram agrotóxicos por habitante, encontra-se apenas Boa Esperança do Iguaçu (22,0 kg/hab.).

No quarto estrato estão os municípios de Pérola d'Oeste (18,1 kg/hab.), Realeza (17,1 kg/hab.), Nova Prata do Iguaçu (16,4 kg/hab.), Cruzeiro do Iguaçu (16,3 kg/hab.), Flor da Serra do Sul (13,2 kg/hab.), Pinhal de São Bento (12,4 kg/hab.), Planalto (12,4 kg/hab.), Bela Vista da Caroba (11,8 kg/hab.), Capanema (11,8 kg/hab.) e Marmeleiro (11,0 kg/hab.).

Já os municípios com menor média na relação volume comercializado por habitante são Salto do Lontra (10,0 kg/hab.), Santo Antônio do Sudoeste (7,2 kg/hab.), Enéas Marques (6,9 kg/hab.), Dois Vizinhos (6,7 kg/hab.), Nova Esperança do Sudoeste (5,7 kg/hab.), Salgado Filho (5,7 kg/hab.), Ampére (5,6 kg/hab.), Bom Jesus do Sul (4,6 kg/hab.), Manfrinópolis (4,2 kg/hab.), Francisco Beltrão (2,9 kg/hab.) e Barracão (1,8 kg/hab.). Todavia, mesmo no estrato mais baixo, o município de Salto do Lontra apresenta valores maiores que a média nacional, indicando que 17 dos 27 municípios em questão apresentam valores de consumo por habitante maiores do que a média do Brasil (7,3 litros/hab.)³.

³ É preciso considerar que 1 litro não é necessariamente equivalente a 1 quilo, pois a densidade do líquido é determinante para aferir seu peso. No entanto, se considerarmos como exemplo a densidade da água, onde 1 litro equivale a 1 quilo, podemos afirmar que 1 litro de agrotóxico pesa no mínimo 1 quilo. Assim, para efeitos de comparação da média nacional com a média dos 27 municípios em questão, optou-se por equiparar 1 litro a 1

Mapa 4: Volume médio de agrotóxicos comercializados *per capita* (2011 a 2016) (Kg)

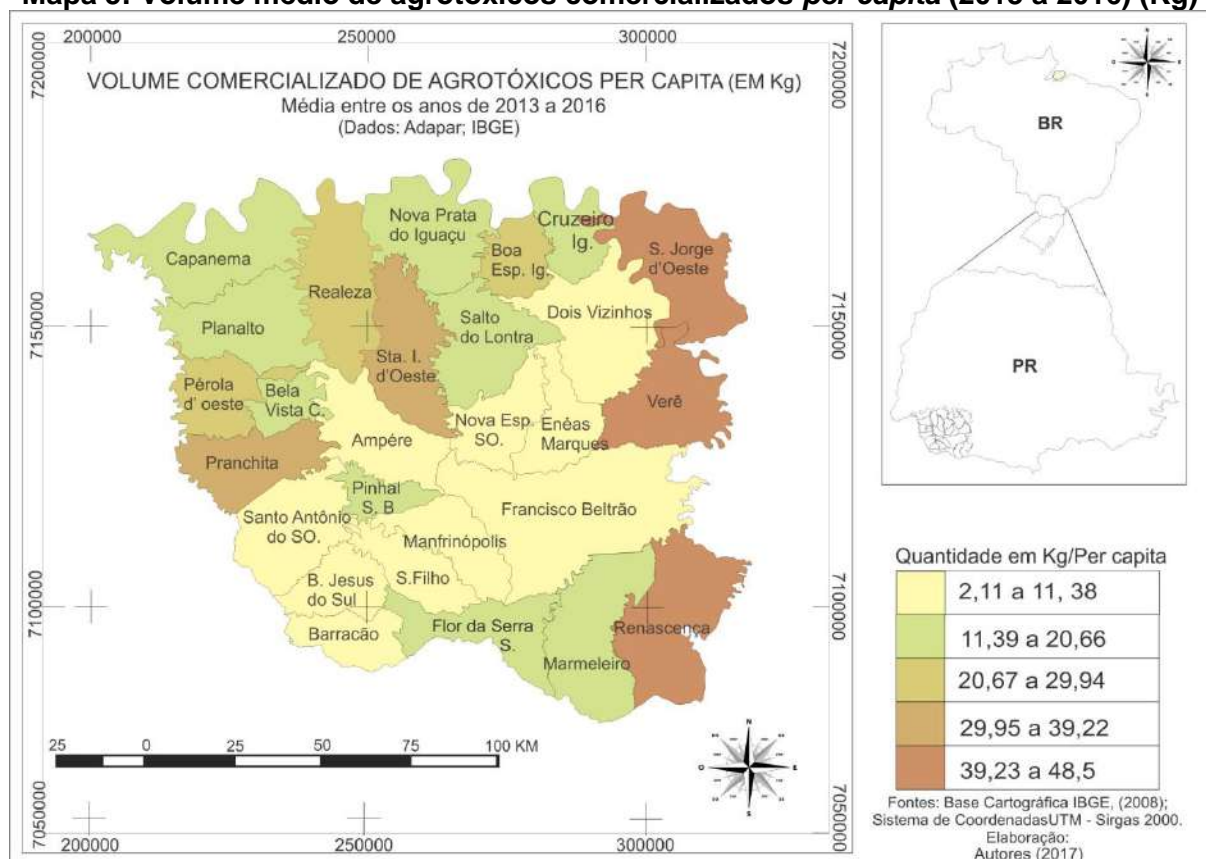


Fonte: ADAPAR (2017); IBGE (2016).

Esses mesmos dados se mostram mais alarmantes quando a média é realizada entre os anos de 2013 a 2016 (Mapa 5).

quilo. Contudo, esse valor pode ser maior, pois provavelmente a densidade dos agrotóxicos é maior que a da água.

Mapa 5: Volume médio de agrotóxicos comercializados *per capita* (2013 a 2016) (Kg)



Fonte: ADAPAR (2017); IBGE (2016).

Os municípios que possuem a maior média do volume comercializado de agrotóxicos *per capita* entre os anos de 2013 a 2016 são: Renascença (48,5 kg/hab.), Verê (40,6 kg/hab.) e São Jorge do Oeste (39,8 kg/hab.). O segundo estrato é composto por Pranchita (38,9 kg/hab.) e Santa Izabel do Oeste (32 kg/hab.).

No terceiro estrato de municípios que mais comercializaram agrotóxicos por habitante de 2013 a 2016, encontra-se Boa Esperança do Iguaçu (26,9 kg/hab.), Realeza (21,7 kg/hab.) e Pérola d'Oeste (20,7 kg/hab.).

O quarto estrato apresenta os municípios de Cruzeiro do Iguaçu (20,4 kg/hab.), Nova Prata do Iguaçu (19,2 kg/hab.), Planalto (14,5 kg/hab.), Flor da Serra do Sul (14,4 kg/hab.), Capanema (13,4 kg/hab.), Pinhal de São Bento (13,3 kg/hab.), Bela Vista da Caroba (12,9 kg/hab.), Salto do Lontra (12 kg/hab.) e Marmeleiro (11,5 kg/hab.).

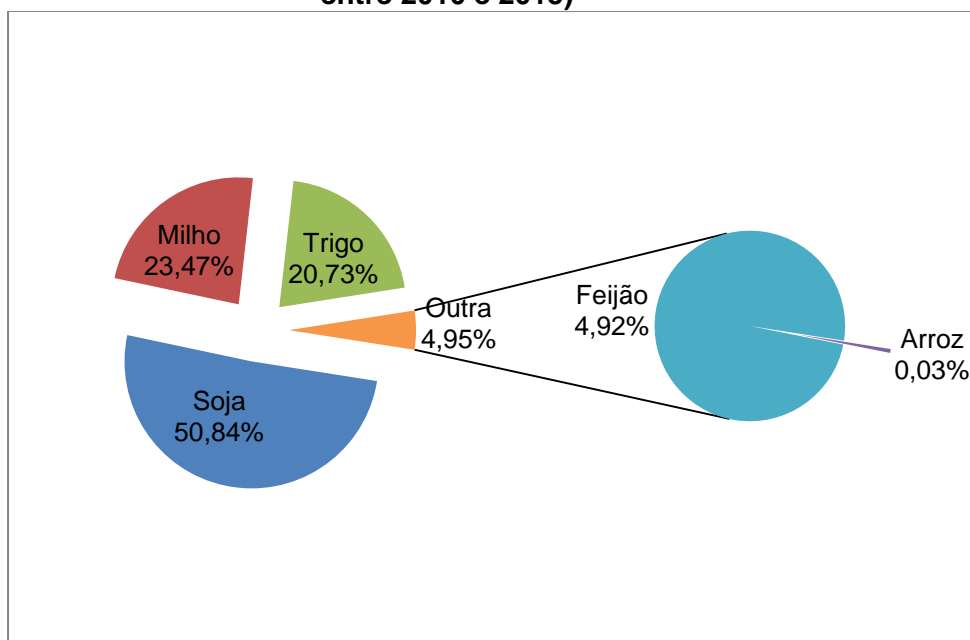
Já os municípios com menor média na relação volume comercializado por habitante são, Santo Antônio do Sudoeste (8,1 kg/hab.), Dois Vizinhos (7,8 kg/hab.), Enéas Marques (7,5 kg/hab.), Salgado Filho (6,8 kg/hab.), Nova Esperança do Sudoeste (6,4 kg/hab.), Ampére (6,4 kg/hab.), Bom Jesus do Sul (5,3 kg/hab.), Manfrinópolis (4,3 kg/hab.), Francisco Beltrão (3,4 kg/hab.) e Barracão (2,1 kg/hab.). Importante destacar que Francisco Beltrão é

o município que apresenta maior concentração populacional e este fator faz com que sua média de consumo por habitante seja reduzida consideravelmente.

Considerando a média nacional (7,3 litros por habitante), os dados de 2013 a 2016 apontam que apenas sete dos 27 municípios apresentam valores abaixo da média nacional em termos de consumo *per capita*.

O crescente consumo de agrotóxicos nestes 27 municípios que se localizam no Sudoeste do Paraná, é proporcional ao aumento das monoculturas e das lavouras transgênicas, com destaque para a soja e o milho. Esse tipo de agricultura é altamente dependente de insumos químicos. Conforme os dados do IPARDES, entre os anos de 2010 e 2015, o trinômio soja, milho e trigo correspondeu a 95% da área colhida dos principais grãos produzidos na referida área de estudo (Gráfico 2).

Gráfico 2: Porcentagem da área colhida em hectares nas lavouras temporárias (média entre 2010 e 2015)



Fonte: IPARDES (2017).

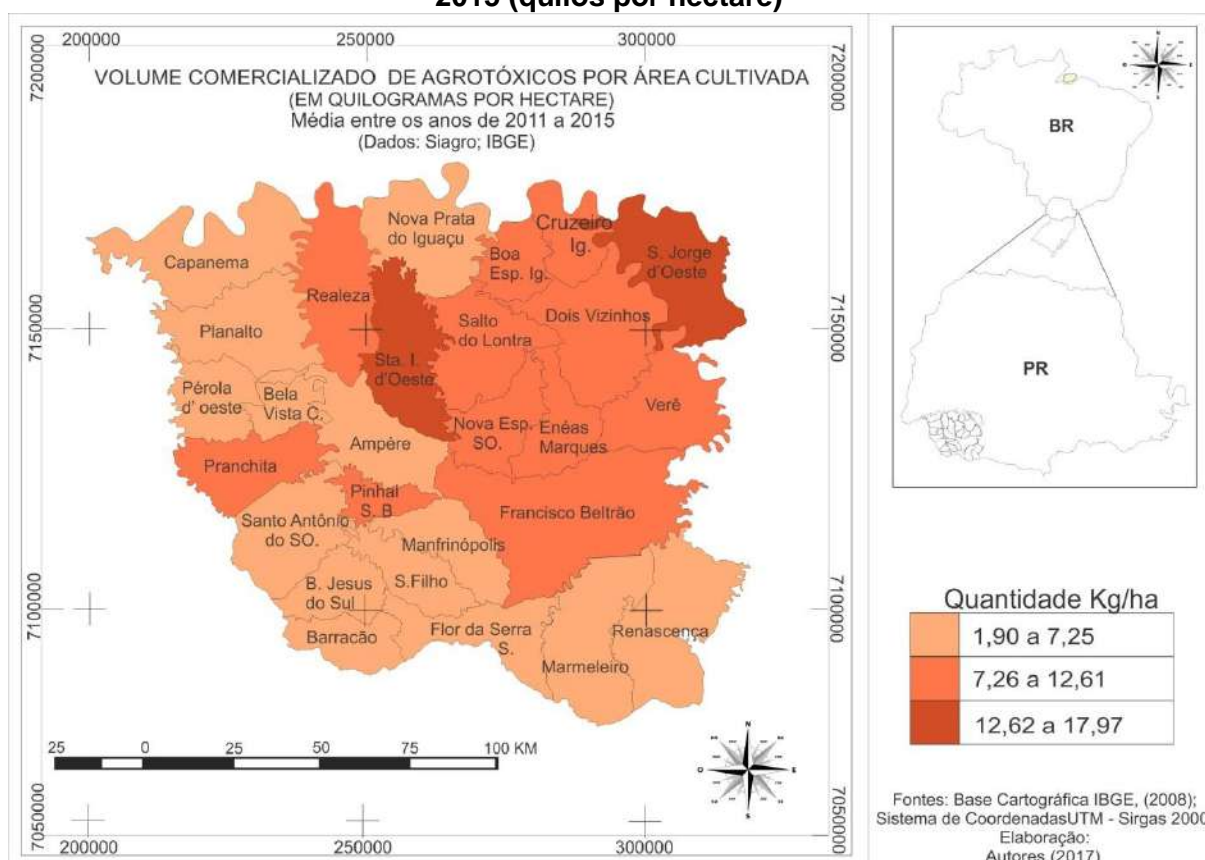
O monocultivo tem feito também com que a utilização de agrotóxicos por hectare cultivado aumente a cada ano. No Brasil, em 2001, foi utilizada uma média de 2,7 kg de agrotóxicos por hectare cultivado. Já no ano de 2010, foram cerca de 5 kg. O crescimento aconteceu pelo aumento do cultivo de transgênicos. Essa relação ocorre pelo fato de que as plantas foram geneticamente modificadas para receber agrotóxicos, sem prejudicar seu desenvolvimento (NODARI, 2007).

Nos 27 municípios analisados, o volume comercializado de agrotóxicos em relação à área colhida das lavouras temporária e permanente aumentou consideravelmente entre os anos de 2011 e 2015. Dois municípios se destacaram nesse sentido: 1) São Jorge do Oeste,

que passou de 9 kg por hectare em 2011, para 25 kg por hectare em 2015 e; 2) Santa Izabel do Oeste, que passou de 8,3 kg por hectare em 2011, para 23,4 kg por hectare em 2015.

No Brasil, segundo o IBGE, no ano de 2014 a comercialização de agrotóxicos por área cultivada foi de 6,7 kg por hectare. No entanto, ao realizar a média do volume comercializado de agrotóxicos por área cultivada entre 2011 e 2015, em mais de 50% dos municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde, o resultado por hectare foi maior que a média nacional apontada pelo IBGE em 2014, chegando até 18 kg por hectare, conforme indica o Mapa 6.

Mapa 6: Volume médio de agrotóxicos comercializados por área cultivada entre 2011 e 2015 (quilos por hectare)



Fonte: ADAPAR (2017); IBGE (2017).

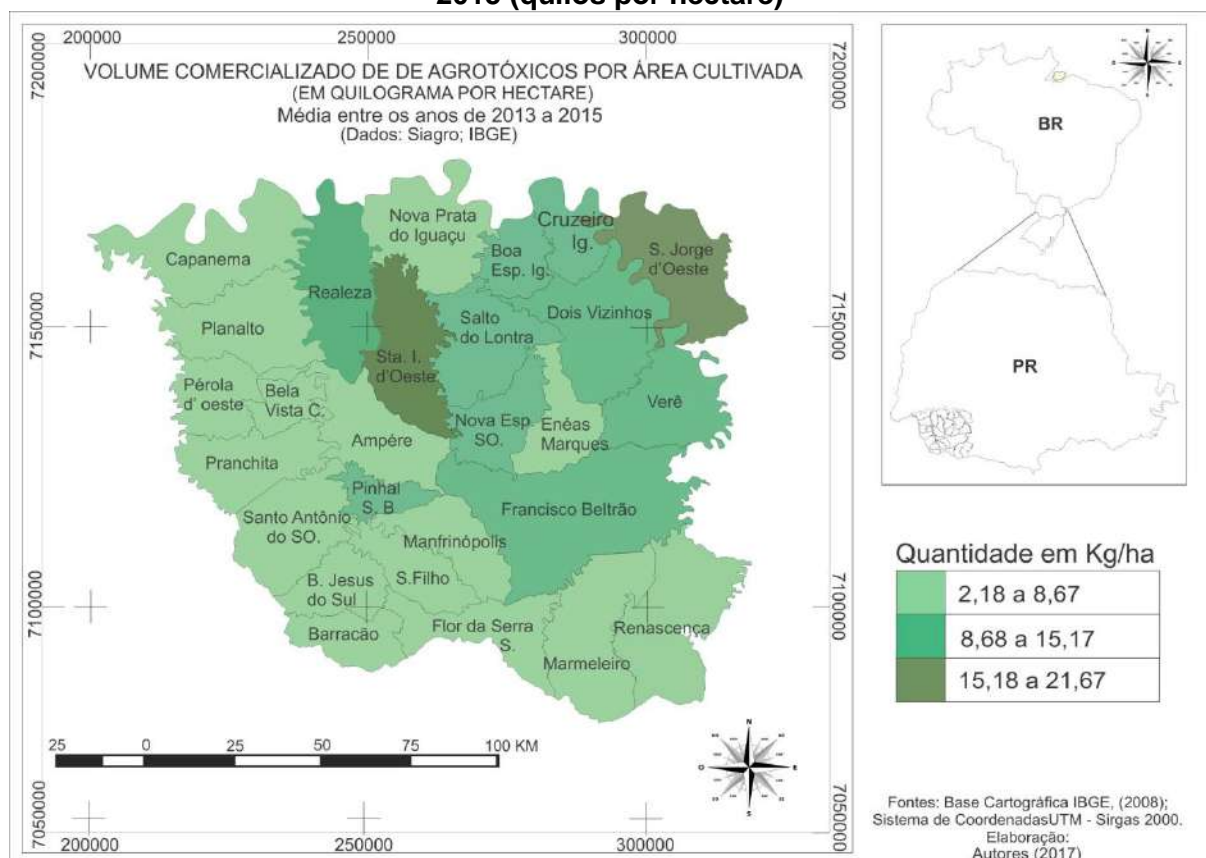
No primeiro estrato da média dos municípios que mais comercializaram agrotóxicos por área agrícola cultivada entre 2011 e 2015, estão São Jorge do Oeste (17 kg/ha) e Santa Izabel do Oeste (18 kg/ha).

O segundo estrato compreende Pinhal de São Bento (10,4 kg/ha), Cruzeiro do Iguaçu (9,3 kg/ha), Realeza (8,9 kg/ha), Francisco Beltrão (8,9 kg/ha), Verê (8,5 kg/ha), Dois Vizinhos (8,4 kg/ha), Boa Esperança do Iguaçu (7,6 kg/ha), Pranchita (7,4 kg/ha), Enéas Marques (7,4 kg/ha), Nova Esperança do Sudoeste (7,4 kg/ha) e Salto do Lontra (7,3 kg/ha).

No estrato dos que consumiram menos de 7,25 kg por hectare cultivado estão Ampére (7,1 kg/ha), Planalto (6,9 kg/ha), Marmeleiro (6,8 kg/ha), Renascença (6,7 kg/ha), Capanema (6,5 kg/ha), Santo Antônio do Sudoeste (6,4 kg/ha), Pérola d'Oeste (6,4 kg/ha), Nova Prata do Iguaçu (5,6 kg/ha), Bela Vista da Caroba (5,1 kg/ha), Flor da Serra do Sul (4,6 kg/ha), Manfrinópolis (3,6 kg/ha), Barracão (2,7 kg/ha), Salgado Filho (2,5 kg/ha) e Bom Jesus do Sul (1,9 kg/ha).

Ao considerar a média do volume comercializado de agrotóxicos por área cultivada entre os anos de 2013 e 2015, os números aumentaram em todos os municípios (Mapa 7). No primeiro estrato estão os municípios de São Jorge do Oeste (21,6 kg/ha) e Santa Izabel do Oeste (21,4 kg/ha). Eles destoam muito dos demais, por apresentarem valores superiores a 20 quilos por hectare.

Mapa 7: Volume médio de agrotóxicos comercializados por área cultivada entre 2013 e 2015 (quilos por hectare)



Fonte: ADAPAR (2017); IBGE (2017).

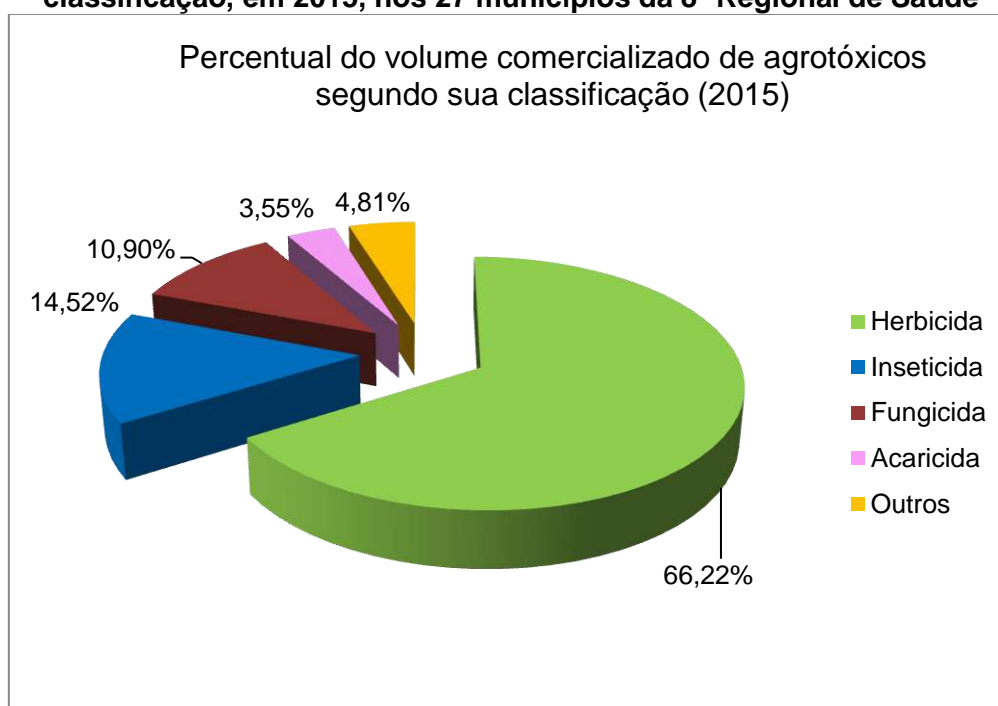
O terceiro estrato compreende Ampére (8,4 kg/ha), Pranchita (8,3 kg/ha), Planalto (8,3 kg/ha), Capanema (7,5 kg/ha), Enéas Marques (7,5 kg/ha), Renascença (7,2 kg/ha), Pérola d'Oeste (7,2 kg/ha), Santo Antônio do Sudoeste (7,0 kg/ha), Marmeleiro (6,6 kg/ha), Nova Prata do Iguaçu (6,6 kg/ha), Bela Vista da Caroba (5,3 kg/ha), Flor da Serra do Sul

(5,0 kg/ha), Manfrinópolis (3,8 kg/ha), Barracão (3,2 kg/ha), Salgado Filho (3,0 kg/ha) e Bom Jesus do Sul (2,2 kg/ha). A proximidade de alguns destes municípios do terceiro estrato com o Paraguai e Argentina nos faz levantar questionamentos acerca da real quantidade de agrotóxicos utilizada, pois os dados oficiais não levam em consideração os produtos contrabandeados destes países vizinhos para o Brasil.

Segundo Silva e Fay (2004) os agrotóxicos abrangem um grande número de moléculas químicas, com diferentes modos de ação e toxicidade, sendo dividido em três grandes classes: inseticidas, fungicidas e herbicidas. Os inseticidas possuem ação de combate a insetos e larvas. Os fungicidas possuem ação de combate a fungos. Já os herbicidas combatem plantas invasoras.

Nos 27 municípios analisados, o volume comercializado de agrotóxicos, segundo a classificação de uso, demonstra que, no ano de 2015, a utilização de herbicidas foi a mais significativa, atingindo a marca de 66,2%, seguido do uso de inseticidas (14,5%), fungicidas (10,9%), acaricida (3,6%) e outros⁴ (4,8%) (Gráfico 3).

Gráfico 3: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos segundo sua classificação, em 2015, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde



Fonte: ADAPAR (2017).

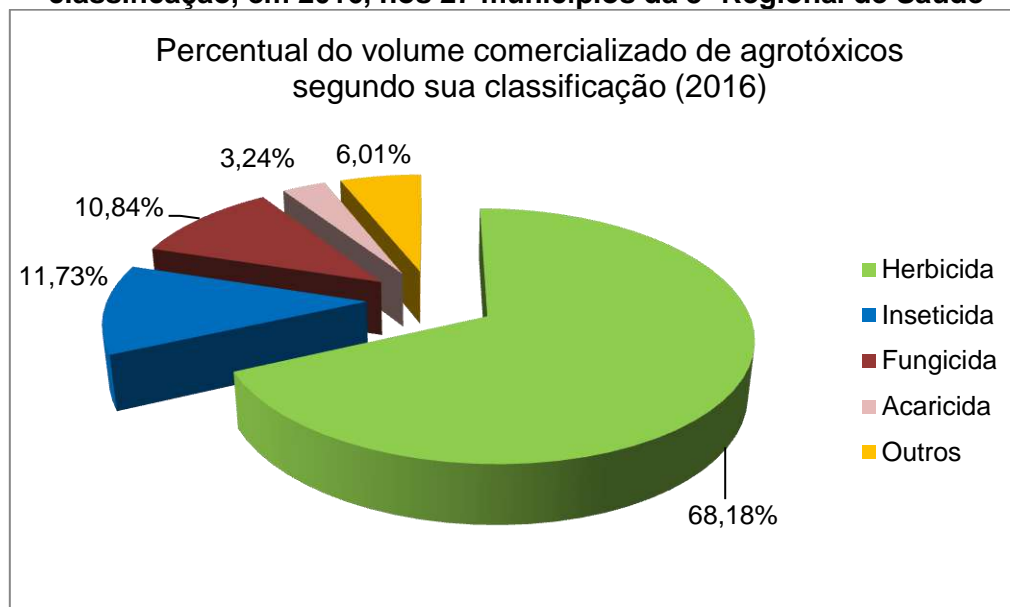
Esse dado está próximo aos informados em nível nacional. No Brasil, no ano de 2014, segundo o IBGE, o percentual da quantidade comercializada de agrotóxicos por sua

⁴ A categoria outros corresponde a adjuvantes, espalhantes, antibrotante, regulador de crescimento, formicida, acaricida/inseticida, acaricida/adjuvante/inseticida, acaricida/fungicida, fungicida/inseticida.

classificação de uso foi o seguinte: 58% foram herbicidas, 10,6% fungicidas, 12,3% inseticidas, 1% acaricidas e 18,1% de outros produtos.

No ano de 2016, o percentual do volume comercializado de agrotóxicos segundo essa classificação de uso nos 27 municípios analisados variou pouco (Gráfico 4).

Gráfico 4: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos segundo sua classificação, em 2016, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde



Fonte: ADAPAR (2017).

Os herbicidas atingiram a marca dos 68,2%, seguidos dos inseticidas (11,8%), fungicidas (10,8%), acaricidas (3,2%) e outros (6%).

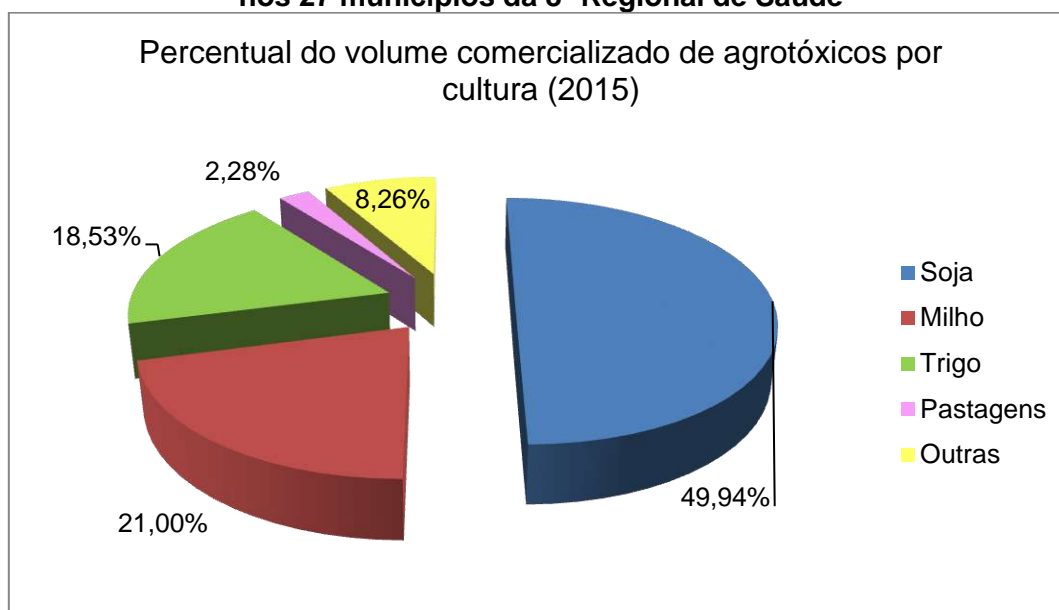
Ainda segundo os dados disponibilizados pela ADAPAR, esses agrotóxicos foram aplicados principalmente nas lavouras de soja, milho, trigo e pastagens (gráficos 5 e 6).

O Gráfico 5 demonstra que o volume comercializado de agrotóxicos destinado para aplicação nas lavouras de soja em 2015 foi de 49,9%, seguido do milho (21%), trigo (18,3%), pastagens (2,3%) e outros⁵ (8,3%).

Já o Gráfico 6 indica que no ano de 2016, os agrotóxicos comercializados continuaram sendo aplicados principalmente em lavouras de soja (47,7%), milho (26,1%) e trigo (11,2%).

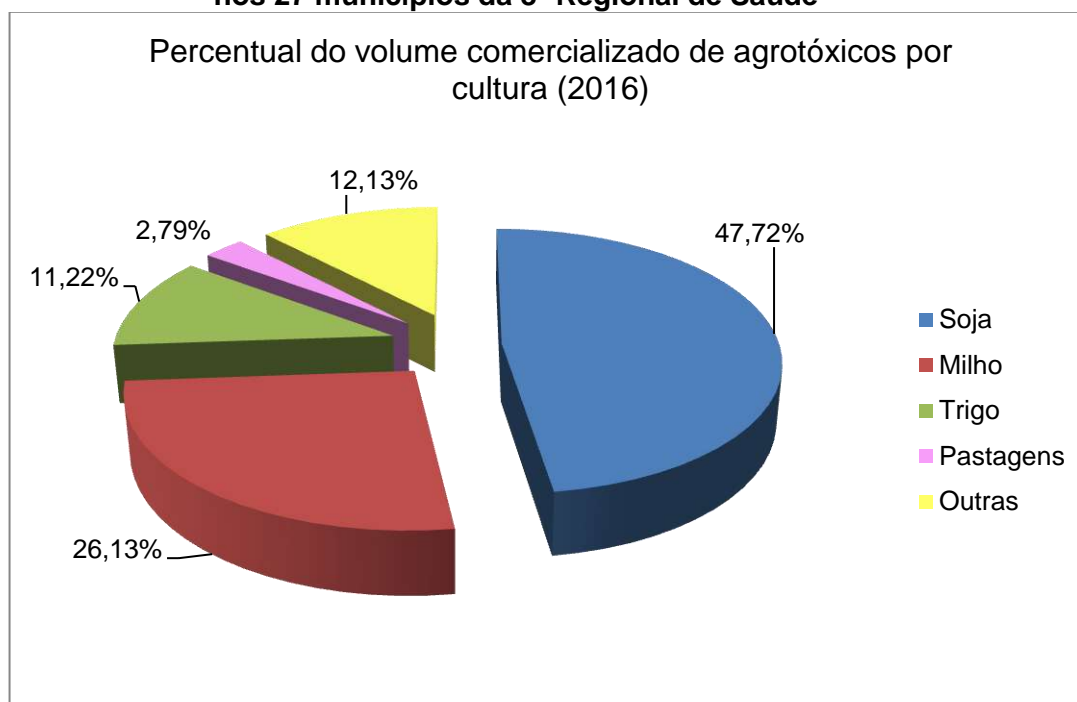
⁵ A categoria *outros* corresponde a diversas culturas como: feijão, arroz, fumo, cana-de-açúcar, frutas e hortaliças.

Gráfico 5: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos por cultura, em 2015, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde



Fonte: ADAPAR (2017).

Gráfico 6: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos por cultura, em 2016, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde

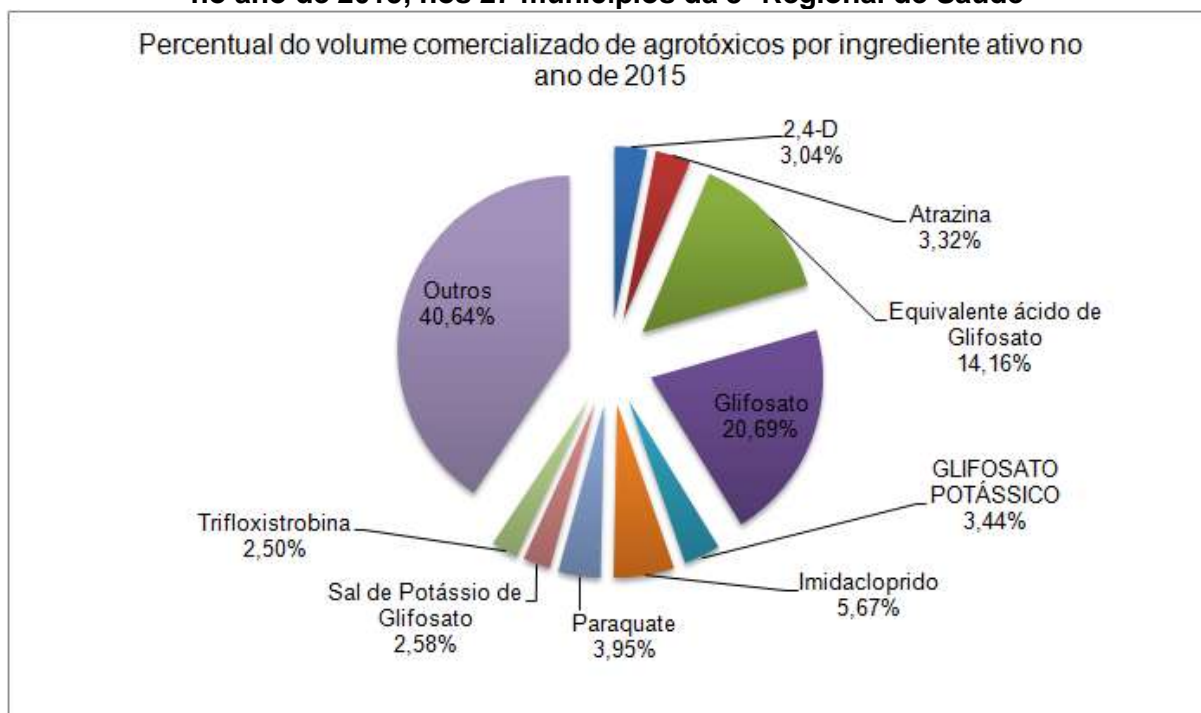


Fonte: ADAPAR (2017).

Ao analisar o volume comercializado de agrotóxicos por ingrediente ativo no ano de 2015, observa-se que cada município comercializou entre 96 e 157 princípios ativos no decorrer do ano. Os gráficos 7 e 8 apresentam os ingredientes ativos mais comercializados nos 27 municípios estudados.

No ano de 2015 foram nove ingredientes ativos mais comercializados, os quais são: Glifosato (20,7 %), Equivalente Ácido de Glifosato (14,2 %), Imidacloprido (5,7 %), Paraquate (4%), Glifosato Potássico (3,4 %), Atrazina (3,3 %), 2,4-D (3 %), Sal de Potássio de Glifosato (2,6 %) e Trifloxistrobina (2,5 %). A categoria *outros* (40,6 %) corresponde a soma dos ingredientes ativos cujos agrotóxicos representaram menos de 2% do volume total comercializado.

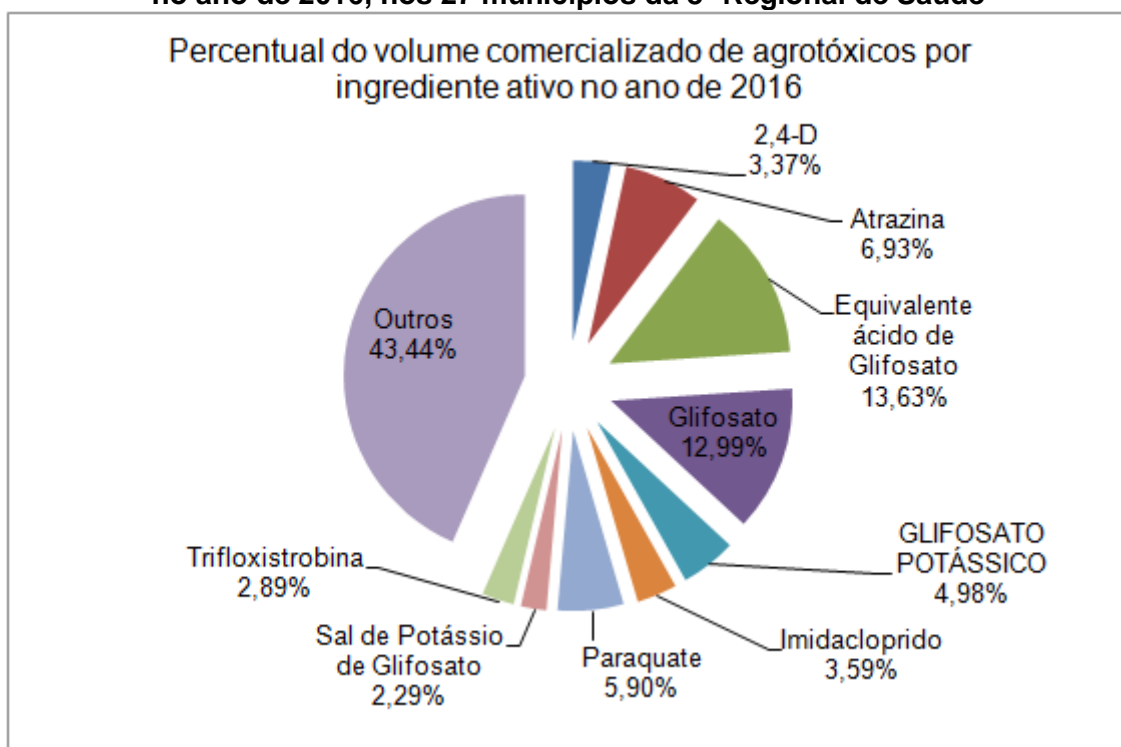
Gráfico 7: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos por ingrediente ativo no ano de 2015, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde



Fonte: ADAPAR (2017).

No ano de 2016 foram comercializados entre 93 e 158 ingredientes ativos. O gráfico 8 apresenta os mesmos nove ingredientes ativos do gráfico 7, alterando somente a quantidade comercializada: Equivalente Ácido de Glifosato (13,6 %), Glifosato (13 %), Atrazina (6,9 %), Paraquate (5,9 %), Glifosato Potássico (5 %), Imidacloprido (3,6 %), 2,4-D (3,4 %), Trifloxistrobina (2,9 %) e Sal de Potássio de Glifosato (2,3 %). A categoria *outros* (43,4%) também corresponde a soma dos ingredientes ativos cujos agrotóxicos representaram menos de 2% do volume total comercializado.

Gráfico 8: Percentual do volume comercializado de agrotóxicos por ingrediente ativo no ano de 2016, nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde



Fonte: ADAPAR (2017).

É importante observar que nos dois gráficos acima, dentre os ingredientes ativos listados constam o Glifosato Potássico e o Sal de Potássio de Glifosato como ingredientes ativos distintos. Contudo, uma busca mais aprofundada revela que ambos os ingredientes possuem o mesmo número de registro no CAS⁶, ou seja, eles são o mesmo ingrediente ativo. Um dos motivos por estarem listados como diferentes ingredientes ativos é o fato dos responsáveis pelo cadastramento registrarem tal qual consta na bula. Outro dado significativo é o ingrediente ativo Equivalente Ácido do Glifosato, que não consta nos registros da ANVISA. Isso ocorre porque o termo “Equivalente Ácido” é genérico para designar a porção de um ingrediente ativo que, de fato, age junto à planta e não um produto químico com número de CAS. No caso em questão, o Equivalente Ácido de Glifosato é a porção do glifosato que age junto à planta sendo possível o uso de cinco ingredientes ativos diferentes: o glifosato (CAS 1071-83-6), o sal de isopropilamina de glifosato (CAS 38641-94-0), o sal de potássio de glifosato (CAS 70901-12-1 e o número antigo 39600-42-5), o sal de amônio de glifosato (CAS 114370-14-8) e o sal de dimetilamina de glifosato (34494-04-7). A possível causa para este registro vago é a mesma anteriormente citada, ou seja, a forma

⁶ O *Chemical Abstract Services* (CAS) é uma divisão da Sociedade Americana de Química (ACS) voltada entre outras atividades a identificar e listar os diferentes produtos químicos, de maneira que cada produto químico tenha um único número de registro, mesmo quando comercializado em diferentes concentrações, evitando assim ambiguidades quando o mesmo composto possa ter diferentes nomes usuais.

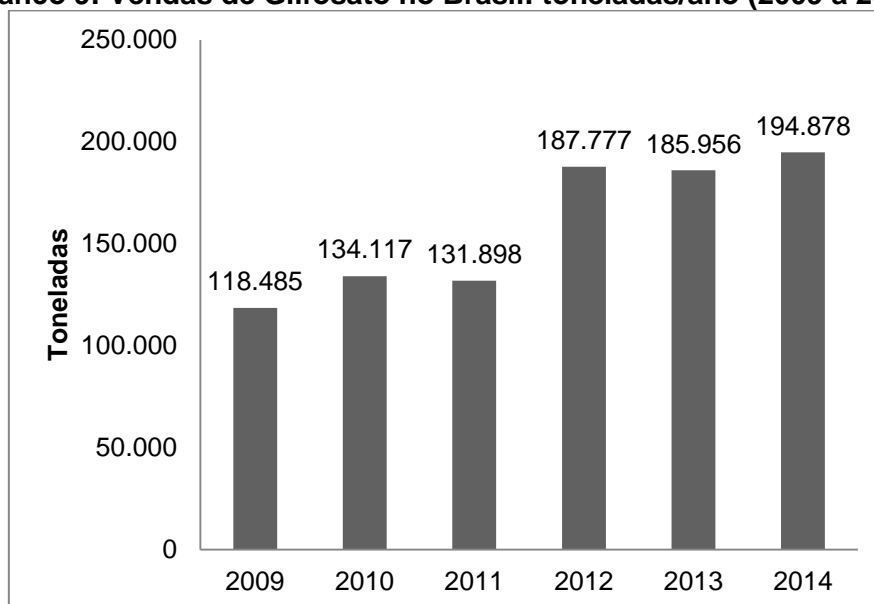
como está descrito na bula, bem como o objetivo de determinar que princípio ativo foi realmente comercializado. Com base nesta discussão, precisar a quantidade de glifosato e derivados comercializados nos anos de 2015 e 2016 é muito difícil, o que não impede de inferir a magnitude do uso do ingrediente ativo glifosato nas suas diversas espécies químicas possíveis.

Dos nove ingredientes ativos comercializados nos 27 municípios da 8ª Regional de Saúde, sete são herbicidas: Glifosato, Equivalente Ácido de Glifosato, Glifosato Potássico, Sal de Potássio de Glifosato, Atrazina, Paraquate e 2,4-D. Já o Imidacloprido é inseticida e a Trifloxistrobina é fungicida.

Ao somar os percentuais de ingredientes ativos com Glifosato e seus derivados (Equivalente Ácido de Glifosato, Glifosato Potássico e Sal de Potássio de Glifosato) percebe-se que 40,9% dos ingredientes ativos utilizados em 2015 nos 27 municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde do Paraná tinham Glifosato. Já no ano de 2016, esse valor caiu para 33,9%, porém continuou muito relevante.

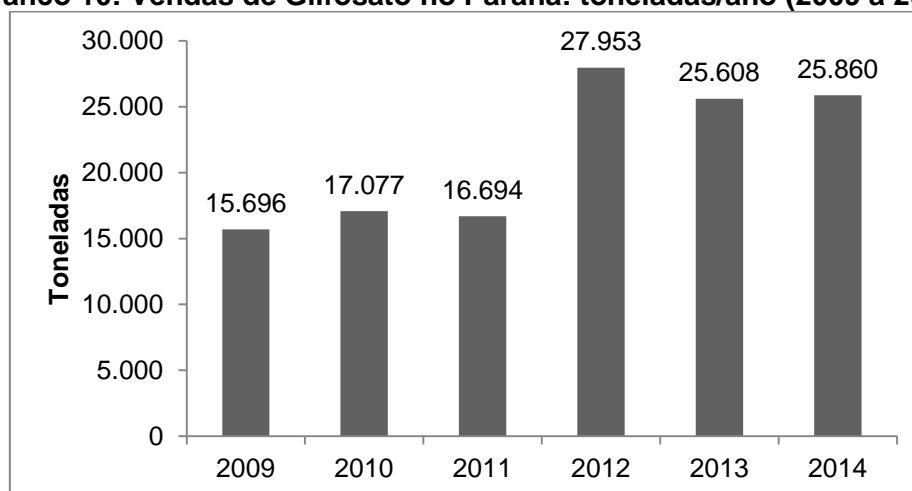
Segundo os dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2018), entre o período de 2009 e 2014, três destes ingredientes ativos mais comercializados nos 27 municípios da Oitava Regional de Saúde do Paraná estavam entre os dez mais comercializados no Brasil: Glifosato e seus sais, 2,4-D e Atrazina. Ainda conforme esses dados, o ingrediente ativo que lidera o ranking brasileiro é o Glifosato e, no estado do Paraná, essa realidade não é diferente, conforme pode-se observar nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 9: Vendas de Glifosato no Brasil: toneladas/ano (2009 a 2014)



Fonte: IBAMA (2018).

Gráfico 10: Vendas de Glifosato no Paraná: toneladas/ano (2009 a 2014)



Fonte: IBAMA (2018).

Os gráficos 9 e 10 demonstram que em um período de apenas seis anos, o percentual de venda de Glifosato no Brasil aumentou 64,4%. O Paraná acompanhou esse crescimento na utilização do produto, pois de 2009 a 2014, as vendas do produto aumentaram 64,7%.

A magnitude do uso de Glifosato no país e no Paraná nos faz levantar questionamentos sobre um problema de saúde pública, dadas às contaminações no ambiente, nos alimentos e em seres humanos, sobre tudo trabalhadores rurais que utilizam esse produto.

A Organização Mundial da Saúde publicou, em 2017, uma monografia intitulada “*IARC Monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans – Some organophosphate insecticides and herbicides; Volume 112*”, admitindo o potencial cancerígeno deste ingrediente ativo em humanos e animais. Segundo a monografia, há evidências limitadas da carcinogenicidade do glifosato em humanos, mas há positiva associação observada para linfoma non-Hodgkin. Assim, o ingrediente ativo foi enquadrado como provavelmente cancerígeno para os seres humanos. Já as experiências em animais determinaram evidências suficientes quanto à carcinogenicidade do glifosato (IARC, 2017).

O Glifosato também é considerado como um agrotóxico *perigoso ao meio ambiente – Classe III*, conforme a classificação realizada pelo IBAMA, que é o órgão responsável pelas atividades de análise, registros e controle dos agrotóxicos no Brasil:

A Avaliação do Potencial de Periculosidade Ambiental, conduzida pelo Ibama, se baseia nas características do produto como as propriedades físico-químicas e sua toxicidade para os variados organismos encontrados na natureza; o quanto o produto se acumula em tecidos vivos; se persiste por muito tempo no ambiente; e se consegue se deslocar (solo, ar ou água).

Ainda são analisados os perigos de causar mutações, câncer, má-formações em fetos ou embriões, e se podem colocar em risco a reprodução de aves e de mamíferos (IBAMA, 2010).

A classificação quanto à periculosidade ambiental de um agrotóxico obedece a seguinte graduação: Classe I – Produto altamente perigoso; Classe II – Produto muito perigoso; Classe III – Produto perigoso; e Classe IV – Produto pouco perigoso. Dentre os agrotóxicos mais comercializados nos 27 municípios da Oitava Regional de Saúde do Paraná no ano de 2016, antes mencionados no gráfico 8, quatro são classificados como perigosos ao meio ambiente e dois como muito perigosos, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação do Potencial de Periculosidade Ambiental dos ingredientes ativos mais comercializados no ano de 2016 na Oitava Regional de Saúde do Paraná

CLASSIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL	
Glifosato	Classe III (perigoso)
Atrazina	Classe II (muito perigoso)
Paraquate	Classe III (perigoso)
Imidacloprido	Classe III (perigoso)
2,4-D	Classe III (perigoso)
Trifloxistrobina	Classe II (muito perigoso)

Fonte: ADAPAR (2018).

Conforme Silva e Fay (2004), os agrotóxicos, por sua natureza e propósitos, são venenosos e, mesmo que suas quantidades sejam mínimas em comparação com os minerais do solo, seu impacto no ambiente pode ser considerável.

Estes produtos são responsáveis por diversos efeitos prejudiciais no ambiente, pois além de contaminar o solo e a água, afetam os produtores da cadeia alimentar (plantas), podendo causar desequilíbrios ecológicos em plantas, animais e ecossistemas.

Considerações Finais

A problemática social e ambiental que envolve a utilização indiscriminada de agrotóxicos vem sendo alvo de preocupação de diversos cientistas, trabalhadores rurais e instituições vinculadas ao meio ambiente e à saúde humana. Contudo, há uma lacuna acerca de informações sobre agrotóxicos no Brasil, no que se refere ao volume comercializado em diversos municípios do país; aos tipos de produtos e seus ingredientes ativos; às culturas para quais são destinados, entre outras informações. No estado do Paraná, os dados do SIAGRO permitem realizar uma discussão acerca do uso de agrotóxicos. Contudo, esses dados começaram a ser coletados somente em 2011.

Na região Sudoeste do Paraná, a temática em questão se configura em um problema ainda pouco pesquisado ou divulgado para a sociedade, a qual está exposta alimentar e ambientalmente a quantidades muito elevadas de agrotóxicos, conforme foi possível constatar nesse artigo. Apesar da ADAPAR ter iniciado a coleta de dados em 2011 através do SIAGRO, os próprios técnicos da ADAPAR consideram que a partir de 2012 esses dados se tornaram realmente confiáveis, apesar da problemática do uso de agrotóxicos ilegais (permitidos ou não) provenientes do Paraguai e da Argentina.

Com os dados do SIAGRO fica nítido que tem havido um considerável aumento do uso de agrotóxicos nos 27 municípios que fazem parte da Oitava Regional de Saúde do Paraná. No entanto, como não existem registros anteriores a 2011, é difícil estabelecer uma análise e comparação temporal mais ampla.

Os dados apresentados e discutidos nesse artigo indicam a gravidade da situação, haja vista que mesmo com o argumento de que os transgênicos reduziriam o uso de agrotóxicos, efetivamente tem ocorrido o contrário. O exemplo do Glifosato e de seus derivados é emblemático, pois esses produtos têm sido amplamente utilizados em lavouras de soja e milho transgênicas.

Comparando as médias de uso nos 27 municípios com a média nacional, percebe-se que há uma utilização intensa de agrotóxicos. Isso ocorre em virtude da relevância da agricultura no estado e na região, e, além disso, destaca-se a estrutura político-econômica que dá sustentação ao agronegócio, desde a mídia hegemônica, grupos transnacionais, entidades de classe, cerealistas, “cooperativas” e outros atores.

Expressar graficamente os dados obtidos junto aos órgãos oficiais facilitou a visualização da distribuição espacial do uso de agrotóxicos nos 27 municípios que fazem parte da Oitava Regional de Saúde do estado do Paraná. A partir da distribuição espacial pôde-se observar padrões de consumo dos municípios, identificando aqueles que mais utilizam agrotóxicos e que têm sua população rural mais exposta.

Os municípios de Santa Izabel do Oeste, São Jorge d'Oeste, Realeza, Renascença, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê apresentam os maiores valores em termos de uso entre 2011 e 2016. No entanto, a situação pode ser considerada grave em quase todos os 27 municípios analisados.

Além disso, pode-se perceber que as culturas da soja, milho e trigo somam mais de 90% da área colhida da lavoura temporária nos municípios estudados, o que tem demandado volumes exorbitantes de agrotóxicos. Também verificou-se que esses produtos possuem ingredientes ativos perigosos ao meio ambiente e à saúde humana, conforme classificação do IBAMA, especialmente o Glifosato, que é o agrotóxico mais utilizado no Brasil e, conseqüentemente, no Paraná e nos 27 municípios analisados.

Entende-se que analisar e discutir esses dados é algo fundamental para evidenciar que, ao contrário de alguns países, o Brasil tem sido extremamente permissivo em relação ao uso de agrotóxicos. Além disso, pode-se afirmar que, no Brasil, há uma liberalização crescente e, por conseguinte uma ampliação do uso destes produtos, apesar de movimentos de denúncia e resistência, como a Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos. Trata-se assim de um embate político, ideológico e econômico, que precisa ser evidenciado cientificamente e que deve ser parte da agenda de debates sobre o futuro do ambiente e da sociedade brasileira.

Referências

ABRASCO. Aumenta a quantidade de agrotóxicos consumido por cada brasileiro: 7,3 litros. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/10304/>>. Acesso em: 20/12/2017.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR. Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (SIAGRO). **Dados referentes ao consumo de agrotóxicos em 27 municípios da região Sudoeste do Paraná.** Ofício de 2017.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR. **Pesquisa de Agrotóxicos.** Disponível em: <<http://www.adapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=387>>. Acesso em: 28/01/2018.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SOUZA, L. C.; VICTORINO, V. J.; PANIS, C. Regulation and monitoring of pesticides residues in water and food in Brazil. In: SACHAN, A.; HENDRICH, S. (Org.). **Food toxicology: current advances and future challenges.** Toronto; New Jersey: Apple Academic Press, 2018.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Os impactos dos agrotóxicos na segurança alimentar e nutricional: contribuições do Consea.** Brasília, 2014.

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia.** Florianópolis: UFSC, 2002.

FERMENT, G.; MALGAREJO, L.; FERNANDES, G. B.; FERRAZ, J. M. (Org.). **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

HORII, A. K. D. Nas Fronteiras do Ecúmeno: A Territorialização da Rede do Contrabando de Agrotóxicos no Paraná (Brasil)-Paraguai. **Geographia Oportuno Tempore**, v. 2, n. 1, p. 59-75, 2015.

INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER – IARC. **Monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans. Some organophosphate insecticides and herbicides**, v. 112, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ids/default.asp?o=8&i=P>>. Acesso em: 18/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=30&i=P>>. Acesso em: 18/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 18/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil: uma abordagem ambiental**. Brasília: Ibama, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 22/01/2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Base de dados do estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 18/07/2017.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

NODARI, R. O. Biossegurança, transgênicos e risco ambiental: os desafios da nova Lei de

Biossegurança. In: LEITE, J. R. M; FAGUNDEZ, P. R. A (Orgs.). **Biossegurança e novas tecnologias na sociedade de risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais**. São José: Conceito Editorial, 2007.

PIGNATI, W. A. **Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso**. (Tese). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro: s.n, 2007.

PIGNATI, W. A.; LIMA, F. A. N. S.; LARA, S. S.; CORREA, M. L. M.; BARBOSA, J. R.; LEÃO, L. H. C; PIGNATTI, M. G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para vigilância em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 22, v. 10, 2017.

PORTO, M. F. Injustiça ambiental no campo e nas cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbana. In: PORTO, M. F; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Orgs). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Editora FIOCRUZ, 2013.

SILVA, C. M. M. S; FAY, E. F. **Agrotóxicos: aspectos gerais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e Saúde no Ambiente Destrutivo do Agrohídronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 15, p. 3-15, 2014.

Sobre os autores

Shaiane Carla Gaboardi – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) (2014); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) (2017); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Atualmente é professora do Instituto Federal Catarinense (IFC), Ibirama, Santa Catarina; **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-4565-5791>

Luciano Zanetti Pessôa Candioto – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (1999); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2000); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007); Atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Francisco Beltrão, Paraná; **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-4162-7144>

Lucinéia Maria Ramos – Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paranaense (UNIPAR) (2017); **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-9098-5258>

Como citar este artigo

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as) **Shaiane Carla Gaboardi**, **Luciano Zanetti Pessôa Candioto** e **Lucinéia Maria Ramos**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Shaiane Carla Gaboardi** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação e análise; o segundo, **Luciano Zanetti Pessôa Candioto** pelo desenvolvimento teórico-conceitual e a terceira autora, **Lucinéia Maria Ramos**, pela elaboração dos mapas temáticos.

Recebido para publicação em 14 de fevereiro de 2018.

Devolvido para a revisão em 27 de março de 2018.

Aceito para a publicação em 28 de abril de 2018.

A percepção dos profissionais de educação sobre os impactos dos agrotóxicos em escolas rurais no Estado do Mato Grosso

Luiz Antonio Norder

Universidade Federal de São Carlos (UFscar) – São Carlos, São Paulo, Brasil.
e-mail: luiz.norder@cca.ufscar.br

Natália Santos Lobo

Universidade Federal de São Carlos (UFscar) – São Carlos, São Paulo, Brasil.
e-mail: natasantoslobo@gmail.com

Resumo

Este texto analisa a percepção de profissionais da educação em relação aos impactos dos agrotóxicos sobre escolas rurais no Estado do Mato Grosso. A metodologia consistiu na análise de 48 questionários quantitativos realizados junto a diretores, professores e funcionários de 40 escolas rurais situadas em 34 municípios de diferentes regiões do Estado do Mato Grosso, o que representa aproximadamente 30% do total. Os resultados da pesquisa revelam que a maior parte dos participantes apontou para algum tipo de impacto associado ao uso de agrotóxicos no entorno das escolas, seja de forma direta sobre as pessoas ou através da identificação de odores. Além disso, o tema tem sido frequentemente trabalhado em atividades pedagógicas realizadas nas escolas.

Palavras-chave: Escolas rurais; percepção social; educação ambiental; agrotóxicos.

The perception of education professionals on the impacts of agrochemicals in rural schools in the State of Mato Grosso (Brazil)

Abstract

This paper analyzes the perception of education professionals about the impact of chemical pesticides on rural schools in the state of Mato Grosso. The methodology consisted of the analysis of 48 quantitative questionnaires carried out with directors, teachers and employees of 40 rural schools located in 34 municipalities in different regions of the State of Mato Grosso, representing approximately 30% of the total. The results shows that most of the respondents pointed out some impact derived from the use of chemical pesticides directly on people or related to the odors from the its use in the agriculture around the schools.

Keywords: Social perception; rural schools; pesticides; environmental education.

La percepción de los profesionales de educación sobre los impactos de los agrotóxicos en escuelas rurales de Estado de Mato Grosso (Brasil)

Resumen

Este texto analiza la percepción de profesionales de la educación en relación a los impactos de los agrotóxicos sobre escuelas rurales en el Estado de Mato Grosso (Brasil). La metodología consistió en la aplicación de 48 cuestionarios cuantitativos junto a directores, profesores y funcionarios de 40 escuelas rurales situadas en 34 municipios de diferentes regiones del Estado de Mato Grosso, lo que representa aproximadamente el 30% del total. Los resultados de la investigación revelan que la mayoría de los encuestados apuntó a algún tipo de impacto asociado al el uso de agrotóxicos en el entorno de las escuelas, ya

sea de forma directa sobre las personas o mediante la identificación de olores. Además, el tema ha sido frecuentemente trabajado en actividades pedagógicas realizadas en las escuelas.

Palabras clave: Escuelas rurales; percepción social; educación ambiental; los pesticidas.

Introdução

O Brasil alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não seja o principal produtor agrícola mundial (BOMBARDI, 2011). O uso destes produtos se concentra, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do país. Um fator fundamental para o disseminado uso de agrotóxicos no Brasil é que o projeto de desenvolvimento agrícola nas últimas décadas forneceu condições favoráveis para sua expansão sem grandes obstáculos ambientais e sociais (MARQUES, 2002). O consumo destes produtos no bioma amazônico cresce continuamente, especialmente com o avanço sobre as chamadas fronteiras agrícolas, o que pode ser interpretado como uma das consequências de um modelo agrícola que requer ampliação crescente da escala de produção, incorporação de grandes áreas contínuas, maior concentração de terra e, conseqüentemente, uma vasta destruição do meio ambiente (CAPORAL, 2008).

Projeções apontam para uma tendência de aumento das áreas que fazem uso destes produtos. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012), há uma previsão de aumento de 2,3% ao ano na produção de soja até a safra 2020/2021, em comparação com a produção de 2010/2011; a projeção de crescimento da produção do milho no mesmo período foi de 1,7% ao ano e para o caso da cana-de-açúcar a previsão é de um aumento de 2,4% ao ano.

Esta crescente utilização de agrotóxicos vem impactando as escolas que se localizam no meio rural. Em comparação com as escolas urbanas, as escolas rurais encontram-se em maior precariedade em termos de infraestrutura, eficiência da rede de transporte escolar, assistência pedagógica, recompensa salarial dos docentes, dentre outros fatores (BRASIL. MEC/INEP, 2006). Entretanto, além destes problemas, é preciso também salientar que as escolas rurais também estão muito mais vulneráveis aos impactos dos agrotóxicos utilizados na produção agrícola realizada em seu entorno, o que torna o tema central para uma análise de suas especificidades no universo da educação ambiental.

O objetivo deste artigo é avaliar, através de metodologia quantitativa fundada na aplicação de questionário estruturado, a percepção de diretores, docentes e funcionários sobre os impactos do uso de agrotóxicos sobre as escolas rurais no Estado do Mato Grosso. A peculiaridade do estudo, como será mostrado a seguir, está na aplicação de uma metodologia com abrangência estadual – e que pode subsidiar a realização de pesquisas futuras com alcance territorial ainda mais amplo. Busca-se, desta forma, explorar as

possibilidades de elaboração de metodologias e informações com abrangência territorial, aprimorar a qualidade do debate público sobre este tema de grande relevância social e fortalecer de ações de educação ambiental, prevenção e monitoramento deste tipo de contaminação.

A primeira seção apresenta os principais resultados de pesquisas já realizadas sobre os agrotóxicos e seus impactos sobre as escolas rurais; em seguida, apresenta-se a metodologia e os resultados da pesquisa quantitativa realizada no Estado do Mato Grosso, que se caracteriza por expressiva concentração fundiária, forte vinculação com a produção de soja e milho e elevados índices de incorporação de “novas terras”, sobretudo em sua porção Norte, onde há a forte expansão da pecuária bovina. Destaca-se também a ocorrência de diversos conflitos com movimentos sociais e comunidades indígenas, o que levou Girardi (2013) a considerar o Estado do Mato Grosso como uma “*expressão aguda da questão agrária brasileira*”¹.

Os agrotóxicos e as escolas rurais

Os danos sociais e ambientais causados pelos agrotóxicos têm representado um dos principais pontos de questionamento por parte de movimentos sociais e sindicais, em diversas regiões do país, em relação ao modelo de desenvolvimento agrícola em curso, ao mesmo tempo em que um conjunto de pesquisas recentes revela a complexidade, a abrangência e a gravidade dos impactos dos agrotóxicos sobre o meio rural e suas escolas.

A pulverização aérea tem sido uma prática disseminada e bastante contestada em diversas regiões do país – e vem ocorrendo com frequência em áreas onde há moradias e/ou cursos d'água; há ainda o uso de produtos com toxicidade maior do que a necessária em alguns casos, segundo análises realizadas pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFMT) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT). A contaminação de pessoas por agrotóxicos pode ocorrer de diversas formas: através do consumo de água ou alimentos contaminados; do contato direto da população com o veneno nos casos de deriva, entre outras.

Dentre os agravos à saúde relacionados ao processo produtivo rural, os de maior relevância e impacto negativo para a saúde humana e ambiental são as poluições e/ou contaminações e intoxicações agudas e/ou crônicas, relacionadas aos agrotóxicos. Devido às dificuldades de percepção dos riscos, os agrotóxicos atingem de maneira imediata os trabalhadores que vendem, transportam, manipulam/pulverizam estes insumos e, indiretamente, suas famílias, que moram “dentro das plantações” e higienizam as roupas e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual dos

¹ Projeto desenvolvido no âmbito do Programa Jovens Talentos do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica).

trabalhadores, assim como através do armazenamento desses produtos dentro ou próximo de suas residências (PIGNATI, MACHADO, CABRAL, 2007, p. 108).

O Mato Grosso é o Estado que mais consome agrotóxicos no país (OLIVEIRA et al, 2014). Segundo Pignati, Oliveira e Silva (2014), a média anual de consumo destes produtos no Mato Grosso chega a 12,17 litros por hectare nos plantios de soja, 6,14 litros no plantio de milho, e 23,86 litros no cultivo de algodão e 4,84 litros na produção de cana-de-açúcar. Trata-se, predominantemente, de herbicidas, fungicidas e inseticidas. Em todas as lavouras estudadas vinha sendo utilizado mais de um tipo de agrotóxico, o que eleva os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Relevantes estudos têm sido realizados na região sobre os impactos sociais e ambientais dos agrotóxicos (PIGNATI, OLIVEIRA, SILVA, 2014).

Diversos aspectos sociais, políticos e culturais têm sido apontados na análise das contaminações por agrotóxicos. Moreira et al. (2002) concluíram que a maior parte dos agrotóxicos utilizados na microbacia do Córrego de São Lourenço, município de Nova Friburgo (RJ), não foi aplicada sob orientação técnica. Além disso, a maioria dos agricultores não era capaz de interpretar as instruções de procedimentos em caso de intoxicação, presentes no rótulo do produto, e não conseguiu entender os demais símbolos da embalagem, nem a bula do produto. Foram detectados níveis significativos de agrotóxicos nos cursos d'água que formam o manancial de abastecimento da população. A mesma pesquisa afirma que 90% dos agricultores pesquisados trabalhavam diariamente com um determinado inseticida conhecido por sua neurotoxicidade.

Espindola (2011) revela que 70% dos agricultores no município de Bom Repouso (MG) têm noção dos perigos e riscos associados ao uso de agrotóxicos, tanto em relação à saúde humana quanto à contaminação ambiental. Contudo, grande parte dos participantes da pesquisa não vinha utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) para aplicação e não segue as normas de aplicação e armazenamento destes produtos. O estudo conclui que tanto o fator cultural quanto a falta de incentivo por parte do governo para a realização de outro tipo de agricultura contribuem para que essas práticas reconhecidamente perigosas sejam mantidas e se ampliem.

Há situações de intoxicação aguda e coletiva, como a ocorrida em 2013 na Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada na área rural do município de Rio Verde (GO), onde um avião agrícola pulverizou agrotóxicos justamente na área da escola de um assentamento rural, causando uma grave contaminação de aproximadamente 100 pessoas².

² Sobre este episódio foram elaborados documentários cinematográficos: a) *Pontal do Buriti: brincando na chuva de veneno*. Produção executiva: Murilo Mendonça Oliveira de Souza. Produção: Dagmar Talga, Murilo Mendonça Oliveira de Souza. Realização: GWATÁ (Núcleo de Agroecologia e Educação no Campo). Duração: 34 minutos; b) *Nuvens de Veneno*, sob coordenação geral de Carlos Minayo. Roteiro: Beto Novaes. Assessoria de Conteúdo:

Oliveira (2014) relata que o serviço público de saúde do município não dispunha de médicos especializados em toxicologia para o atendimento da população afetada pelo agrotóxico e que a empresa responsável pelo acidente atuou no sentido de desqualificar pesquisadores e membros da comunidade que se levantaram objeções ao acidente, entre outros aspectos relacionados ao caso.

Apesar deste e de vários outros graves acidentes decorrentes do uso de agrotóxicos, são relativamente escassas as informações epidemiológicas sobre a mortalidade ou morbidade de intoxicações ocupacionais decorrentes do uso de agrotóxicos. Essa ausência ou insuficiência de informações é apontada como mais comum em países emergentes, onde também é mais precário o cumprimento de normas de controle de comercialização e uso de substâncias perigosas (SANTANA, MOURA, NOGUEIRA, 2013; PIGNATI et al., 2006). Esse panorama aponta para a importância de se produzir informações e indicadores que permitam um aprofundamento das análises sobre o impacto do crescente uso de agrotóxicos em espaços específicos, entre os quais se destacam as escolas rurais, o que já vem sendo abordado em pesquisas recentes.

Em análise realizada no município de Lucas do Rio Verde (MT) evidenciou-se a presença de resíduos de vários tipos de agrotóxicos nas amostras de sangue de 88% dos professores de escolas do município, sendo que os níveis de resíduos nas amostras de professores que moram e atuam em escolas rurais eram o dobro do que naqueles que moram e atuam na área urbana do mesmo município. A mesma pesquisa revelou presença de resíduos de agrotóxicos em 56% das amostras de água de chuva e de 25% das amostras de ar retiradas do pátio das escolas, monitoradas por dois anos (MOREIRA et al. 2010, citado por PIGNATI, OLIVEIRA, SILVA, 2014).

Há também diversos estudos de percepção social sobre a problemática dos agrotóxicos em escolas rurais. Marczwski (2006) analisou comparativamente a percepção ambiental de estudantes de uma escola municipal rural em Caxias do Sul (RS) e de uma escola urbana privada em Porto Alegre (RS) e observou importantes diferenças associadas às peculiaridades de cada contexto (rural e urbano) e à situação socioeconômica e cultural. Em outra abordagem comparativa, Garcia et al. (2009) observaram que os estudantes das escolas rurais identificam com maior frequência os impactos causados pelos agrotóxicos, o que se deve sobretudo ao fato de terem maior proximidade com o tema, enquanto os estudantes da área urbana manifestam maior preocupação com os danos causados na saúde humana.

Para Botega et al. (2011), estudantes de 14 a 18 anos de uma escola rural de ensino médio em Agudos (RS) mantinham contato direto com agrotóxicos e 46% dos estudantes pesquisados afirmaram que alguém da família já havia sentido algum mal-estar decorrente da aplicação de agrotóxicos, mas a análise de rótulos, bulas e receituários agrônômicos era realizada por menos da metade dos jovens que utilizavam tais produtos.

Em pesquisa realizada por Lopes et al. (2011) em escola rural de ensino fundamental no município de Araras (SP) estimou-se que 40% dos estudantes, em uma região onde predomina a produção de cana-de-açúcar, não identificavam qualquer problema ambiental na região onde viviam. Os principais problemas ambientais apontados pelos demais discentes eram o transporte, a degradação na vegetação, a convivência conflituosa com vizinhos, a presença de lixo e a poluição. Apenas um pequeno número de estudantes indicou os limites na estrutura de saneamento básico e na gestão de resíduos, a ocorrência de odores, a presença de roedores e insetos transmissores de doenças, o desaparecimento da fauna silvestre e a contaminação por agrotóxicos e fertilizantes.

Também com foco sobre a percepção ambiental de estudantes em uma escola municipal rural, Bezerra et al. (2014) mostram que em Serra Talhada (PE), os estudantes conheciam diversos problemas ambientais, mas de forma desvinculada de sua vida cotidiana. Também Gonçalves (2015) analisou a percepção de estudantes de escolas rurais situadas no Estado de Goiás sobre o ambiente do cerrado a partir de desenhos espontâneos e aplicação de questionários semiestruturados, tendo sido identificadas as diversas representações sobre natureza, desmatamento, poluição, paisagem, agrotóxicos, lixo, desenvolvimento, urbanização e outros aspectos.

Partindo da consideração de que a identificação da forma como o ambiente é localmente concebido representa um ponto de partida para as ações de educação ambiental, Leite et al. (2015) realizaram um estudo de percepção em duas escolas rurais situadas em assentamentos de dois municípios no Estado de Tocantins e concluíram que a ocorrência de queimadas, a má gestão de um aterro sanitário e o desmatamento eram os três problemas ambientais mais lembrados por docentes e discentes que participaram da pesquisa.

Guerra et al (2014) analisou, através de abordagem qualitativa, a percepção de professores de uma escola rural no município de Uruguaiana (RS), onde verificou a ausência de atividades pedagógicas visando a redução de riscos e prevenção de danos causados pelo uso de agrotóxicos, sobretudo no cultivo de arroz predominante na região. Com base nisso, os autores sugerem uma ampliação da capacitação dos docentes e mesmo a adoção em escolas rurais de conteúdos obrigatórios relacionados ao uso de agrotóxicos.

Rachwal et al. (2006) realizaram um diagnóstico ambiental rápido participativo em seis escolas rurais e respectivos entornos no município de Irati (PR), especificamente em escolas rurais situadas nas proximidades de remanescentes de florestas nativas, e constataram que a maior parte dos estudantes não reconhece a importância e a utilidade das unidades de conservação; o principal problema identificado na escola e em suas imediações foi a erosão e assoreamento. Os autores propõem a realização de atividades de treinamento e a organização de ações práticas de educação ambiental de forma participativa, envolvendo professores, funcionários e estudantes e seus familiares.

Há discrepâncias na percepção sobre os problemas relacionados ao uso de agrotóxicos mesmo entre estudantes de uma mesma escola rural, de acordo com estudo de Souza e Figueiredo (2011) no município de Areia (PB); concluiu-se que em uma turma do oitavo ano, 32% dos estudantes afirmaram que desconheciam as características, a utilidade e os danos causados pelos agrotóxicos, enquanto em turma do nono ano este desconhecimento chegou a 68% dos discentes. Os autores propõem que o tema seja contemplado de forma multidisciplinar na grade curricular das escolas rurais.

Neste sentido, verifica-se importantes contribuições associadas, especialmente, ao ensino de Química, como mostra a revisão da bibliografia específica sobre o tema elaborada por Moraes et al. (2010), na qual apontam para o potencial do tema “agrotóxicos” para a promoção da interdisciplinaridade, para a aplicação de conceitos de química, para um maior envolvimento discente nas atividades de ensino-aprendizagem e para uma ampliação da participação dos moradores do meio rural.

Trata-se, mais precisamente, de uma tentativa de pautar temas e problemas sociais como base para uma perspectiva crítica e contextualizada para o ensino de Química. Cavalcanti et al. (2010) também concluem que a vinculação entre ensino de Química e a problemática social e ambiental dos agrotóxicos levou a uma expressiva eficácia como estratégia pedagógica em iniciativas realizadas junto a turmas de ensino médio em escola rural no município de Bonito (PE). Arengui (2014) analisou a forma como o tema agrotóxicos foi incluído em uma sequência didática sobre modelos atômicos e apresenta uma crítica aos textos de divulgação científica sobre o tema.

Metodologia da Pesquisa

Pesquisas sobre percepção ambiental têm sido realizadas com diferentes finalidades: *“a percepção da população se torna importante aliado para o poder público quanto à leitura da realidade social, configurando-se como meio de apoio aos instrumentos e ferramentas do sistema de gestão do meio ambiente”* (RODRIGUES et al, 2012, p. 99). A geração de informações de base quantitativa sobre a percepção social tem se constituído

como uma ferramenta, entre outras finalidades, para atividades de educação ambiental (MARIN, 2008), para a análise de mudanças ambientais (RODRIGUES et al., 2012), para a identificação de riscos de contaminação na mineração (VALENTE, 2008) e para o aprimoramento de políticas públicas de forma geral (SCHIAVINATTO, 2011).

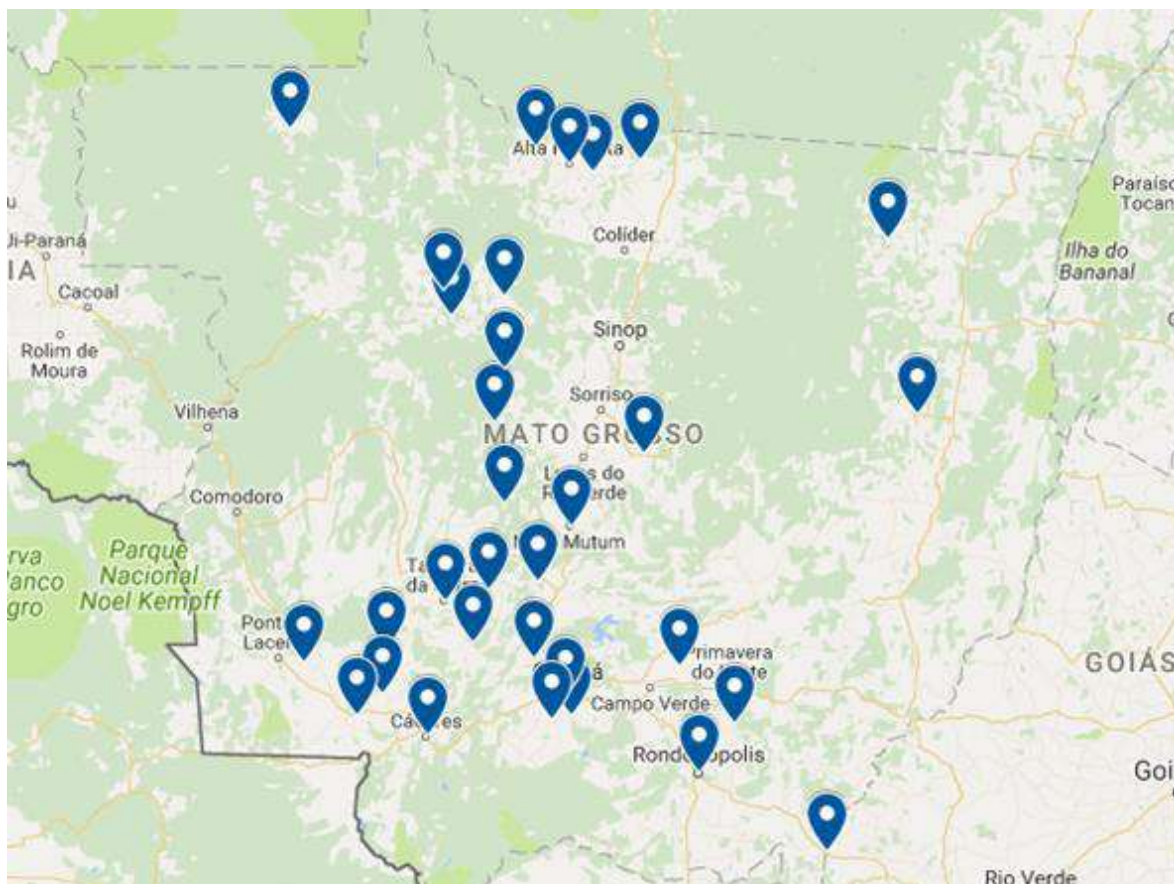
A literatura sobre a percepção social de riscos naturais e tecnológicos é relativamente abundante e tem conhecido, ao longo dos últimos anos, um aumento significativo, sobretudo no que se refere à forma como as diversas percepções sociais são (ou não) integradas em processos de tomada de decisão e em medidas associadas à prevenção, mitigação e eliminação dos riscos (VALENTE, 2008, p. 3).

Neste sentido, a metodologia utilizada na pesquisa aqui apresentada sobre a percepção social em escolas rurais do Estado do Mato Grosso consistiu em uma abordagem quantitativa através de aplicação questionário estruturado com perguntas e respostas pré-definidas, majoritariamente únicas e obrigatórias, elaboradas a obtenção de informações referentes ao marco temporal de doze meses anteriores à aplicação do questionário. O objetivo central foi o desenvolvimento de um conciso instrumento de coletas de informações para a realização de uma análise territorialmente ampla. Este projeto foi aprovado previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

Foram enviadas mensagens para o e-mail oficial das 144 escolas estaduais do Estado do Mato Grosso solicitando a participação na pesquisa através de preenchimento do questionário em sistema online, sendo que houve um total de 48 respostas entre julho de 2015 a maio de 2016; quatro escolas enviaram duas respostas; em quatro respostas as escolas não foram identificadas, perfazendo um total de 40 escolas identificadas pertencentes a 35 municípios, como pode ser observado na Figura 1.

Assim, foi possível coletar informações sobre aproximadamente 30% das escolas rurais do Estado do Mato Grosso em 2015. Um total de 21 respostas são oriundas de escolas situadas em assentamentos rurais (43,7% do total) e 27 de outras formas de ocupação do meio rural, como distritos, bairros rurais e uma escola em um quilombo (56,3% do total). Isso viabilizou a realização de uma análise comparativa entre a situação dos assentamentos rurais e a dos demais tipos de ocupação do espaço rural.

Figura 1: Municípios das escolas pesquisadas no Estado do Mato Grosso



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre os 48 questionários, 60,4% foram respondidos por diretores, 25% por professores e 14,6% por funcionários; 51% eram homens e 49% mulheres, cuja idade média era de 40 anos; 41,7% tinham idade entre 25 e 39 anos e 58,3% entre 40 e 59 anos; apenas 8% trabalhavam na escola havia menos de três anos; 25%, entre três a cinco anos; 43%, de seis a dez anos e 22,9% havia mais de dez anos. Predominou, portanto, respostas de profissionais com longa atuação na escola sobre a qual forneceram informações. Além disso, mais de 80% dos que responderam ao questionário estavam contratados em regime de pelo menos 20 horas semanais na escola, sendo que 60,9% trabalhavam 40 horas ou mais, 21,7% trabalhavam de 20 a 35 horas semanais e 17,4% trabalhavam até 10 horas semanais.

Resultados

Esta seção apresenta uma proposta de tipologia das situações de risco e impacto com a finalidade dimensionar, de forma sumarizada, a percepção social sobre os principais impactos causados pelo uso de agrotóxicos no entorno das escolas rurais. Há em seguida uma caracterização dos impactos identificados nos questionários sobre estudantes,

professores e funcionários; uma análise das informações sobre seus agentes causadores e sobre as formas de inserção do tema nas atividades realizadas pelas escolas; há ainda uma comparação entre os resultados relacionados aos assentamentos e às demais formas de distribuição espacial, como distritos, bairros rurais e comunidades tradicionais.

Visando a criação de uma tipologia, os dados obtidos sobre percepção social de riscos e impactos foram agrupados em três situações: a) percepção de baixo risco e de ausência de impacto sobre pessoas; b) percepção de impacto direto sobre pessoas, parcialmente com percepção de odores de agrotóxicos utilizados no entorno; c) percepção olfativa relacionada ao uso de agrotóxicos, mas sem percepção de impacto direto sobre pessoas. Os resultados foram os seguintes:

a) *Percepção de baixo risco e de ausência de odores e de impactos sobre pessoas:* em 33,3% dos questionários não houve a identificação de casos de estudantes, professores ou funcionários que alguma forma tenham sido atingidos por agrotóxicos utilizados nas imediações da escola; também não chegaram a sentir odores relacionados à sua aplicação; mesmo assim, em 25% das respostas houve a indicação de que teria ocorrido nas imediações da escola a pulverização de agrotóxicos com aviões, tratores ou bombas costais;

b) *Percepção de impacto direto sobre pessoas:* em 31,2% dos questionários foi assinalado que pelo menos um professor, funcionário ou estudante que teria sido diretamente atingido pelo uso de agrotóxicos utilizado na produção agropecuária realizada no entorno da escola; quase todos os que se encontravam nesta situação sentiram odores de agrotóxicos aplicados no entorno da escola e dois em cada três afirmaram que estes odores foram “bastante fortes”;

c) *Percepção olfativa:* 35,5% do total de participantes responderam que não presenciaram nem receberam informações sobre a ocorrência de impacto direto de agrotóxicos sobre professores, estudantes ou funcionários, mas que chegaram, entretanto, a sentir odores que atribuíram à aplicação de agrotóxicos no entorno da escola; neste grupo, pouco mais da metade (que representa 18,8% do total) chegou a sentir odores que consideraram “fracos”, enquanto os demais (16,67% do total) afirmaram que sentiram odores “razoavelmente” ou “bastante fortes”. Na maioria dos questionários (58,3%) foi indicada a presença de odores de agrotóxicos utilizados no entorno da escola, sendo que 14,6% do total consideraram tais odores “bastante fortes”; outros 16,6%, estimavam os odores como “razoavelmente fortes” e 27% como “fracos”.

A ocorrência de impacto direto do uso de agrotóxicos sobre professores ou funcionários foi assinalada em oito de 47 respostas (17%), sendo que em quatro destes oito

casos os incidentes teriam ocorrido mais de uma vez. Um aspecto importante é que sete destes oito participantes responderam que houve na escola algum tipo de sintoma associado ao uso de agrotóxicos, como náusea, dores de cabeça ou irritação na pele. Trata-se de um conjunto de escolas (na proporção de uma para cada seis) que, partindo-se da percepção de seus diretores, professores e funcionários, pode ser classificada em uma situação de elevado risco de contaminação.

Similarmente, 16,7% dos respondentes (oito entre 48 diretores, professores e funcionários) acreditam que algum agrotóxico os atingiram diretamente, sendo que para 6,3% (do total) isso teria ocorrido mais de uma vez e para 12,6% teria gerado algum sintoma de alergia, irritação na pele, náusea ou dor de cabeça. Houve ainda a percepção de impacto direto do uso de agrotóxicos sobre estudantes em 6,7% das respostas – em todos estes casos, em mais de uma ocasião e com a identificação de alguma reação alérgica, náusea, dor de cabeça ou irritação na pele; 6,7% dos participantes informaram que estudantes e professores chegaram a receber atendimento médico por motivo associado ao uso de agrotóxicos pulverizados no entorno da escola.

Em relação ao principal tipo de aplicação que chegou a ter algum impacto sobre a escola, em 25% das respostas consta que se tratava de aplicação com tratores, 16,7% apontaram a aviação agrícola e 20,8% mencionaram bombas costais ou outros meios. Em dois terços (64,6%) dos questionários consta que não foi observada a presença da aviação agrícola nas imediações das escolas. Entre os que presenciaram a aviação agrícola no entorno da escola (34,4% do total), pode-se destacar que 8,3% do total estimaram que a presença da aviação agrícola nas imediações da escola teria ocorrido por mais de dez vezes nos doze meses anteriores à pesquisa. Os que se encontram nesta situação em relação à aviação agrícola manifestaram a ocorrência de odores de agrotóxicos em diferentes intensidades e casos de estudantes atingidos diretamente, além de um participante que afirmou ter sido diretamente atingido.

O impacto dos agrotóxicos sobre a escola foi objeto de conversas com outros professores ou funcionários por parte de 60,4% dos participantes; 58,3% chegaram a participar de alguma reunião ou atividade coletiva que tenha pautado o tema, sendo que, neste caso, 12,5% do total participaram destas atividades “muitas vezes”. Além disso, 70,8% abordaram este problema durante as aulas ou em conversas informais com estudantes, sendo que em 18,75% dos casos isso teria ocorrido “muitas vezes”. Por outro lado, 10,4% consideram que houve algo ou alguém que de alguma forma impediu a discussão do tema e 70,8% consideram necessária a realização de alguma iniciativa para se avaliar o impacto causado nas escolas pelo uso de agrotóxicos em seu entorno.

Foram também levantadas informações sobre o uso de agrotóxicos ou venenos no interior da escola: 70,1% afirmaram que não sentiram odores de agrotóxicos ou venenos

utilizados pela própria escola; 22,9% responderam que sentiram odores algumas/poucas vezes e 6,25% afirmaram que sentiram tais odores “muitas vezes”, um percentual que é, portanto, bastante menor do que aquele relacionado ao uso de agrotóxicos no entorno da escola, como vimos acima, mas que, mesmo assim, não pode deixar de ser objeto de avaliações mais detalhadas.

Vale ressaltar que, nas observações textuais enviadas, há alguns relatos de que o envio do questionário contribuiu para uma tomada de consciência em relação ao tema, o que reforça a importância de uma análise sobre os recursos disponibilizados e utilizados pelos docentes para a realização de atividades pedagógicas e preventivas associadas ao risco dos agrotóxicos utilizados nas imediações das escolas rurais.

Uma comparação dos resultados obtidos entre os participantes vinculados a escolas situadas em assentamentos e outras formas de ocupação, tais como distritos rurais, bairros e um quilombo, evidencia que a situação dos assentamentos é proporcionalmente mais grave, como pode ser observado na Tabela 1, que traz ainda alguns dos principais resultados apresentados acima.

Tabela 1: Percepção social do impacto do uso de agrotóxicos sobre escolas rurais no estado do Mato Grosso (2015-2016)

Tipo de Impacto	Média (%)	Assentamentos (%)	Outros Rurais (%)
Percepção de odor de agrotóxicos utilizados no entorno	58,33	71,43	48,15
Consideram que foram atingidos diretamente por agrotóxicos	16,67	23,81	11,11
Consideram que outros professores ou funcionários foram atingidos por agrotóxicos	17,02	23,81	11,54
Consideram que estudantes foram atingidos por agrotóxicos	6,67	10,53	3,85
Observaram a aviação agrícola no entorno da escola	35,42	38,10	33,33
Consideram que houve atendimento médico decorrente do impacto de agrotóxicos	6,52	5,26	7,69

Fonte: Dados da Pesquisa (2015/2016), referentes a 48 questionários.

Nota-se que nos assentamentos tem sido mais frequente a presença da aviação agrícola, bem como a percepção de odores de agrotóxicos, o total de profissionais da educação que considera ter sido diretamente atingido por agrotóxicos e dos que manifestaram a percepção de que teria ocorrido algum impacto direto de agrotóxicos na comunidade escolar. Apesar disso, é menos frequente a percepção de que estes impactos chegaram ao ponto de gerar um atendimento médico. A pesquisa realizada identificou este fenômeno, mas não gerou informações para sua análise e interpretação. É possível que as

escolas situadas em áreas identificadas como “distritos rurais” mantenham maior distância em relação a áreas agrícolas – ou que a forma de uso de agrotóxicos nos assentamentos seja mais intensa, sujeita a menor controle ou seja objeto de maior problematização por parte de docentes e funcionários, mas apenas análises específicas sobre tal aspecto permitirão que estas e eventualmente outras hipóteses sejam analisadas.

Considerações Finais

O uso massivo de agrotóxicos tem sido apontado como um fator de risco para todas as pessoas que trabalham, moram e estudam no meio rural, problema que vem sendo objeto de diversas pesquisas recentes, como vimos acima. O desenvolvimento de metodologias para a caracterização da percepção da população rural sobre o impacto dos agrotóxicos ganha relevância social e científica e pode contribuir para que o tema seja discutido com maior qualidade em diferentes contextos sociais e instâncias decisórias.

Vimos que há um conjunto de pesquisas focando especificamente os impactos dos agrotóxicos em escolas situadas no meio rural e que a complexidade do tema remete à formulação de diferentes objetivos, metodologia e resultados. Ao lado do questionamento já realizado por movimentos sociais e demais atores sociais, a realização de pesquisas sobre o tema contribui para evidenciar sua complexidade, abrangência e gravidade. A aplicação de agrotóxicos sem orientação técnica ou de forma incompatível com a regulamentação vigente tem levado a acidentes de expressiva gravidade, como o ocorrido em 2013 no município de Rio Verde (GO), mas também à contaminação de professores e do ambiente escolar (MOREIRA et al. 2010, citado por PIGNATI, OLIVEIRA, SILVA, 2014).

Em relação ao uso de agrotóxicos, há peculiaridades nas escolas rurais que vem sendo salientadas, pois muitos discentes têm contato direto com agrotóxicos e não é incomum haver familiares de estudantes ou eles próprios já atingidos diretamente por algum tipo de contaminação. Diante disso, um conjunto de atividades pedagógicas relacionadas a este problema já foram registradas em escolas rurais, através de metodologias qualitativas, quantitativas e participativas, entre outras associadas à educação ambiental. Neste sentido, procurou-se aqui traçar um panorama territorialmente amplo, através de uma metodologia quantitativa intencionalmente concisa, sobre a percepção de profissionais de educação.

Com base no instrumento de coleta de informações delineado, foi possível notar que a percepção de odores de agrotóxicos ou a de que professores, alunos e funcionários vêm sendo atingidos por agrotóxicos é bastante frequente em escolas rurais no estado do Mato Grosso. Quase 60% dos professores, diretores ou funcionários afirmaram que sentiram odores de agrotóxicos utilizados no entorno da escola. Um em cada seis participantes (16,7%) sentiram-se diretamente atingidos por agrotóxicos, proporção que

praticamente coincide com a dos que afirmaram ter presenciado ou recebido informações sobre outros professores, funcionários ou estudantes que também teriam sido atingidos. Por estes motivos, mais da metade dos respondentes participaram de alguma reunião na qual o tema foi pautado e mais de 70% abordaram o tema junto aos estudantes, seja em aulas ou em conversas informais.

As metodologias de pesquisas sobre o problema dos agrotóxicos em escolas rurais podem ser continuamente aprimoradas, por exemplo, com questões mais detalhadas, maior abrangência territorial, melhor caracterização do entorno e do tipo de impacto, definição de amostragem aleatória, combinação com métodos qualitativos, definição de novas tipologias, entre outros recursos, incluindo, evidentemente, aqueles utilizados na área de saúde pública. De qualquer forma, os dados da pesquisa aqui apresentada ilustram de forma bastante contundente que predomina nas escolas rurais do Estado do Mato Grosso a percepção de odores da aplicação de agrotóxicos e a avaliação de que professores, estudantes e funcionários têm sido atingidos por sua pulverização.

Há, portanto, uma percepção social de intenso risco de contaminação de professores, estudantes e funcionários em uma a cada seis escolas rurais pesquisadas no Estado do Mato Grosso, como consequência do uso de agrotóxicos em atividades produtivas. Trata-se uma particularidade das escolas rurais e que influencia, entre outros aspectos, as condições de vida e de trabalho dos profissionais da educação e suas atividades pedagógicas.

Referências

ARENGHI, L.E.B., **A divulgação científica no contexto escolar**: o ensino de modelos atômicos a partir da temática de agrotóxicos e as implicações/possibilidades para a formação de alunos do Ensino Médio. Bauru: Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2014.

BEZERRA, Y.B. et al., Análise da percepção ambiental de estudantes do ensino fundamental II em uma escola do município de Serra Talhada (PE). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, vol. 9, n. 2, p. 472-488, 2014.

BOMBARDI, L.M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária [NERA]. Presidente Prudente: UNESP. Setembro de 2011.

BOTEGA, M. P. et al. As concepções de jovens da zona rural sobre o uso de agrotóxicos: uma análise do tema como contribuição para a preservação da saúde e do meio ambiente. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil: Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021**. Brasília: 2011.

CAPORAL, F., R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 35 p., 2008.

CAVALCANTI, J. A. et al., Agrotóxicos: Uma Temática para o Ensino de Química. **Revista química nova na escola**, vol. 32, N° 1, p. 31-36, 2010.

ESPINDOLA, E. A., **Análise da percepção de risco do uso de agrotóxicos em áreas rurais: um estudo junto aos agricultores no município de Bom Repouso (MG).** 2011. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

GARCIA, J. V. et al. C., O uso de agrotóxicos na lavoura: A visão dos estudantes das escolas da rede estadual rural e urbana. **Anais do I Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2009.

GIRARDI, E. P. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. **Confins: revista franco-brasileira de Geografia**, n. 27, 2016.

GONÇALVES, F. P. **Estudo das representações sociais do cerrado na visão de alunos do ensino fundamental de escolas rurais em Rio Verde GO.** Jataí: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2015.

GUERRA, S. F. et al., Intoxicação e uso de agrotóxicos entre escolares: uma percepção de professores do interior de Uruguaiana (RS), **Anais do VI Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2014.

LEITE, D.C. et al. Percepção ambiental em escolas rurais: subsídios para Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, vol. 10, n. 3, p. 134-146, 2015.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, p. 1515-1524, 2004.

LOPES, P. R. et al., Diagnóstico socioambiental: o meio ambiente percebido por estudantes de uma escola rural de Araras (SP). **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 139-155, 2011.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do ensino fundamental de uma escola municipal rural: um estudo de caso.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MARIN, A. A., Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, v. 19, p. 95-112, 2002.

MORAIS, P.C. et al., Abordando agrotóxico no ensino de química: uma revisão, **Revista Ciência & Ideias**, vol. 3, n. 1, p. 1-15, 2010.

MOREIRA, J. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2002.

MOREIRA, J.C., PERES, F., PIGNATI, W.A., DORES, E.F.G.C. **Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso de agrotóxicos na agricultura e pecuária na região Centro Oeste**. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso. Relatório de Pesquisa CNPq, 2010.

OLIVEIRA, L.C. de. Intoxicados e silenciados: contra o que se luta? **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p.109-132, 2014.

OLIVEIRA, N. P. et al. Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4123-4130, 2014.

PERES, F.; ROZEMBERG, B.; DE LUCCA, S.R. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, p. 1836-1844, 2005.

PERES, F.; SILVA, J.J.O., ROSALL, H.V.D.; LUCCA, S.R.D. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10 (Supl.), 2005.

PIGNATI, W.A.; MACHADO, J.M.H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das 'chuvas' de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde, MT. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2007.

PIGNATI, W., OLIVEIRA, N. P., SILVA, A.M.C. Surveillance on pesticides: quantification of use and prediction of impact on health, work and the environment for Brazilian municipalities. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4669-4678, 2014.

RACHWAL, M.F.G. et al. **Diagnóstico Ambiental Rápido em escolas rurais no município de Irati, Paraná, como subsídio para ações de educação ambiental**. Colombo: Embrapa Florestas. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, n. 27, 2006.

RODRIGUES, M. L. et al., A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

SANTANA, V.S.; MOURA, M.C.P.; NOGUEIRA, F.F. Mortalidade por intoxicação ocupacional relacionada à agrotóxicos, 2000-2009, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 3, p. 598-606, 2013.

SCHIAVINATTO, F. (Org.), **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Social Aplicada, 254p., 2011.

SOUZA, A. S, FIGUEIREDO, W.R.S., Agrotóxico e meio ambiente: uma proposta de educação ambiental na escola. In: Seabra, G., Mendonça, I. (Org.), **Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, vol. 2, p. 122-129, 2011.

VALENTE, S.; FIGUEIREDO, E.; COELHO, C., Entre os riscos e os benefícios – análise da percepção social do risco em duas comunidades mineiras. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, de 25 a 28 de junho de 2008.

Sobre os autores

Luiz Antonio Norder – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1994); Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp) (1997); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Wageningen, Holanda (2004); Atualmente é professor associado da Universidade Federal de São Carlos (UFscar), São Carlos, São Paulo; **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-3710-2468>

Natália Santos Lobo – Graduação em Agroecologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFscar). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-4805-5946>

Como citar este artigo

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

Declaramos que as contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, elaboração de instrumento de coleta de dados, sistematização das respostas e análise dos resultados, bem como a preparação e redação do manuscrito e revisão bibliográfica foram desenvolvidas em conjunto. O autor **Luiz Antonio Norder** ficou responsável especialmente revisão textual da versão final do artigo. A autora **Natália Santos Lobo** ficou especialmente responsável pelo envio de mensagens aos participantes para a aplicação dos questionários.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2018.
Devolvido para a revisão em 03 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 13 de agosto de 2018.

Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo

Denilson Manfrin Goes

Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná, Brasil.
e-mail: denilsongoes@uol.com.br

Margarida de Cássia Campos

Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná, Brasil.
e-mail: mcassiacampos@hotmail.com

Resumo

O processo produtivo agrícola brasileiro torna-se cada vez mais dependente do uso dos agrotóxicos. No ano de 2009, o Brasil alcançou o posto de maior consumidor mundial desses produtos. A presente pesquisa tem como escopo investigar a percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola de educação do campo no distrito de Lerroville, município de Londrina-PR, quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos e os problemas socioambientais decorrentes, bem como alternativas para produção de alimentos saudáveis. Para desempenho deste estudo, foram realizadas duas frentes de trabalho: de gabinete e de campo. Preliminarmente, levantamento bibliográfico, pesquisa documental e eletrônica, seleção e leitura de bibliografias que caracterizem a agricultura tecnificada, de um lado, e o consumo de agrotóxicos, do outro; a organização de um roteiro de perguntas e a aplicação de entrevista previamente planejada e agendada para coleta dos dados por meio da formação de grupo focal. Assim, embora a pesquisa tenha abordado aspectos econômicos e políticos inerentes à modernização da agricultura, abordou também o reconhecimento e a valorização dos processos culturais presentes nas práticas de produção da agricultura camponesa.

Palavras-chave: Ensino; Geografia; alimentos; educação; campo.

Agrotoxic usage and ecological agricultural production: students perception from a rural high school

Abstract

Brazilian agricultural productive process has increasingly become more dependent of agrotoxic use. In 2009, Brazil reached the spot of world's largest consumer of such products. The present research intends to investigate the perception of students from senior year of a rural high school placed on the Lerroville district, city of Londrina-PR, upon the use of agrotoxic on food production and social-environmental issues caused due to it, as well as alternatives on the production of healthier food. On the execution of this paper, two work fronts were taken: on office and on field. Preliminarily, bibliographic survey, documental and electronic research, reading and selection of literature that characterize technified agriculture on one side, and agrotoxic consumption, on the other; organizing a set of questions and applying previously planned and scheduled interviews for data gathering through the development of a focal group. Therefore, although this research has approached economic and politic aspects intrinsic to agriculture modernization, it also addressed the recognition and the appreciation of cultural processes present on rural agricultural production experiences.

Keywords: Teaching; Geography; food; education; field.

Uso de pesticidas y producción agroecológica: percepción de estudiantes secundarios de una escuela rural

Resumen

El proceso productivo agrícola brasileño se convierte cada vez más dependiente del uso de los pesticidas. En 2009, Brasil logró el puesto de mayor consumidor mundial de estos productos. Esta investigación tiene como objetivo investigar la percepción de los estudiantes del 3º año de la enseñanza media de una escuela de educación rural en el distrito de Lerroville, municipio de Londrina – PR, con relación al uso de pesticidas en la producción de alimentos y los problemas socioambientales consecuente, al igual que alternativas para producción de alimentos sanos. Para rendimiento de este estudio, fueron realizadas dos frentes de trabajo: de oficina y de campo. De primero, recorrido bibliográfico, investigación documental y electrónica, selección y lectura de bibliografías que caractericen la agricultura tecnificada, de un lado, y el consumo de pesticidas, del otro; la organización de un guión de preguntas y el empleo de entrevistas previamente planificada y citada para la recolecta de los datos a través de la formación de grupo focal. De este modo, aunque la investigación haya acercado aspectos económicos y políticos inherentes a la modernización de la agricultura, se acercó también al reconocimiento y la valoración de los procesos culturales presentes en las prácticas de producción de la agricultura campesina.

Palabras clave: Enseñanza; Geografía; alimentos; educación; campo.

Introdução

O presente estudo, norteado para o processo de aprendizagem, tem como objeto de estudo investigar a percepção dos estudantes do ensino médio do Colégio Estadual do Campo Maria Aparecida R. Franciosi, localizado no assentamento rural Eli Vive, no distrito de Lerroville, município de Londrina, no Paraná, quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos, e os problemas socioambientais decorrentes, bem como de alternativas para a produção de alimentos saudáveis.

Assim sendo, a partir do pressuposto de que a Geografia Escolar tem como objetivo despertar o raciocínio espacial, poderíamos indagar: como a geografia constrói esse raciocínio? A partir do momento em que questiona a ocupação dos espaços geográficos e as dinâmicas das relações sociais por intermédio dos seus métodos, compreendida nesse ponto como aquela que tem por objeto o estudo do espaço geográfico, questionando as dinâmicas socioambientais, iniciando nas alterações impostas ao meio físico, de tal modo que a natureza é condição fundamental na organização do espaço e que não há meio de separá-la da sociedade nem deixá-la à margem do processo de leitura espacial.

Quanto à abordagem e aos objetivos, a proposta que aqui se defende foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa apoiada no método do materialismo histórico dialético de interpretação da realidade, de nível exploratória, não estruturada, mediante realização de

grupo focal, aplicada em encontro único, com duração aproximada de 100 minutos, com estudantes do 3º ano do ensino médio no município de Londrina.

A organização desse estudo envolveu duas frentes de trabalho: de gabinete e de campo. Preliminarmente, foram feitos levantamento bibliográfico, pesquisa documental e eletrônica, seleção e estudo de bibliografias que caracterizem a agricultura tecnificada e as implicações em termos de consumo de agrotóxicos, organização de um roteiro e aplicação de entrevista, coleta de dados por meio da formação de grupo focal com adolescentes e jovens da escola do campo do distrito de Lerroville, utilizando o recurso de gravador de voz para registro dos dados.

Segundo Gil (2008), o estudo de caso aplicado em pesquisas exploratórias, além de permitir a investigação, de modo empírico, de um fenômeno presente no cotidiano da população em foco, é capaz de caracterizar as circunstâncias na qual está sendo realizado o estudo, bem como possibilitar a exposição das variáveis causais desses fenômenos, mesmo em situações complexas.

Permanecendo em Gil (2008), as pesquisas de nível exploratória são empregadas para proporcionar uma compreensão mais adequada do problema, capaz de fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados. Não obstante, são recomendadas para investigar determinado tema com maior objetividade, principalmente nas pesquisas qualitativas. O pesquisador tem atuação como moderador que apresenta os objetivos da pesquisa. O assunto é introduzido por intermédio de uma questão genérica, sendo trabalhada até que os dados necessários sejam coletados pelo pesquisador. A presente pesquisa entrevistou onze adolescentes e jovens.

Ainda segundo Gil (2008), quando o pesquisador utiliza o recurso da pesquisa exploratória, evidencia a dimensão histórica dos processos sociais, levando em conta a identificação do modo de produção e sua relação com as estruturas de poder (políticas, jurídicas, econômicas). Trata-se de um estudo diferenciado, haja vista a ação didática se voltar para uma educação que permite discutir o uso indiscriminado de agrotóxicos, bem como alternativas para produção de alimentos saudáveis, com objetivo de averiguar se o estudante compreende sobre as relações sociais que permeiam as dinâmicas espaciais e sua atuação nesse contexto, não distanciando, assim, o estudante da realidade.

Contribuindo com Gil (2008), Farias Filho e Arruda Filho (2013) conceituam o grupo focal, ou grupo de foco, como uma forma eficiente de colocar o pesquisador diante dos pesquisados, formando, desse modo, um grupo de discussão aberta, informal e de tamanho reduzido, tendo como alvo a obtenção de informações qualitativas significativas à proposta da pesquisa.

Tendo em vista esse panorama da pesquisa, este artigo possui como problema de estudo o seguinte questionamento: quais as percepções dos estudantes do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Maria Aparecida R. Franciosi quanto ao uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos e as alternativas para a produção de alimentos saudáveis?

O papel do Ensino de Geografia e da Educação do Campo no empoderamento de adolescentes e jovens

Ao deparar-se com os desafios da formação do estudante voltada à sua cidadania, tendo como ponto de partida as práticas sociais no ambiente em que se encontram inseridos, a disciplina de Geografia deve levar os estudantes a compreender as relações socioespaciais dos lugares de vivência, cotidiano, cultura, história e identidade.

Isso exposto, pode-se afirmar que o ensino de geografia para a educação das populações do campo é capaz de contribuir para

[...] estabelecer uma relação existencial com os alunos, de modo que fique claro o seu papel de cidadão (com seus direitos e deveres), e principalmente entender os processos históricos da sociedade que resultam na produção do espaço rural e das suas relações com o urbano (ALVES; MAGALHÃES, p. 85, 2008).

De outra forma, entender as espacialidades do campo como sendo uma expressão das práticas sociais de um povo que constrói e reconstrói seu espaço geográfico é um importante começo para o ensino de geografia, que pode colaborar de forma crítica para o projeto de educação do campo.

Nesse sentido, Alves e Magalhães (2008) propõem que o ensino de geografia voltado à população do campo deve promover a construção da cidadania por meio da compreensão dos processos históricos que resultam na produção do espaço geográfico do campo.

Mas, qual a significância da educação do campo? Seguramente, o debate necessário extrapolaria os limites deste texto. Assim, tomando como base os dados constantes na Legislação, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (BRASIL, 2001, p. 1),

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das

condições da existência social e com as realizações da sociedade humana [...].

No âmbito das relações socioambientais, sabe-se que o espaço rural há muito tempo é visto como sinônimo de atraso, considerando uma escala evolutiva entre cidade-campo. A desvalorização do campo e, concomitantemente, de sua população não é algo tão recente (SILVA; CARVALHO; SANTOS, 2010).

Nesse sentido, já na segunda metade do século XX, a educação no espaço rural utilizava metodologias direcionadas aos interesses capitalistas. O ensino de geografia seguia uma tendência ideologicamente nacionalista e funcionava mais como um mecanismo de ação do Estado, de modo a cercear os movimentos sociais que questionassem o sistema de governo. Para Straforini (2004, p. 63), essa educação “tinha uma função ideológica claramente definida, ou seja, criar uma ideologia patriótica e nacionalista”.

Colaborando com esse autor, Alves e Magalhães (2008, p. 83), complementam:

O ensino rural visava ‘capacitar’ os futuros trabalhadores assalariados do campo, ou mesmo a força de trabalho das indústrias das cidades. Uma educação, portanto, que nada tinha a ver com os reais interesses do povo do campo, uma vez que o meio rural era visto simplesmente como um ‘espaço do capital’, desconsiderando os processos históricos, sociais e culturais da população do campo.

A educação do campo, hoje, questiona os antigos paradigmas da educação para a zona rural, caracterizada por metodologias não adequadas à população do campo e voltadas aos interesses capitalistas. O ensino de geografia nas escolas do campo objetiva resgatar e cultivar a identidade de homens e mulheres do campo, possibilitando-lhes uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde vivem (ALVES; MAGALHÃES, 2008).

Desse modo, faz-se extremamente necessário garantir a autonomia de uma educação que questione esse modelo de produção de alimentos com agrotóxicos e os interesses econômicos que o legitima. Assim, os estudantes podem ser agentes envolvidos com discussões acerca da organização produtiva do lugar onde vivem, proporcionando o desenvolvimento deles como sujeitos críticos. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013a, p. 6) apontam:

[...] a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

Visto dessa forma, uma breve reflexão nesse sentido denota que a educação do campo é incompatível com uma produção pautada na agricultura capitalista. São ideologias

distintas, pois a primeira defende os interesses das populações do campo enquanto a segunda vive da alienação e da exploração delas.

Para Alves e Magalhães (2008, p. 82), a educação do campo busca desconstruir a educação da zona rural caracterizada por metodologias de capacitação para o trabalho na agricultura, os quais nos apontam:

A educação do campo deve ser entendida de modo a suprir as necessidades dos camponeses, pois vai além do simples fato de escolarizar e educar a população do campo para o trabalho. Pensar na educação do campo é pensar nos costumes e saberes do camponês. É pensar na educação das práticas cotidianas e entender o campo como ambiente social, respeitando as limitações do meio físico na preservação da natureza.

Assim, uma das instituições que podem exercer a função formativa nos sujeitos a caminho da fase adulta é a escola. Em destaque, a escola do campo, que possui papel preponderante para uma discussão reflexiva sobre os danos à saúde e ao meio ambiente, via uso indiscriminado de agrotóxicos.

A concepção de escola do campo surge e consolida-se no bojo da Educação do Campo, por meio das experiências de formação de base, desenvolvida no interior da luta dos movimentos sociais por terra, educação e reforma agrária. Surge das contradições da luta e da prática educativa da classe trabalhadora do campo, como proposta antagônica ao modelo proposto pelo capital, defendida pelas elites com base na educação urbana voltada aos interesses capitalistas, a qual infamava ao campo o preconceito de inferioridade. Personagens como Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, que representava o trabalhador rural no Brasil, simbolizava a situação do caipira com seus problemas econômicos e sociais. Tal concepção contribuía, erroneamente, para a formação do ideário social de atraso do campo.

No entanto, a pensar-se na escola das práticas cotidianas compreendendo o campo como social, o parágrafo único do Artigo 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: Parecer nº 36/2001 (BRASIL, 2001, p. 22) destaca:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Esse apontamento destaca aos espaços formativos da escola do campo sua importância e seus reflexos de novos saberes no cotidiano, na vida em sociedade e na construção de sujeitos críticos no exercício pleno da cidadania.

Posto dessa forma, a disciplina de Geografia, em uma escola do campo, colabora no entendimento do espaço geográfico no qual os estudantes estão inseridos e na sua formação como cidadãos críticos, capazes de compreender as mudanças construídas pela classe trabalhadora do campo em movimento, suas formas de organização e seu conjunto de ações, que contrapõe o modelo atual de produção da agricultura capitalista, sendo capaz de propor um modelo agrícola justo e sustentável social e economicamente.

Preocupações geográficas: o uso abusivo de agrotóxicos na agricultura capitalista

Os impactos na saúde pública são amplos; em decorrência do uso abusivo de agrotóxicos, atingem todo o território nacional e envolvem diferentes grupos populacionais, como trabalhadores da cadeia produtiva desses produtos, os moradores no entorno das fábricas de agrotóxicos, os trabalhadores do campo que utilizam no cultivo de suas lavouras, além dos consumidores desses alimentos contaminados. Tais impactos estão associados ao atual modelo de desenvolvimento, voltado prioritariamente para a produção de bens primários para exportação (CARNEIRO et al., 2015).

Mendonça (2001) nos diz que, no estudo da relação socioambiental, a natureza é condição fundamental na organização do espaço geográfico e não há meio de separá-la da sociedade nem de deixá-la à margem do processo, a fim de analisá-la, apontando ainda que, em uma abordagem geográfica, não se é permitido esquecer o relevo que forma o suporte à existência da cidade, da água e do ar que sustentam a vida de seus habitantes, e do alimento que os nutrem, e que são produzidos no solo.

Nesse sentido, Haesbaert (2009) destaca que geografia está orientada para a compreensão da dimensão espacial da sociedade, incorporando relações, movimentos e processos, percebendo, desse modo, que o espaço pode se transformar em absoluto, relativo ou relacional, condição de grande relevância na própria construção do conceito território, o qual adquire diversas feições de acordo com as várias dimensões da espacialidade, não sendo possível dissociá-los.

Verifica-se, ainda em Haesbaert (2009, p. 625), que:

Talvez pudéssemos afirmar, de maneira mais simples, que assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, sem sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na 'dimensão', ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Como visto em Haesbaert (2009), o conceito de território, ao longo de sua história, possui forte vinculação ao tratamento de questões envolvendo relações de espaço e poder, ou seja, dimensão política da sociedade em sua composição espacial ou geográfica, cuja tendência está dirigida para o campo das práticas sociais.

A par de Raffestin (2009), Haesbaert (2009) defende que os territórios podem originar-se a partir do encontro entre o campo, a cidade e o emprego de técnica, com intensidade variável, porém de estreita conexão, quando diz Raffestin (2009, p. 24):

Hoje, os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens agrárias e urbanas sofrem logo a influência do terceiro estado da natureza, aquele sintético ou cibernético que começou com a química moderna na metade do século XIX e é caracterizado, hoje, pelo desenvolvimento da biotecnologia através da manipulação genética.

Essa transformação territorial pautada em atender aos interesses do capital, cuja intenção está na dinâmica da sua acumulação aliada ao uso e ao desenvolvimento de novas tecnológicas que causam sua dependência, modifica-o no território da agricultura capitalista, hegemônica, voltada à exportação, tornando-o organizado pelo e para o capital e, desse modo, produto de luta de classes opostas ao seu controle.

Subsistindo nessa direção, este artigo possui importância sob a ótica das relações socioespaciais, propondo uma educação voltada para a formação do estudante, na modalidade Educação do Campo. De acordo com as *Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Geografia* (PARANÁ, 2008), nessa etapa os jovens já estudaram vários conteúdos relacionados à dimensão socioespacial do espaço geográfico, como: o espaço rural e a modernização da agricultura, a importância dos fatores naturais, o uso de novas tecnologias na agropecuária brasileira, além de noções de como se realiza a produção agrícola de alimentos.

Ainda de acordo com as mesmas *Diretrizes* (PARANÁ, 2008, p. 68), no âmbito dos Conteúdos Estruturantes da Geografia para Educação Básica, discutem-se questões inerentes às dimensões econômica, política, socioambiental e cultural do espaço geográfico. A escolha do tema da pesquisa objetiva compreender se os estudantes de uma escola do campo possuem uma consciência crítica sobre os riscos eminentes de exposição das populações do campo aos agrotóxicos e se conhecem práticas agrícolas de produção alternativas à matriz tecnológica vigente.

Cabe ressaltar que os problemas relacionados às questões socioambientais fazem parte de uma temática abrangente e atual. Adicionando-se a essa questão o uso dos

agrotóxicos, ela se torna relevante e oportuna para a discussão que toma por base o processo produtivo agrícola do Brasil e sua dependência dos produtos químicos. Assim sendo, faz-se oportuno abordar a agroecologia no ensino de geografia como modelo alternativo para a produção de alimentos.

Tendo em vista que o atual modelo agrícola de produção de alimentos voltado à exportação proporciona diversos problemas – tais como, desequilíbrio do ecossistema, perda da biodiversidade, contaminação dos recursos naturais, danos à saúde da população do campo e da cidade, bem como a contaminação dos alimentos pelo uso de agrotóxicos –, a agroecologia apresenta-se como proposta alternativa de segurança alimentar, conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis.

Freire Filho (2006) destaca que o atual processo produtivo de alimentos no país, está vinculado ao processo de industrialização ocorrido proeminentemente nas décadas de 1960 e 1970. Sob tal aspecto, o avanço tecnológico colocou o campo economicamente dependente das técnicas e produções industriais (máquinas pesadas, equipamentos, indústrias químicas), bem como a destinação de grandes áreas voltadas à monocultura, alterando, desse modo, o processo de produção de alimentos, responsável pela transformação no espaço geográfico.

A par de Freire Filho (2006), Carneiro et al. (2015) apontam que essa dependência tecnológica na produção de alimentos tem contribuído para que o Brasil se posicione mundialmente como o maior mercado de agrotóxicos. Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná, divulgados durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, em 2012, apontam que, enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93% nos últimos dez anos, o crescimento do mercado brasileiro no mesmo período foi de 190% (MOLINA, 2012). No ano de 2008, o Brasil alcançou o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando os Estados Unidos. Isso ocorre porque o Brasil escolheu uma matriz tecnológica de produção de alimentos baseada na monocultura, na especialização produtiva, associada ao sistema capitalista de produção agrícola fundiária, que privilegia o uso da terra para *commodities*.

Tendo em Oliveira (2002) que o território é um produto da luta de classes enredada pela sociedade para socialização igualitária da natureza, esboçam-se nesse ponto dois territórios em conflito: a agricultura camponesa, cuja atividade agropecuária diversificada é compartilhada pela família, com relação direta com a terra, sendo local de trabalho e de moradia, em oposição à agricultura capitalista, composta por grandes áreas produtivas,

exploradas para monocultivo (soja, cana, algodão etc.), por meio da contratação de mão de obra assalariada, cuja produção agrícola destina-se ao mercado externo.

Desse modo, são considerados os riscos à exposição desenfreada da contaminação no campo, com trabalhadores e moradores próximos, quanto ao uso massivo de agrotóxicos na produção de alimentos; na cidade, com seus habitantes como consumidores; e no Brasil, posicionado como o maior empregador de agrotóxicos do mundo na atualidade; tudo isso aliado à ausência de preocupação nacional com a produção de alimentos saudáveis.

Assim sendo, diante da dependência dos agrotóxicos para produção alimentar, dos riscos à exposição e contaminação dos trabalhadores e moradores do campo e de áreas produtoras próximas, além da contaminação ao meio natural, a pesquisa busca averiguar o entendimento dos estudantes de uma escola do campo quanto ao emprego desses agentes químicos nocivos, haja vista que o alvo encontra-se inserido em áreas produtoras de alimentos e, desse modo, relacionado com o interesse em suas práticas socioespaciais no campo.

O atual modelo de produção de alimentos dominante no país, com base nos interesses do sistema econômico capitalista aliado aos efeitos da chamada “Revolução Verde”, culminou no mais duro processo de destruição imposto à natureza e às relações sociais concernente ao trabalhador do campo. As populações do campo passaram a viver em um processo de vulnerabilidade social, intensificado pela globalização que, por outro lado, favoreceu a expansão dos latifúndios agroindustriais em detrimento do meio ambiente e da saúde humana. Nesse sentido, Carneiro et al. (2015, p. 96) destacam:

O modelo de produção agrária atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe dá sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho. O agrotóxico é uma expressão de seu potencial morbígeno e mortífero, que transforma os recursos públicos e os bens naturais em janela de negócios.

Sendo assim, a artificialização da agricultura, em associação com as políticas econômicas e públicas favoráveis aos oligopólios que praticamente definem a matriz tecnológica da produção de alimentos, faz com que o Brasil se posicione na atualidade como o maior consumidor de agrotóxicos no mundo (CARNEIRO et al., 2015).

Esse modelo de centralização da produção de alimentos, com base na monocultura, na concentração de terras e no desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, gerou consequências ambientais e sociais desastrosas, incrementando os riscos contra a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (ZIMMERMAN, 2009).

Historicamente, a modernização agrícola brasileira fez parte de um projeto nacional de expansão da produção, tanto em escala nacional quanto internacional, além de representar uma complementaridade entre sujeitos da agricultura e da indústria, na qual a primeira tem um papel subalterno e de dependência em relação às empresas que dominam os elementos basilares da modernização da agricultura, como máquinas e insumos químicos (SANTOS; SAQUET, 2010. p. 207).

Em complemento, Bombardi (2011) traz ainda que os agrotóxicos, altamente dependente nas monoculturas, são um dos fatores de risco para a saúde humana em todas as etapas do processo produtivo. Utilizados em grande escala pelo setor agropecuário, busca corrigir a degradação do solo, surgimento de pragas e manutenção da produtividade; contudo, ainda há insuficientes estudos pertinentes aos danos à saúde dos camponeses, dos trabalhadores rurais e, não menos, às implicações do consumo de alimentos produzidos sob tais circunstâncias. Ainda segundo a autora:

O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não sejamos, como também é sabido, o principal produtor agrícola mundial. As indústrias produtoras dos chamados 'defensivos agrícolas' tiveram, segundo o Anuário do Agronegócio 2010 (Globo Rural, 2010), uma receita líquida de cerca de 15 bilhões de reais (BOMBARDI, 2011, p. 71).

Com presença do Estado, a modernização da agricultura intensificou o uso de agrotóxicos no Brasil a partir de meados da década de 1960, quando incentivou e incrementou a produção agrícola de *commodities* para estimular o crescimento da agricultura capitalista. Por meio do discurso de aumento nos lucros dos produtores, a ação contundente do governo contava, ainda, com a participação de bancos públicos e privados, os quais atrelavam, obrigatoriamente, financiamento bancário para a compra de sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Desse modo, o uso dessas substâncias em larga escala contaminaram o meio ambiente, proporcionando desequilíbrio do ecossistema.

Ainda nessa direção, Carson (2010, p. 22) destaca:

O mais alarmante de todos os ataques do ser humano ao meio ambiente é a contaminação do ar, do solo, dos rios e dos mares com materiais perigosos e até mesmo letais. Essa poluição é, na maior parte, irrecuperável; a cadeia de males que ela desencadeia, não apenas no mundo que deve sustentar a vida, mas nos tecidos vivos, é, na maior parte, irreversível. Nesse meio ambiente de contaminação agora universal, os produtos químicos são os parceiros, sinistros e raramente identificados, das radiações na alteração da própria natureza do mundo – a própria natureza da vida que nele habita.

O uso abusivo de agrotóxicos, a ausência de políticas públicas de controle e a deficiência na fiscalização para utilização em níveis seguros desses agentes químicos favorecem essa prática nociva aos componentes socioambientais. Como consequência, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2015), há no Brasil aproximadamente 450 substâncias autorizadas para uso na agricultura, destacando que vários princípios ativos já foram banidos em outros países. Tais fatos convergem para aumentar o risco à saúde da população envolvida direta ou indiretamente (produção/consumo), além dos sérios danos provocados ao meio ambiente.

Como complemento de compreensão, consoante a Carson (2010), Carneiro et al. (2015, p. 105) trazem à luz:

A indústria química está por detrás das ciências da vida e da morte (agrotóxicos). Por ironia da lógica capitalista, os agrotóxicos, denominados pelos empresários rurais de defensivos agrícolas, são produtos do campo das ciências da vida, ainda que, paradoxalmente, 'combater pragas' signifique destruir a biodiversidade. Na raiz do uso de agrotóxicos está o modelo econômico capitalista cuja racionalidade fundamenta o uso massivo de veneno no âmbito de uma permissividade que destrói a vida em nome do combate às pragas e do controle de doenças na agricultura.

Nessa direção, merece destaque, ainda, que o processo produtivo agrícola brasileiro está cada vez mais dependente dos agrotóxicos. Se o cenário atual já é suficientemente preocupante no que diz respeito à saúde pública, deve-se levar em conta que as perspectivas são de agravamento do problema nos próximos anos. De acordo com projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para 2020-2021, a produção de *commodities* para exportação deve aumentar em proporções de 55% para a soja, 56% para o milho, 46% para o açúcar. Como são monocultivos químico-dependentes, as tendências atuais de contaminação devem ser aprofundadas e ampliadas (CARNEIRO et al., 2015).

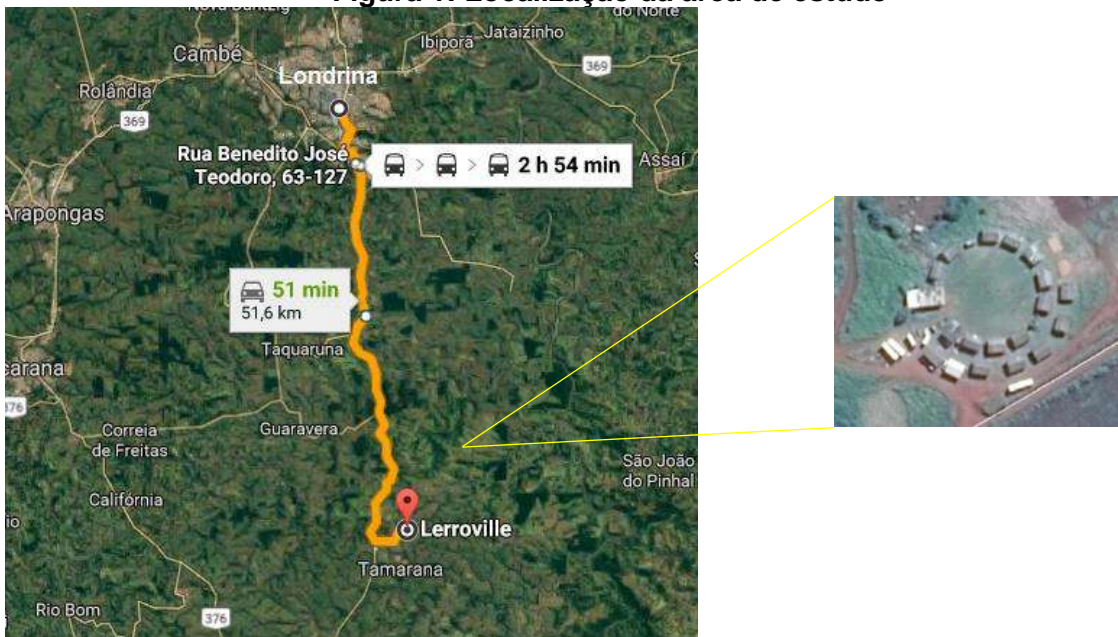
A utilização de agrotóxicos na produção de alimentos contribui sensivelmente para a insustentabilidade desse modelo químico, degradando a natureza, contaminando o solo, a água e o ar para além da população que os consomem; temos, como exemplo, os trabalhadores das fábricas de agrotóxicos e os trabalhadores do campo que aplicam esses produtos nocivos.

Localização da área de estudo

A área de estudo compreendeu o Colégio Estadual Maria Aparecida R. Franciosi, localizado no assentamento rural Eli Vive, no distrito de Lerroville, município de Londrina, Paraná.

A localidade dista aproximadamente 59 Km de Londrina, sendo 52 Km trafegados pela PR-445, Rodovia Celso Garcia Cid, sentido Londrina – Mauá da Serra, e o restante do percurso seguido por estrada secundária, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 23°37'32.45"S e Longitude 51°02'32.53"O, conforme demonstrada na Figura 1.

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Google, 2016.

Percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio em relação ao uso de agrotóxicos e da agroecológica na produção de alimentos

Para o desenvolvimento do grupo focal listamos algumas questões que, posteriormente, deram origem a um questionário com os tópicos que deveriam ser abordados de acordo com a temática, sendo elas: 1) O que são os agrotóxicos?; 2) Como a saúde humana pode ser afetada pelos agrotóxicos?; 3) Vocês possuem conhecimento dos efeitos para a saúde humana do uso indiscriminado de agrotóxicos?; 4) Quais os grupos de pessoas mais vulneráveis (sensíveis) aos agrotóxicos?; 5) Quais as formas de contato em que podem ocorrer exposições aos agrotóxicos?; 6) Vocês saberiam identificar algum sintoma de intoxicação causada pelos agrotóxicos?; 7) Vocês possuem conhecimento de como utilizar os agrotóxicos com segurança para proteger a saúde?; 8) Os agrotóxicos são usados no ambiente doméstico?; 9) Existe, no assentamento, algum projeto para produção agroecológica de alimentos?; 10) Vocês conhecem a agroecologia?

Dando continuidade, o passo seguinte compreendeu a organização dos trabalhos no ambiente escolar, relacionado aos seus aspectos práticos. A pesquisa foi aplicada em

encontro único, com duração de 100 minutos (duas aulas de 50 minutos cada). Utilizou-se a sala de aula regular do 3º ano do ensino médio, tendo o professor da disciplina cedido suas aulas em prol da pesquisa.

O local foi preparado para a acomodação dos estudantes; as cadeiras foram postas em forma de “meia lua”. Participaram onze estudantes. Houve apoio do professor de Biologia nos momentos iniciais, o qual realizou a ambientação entre as partes, bem como a apresentação dos propósitos do encontro, permanecendo em sala até a conclusão da atividade.

Por tratar-se de um docente licenciado para disciplina de Biologia, o profissional foi convidado, pelo mediador, a participar com intervenções oportunas e pontuais nas discussões, pois foi um momento raro em que se pode unir dois componentes curriculares da educação básica, Geografia e Biologia, proporcionando um encontro interdisciplinar, ainda que de curta duração, contribuindo, desse modo, para a construção do conhecimento e enriquecimento do conteúdo abordado em benefício do grupo de estudantes.

Em seguida, o mediador explicou as regras do grupo focal aos participantes, enfatizando a autonomia do grupo e a construção do diálogo. Foram elas: a) só uma pessoa falar de cada vez; b) evitar discussões paralelas, para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam (GONDIM, 2003).

A partir da transcrição dos dados coletados no encontro, optou-se pelo estudo inicial da fala do grupo por meio de leitura atenta do material, com o intuito de buscar a visão geral do grupo de estudantes acerca da temática. Ao examinar as respostas do grupo focal, revelam-se as percepções direcionadas às questões ambientais, devido ao surgimento de termos como “ar”, “água”, “abelhas”, “peixes” e “rios”.

Quando indagada a definição da palavra agrotóxico na perspectiva do grupo, os participantes retornaram tratar-se de veneno que faz mal à saúde. Outros pronunciaram-se como alimentos produzidos à base de veneno.

Em momento seguinte, perguntados a respeito dos modos de contaminação da saúde humana por agrotóxicos, os estudantes responderam que ocorrem pela ingestão dos alimentos, por inalação em contato com a atmosfera, pelo contato direto com a pele dos trabalhadores que realizam sua aplicação, além dos trabalhadores das indústrias de fabricação.

Ato contínuo, foram solicitados ao grupo exemplos de sintomas e de doenças causadas por intoxicação de agrotóxicos, quando foram citados: vômitos, dores de cabeça, dores pelo corpo, cansaço, irritação nos olhos e doenças, como o câncer.

Inqueridos se saberiam informar quais pessoas ou grupo de pessoas estão em condição de fragilidade frente aos agrotóxicos, os estudantes apontaram: os idosos, as

crianças, as gestantes, os trabalhadores que utilizam os produtos e não utilizam equipamentos de proteção.

Quanto ao uso de equipamentos de proteção obrigatórios na manipulação de agrotóxicos, foi solicitado aos participantes que indicassem quais seriam, oportunidade em que responderam: máscaras de respiração, roupas apropriadas, botas, luvas e óculos. A essa altura, um dos componentes complementou sua resposta apontando que existe muita desinformação, que as pessoas não sabem o quanto esses produtos fazem mal à saúde.

Da mesma forma, responderam positivamente quanto ao uso de agrotóxicos em ambiente doméstico, quando foram citados: inseticidas, iscas usadas no controle de formigas e baratas e venenos para rato.

Até esse ponto, a pesquisa abordava com o grupo questões de caráter geral, com base nos conhecimentos adquiridos de acordo com a estrutura curricular educacional. Como que utilizando um funil, organizou-se o rol das questões a partir de um entendimento mais amplo, convergindo em direção ao objetivo da pesquisa na fase final.

Devido à intenção de investigar a percepção dos estudantes quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos com base nas práticas sociais da comunidade, ou seja, no espaço geográfico no qual os participantes estão inseridos, construiu-se a seguinte questão: existe, no assentamento, algum projeto para produção agroecológica de alimentos?

No sentido de colocar no centro do debate o emprego desses produtos, especificamente neste item, buscou-se, propositadamente, o resultado dito de outra forma. A conotação explícita aqui seria: existe, no assentamento, a produção de alimentos sem utilização de agrotóxicos?

Porém, é certo, que tal expressão seria capaz de causar inibição entre os participantes. Muitas são as implicações socioambientais no uso desses agentes químicos nocivos. Do ponto de vista conceitual, tendo-se por base que o eixo estrutural está na compreensão de tais consequências, das quais o grupo demonstrou conhecimento, conforme os relatos apresentados, houve o cuidado necessário de preservar a dinâmica da pesquisa na obtenção dos dados.

Feito dessa forma, embora tal proposição tenha causado certo silêncio e parte optou pela omissão, alguns participantes responderam que há projeto de produção alimentar ecológica no assentamento; porém, na opinião dos que se pronunciaram, são poucas famílias e deveria haver maior adesão dos produtores locais. Cabe ressaltar que quando os

participantes citam a existência de projeto, estão se referindo ao projeto Sacolas Camponesas¹.

Em desarmonia, sabendo que um dos pilares do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é a produção de alimentos livres de agrotóxicos, constatou-se, por meio da pesquisa, o uso de agrotóxicos nas áreas de produção alimentar do assentamento. Alguns dos estudantes participantes da pesquisa disseram que nesse local todos utilizam, citando como exemplo integrantes da própria família, como pai e irmãos, inclusive ressaltando que não utilizam nenhum tipo equipamento de proteção individual por gerar desconforto.

Fechando o bloco de questões, questionou-se, no entendimento do grupo, o significado de agroecologia. Alguns poucos participantes, com certa dúvida, opinaram tratar-se de um evento com finalidade de apresentar alimentos cultivados sem utilização de agrotóxicos, utilizando mão de obra familiar.

A organização deste estudo foi desenvolvida na concepção do contexto local, no sentido de investigar a percepção dos participantes da pesquisa no ambiente em que estão inseridos. Do ponto de vista pedagógico, foram apresentadas considerações importantes pelos estudantes, dotados de compreensão crítico-analítica, conforme nos apontam os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (2013b, p. 53):

Entende-se que, para a formação de um aluno consciente das relações socioespaciais de seu tempo, o ensino de Geografia deve assumir o quadro conceitual das abordagens críticas dessa disciplina, que propõem a análise dos conflitos e contradições sociais, econômicas, culturais e políticas, constitutivas de um determinado espaço.

Porém, destacam-se as narrativas dos participantes indicando o uso de agrotóxicos no assentamento, até mesmo na própria família, com pais e irmãos empregando esses produtos químicos, inclusive negligenciando o uso de equipamentos de segurança individual; os estudantes também dizem que há muita desinformação a respeito, que a população desconhece os efeitos prejudiciais desse uso para a saúde humana e para a natureza.

A começar pelas consequências do avanço do modelo econômico capitalista na produção de alimentos, o uso dos agrotóxicos torna-se a expressão concreta do domínio da técnica no campo, evidenciando o poder do sistema socioeconômico em que estamos

¹ O projeto Sacolas Camponesas constitui uma ação de extensão prevista no Projeto de Extensão Universidade sem Fronteiras da Universidade Estadual de Londrina. Tem como objetivo o fortalecimento da agroecologia fundada em dois princípios: a sustentabilidade na produção de alimentos e o consumo incluyente e socialmente justo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2017).

inseridos, cuja cadeia produtiva se configura insustentável do ponto de vista socioambiental (CARNEIRO et al., 2015).

Ainda de acordo com Carneiro et al. (2015), o pacote tecnológico instaurou a artificialização da produção agrícola por meio do emprego de fertilizantes químicos e agrotóxicos, capaz de movimentar e acumular riquezas, porém com ônus entre todos os agentes envolvidos (envenenamento, perda da biodiversidade, poluição do ar, do solo e dos rios, surgimento de diversas doenças).

Complementando esse debate, Paulino e Fabrini (2008, p. 221) destacam que:

Como estão em jogo cifras bilionárias e poderosos interesses, não há fiscalização digna de nota, gerando estimativas frágeis sobre a dimensão dos envenenamentos por agrotóxicos, pois a maioria dos casos sequer é detectada e ou notificada, seja pela deficiência dos serviços de saúde pública no país, seja pela dificuldade que os trabalhadores do campo têm em usufruir de atendimento médico-hospitalar. Mas os relatos colhidos em pesquisas de campo são por demais significativos. Raramente encontramos comunidades em que tais problemas não tenham ocorrido, isso sem falar na recorrência com que nos é indicada a perda de lavouras e de criações por envenenamento.

Apesar do uso dos agrotóxicos ser uma das faces mais visíveis, a questão seguinte, dita por um dos participantes da pesquisa, evidencia concomitantemente a ação estratégica da agricultura capitalista em prol dos seus interesses econômicos, ou seja, o de ocultar a extensão dos malefícios causados pelo emprego desses produtos na produção de alimentos.

A percepção do respondente quanto à segurança alimentar possui significância e não deve ser desprezada. A sensação de falta de informação procede e não acontece por acaso. Tem sido regra o emprego de certos meios com claros objetivos de ocultar os efeitos perversos do uso de agrotóxicos na produção alimentar e, assim, disseminar a (falsa) impressão à sociedade de que esses produtos não causam mal à saúde e ao meio ambiente.

Em concordância com Paulino e Fabrini (2008), Carneiro et al. (2015) destacam que, em função das altas cifras envolvidas, uma dessas estratégias é justamente a ausência de informações sobre intoxicação, iniciando pela ineficiência dos serviços de saúde pública do país, conforme mencionado anteriormente.

Para além, há ainda as desqualificações dos estudos científicos acerca de envenenamento, produção de contradiscurso, omissão de informações ao consumidor, disseminação do uso seguro, alteração da nomenclatura agrotóxicos para defensivos agrícolas – e, posteriormente, para produtos fitossanitários –, falta de vontade política dos

governantes para tratar do tema, que cede às pressões das empresas dominantes do mercado mundial de agrotóxicos.

Faz-se necessário percorrer obrigatoriamente a via da dinâmica das forças produtivas que prevalecem nessa mesma escala, ou seja, o modo de produção, distribuição, circulação e consumo capitalistas. Um olhar que indique que, mesmo sendo um passo de cada vez, caminha-se com o intuito de estabelecer conexões entre aspectos da realidade e suas causas com as práticas sociais atuais, rumo a ações mais conscientes.

Assim sendo, considerando que essas desqualificações são questões voltadas ao capitalismo, faz-se imperativo um esforço para desvendá-las em oportunidade futura, pressupondo um olhar para suas generalidades e singularidades, as quais não serão abordadas no presente estudo.

Para não concluir

Neste trabalho, buscou-se pautar a percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio, modalidade educação do campo, quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos com base nas práticas sociais em escala local.

No estudo dos dados levantados por meio do grupo focal, ficou evidente que os participantes possuem clareza quanto aos prejuízos advindos da prática do emprego de agrotóxicos na produção de alimentos, tanto para a saúde humana, quanto para a natureza, com a perda da biodiversidade. Contudo, nota-se também a necessidade de adoção de boas práticas nos núcleos familiares, visando o uso seguro desses agentes nocivos.

Diante dos dados levantados, acredita-se que uma ação mais eficaz está ligada à valorização das práticas agroecológicas das famílias desses estudantes. Contudo, é preciso um ensino de geografia que questione as atuais práticas de produção pautada no uso intensivo de agrotóxicos e que os leve a compreender os benefícios da produção agroecológica para a saúde da sua família e da comunidade, em um processo contínuo de construção comum de ações participativas em prol do desenvolvimento da saúde coletiva e de uma nova consciência ambiental e social.

Nesse ponto, cabe destacar a fala de alguns estudantes participantes da pesquisa; no entendimento deles, a agroecologia é um evento para exposição de alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos. Ao reduzirem o modelo alternativo de produção agrícola a um “evento”, dá-se a dimensão da carência de conhecimento em torno do assunto. Sabe-se que o processo é dotado de complexidade, requerendo formação dos envolvidos (agricultores, famílias, comunidade produtora, técnicos), e visa a integração do conhecimento popular ao científico, favorecendo uma mudança de postura frente aos fundamentos agroecológicos.

Porém, essas ações também necessitam e devem contar com o apoio docente. Por meio de uma linguagem simples, dada a carência de materiais pedagógicos; de atividades desenvolvidas no âmbito escolar, como exposições de trabalhos, palestras, cursos abertos à comunidade, que podem refletir nas comunidades locais e no projeto político pedagógico da escola, unindo-os em torno de um objetivo comum que almeje a melhoria da qualidade de vida de todos. Nesse sentido, a atuação do professor torna-se imprescindível.

O desafio está em conseguir estabelecer as conexões entre os aspectos da realidade e suas causas, com as práticas sociais atuais.

Referências

ALVES, Wellington Galvão; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. O ensino de geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas. **Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 10, n. 1, p. 79-91, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. In: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 71-82.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: Parecer nº 36/2001**. 04 dez. 2001. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. 2013b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FREIRE FILHO, Osni de Luna. Hierarquia urbana e modernização da agricultura. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). **Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006. p. 57-76.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, Sônia Maria G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Pandéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, jan. 2003.

HAESBAERT, Rogério. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, Francisco A.; LOWEN-SAHR, Cicilian L.; SILVA, Márcia da (Org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAM, 2009. p. 621-634.

INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos**. 06 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrototoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 113-132, jan./jun. 2001.

MOLINA, Danilo. **Seminário volta a discutir mercado de agrotóxicos em 2012**. 11 abr. 2012. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=2665456&_101_type=content&_101_groupId=219201&_101_urlTitle=seminario-volta-a-discutir-mercado-de-agrotoxicos-em-2012&inheritRedirect=true>. Acesso em: 30 ago. 2016.

OLIVEIRA, Arioaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Geografia. Curitiba: SEED Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_geo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Territórios em disputa e agricultura**. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular; UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 213-238.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

SANTOS, Roseli A. dos; SAQUET, Marcos A. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. In: _____. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 201-218.

SILVA, Laís Maria Rodrigues; CARVALHO, Carolina Alvarenga; SANTOS, Eliana Elizabet dos. A educação no campo e a inadequação desta à realidade da agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre-RS. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. São Paulo: AGB, 2010. p.1-10.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Proex – Pró-Reitoria de Extensão. Fomento a sistemas agroecológicos para inclusão tecnológica, produtiva e mercantil de mulheres camponesas. 2017. Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pex/index.php&pagina=pex_qry_numeroordem2.php. Acesso em: 19 jul. 2017.

ZIMMERMANN, Cirlene L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100, jul./dez. 2009.

Sobre os autores

Denilson Manfrin Goes – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2016); Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-5658-9350>

Margarida de Cássia Campos – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2001); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2004); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2010); Atualmente é professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL); **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0003-4082-6037>

Como citar este artigo

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto por **Denilson Manfrin Goes** e **Margarida de Cássia Campos**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Tanto **Margarida de Cássia Campos** e **Denilson Manfrin Goes** foram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; **Denilson Manfrin Goes** ficou responsável, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise. Em relação aos procedimentos técnicos, Francisca Milani, formada em Letras fez a correção do português. A tradução do artigo para o inglês foi realizado por Giovana Moreira Goes e Laís Vitto da Silva Paula fez a tradução para o espanhol.

Recebido para publicação em 16 de maio de 2018.
Aceito para a publicação em 11 de setembro de 2018.

As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil

Mara Edilara Batista de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
e-mail: edilaramara@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como preocupação central as formas de apropriação do Estado das demandas da classe trabalhadora rural no âmbito da Educação do Campo no Brasil, e da consequente transformação dessas demandas em mais uma forma de subordinação do trabalhador rural ao capital. Acreditamos que essas formas de apropriação passam por uma estrutura organizativa do capital, por meio das ações do Estado, que se dá de forma escalar. Diante dessa problemática, o artigo caminha no sentido de contribuir com a construção de uma análise dessa estrutura escalar de poder armada “desde cima”, desvendando assim estratégias de controle e dominação dos “desde baixo”, os quais podem, assim, diante do conhecimento dessas estratégias, construir suas próprias estruturas escalares como forma de contrapoder e de insubordinação ao capital. No nosso estudo essa análise escalar é construída sob um olhar para a implantação do ProJovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba, programa do Estado apresentado como parte das políticas em Educação do Campo no Brasil, enquanto uma estrutura escalar de poder “desde cima”; e para a estrutura organizativa do MST como uma estrutura escalar “desde baixo”, que resiste e se recria na luta pela educação do campo.

Palavras-chaves: Educação do campo; políticas públicas; escalas Geográficas.

The geographical scales of power as ways of subordination and insubordination in the fight for rural education in Brazil

Abstract

This article has as its main concern the ways of appropriation of the State on demands from the rural working class on the extent of the Rural Education in Brazil, and the sequential transformation of those demands in one more way of subordination of the rural worker to the capital. We believe that those ways of appropriation pass through an organizational structure of the capital, by the actions of the State, that occurs in a scalar process. Facing this problematic, this article thrives to contribute with the construction of an analysis for the scalar organized structure “top-down”, covering then, strategies of control and domination of the “bottom-up”, that could then, having the knowledge of those strategies, build their own scalar structures, as a way to counterweight and insubordinate to the capital. In our study, this scalar analysis is built from a look for an implementation of ProJovem Campo – Saberes da Terra in Paraíba, a program of the State presented as part of the policies in Rural Education in Brazil, while a scalar structure of power “top-down”; and for the organizational structure of MST, as a scalar structure “bottom-up” that resists and recreates itself in the struggle for the Rural Education.

Keywords: Rural education; public policies; geographical scales.

Las escalas geográficas de poder como formas de subordinación y insubordinación en la lucha por la educación del campo en Brasil

Resumen

Este artículo tiene como preocupación central las formas de apropiación del Estado de las demandas de la clase trabajadora rural en el ámbito de la educación del campo en Brasil, y la consecuente transformación de esas demandas en más una forma de subordinación del trabajador rural al capital. Creemos que esas formas de apropiación pasan por una estructura organizativa del capital, por medio de acciones del Estado, que se dan de forma escalar. Ante esta problemática, el artículo camina en el sentido de contribuir con la construcción de un análisis de esa estructura escalar de poder armada “desde arriba”, desvendando así estrategias de control y dominación de los “desde abajo”, los cuales pueden así, ante el conocimiento de estas estrategias, construir sus propias estructuras escalares como forma de contra-poder y insubordinación al capital. En nuestra investigación esa estructura escalar es construida desde una mirada para la implantación del ProJovem Campo - Saberes da Terra en Paraíba, programa del Estado presentado como parte de las políticas públicas en Educación del Campo en Brasil, como una estructura escalar de poder “desde arriba”; y para la estructura organizativa del MST como una estructura escalar “desde abajo”, que resiste y se recrea en la lucha por la educación del campo.

Palabras-claves: Educación del campo; políticas públicas; escalas geográficas.

Introdução

A criação de uma política pública de educação para o campo responde a um conjunto de demandas que têm como objetivo mais geral a ampliação da educação para áreas rurais. Entretanto, as ações e os programas sociais que põem em prática as políticas e que são impressos pelo perfil do Estado em uma determinada sociedade e em seu tempo histórico, podem cumprir esse objetivo de diversas formas: podem atender apenas à redução da taxa de analfabetismo rural; podem atender a uma formação apenas de mão-de-obra, mantendo a ordem vigente; podem servir para ampliar a alienação do trabalhador do seu resultado de trabalho; podem servir simplesmente à uma formação para a inserção do agricultor familiar no mercado; entre outras demandas que vêm sendo construídas “desde cima” como formas de controle e de dominação do sistema capitalista atual.

Na outra ponta da estrutura escalar de poder existem processos sociais em luta que demandam desse mesmo Estado, e que acreditam que as políticas públicas podem ser construídas no sentido de dar conta de uma educação para e do campo que tenha como objetivo a emancipação/autonomização do trabalhador rural; que sirva à recriação camponesa e à construção de ações de autonomia para essas comunidades. São demandas construídas “desde baixo”, a partir dos sujeitos subalternos, como os que formam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, condição que se constrói a partir de contrapoderes. Entre eles está a luta por educação em seus territórios e nos demais territórios rurais no país.

O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores/as Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional, denominado ProJovem Campo - Saberes da Terra, foi implementado e construído como projeto piloto em 2005, pela

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), e teve como objetivo, segundo o MEC (2009, p.01), “garantir o direito dos povos do campo a uma educação adequada a suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva, entre outras)”.

Enquanto projeto piloto, O ProJovem Campo, ainda com o nome de Saberes da Terra, foi avaliado pelo MEC e demais órgãos responsáveis, em 2007, como um projeto que poderia ser transformado em um programa social, pondo em prática o disposto na LDB Nacional e, assim, podendo ser implantado nas demais regiões e estados do país.

Em 2008, o Saberes da Terra foi incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, objetivando “promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão” (MEC, 2009, p. 06). Sendo assim, esse Programa se inicia efetivamente em 2008, tendo sido aprovado inicialmente para 12 estados; para a sua segunda edição, em 2009, foram aprovados projetos para 19 estados.

Muitas das organizações sociais, pesquisadores e os demais sujeitos que lutavam por Educação do Campo o viram, inicialmente, como resposta a essa demanda que ecoava no campo há quase uma década: a construção de um projeto político educacional que trouxesse as especificidades do campo e atendesse à necessidade histórica de uma educação construída por e a partir dos sujeitos do campo, respeitando seus saberes e suas formas de vida.

Na Paraíba, o ProJovem Campo foi visto também como uma possibilidade de apropriação “desde baixo” e, dessa forma, de atender toda essa diversidade de sujeitos no campo (OLIVEIRA, 2015). Diversidade essa que ia além dos Sem Terra ou de acampados e assentados de Reforma Agrária, que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera não tinha como objetivo atender, já que o mesmo era voltado especificamente para as áreas de reforma agrária.

Entretanto, vários foram os enfrentamentos que perpassaram esse processo de implantação, os quais nesse artigo estão sendo entendidos a partir da análise e desconstrução da estrutura escalar de poder armada para a implantação do ProJovem Campo – Saberes da Terra no estado da Paraíba, compreendida como forma de dominação dos “desde baixo”, que se recriam por meio de sua própria estrutura escalar.

A metodologia da análise escalar de poder: as escalas geográficas como ferramenta de dominação e de subordinação

...la escala de la lucha y la lucha sobre la escala son dos lados de la misma moneda...

(Smith, 2002)

Com o processo de globalização que se amplia com grande vigor no século XX e suas consequências derramadas no século XXI, as investigações no âmbito das transformações da sociedade põem na ordem do dia uma perspectiva de análise que parte do “local” ao “global”. González (2005) coloca em questão esta posição dual entre local e global:

Nesta nova geografia do capitalismo se tem analisado, sobretudo, as relações entre o global e o local. Toda uma série de estudos analisam como os fenômenos mais globais adquirem significados diversos quando são apropriados por comunidades locais. (p.93 - Tradução nossa)

Cair na simplificação de que a globalização se reduz a uma relação dicotômica entre o local e o global restringe mais que abre possibilidade de estudo da globalização. (p. 94 - Tradução nossa)

González (2005) acrescenta ao debate sobre a crítica a posição dual de estudos analíticos relacionados à globalização, os problemas ocasionados não só com esse ponto de partida nas investigações atuais, mas alerta também para a espacialidade dos conflitos, que, para a autora, estão relacionados diretamente à globalização da atualidade:

O que não se pode perder de vista, no entanto, é que este novo capitalismo não é a-espacial, mas tudo ao contrário. O capital, por mais móvel, fluido ou volátil que seja não pode viver reproduzindo-se em abstrato, ele necessita, como diz Harvey, de seus “enclaves espaciais” [...]. Como também nos recorda Massey (1995), ainda que o capital seja cada vez mais móvel, não devemos esquecer que a força de trabalho, isto é, os agentes que fazem possível a reprodução do capital, não são equiparavelmente móveis. Temos que lembrar as inflexíveis e rígidas regulações sobre a imigração internacional. Assim, resulta mais frutífero analisar a globalização não somente como um processo que aniquila barreiras geográficas, mas como um fenômeno que fixa e produz outras novas barreiras e limites (SWYNGEDOUW, 2004), criando novas fronteiras de governabilidade (APPADURAI, 2001 apud GONZÁLEZ, 2005, p. 93 - Tradução nossa).

Nessa produção contraditória do espaço, onde o capital aniquila barreiras geográficas, porém se reconstrói por meio de novas barreiras, e da ampliação de enclaves espaciais, a autora nos convida a nos distanciar dos discursos de confrontação simplista entre o local e o global. No repensar destas categorias como pontos de partida e de chegada, González (2005) nos chama a atenção para um panorama mais complexo e livre, no qual mais do que escalas fixas e dadas como “local” e “global”, se desvelam escalas socialmente construídas no conflito, na luta, na resistência, na dominação, na subordinação. (GONZÁLEZ, 2005)

Mas, antes de mais nada, de que escalas estamos falando? Quando falamos de escala geralmente lembramo-nos de escalas cartográficas, aquelas numéricas e representativas das distâncias em mapas. Aqui estamos falando de escalas geográficas, muitas vezes compreendidas de forma limitada como algo dado ou pré-estabelecido. Ou

seja, geralmente não se questiona quem construiu a escala geográfica do Estado-Nação ou com que propósito; também não se pergunta como foi construída a escala estadual ou quem delimitou essas escalas e com que interesses; nem mesmo quais foram os critérios, assim como também pouco se percebe da construção de escalas de menor representação política em geral na sociedade.

Os estudos referentes às escalas geográficas surgem da necessidade do aprofundamento das análises de diferenciação espacial, subalternizadas por análises de cunho marxista ortodoxo que priorizavam o tempo sobre o espaço. Segundo Smith (2000), a construção da escala geográfica:

(...) é um meio primário mediante o qual “ocorre” a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferenciação espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa (p. 139).

Sabendo que as relações escalares são, inevitavelmente, relações de poder, a escala é tanto um objeto como um meio para as lutas político-econômicas. O debate de escalas é fortemente ampliado nos anos 1980, quando investigadores põem em discussão os problemas decorrentes da crítica marxista radical da década de 1970, com a negação à importância da organização espacial das coisas, da distância, da particularidade (GONZÁLEZ, 2005).

Em reação a estas análises a-espaciais, nos anos 80 surgiu entre os pesquisadores um interesse pelo “espaço” e a localidade de forma que “o único” estava de volta na agenda (MASSEY, 1985, p. 19 apud GONZÁLEZ, 2005, p. 94).

Mas foi Neil Smith que nos trouxe as contribuições mais importantes sobre o conceito de escalas geográficas, as quais, para este autor, partiam de um primeiro entendimento de que as raízes do desenvolvimento desigual se encontram nos próprios padrões de acumulação do capital.

O capital se debate sempre entre uma tendência à universalização e sua necessidade de fixar-se em lugares concretos que, inevitavelmente, o convertem em algo particular. Esta tendência contraditória se materializa, com o tempo, em uma forma territorialmente particular, agrupando-se em torno a uma hierarquia de escalas espaciais (SMITH, 1984, p. 135 apud GONZÁLEZ, 2005, p.95 - Tradução nossa).

Desta forma, as escalas se recriam por meio de processos capitalistas e se organizam em torno de uma hierarquia sistemática que mantém e facilita diferentes processos envolvidos na acumulação e circulação do capital. Em seu texto “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escalas geográficas”, Smith (2000) realiza uma discussão sistemática exploratória sobre escalas específicas, deixando claro que não era sua intenção criar um sistema ontológico de escalas, nem “congelar” um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada. Contudo, levantou um conjunto de escalas sem separações rígidas entre elas, compreendendo que as escalas são hierarquicamente construídas como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo. Estas escalas apontadas por Neil Smith são: corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo. (SMITH, 2000)

Para autoras como Sara González (2005), as escalas como urbano, regional, nacional e local são as principais escalas ao redor das quais o capitalismo encontra uma certa coerência, ou certo consenso entre os atores principais para levar a cabo seu projeto. A análise do processo de formação das escalas - seja urbana, regional, nacional ou local - nos oferece, portanto, uma janela crucial para a compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo e a sua frágil tendência ao equilíbrio. (GONZÁLEZ, 2005)

A ampliação do debate do que são as escalas nos permite sair da ideia dessas escalas preexistentes e passar ao entendimento das escalas geográficas como históricas e socialmente produzidas, e também como criações discursivas que re-constroem as realidades às quais são nomeadas sendo, portanto, formadas por relações de poder. Sobre isso Smith (2002) nos aclara:

As diferentes sociedades não só produzem o espaço, como Lefebvre nos tem ensinado, elas também produzem a escala. A produção da escala pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é em toda sua extensão um processo social. Não há nada ontologicamente dado sobre a divisão tradicional entre lugar e localidade, escala urbana e regional, nacional e global. A diferenciação das escalas geográficas estabelece e se reestabelece através da estrutura geográfica de interações sociais (p. 141 - Tradução nossa).

Com esse enfoque nas relações de poder e na diferença espacial, e sempre em uma perspectiva dinâmica, a análise escalar se perfila como “peça-chave” nos estudos referentes à estrutura desigual do capitalismo e sua natureza conflitiva de dominação. Em autores como Smith (2000, 2002), Marston (2000), Brenner (2001) e Harvey (2004), podemos encontrar referências explícitas e implícitas, tanto da importância que as transformações na economia política capitalista têm na produção das escalas, como da necessidade de entender melhor a produção da escala, a fim de compreender a dinâmica capitalista (e lutar contra sua hegemonia). (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006)

Na mesma linha, Brenner (2001) enfatiza a importância de precisar o vocabulário e as propostas teóricas desenvolvidas sobre a escala geográfica nos anos 1990, como forma de decifrar o dramático e altamente instável processo re-escalar – do capital, do território, do Estado e das relações sociais de poder em geral – que ocorre ao longo do sistema-mundo.

Segundo Smith (2000) é possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competência e cooperação.

A produção e a reprodução contínua da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre distintos lugares, localizações e lugares de experiência. A construção do lugar implica a produção de escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério da diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares (SMITH, 2000, p. 142).

Para exemplificar essa ideia ele utiliza o caso da escala do Estado-Nação, resultado, para ele, do compromisso territorial entre necessidades diferenciadas da classe capitalista. Nesta escala, a classe capitalista também coopera internamente a fim de criar condições necessárias para a acumulação de capital e a reprodução social.

Na outra ponta da hierarquia escalar de poder, Smith (2000) nos apresenta como a escala da comunidade é construída por meio do exemplo da mobilidade espacial dos sem-teto na Cidade de Nova York, diante dos problemas gerados com a grande quantidade de moradores de rua na década de 1980 nesta cidade. Destaca ainda o acesso político e cultural ao espaço da comunidade bem como sua produção, entendendo, dessa forma, que as escalas também são construídas no sentido contrário por sujeitos “de baixo” e segundo seus próprios interesses.

O autor entende que ao estabelecer fronteiras, a escala pode ser construída como um meio de restrição e exclusão, como um meio de impor identidades. No entanto, uma política das escalas pode se tornar uma arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades. Sendo assim, segundo este autor, “as escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe”. (SMITH, 2000, p. 157)

Na análise dos sem-teto em uma escala do espaço urbano, Smith (2000) analisa que esses sujeitos “de baixo”, inconscientes ou não, buscam de forma desabrada expandir a escala do controle autocentrado e, ao mesmo tempo, contrair a escala do controle oficial. Segundo o autor “eles prometem não somente a produção de um espaço em abstrato, mas a produção e reprodução concretas da escala geográfica como estratégia política de resistência” (p. 137).

Smith (2000) põe em debate, portanto, esta outra forma de produzir escalas, enfatizando uma reprodução escalar “desde baixo” e a capacidade de saltar escalas para a própria reprodução social desses sujeitos. Entende-se que as construções escalares não são apenas uma solidificação ou materialização espacial das forças e processos sociais específicos.

De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o lugar da disputa social, tanto como o objeto quanto a resolução desta disputa. Vista dessa forma a produção de escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. (SMITH, 2000, p. 144)

Desta forma, estamos nos apropriando da linguagem da escala no intento de compreender a política espacial construída como fruto da disputa social entre os “de baixo” e os “de cima”, a qual marca a questão agrária brasileira. Para a nossa pesquisa, essas relações se dão em um contexto determinado, que é a implantação do ProJovem Campo na Paraíba. Entendemos, portanto, que é por meio dessa estrutura escalar da implantação e funcionamento desse Programa e das resistências “desde baixo” a elas que teremos uma análise mais tangível das relações de poder que perpassam as escalas, “desmascarando-as” obtendo assim uma expressão mais tangível dos processos de dominação e resistência nos limites da questão agrária hoje.

Todo este repensar da construção de estruturas escalares na atualidade e mais precisamente na nossa pesquisa, a qual tem como centro os conflitos da questão agrária atual, nos leva à necessidade da construção de uma metodologia escalar que desvende as formas de dominação do capital por meio das estruturas escalares construídas na implantação de ações, programas e políticas do Estado, as quais se mantêm sob o controle do modelo de desenvolvimento do capital.

Desta forma, estamos indo além do levantamento e análise das consequências do capital no campo, partindo da análise de subjetividades. Ou seja, estamos pensando a partir de processos de subjetivação da classe trabalhadora rural, assumindo que a formação subjetiva – o fazer-se sujeito – é um processo estruturado que combina diversas dimensões concretamente articuladas de subordinação e insubordinação, que passam diretamente por ações de construção de estruturas escalares, autonomização e uso do discurso, como determinações centrais na análise da questão agrária brasileira.

Os principais estudos se Smith (2000) abordando a escala por meio da experiência de luta e resistência dos movimentos sociais frente às dominações do capital já nos alertavam para a importância de uma leitura escalar que analise o poder no âmbito do capitalismo. Em um olhar mais metodológico sobre as escalas, Smith (2002) acrescenta que

“a escala material não só é trabalhada e retrabalhada como paisagem, assim como também é a escala de resolução ou abstração que nós empregamos para atender as relações sociais, qualquer que seja sua impressão geográfica” (p. 142)

Uma análise escalar enquanto metodologia foi também construída por Montenegro Gómez (2006). Por meio de uma profunda revisão teórica dos clássicos do debate sobre escalas geográficas, o autor desenvolveu essa metodologia como uma ferramenta utilizada para abordar a relação entre desenvolvimento e controle social em diferentes âmbitos espaciais. No entanto, de forma mais geral, o autor entende essa metodologia como a análise da organização espacial dos sujeitos em escalas, entendendo essas escalas não como algo dado externamente, e sim como fruto da própria interação social (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Ou seja, o autor reconhece na metodologia escalar uma ferramenta importante da organização espacial dos sujeitos “desde cima” ou “desde baixo”, apesar de que em suas análises se dedica a desvendar a estrutura escalar desenhada por aqueles que detêm os processos de dominação.

O nosso intento aqui é a construção de uma metodologia de análise escalar que aborde o poder e que, portanto, nos “dê pernas” para entender as relações de poder dos sujeitos sociais em disputa nesse espaço, tanto “de cima” como “de baixo”, na organização do espaço agrário brasileiro hoje. Para tal, parte-se da análise da implantação do ProJovem Campo, entendido aqui como programa do Estado construído “desde cima” e das ações dos movimentos sociais de luta por Educação do Campo “desde baixo”. Nosso objetivo é mostrar as formas de dominação e resistência desses sujeitos por meio de suas estruturas organizativas, que são também estruturas escalares no movimento da questão agrária atual.

Outra compreensão, que vai complementar a metodologia de análise escalar na nossa pesquisa, é a de re-escalamento, a qual é entendida, segundo González (2005), como parte de um processo de “revitalização das escalas”. Em suas análises, o re-escalamento do capitalismo aparece como um processo de luta por fixação das escalas, que implica necessariamente a luta entre diferentes grupos de poder por impor suas visões sobre como organizar a infraestrutura geográfica do capitalismo. Os estudos voltados para uma análise que capte esse re-escalamento caminham por dentro dos estudos no âmbito das “políticas de escalas”, onde sua perspectiva processual dirige sua atenção para os processos que tomam as escalas em seu aspecto mais dinâmico e não tanto para aqueles que se circunscrevem a uma única escala. (GONZÁLEZ, 2005).

Nesse sentido, e em uma análise mais metodológica sobre os processos de re-escalamento, Montenegro Gómez (2006) complementa:

Existe, portanto, um duplo movimento de reformulação escalar: a redefinição dos elementos que constituem cada escala e a revisão da função que cada escala passa a exercer, na arquitetura escalar da qual faz

parte. A manutenção da capacidade de domínio exercido pelo Estado ou pela aparelhagem do desenvolvimento depende dessa criação e recriação, definição e redefinição, escalares. Essa intervenção qualificada, em diferentes âmbitos espaciais, resultante da possibilidade de dominar a produção escalar, oferece a quem detém o poder um instrumento poderoso de controle social e territorial. O domínio sobre a narrativa escalar hegemônica e a possibilidade de reconduzir o re-escalamento numa determinada direção são instrumentos de poder, que as instituições empregam profusamente (p. 236-237).

É no sentido de contemplar esse duplo movimento que estamos nos utilizando da análise do re-escalamento, principalmente para desconstruir as formas de dominação “desde cima” que se redefinem ao ter o seu controle ameaçado por ações de resistências e construção de autonomia “desde baixo”.

Com isso, busca-se não só desvendar como o Estado redefine as escalas e seu aparato institucional para a implantação do ProJovem, mas também como o Estado cria novas estratégias de ações frente às resistências a esse Programa e seu eminente fracasso no estado da Paraíba (OLIVEIRA, 2015), reconduzindo o re-escalamento da sua estrutura de dominação para a construção de outros programas, onde cada escala em sua estrutura passa a exercer novas funções e a elas são agregados novos elementos.

No caso deste artigo, a metodologia de análise escalar é a ferramenta utilizada em um primeiro momento para abordar a relação entre o modelo de desenvolvimento do capital, que dita padrões de educação para o campo no Brasil, via aparato institucional escalarmente construído “desde cima”. E, em um segundo momento, essa metodologia escalar nos apontará na abordagem das resistências e da construção de ações dos sujeitos “desde baixo” em processos de subjetivação política. Essas ações são aqui entendidas como ações de contra-poder, de contra-hegemonia e de autonomia, que vão marcar a questão agrária e seus conflitos hoje no campo.

Nesse caso, estamos entendendo que o capital constrói escalas de poder armadas de um aparato institucional do uso do discurso e de práticas que servem para dar suporte operacional às relações de poder - dominação “desde cima” em cada escala. Aqui a estrutura escalar é vista como uma das principais estratégias de reprodução e recriação do capital e as ações do Estado, como programas e políticas públicas, são entendidas como ações de dominação dadas como contrapartida na sua mediação entre as demandas “de cima” e as demandas “de baixo”.

Para autores como Smith (2000; 2002), Sallie A. Martson (2000), Richard Howitt (2000) ou Andrew Herod (1997), no âmbito da construção escalar “desde baixo”, a escala tem sido abordada com ênfase na experiência da luta e resistência dos movimentos sociais frente às múltiplas formas de dominação da sociedade capitalista. Constroi-se assim um andaime de escalas, onde os movimentos sociais ganham ou perdem a possibilidade de

saltar de uma escala à outra, até chegar no nível decisório que tem a capacidade de dar respostas às suas demandas (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Nesse caso a produção da escala é considerada como um âmbito privilegiado da luta política e foca suas análises nas possibilidades que os grupos que confrontam o poder estabelecido tem de se organizar e lutar, em escalas cada vez mais amplas, isto é re-escalar suas lutas em âmbitos mais apropriados (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 234).

Desta forma, estamos pensando no “outro lado da mesma moeda”, na luta sobre a escala,- como nos trouxe Smith (2000) na epígrafe desse subitem. Para isso, iremos analisar as formas organizativas dos movimentos sociais no campo, mais especificamente a luta por Educação do Campo, a partir de uma perspectiva escalar de contrapoder, que não é preexistente, tampouco é fixa: trata-se de uma estrutura escalar que se constrói na luta, no conflito e na disputa em ocupar espaços de poder nos limites da questão agrária atual, onde as formas de reapropriação das ações do Estado marcam esses espaços.

A seguir, começaremos com a análise das escalas construídas “desde cima” e, para isso, retornaremos ao nosso recorte de objeto de análise, que é o ProJovem Campo e a sua implantação no estado da Paraíba. A proposta é retomar a sua estrutura escalar mais ampla, tentando não colocá-la de forma rígida e entendendo que esse é um processo de re-escalamiento, no qual o capital recria suas próprias escalas visando ampliar suas formas de subordinação por meio do tripé “Desenvolvimento desigual – Poder – Capital”.

A construção escalar de poder “desde cima”: o caso do ProJovem Campo na Paraíba

“El capitalismo desorganizado es al mismo tiempo un capitalismo reorganizado”.
(Smith, 2002)

Entendemos que a análise escalar, aproveitando sua potencialidade na análise do poder, é também o instrumento adequado para conhecer a arquitetura escalar desenhada por aquele que detém a capacidade de dominação - o que na sociedade capitalista pode ser expressado por ações do próprio Estado. Nesse entendimento, autores como Brenner (2001) compreendem que por meio do estudo da produção de escalas, compostas por um aparelho institucional internacional que dita normas no âmbito do modelo de desenvolvimento do capital, não só ratifica-se a inter-relação entre desenvolvimento e controle social, mas também se definem avanços nos desdobramentos espaciais dessa inter-relação.

Desta forma, essas instituições lançam mão de múltiplos mecanismos escalares para realizar seus propósitos em âmbitos territoriais diferentes. Um deles é a criação e

recriação de escalas que formem uma arquitetura escalar adequada a seus fins, o que se complementa com a criação de discursos e narrativas escalares¹, que formulam e reformulam a função de cada escala. Desta forma o capital reconstrói suas formas de dominação em um processo re-escalar.

Estamos partindo da compreensão de que nessa reconstrução da função das escalas, as quais são sempre formadas por relações de poder - do Estado, por exemplo, ao implementar um programa de política pública como o ProJovem Campo - recria-se a função de cada escala, criam-se novas escalas e se reestruturam re-escalarmente, tendo como objetivo primeiro servir como aparato ao capital e suas formas de subordinação - o que neste caso está atrelado diretamente ao modelo formativo desse programa e à importância que a educação possui frente às formas de dominação.

Esta estrutura escalar do Estado, quando totalmente dominada “desde cima”, não tem como prioridade mediar a pressão da classe trabalhadora e, muito menos, no caso de total dominação, de atender a real demanda desta classe, por sua forma ser a de um Estado capitalista. Como afirma Smith (2002), “a escala proporciona a tecnologia através da qual o espaço contém a luta, ao menos até que os limites existentes da escala sejam desafiados e quebrados, para serem re-estabelecidos e re-desafiados a um nível mais alto” (p. 143 - Tradução nossa). Ou seja, mesmo em fortes momentos de luta e resistências às formas de dominação, a estrutura escalar de poder “desde cima”, ao ser desafiada, é re-estabelecida em um nível mais alto de controle.

Mas o que queremos enfatizar nesse momento é que para a implantação de um programa como o ProJovem Campo o capital se utiliza de escalas geográficas preexistentes: nacional, estadual, municipal e da comunidade, assim como cria novas escalas de poder, como a escala do “polo”. Além disso, se apropria de discursos, como o da Educação do Campo, para implantar suas amarras, e se utilizando também de narrativas escalares como a de “áreas de agricultura familiar”, onde antes eram “áreas de Reforma Agrária”. O capital também é capaz de reformular as funções de cada escala, como por exemplo: no Pronera, Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, programa que se tornou política pública por meio do Decreto 7.352 de 2010, a sua estrutura organizativa de implantação, ao passar pela escala estadual, tem como representatividade as Instituições de Ensino Superior; já no ProJovem, apesar das IES estarem presentes na estrutura organizativa da escala estadual, a maior representatividade de coordenação do programa nesta escala é a Secretaria de Educação Estadual, visto que é ela que recebe os recursos e que contrata os coordenadores de polos e professores. A IES, neste caso, aparece apenas

¹ Segundo Sara González (2005), as escalas são âmbitos de poder e podem chegar a ser espaços de compromisso onde um grupo desenvolve seu projeto político. As narrativas escalares são as histórias que justificam, emolduram e dão coerência à emergência de uma escala como um âmbito de mobilização política.

na formalização do projeto político pedagógico, apesar de ainda ser ou não aprovado pelo MEC (em escala nacional) e pelas Secretarias de Educação (em escala estadual). Desta forma, ele amplia o controle dos projetos em cada escala.

Nessa mesma linha, Neil Brenner (2001) aborda a construção escalar de “cima para baixo”, mostrando como as escalas também se constroem a partir das imposições de quem detém o poder. Sobre a abordagem de Brenner em relação à construção escalar “desde cima”, Montenegro Gómez (2006) nos aclara que, para este autor:

O Estado neoliberal, utilizaria uma narrativa escalar que tentaria “apagar” as escalas construídas durante a regulação keynesiana. Essas escalas atravessadas pela importância do papel do Estado, pela presença do Estado em todas elas, são re-configuradas (re-escaladas) pelo neoliberalismo. O Estado mínimo (para o social, não para o apoio ao setor privado) neoliberal reformula as escalas, para sintonizá-las com a desregulação dos mercados e a mercantilização de todos os aspectos da vida e, ao mesmo tempo, prioriza novas escalas, já não mais a nacional ou a regional, mas sim a local, que sirvam de arena privilegiada de acordo com as novas regras do jogo. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 236)

Sendo assim, o duplo movimento de reformulação escalar consiste, de um lado, numa redefinição dos elementos que constituem cada escala e, de outro, na revisão da função que cada escala passa a exercer na arquitetura escalar da qual forma parte. Neste sentido, visitar estas escalas e suas funções é também analisar as relações de poder que atravessam cada uma delas.

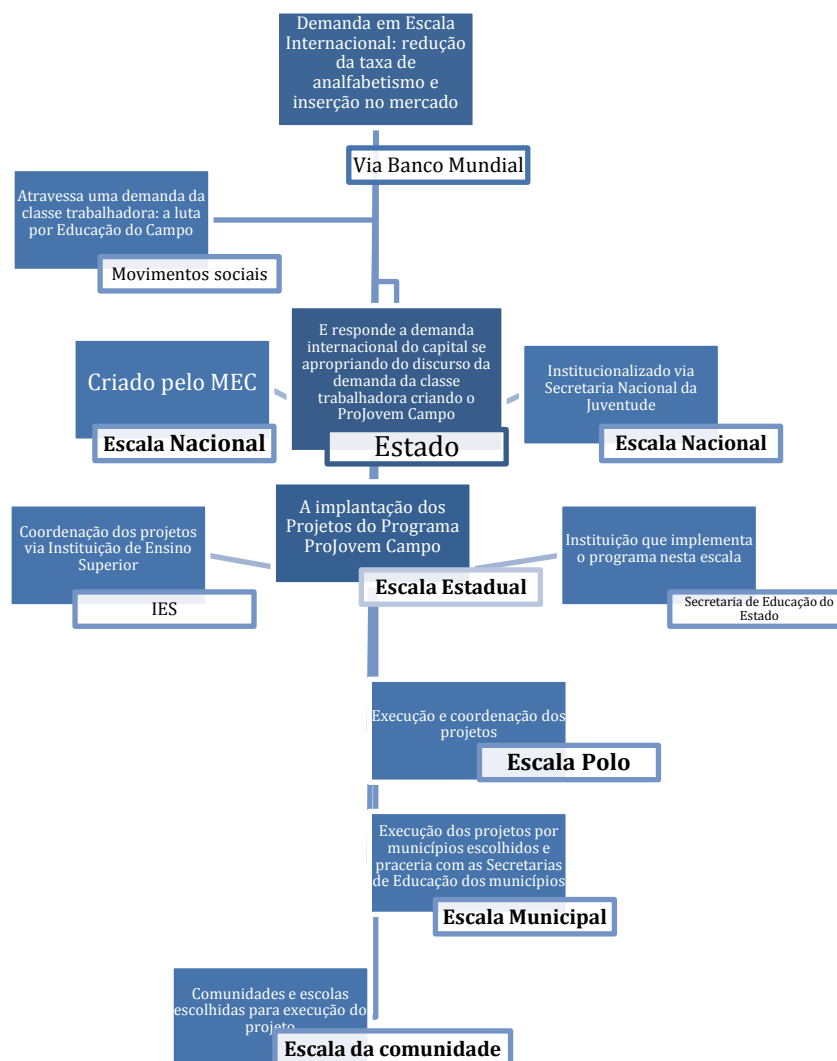
Em uma metodologia de análise escalar, que parte de um tripé entre Desenvolvimento desigual – Poder – Capital, estamos nos propondo a entender a relação desses elementos na implantação de um programa do Estado, como o ProJovem Campo. Essa proposta educativa é “criada por” e “serve a” uma determinada lógica de desenvolvimento, a do Capital, e nela as relações de poder vêm “desde cima” e servem como formas de dominação. Dessa forma, o capital é entendido aqui como uma estrutura viva que ganha sua forma por meio do modo capitalista de produção, se personifica na classe capitalista burguesa e se recria no papel do Estado, aparato principal de regulação de suas ações em uma sociedade de classes.

Assim, entendemos que é fundamental desvelar, em cada escala da implantação de Programas como o ProJovem Campo, as formas e as funções de cada escala e como elas se relacionam entre si para, com isso, desvestir as relações de poder “desde cima” que influenciam diretamente na implementação de programas e de políticas públicas - nesse caso nas de educação para o campo.

Sendo assim, para iniciar com uma análise escalar das relações de poder que envolvem a implantação de um programa do Estado, apresentamos abaixo um esquema no

intento de representar a estrutura escalar de poder armada “desde cima” para a implantação do ProJovem Campo na Paraíba:

Figura 01: Estrutura Escalar de poder “desde cima” na implantação do ProJovem Campo (2010-2011)



Fonte: Dados fornecidos pelo site <http://portal.mec.gov.br>. Organização própria (2015)

É importante acrescentar à análise do organograma que, na estrutura de implementação desse Programa, as escalas não apresentam uma ordem rígida ao passar de uma à outra; o organograma de hierarquização é apenas ilustrativo na visualização das escalas. Desta maneira, estas escalas não estão postas hierarquicamente, esta hierarquia é recriada por meio das relações de poder em cada ação “desde cima”. Sendo assim, a implantação do ProJovem Campo nasce como resposta a uma demanda de escala internacional, sai da escala nacional - onde é criado - ,mas ao mesmo tempo suas ações e demandas chegam à escala estadual, à escala municipal, à escala da comunidade. Por fim

e ao mesmo tempo, é criada a escala do polo para intermediar a escala do Estado com a comunidade, a qual incorpora nesse caso a própria escola, como um dos principais espaços dessa escala na troca de relações de poder.

Desta forma, o início da sequência da estrutura escalar não é apenas um desejo do Banco Mundial, mas de uma determinada demanda que surge em uma escala e que encontra eco em outras escalas, formas de se reforçar como estratégia de dominação. Neste sentido, conclui-se que não há uma linearidade na relação escalar, nem mesmo uma ordem ontológica, mas sim uma conformação escalar que flui em diferentes direções em função dos sujeitos, dos lugares e dos interesses.

E nesse transcurso escalar, no re-escalamento das relações de poder “desde cima”, o Programa, durante sua implantação, não passa apenas por essas escalas, visto que ele se reveste dessas relações de poder e controle que são do capital, incorporadas no seu processo formativo, no material didático ou nas escolhas das equipes de trabalho, por exemplo, formando um conjunto de elementos que compõem essas escalas e agregando ao ProJovem Campo mais formas de subordinação.

Outro ponto importante na análise do organograma acima é que as escalas e o aparato institucional que as compõe é reformulado na implantação do ProJovem Campo para um maior controle de poder “desde cima”. Vejamos esses processos em cada escala, ou seja, no re-escalamento do poder “desde cima” no processo de implantação do ProJovem Campo.

Na escala nacional alteram-se as instituições de controle do Estado para a implantação do ProJovem Campo. Se durante funcionamento do “Saberes da Terra” de 2005, programa piloto para o ProJovem Campo, este tinha como representante institucional a SECAD/MEC, ao passar a ser ProJovem Campo ele passa a ser regulamentado também pela Secretaria Nacional da Juventude. Entende-se que ao ampliar o aparato institucional se ampliam também as formas de controle, mas isso também implica diretamente na distribuição de recursos segundo os interesses dessa Secretaria.

Ao sair da escala nacional tendo como aparato institucional de poder a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, a implantação do ProJovem Campo, desde o seu início, é permeada por uma relação conflitiva de poder. Isso implicou na redistribuição do orçamento das Secretarias, mas também em uma implementação defeituosa devido às relações de poder nesse aparelho institucional, a SNJ, a qual não possui uma função direta na implementação de uma educação diferenciada para o campo, com interesses mais voltados para a Juventude em geral. Isso gera uma série de problemas, por exemplo, na delimitação da idade exigida para o ingresso no programa, visto que a SNJ possui sua própria delimitação de idade em seu entendimento do conceito de juventude, o que delimita a idade aceita aos alunos ingressos no Programa e exclui os adultos da política, sujeitos de direito

da Educação do Campo. Esta discussão é central no debate dos problemas enfrentados por este programa, tornando-se uma demanda central segundo o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC:

Devemos recuperar o Programa Saberes da Terra conforme seu projeto original e sem limite de idade, enquanto proposta de escolarização para Jovens e Adultos do Campo, para o nível do Ensino Fundamental e com expansão a ser feita ao Ensino Médio (FONEC, 2013)

Nesse processo da reconfiguração escalar do poder/controle/dominação “desde cima”, ao sair da escala nacional, a implementação do Programa passa a uma escala estadual, que conta com duas instituições como coordenadoras do Programa: a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Secretaria Estadual de Educação, sendo a IES a responsável pela formação dos professores e coordenação dos Polos do Programa e a Secretaria de Educação pelo manejo dos recursos. Esta última questão foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo programa: o repasse do dinheiro pela Secretaria de Educação do Estado, já que o recurso ficava travado na burocracia desta instituição. No Pronera, por exemplo, a coordenação na escala estadual é realizada apenas pela universidade e os recursos vão diretamente para a instituição de ensino superior, a qual toma a decisão de como utilizá-los no programa junto com as outras partes envolvidas (movimentos sociais, organizações e outras).

Isto ocorre porque a manutenção da capacidade do domínio exercido pelo Estado ou pelo aparato institucional do desenvolvimento “desde cima” depende dessa criação e recriação, definição e redefinição escalares. Essa intervenção qualificada em diferentes âmbitos espaciais resulta na possibilidade de dominar a produção escalar, que oferece a quem detém o poder um instrumento poderoso de controle social e territorial. O domínio sobre a narrativa escalar hegemônica e a possibilidade de reconduzir o re-escalamento em uma determinada direção são instrumentos de poder que as instituições utilizam profusamente (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Nesse processo, o poder “desde cima” também cria novas escalas, como é o caso da escala polo, a qual foi criada para um maior controle na saída da escala estadual para a escala da comunidade na implantação do Programa. Entretanto, segundo o projeto de implementação deste programa, esta escala polo serve para agregar os municípios por proximidades e assim facilitar a coordenação dos cursos por meio das coordenadoras de polos. No entanto, esta escala construída “desde cima” possui uma série de problemas, sendo os mais comentados entre os entrevistados desta pesquisa as distâncias entre os municípios em um mesmo polo e a conseqüente dificuldade de articulação por parte dos coordenadores de polo.

Já na escala municipal, apesar das instituições que conformam essa escala estarem ali apenas como colaboradoras/parceiras, ou seja, sem receber nenhum recurso direto do Programa, elas influenciavam diretamente na implantação. Por exemplo, a Secretaria de Educação Municipal elegia em qual escola ia ser implementado o curso e, portanto, em que comunidade, o que modificava todo o panorama.

Ao chegar à escala da comunidade, ou seja, aos sujeitos a serem atendidos, que muitas vezes foram aqueles mesmos sujeitos que lutaram pela demanda da Educação do Campo, este sujeito pode não mais se reconhecer como parte deste Programa, o qual se apresenta agora para eles mesmos cheio de contradições em relação à proposta educativa inicial pela qual lutavam: os saberes tradicionais são apropriados na lógica de uma agricultura familiar para o mercado; seleciona os alunos por exclusão por grupos de idades, atendendo apenas jovens com até 29 anos; e possui livros e materiais que distanciam a proposta educativa da realidade (OLIVEIRA, 2015).

Tampouco o Programa cumpre todos os objetivos da demanda internacional, ou seja, de uma lógica de expansão/acumulação do capital, como a redução das taxas de analfabetismo nessas áreas e o conseqüente aumento do IDH do país, dados que demarcam metas que os países denominados “em desenvolvimento” devem chegar para seguir o modelo de desenvolvimento do capital.

Na escala da comunidade as relações de poder estavam em torno da execução do Programa na comunidade e na escola onde ocorriam as classes. Nesta escala estavam incluídas as relações do indivíduo, ou seja, do sujeito que durante muitos anos havia lutado por uma educação diferenciada para suas escolas no campo. Muitas dessas comunidades também eram assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST e todas essas relações se envolveram em como o Programa ia ser recebido nas comunidades.

Por exemplo, havia um assentamento onde iriam funcionar turmas do ProJovem Campo, onde os coordenadores desse assentamento, assim como os diretores da escola, eram militantes do MST e faziam parte da coordenação desse Movimento,. Muitas vezes a mediação do coordenador de polo do Programa era conversar com esses militantes para que se aceitasse o curso em suas comunidades. Esses líderes diziam:

(...) nós não concordamos com o curso do ProJovem aqui, esses cursos são defeituosos, não coincidem com nossa luta, o que querem é substituir o Pronera. Mas o curso vai acontecer aqui porque os assentados querem, porque a necessidade de educação é muito grande, mas não é o que queremos (líder do MST, diretor da escola do assentamento Zumbi dos Palmares, Mari-PB).

Essas relações influenciavam diretamente no processo de implantação do Programa nessas comunidades, diferente do que previa a coordenação do Programa em nível nacional sobre a participação dos movimentos sociais na sua implantação, o qual

incentiva, ao se propor ser um programa social, a participação dos grupos dos sujeitos que demandam a educação para essas áreas. O MST na Paraíba, por exemplo, se colocou fora desde o início da implantação desse programa, por entender que não existia nele espaço para construir suas práticas educativas diante desse modelo imposto “desde cima”.

Na escola, instituição também parte da escala da comunidade, se dava outro conjunto de relações de poder. Tinham diretores que não cediam todos os espaços da escola a esses alunos, não os reconheciam como parte da “sua” escola. O lanche e os materiais escolares, por exemplo, “não podiam” ser distribuídos entre esse grupo de alunos. Outro problema frequente na escola era abrir somente no período da noite, horário no qual não havia funcionamento e nem aulas na escola antes da turma do ProJovem, alterando assim sua dinâmica.

Quer dizer, todas estas outras relações que se estabeleciam nas escalas de poder apropriadas pelo capital no sistema capitalista eram relações de uma lógica territorial que não estabelecia relações diretas com o capital, com sua acumulação/reprodução, mas relações que também deram “cara” ao Programa, deram forma à sua implantação e fizeram com que, ao final, o ProJovem não cumprisse com todos os objetivos diretos do capital, tais como: a formação de trabalhadores e sua inclusão no mercado e a redução das taxas de analfabetismo no campo.

O que é certo é que seja em uma lógica do capital, ou sob influências diretas de um controle territorial (HARVEY, 2004), o processo de subjetivação política interno às relações em experiência de dominação e às dinâmicas de conscientização que lhes correspondem expressam, segundo Modonesi (2010), “oscilações e combinações entre a aceitação relativa da dominação – como resultado da hegemonia – e sua negação igualmente relativa por meio da resistência, assim como entre a experiência combinada de espontaneidade e consciência” (p. 38 - Tradução nossa).

Sendo assim, estas ações também sofrem relações de insubordinação e resistência “desde baixo”, e os sujeitos desconstróem as imposições do capital, a contra-hegemonia que se constrói no interior da própria hegemonia. Esta estrutura escalar construída na disputa por espaços de poder é produzida e reproduzida nas paisagens do capitalismo e das abstrações conceituais através das quais compreendemos os acontecimentos e processos sociospaciais (SMITH, 2002).

Desta forma, é com a clareza que vem “desde baixo” e com a qual os sujeitos recriam suas próprias escalas como processos de subjetivação política, que reconstruiremos essa luta também a partir das resistências.

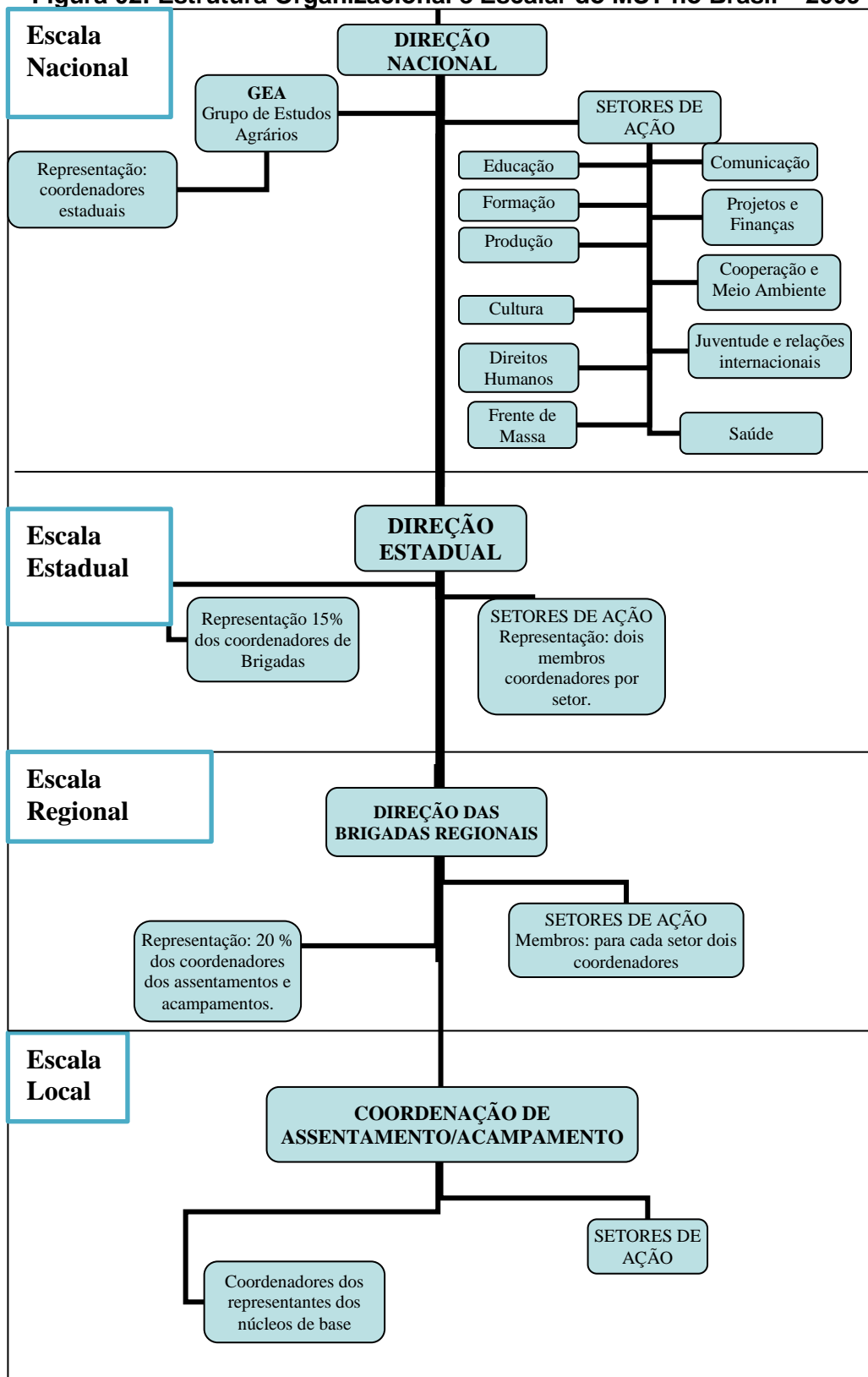
A construção escalar de poder “desde baixo”: a insubordinação da classe trabalhadora frente aos projetos do Estado e a construção de contrapoder

Smith (2000) aborda a escala enfatizando a experiência da luta e resistência dos movimentos sociais frente às múltiplas dominações da sociedade capitalista, construindo assim um andaime de escalas, onde os movimentos sociais ganham ou perdem a possibilidade de saltar de uma escala à outra, na tentativa de “fugir do” ou “interpelar o” poder estabelecido.

Nessa configuração e reconfiguração de estruturas escalares próprias eles se apropriam e se re-apropriam de ações, programas e políticas as quais foram implementadas como demandas da pressão popular pelo Estado (que no sistema capitalista estão subordinadas ao capital, mas que intermediam a luta de classes), como forma de resistência da classe trabalhadora rural no campo. A reprodução das lutas no campo no Brasil está marcada por essa estrutura de apropriação das ações do Estado e a luta especificamente pela educação é exemplo disso.

Para contribuir com a nossa análise de estruturas escalares construídas “desde baixo” trouxemos um organograma (ver figura 02) que expõe a estrutura organizativa do MST e a construção escalar montada por esses sujeitos “desde baixo”. (sendo este apenas um dos casos possíveis) Esses movimentos articulam suas ações desde a escala da comunidade com as bandeiras de lutas a nível internacional. O caso da organização desse Movimento é emblemática ao criar suas próprias instituições na estrutura escalar que aqui estamos chamando de contrapoder. Para começar com essa análise vejamos o organograma abaixo.

Figura 02: Estrutura Organizacional e Escalar do MST no Brasil – 2009



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria do MST (2007), João Pessoa – PB. Organização própria (2015)

Esta estrutura organizacional do MST, que é também escalar, foi criada a partir de 2003, segundo Giribet & Bernat (2012), para uma melhor organização interna do movimento.

Entretanto, segundo Miranda e Cunha (2013), ficou a critério dos estados em que o MST está presente adotarem ou não a nova estrutura.

De uma forma ou de outra, o que se observa é que essa nova estrutura organizacional adotada pelo movimento em nível nacional expressa uma reconfiguração escalar “desde baixo”, em um processo de subjetivação política desses sujeitos que estão atrelados às relações de dominação, mas que aponta fortes relações de insubordinação/contrapoder/autonomia.

É por meio da escala que se faz possível ordenar o controle espacial dos seus territórios “desde baixo”, construindo ações de autonomia. Dito em outras palavras, segundo Miranda e Cunha (2013), coexistem duas lógicas inerentes à ação e organização do MST:

Uma lógica política, pela qual o Movimento se apresenta e se representa e que orienta as estratégias de ação através das quais busca ganhar visibilidade; e uma lógica prática, adotada nas negociações com o poder público e a sociedade civil, nos esforços para desapropriação de áreas ocupadas ou viabilização de projetos de assentamento, e na gestão cotidiana de cooperativas, programas e projetos, que garante a legitimidade do movimento junto à base de famílias acampadas e assentadas. A lógica política é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a lógica prática é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o ideal do grupo, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados (p. 364).

É a partir dessas duas lógicas, que são eminentemente de relações de poder, que se constrói a estrutura organizacional escalar do Movimento demonstrada pelo organograma acima. A primeira instância apresentada no esquema acima é a **Direção Nacional**, que está formada por 10 representantes do Grupo de Estudos de Políticas Agrárias – GEA, grupo este que é formado por investigadores e estudiosos da área. Essa instância está composta ainda por dois membros do MST (sempre um homem e uma mulher²) de cada **Direção Estadual** e por um ou dois representantes de cada Setor de Ação na escala nacional, que são onze no total (os quais podem ser de saúde, de educação, de segurança, de produção) (OLIVEIRA, 2010).

No caso da **Direção Estadual** do MST na Paraíba, a mesma está composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das Brigadas Regionais e por um ou dois representantes de cada um dos Setores de Ação nos quais se divide e organiza o Movimento. Segundo Miranda e Cunha (2013), cada estado organiza suas *brigadas* de acordo com sua realidade geográfica e de construção do MST através da participação da militância. Segundo estes mesmos autores, “a denominação *brigada* remeteria a partes de

² Em todas as instâncias organizacionais do MST prioriza-se a participação de dois dirigentes, sendo sempre um homem e uma mulher, colocando como prioridade a paridade de gênero na sua estrutura organizacional.

uma organização que desenvolvem tarefas diferentes, mas possuem um mesmo objetivo” (p. 365).

Na escala das comunidades, os assentamentos e acampamentos possuem suas **Coordenações**, as quais são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de Ação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizativas nas quais se estrutura o MST (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, a educação construída a partir dos sujeitos deste Movimento - o qual se destaca por ser pioneiro das experiências educativas na proposta da Educação do Campo - permeia todas essas escalas e se constrói a partir delas, estabelecendo relações de contrapoder próprias deste movimento e dos seus sujeitos em processo de subjetivação, tais como: luta pela terra, um projeto social político de transformação social e justiça social. Todas estas relações de contrapoder imprimem, por meio da Educação do Campo, uma proposta educativa diferenciada e desde os sujeitos “de baixo”.

Esta estrutura organizativa permite que o Movimento se aproprie de ações do próprio Estado, como é o caso da apropriação dos programas na área da educação. O setor de educação tem como função planejar e executar ações educativas com o objetivo de ampliar o número de escolas nas áreas de assentamentos rurais do MST, construindo propostas educativas que venham contribuir com a Reforma Agrária no país e tendo sempre como filosofia trabalhar a Educação do Campo a partir do sujeito.

O Movimento é do jeito que coletivamente as pessoas vêm produzindo a identidade Sem Terra, e fazendo a luta pela Reforma Agrária que enraíza e fortalece esta identidade. Em momentos de conflito social mais acirrado, como o que vivemos hoje, isto fica ainda mais visível: é das pessoas, de cada uma delas, que depende a resistência, a firmeza nos propósitos, a conduta que fica como imagem perante a sociedade; a continuidade diante dos embates mais fortes, a identidade. O MST conseguiu chegar aos 17 anos porque aprendeu a valorizar cada pessoa que integra sua organização, e definiu a formação humana como uma de suas grandes prioridades. (CALDART, 2003, p. 53)

Com essa ideologia, o Setor de Educação está presente em todos os estados onde o MST está organizado e é responsável por estabelecer a participação nos projetos e programas de políticas públicas em cada estado, avaliando quais são os projetos que coincidem com a realidade da Educação do Campo e, mais ainda, aqueles que possuem abertura para apropriar-se destes projetos como seus.

Neste sentido, o Pronera, que foi apropriado pelos movimentos sociais do campo, pode ser entendido como um exemplo, que através de sua estrutura organizativa escalar, proporcionou a estes grupos “saltar escalas” (SMITH, 2000) geográficas preestabelecidas, recebendo militantes de todos os estados e até de outros países da América Latina. Além da

criação de cursos em diversas universidades e escola técnicas federais em áreas de assentamentos rurais, um dos lugares de funcionamento desses cursos é também a Escola Nacional Florestan Fernandes, um centro de formação fundado pelo MST no estado de São Paulo, onde os professores e coordenadores vêm das mais importantes instituições de ensino do país e da América Latina para a construção destes cursos.

Dessa forma, é sua organização escalar que faz com que o acompanhamento e o funcionamento dos cursos do Pronera sejam uma realidade hoje, pois em cada escala eles conseguem articular representantes dos setores de educação que organizam, lutam e implantam projetos educativos com amplos objetivos como: a formação de militantes, a redução do analfabetismo nessas áreas, a grande quantidade de cursos técnicos de produção agroecológica, a criação de cursos superiores em diversas áreas do conhecimento dentro das universidades públicas brasileiras.

Observamos ainda o surgimento de ações organizativas “desde baixo” no interior da própria luta da Educação do Campo, o que também vêm se mostrando como grandes ações intervencionistas na construção dessa proposta educativa e dos projetos em torno dela. Podemos citar aqui pelo menos duas grandes organizações: a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo e o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC.

A Articulação Nacional, com sede em Brasília, já realizou um grande número de reuniões e aglutina pesquisadores, movimentos sociais e organizações sociais. Algumas iniciativas foram tomando corpo, como, por exemplo, a construção da coleção de livros para favorecer a divulgação e o embasamento da reflexão sobre a Educação Básica do Campo e garantir a participação de representantes no acompanhamento no Congresso, ouo Plano Nacional de Educação (PNE), o qual é construído a cada dez anos e teve renovação para 2014-2024, assegurando-se que os direitos da Educação do Campo sejam contemplados. Organizada também escalarmente essa Articulação organiza e estimula a realização de Seminários Estaduais, Regionais e Nacionais sobre Educação Básica do Campo.

O FONEC, criado em 16 de agosto de 2010 e lançado oficialmente no dia 4 de novembro desse mesmo ano no Congresso Nacional, em Brasília, durante o IV Seminário de Educação na Reforma Agrária promovido pelo Pronera, propõe o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições. Na carta de criação do FONEC (2010) destaca-se, como um de seus principais objetivos:

o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo”.
(FONEC, 2010)

Organizações como o FONEC vêm articulando ações “desde baixo” que visam se apropriar das políticas públicas por meio da vigilância desses sujeitos no cumprimento e validação dos programas e projetos do Estado ditos como “políticas públicas em Educação do Campo” e, desde 2011 vem construindo documentos que demonstram sua não concordância com o modelo do ProJovem Campo.

Atualmente autoras como Maria Antônia de Souza (2009) e Antônio Munarim (2008) falam de um Movimento Nacional da Educação do Campo, cujos sujeitos coletivos são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CONTAG.

Desta forma, o Movimento Nacional da Educação do Campo se trata de uma articulação de movimentos que constroem uma estrutura não só escalar, mas de movimentos que se une “desde baixo” como contrapoder, demandando do Estado, se apropriando e ocupando esses espaços com suas próprias propostas educativas, negando propostas vindas “de cima pra baixo” – como é o caso do ProJovem Campo - e construindo outras formas de subjetivação, fincadas na incorporação de experiências de autonomia - ainda que sejam relativas - conformando, assim, os espaços em disputa da questão agrária hoje.

Considerações Finais

Por meio da análise escalar da implantação do ProJovem Campo na Paraíba desconstruímos o discurso de que o mesmo poderia servir a uma demanda “desde baixo. Percebe-se que a estrutura escalar construída “desde cima” por meio do ProJovem Campo lança amarras a esse Programa, tornando-o impossível de ser apropriado dentro do paradigma da Educação do Campo. A ampliação da função das escalas, o re-escalamento e as instituições envolvidas no processo de implantação desse Programa demonstram que o mesmo foi claramente construído e reconstruído no sentido de travar processos de autonomização “desde baixo”.

Entretanto, também demonstramos que sob a lógica do capital o processo de subjetivação política interno às relações em experiência de dominação e às dinâmicas de conscientização que lhes correspondem, expressam, segundo Modonesi (2010), “oscilações e combinações entre a aceitação relativa da dominação – como resultado da hegemonia – e

sua negação igualmente relativa por meio da resistência, assim como entre a experiência combinada de espontaneidade e consciência” (p. 38 - Tradução nossa).

Sendo assim, estas ações hegemônicas, construídas a partir de estruturas escalares, também sofrem relações de insubordinação e resistência “desde baixo”, visto que os sujeitos desconstruem as imposições do capital, tecendo a contra-hegemonia no interior da própria hegemonia.

Desta forma, com a clareza de que é “desde baixo” que os sujeitos recriam suas próprias escalas, com processos de subjetivação política e de insubordinação ao capital, que continuaremos, desde a academia e junto com os sujeitos sociais em luta, contribuindo com a luta pela Educação do Campo.

Referências

BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflection on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, 2001, vol. 25, n.4, p. 591-614.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras** 3.1, 2003, p. 60-81.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. **Seminário Nacional** – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.

_____. Oficina de Planejamento 2013 -2014. **Relatório Síntese das conclusões e proposições**. Brasília, 2013.

_____. **Carta de criação do Fórum** [...] na sede da Contag, durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010. Brasília, 2010. <Disponível em: http://www.freccupa.net.br/p/documentos_29.html>.

GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Revista Pegada**, vol. 6, n. 1, 2005.

GIRIBET & BERNAT, I. **Um novo jeito de organizar**. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná). 2012. 293f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MASSEY, Doreen. New directions in space. In GREGORY, D. y URRY, J. **Social Relations and Spatial Structures**. London: MacMillan, 1985, p. 9-19.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geographie**, London, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MEC. **Projeto Base - ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Programa Nacional de

educação de jovens agricultores(as) familiares integrada à qualificação social e profissional, Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2009.

_____. Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores. Agricultura Familiar Identidade, Cultura, Gênero e Etnia. **Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo-Saberes da Terra**. Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía**: marxismos y subjetivación política. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **Desenvolvimento em (Des) Construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. Ancoragem institucional do Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social. **Revista Raízes**, Vol. 26, Nos 1 e 2, jan.–dez./2007.

MONCAYO, Victor Manuel C. ¿Cómo aproximarnos al Estado en América Latina? In: CLACSO. Mabel Thwaites Rey (editora). **El estado en américa latina: continuidades y rupturas**. Editorial ARCIS – CLACSO, 2012.

MIRANDA, Roberto de Sousa e CUNHA, Luis Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Cad. CRH [online]**. 2013, vol.26, n.68, pp. 363-376. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200010>.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As políticas públicas em educação do campo, entre a subordinação e a autonomia: o ProJovem Campo – Saberes da Terra e sua implantação na Paraíba no contexto da questão agrária. **Tese de Doutorado** – Curitiba, 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. In: **Geografía, movimientos sociales e teoría**. São Paulo: Revista Terra Livre, ano 18, numero 19, 2002, p. 127-146.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escalas geográficas. In: Arantes, Antonio A. (org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

Sobre o autor

Mara Edilara Batista de Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2010); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2015); Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, Rio de Janeiro; **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-7917-477X>

Como citar este artigo

AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER COMO FORMAS DE SUBORDINAÇÃO
E INSUBORDINAÇÃO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2018.

Devolvido para a revisão em 14 de abril de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de maio de 2018.

Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano

Abigail Bruna da Cruz

Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: abigail_bruna@hotmail.com

Sandra de Castro de Azevedo

Universidade Federal de Alfenas (Unifal) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: sandrinhacaz@gmail.com

Resumo

A partir da inquietação em compreender como um currículo de uma escola rural que não atende à educação do campo influencia na vida da população rural, foi desenvolvida uma pesquisa com objetivo de analisar de forma crítica os conteúdos da Geografia escolar oferecidos em uma escola rural de um distrito do município Alfenas-MG. Para alcançar este objetivo foram feitas análise do currículo oficial, entrevistas com a comunidade escolar, análise de caderno de alunos e vivência no distrito onde a escola se localiza. Entende-se que ao absorver conteúdos e currículos urbanos, uma escola localizada na zona rural, reforça os domínios da cultura hegemônica. Por meio da pesquisa foi possível concluir que a disciplina Geografia não está sendo utilizada como instrumento social para superação de entraves colocados pelo sistema capitalista no meio rural e para emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Geografia escolar; escola rural; currículo urbano; emancipação.

Geography and school in the field: investigations on geographic education in a rural school with an urban curriculum

Abstract

The present work had the objective of analyzing critically the contents of the school geography offered in a rural school in the district of Barranco Alto, Alfenas-MG. It is understood that by absorbing urban contents and curriculum, a school located in the rural area, reinforces the domains of hegemonic culture in the community that this school exerts influence. From this, several considerations were made to demonstrate that the discipline Geography is not being used with social instrument to overcome the obstacles placed by the capitalist system in the rural environment and the emancipation of the subjects.

Keywords: School geography; rural school; urban curriculum; emancipation.

Geografía escolar y escuela en el campo: investigaciones sobre la educación geográfica en una escuela rural con currículo urbano

Resumen

La inquietud por comprender cómo un currículo de una escuela rural, que no atiende la educación del campo, influye en la vida de la población rural, llevó al desarrollo de una investigación con el objetivo de analizar de forma crítica los contenidos de la geografía escolar ofrecidos en una escuela rural del municipio Alfenas-MG. Para alcanzar este objetivo

se hicieron análisis del currículo oficial, entrevistas con la comunidad escolar, análisis de cuadernos de alumnos y vivencia en el distrito donde la escuela se ubica. Se entiende que al absorber contenidos y currículos urbanos, una escuela ubicada en la zona rural, refuerza los dominios de la cultura hegemónica. Por medio de la investigación fue posible concluir que la asignatura de Geografía no está siendo utilizada como instrumento social para superación de obstáculos colocados por el sistema capitalista en el medio rural ni para la emancipación de los sujetos.

Palabras clave: Geografía escolar; escuela rural; currículo urbano; emancipación.

Introdução

A educação do campo apresentou um fortalecimento no cenário nacional brasileiro, no entanto ainda existem muitas escolas rurais que não são atendidas pelos princípios da educação do campo, principalmente as escolas que se encontram distantes dos movimentos de luta no campo. O presente artigo tem como objetivo o entendimento das relações existentes entre o que é ensinado nas salas de aula e o que é vivido pelo alunado da escola localizada na zona rural em um distrito pertencente a Alfenas-MG.

Atentou-se, no momento de construção dessa pesquisa, à análise crítica dos conteúdos de Geografia, que na escola analisada está vinculada a um currículo totalmente urbanizado e oriundo do sistema neoliberal de ensino, buscou-se averiguar e compreender quais são os sentidos e significados do aprendizado da Geografia escolar para os alunos dessa zona rural.

Na realização da pesquisa decidiu-se pela investigação dos conteúdos geográficos aplicados aos alunos do ensino fundamental II dessa escola, por compreender que a Geografia escolar tem o objetivo de possibilitar ao aluno da educação básica entender sua realidade. Para complementar essa investigação, buscou-se também associá-la às experiências vividas e relatadas pelos alunos e suas famílias, para isso foram realizadas entrevistas e observação das relações sociais dessa população atendida por essa instituição, todas essas etapas da pesquisa foram embasadas com a revisão da bibliografia já existente e que retrata o tema abordado.

Após a análise dos dados foi possível confirmar que há maior possibilidade de organização de uma reflexão para construção do saber geográfico que seja significativo para os sujeitos do campo, mas isto depende da implantação de programa educacional estadual e/ou municipal destinado às particularidades das escolas localizadas nas áreas rurais.

Os caminhos da pesquisa

A escola objeto da pesquisa está situada em um distrito do município de Alfenas na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. Legalmente, toda a população residente em uma sede de distrito é considerada população urbana, porém o espaço estudado tem traços fortes da ruralidade que o cerca. Em um contexto geral, pode-se dizer que a população desse distrito tem sua economia baseada nas atividades agrícolas, principalmente das pequenas propriedades, outro fator geográfico que se destaca neste distrito são as influências socioespaciais advindas do represamento de Furnas. Além dessa, há mais quatro escolas rurais¹ existentes no município, sabe-se que em todas elas são praticados currículos urbanos.

Para o embasamento teórico deste artigo foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a educação escolar, sobre a educação no meio rural e sobre o ensino de Geografia, também foram analisados documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e o Currículo Básico Comum de Minas Gerais (CBC) de Geografia como fontes secundárias. Buscou-se entender o processo de forma mais ampla para partir para a análise particular da escola e do conteúdo de Geografia.

Para compreender como os conteúdos eram/são aplicados na sala de aula da escola, optou-se por analisar os cadernos dos alunos. Essa escolha foi feita com base na ideia de que o caderno é uma forma materializada da metodologia de ensino e da concepção de Geografia que é desenvolvida na escola, ou seja, o caderno é o registro que representa o mais próximo possível o que realmente acontece em sala, além de possibilitar maior entendimento das questões curriculares e metodológicas do processo ensino aprendizagem. Esse método de análise também evita uma possível condução de aula diferente pelo professor quando este é observado pelo pesquisador.

Como a escola não possui uma grande quantidade de alunos, em 2015, no total, contando a educação infantil, o ensino fundamental I e II havia 138 alunos, organizados em cinco salas seriadas (idade/séries) e divididos em dois turnos, sendo que de manhã estudam os alunos do fundamental II e à tarde os alunos do fundamental I e também os alunos do infantil.

No total foram coletados sete cadernos de quatro alunos do ensino fundamental II: um caderno representava todo o conteúdo do 6º Ano, dois cadernos representavam o conteúdo do 7º Ano, um caderno representava o conteúdo do 8º Ano (não foi possível analisar todo o conteúdo dessa série por falta de material) e por fim três cadernos com os conteúdos do 9º Ano.

¹Escolas rurais: Esse termo é utilizado atualmente apenas em censos e tem o sentido análogo ao termo Escola no Campo. Importante ressaltar essa questão, pois entende-se que os novos termos são conquistas advindas dos movimentos sociais por uma educação popular para as escolas nessas áreas.

Antes do aprofundamento deste momento metodológico, cabe a explicação de que a professora que leciona Geografia nessa escola é a mesma nos quatro anos que compõem o ensino fundamental II, portanto as análises dos conteúdos e das práticas pedagógicas foram realizadas considerando este fato, haja vista, não haver maiores diferenciações nas práticas de ensino entre uma série e outra.

As escolhas de análise dos conteúdos de cada caderno foram feitas com base na temática da pesquisa, sendo eles:

(1) Espaço rural: No total foram feitas 11 observações de conteúdos (encontrados no 6º, 7º e 9º Anos). **(2) Movimentos socioespaciais:** No total foram selecionadas duas observações de conteúdos (assunto visto apenas no 8º Ano). **(3) Agentes Hegemônicos da Sociedade:** No total foram selecionadas seis observações de conteúdos (encontrados no 7º e 9º Anos). **(4) Preservação e manutenção da natureza:** No total foram selecionadas três observações de conteúdos (encontrados apenas no 8º Ano). **(5) Minorias em direitos:** No total foram selecionadas cinco observações de conteúdos (encontrados no 8º e no 9º Anos). **(6) Métodos de avaliação:** Foram selecionadas duas avaliações para serem analisadas (6º e do 9º Anos).

Embora nem todos esses assuntos aqui escolhidos digam respeito diretamente à vivência rural, acredita-se que são temas, quando tratados com a devida importância, de extrema relevância para emancipação e conscientização dos sujeitos, pois possibilitam condições para que os sujeitos do campo, bem como outros de qualquer meio, compreendam o meio que os cerca e entendam seu papel na sociedade.

Além dessa coleta, foram feitas observações das relações sociais dos sujeitos que moram no meio rural e que usufruem de alguma maneira do ensino praticado nessa escola, o objetivo dessa etapa foi entender como o cotidiano escolar influencia e é influenciado pela organização socioeconômica da localidade onde a escola se encontra.

Para endosso das nossas reflexões, foram realizadas entrevistas com a gestão da escola. Para isso, foi elaborado um roteiro pré-estruturado, que ao decorrer dos relatos sofreu algumas alterações, pois surgiram novas inquietações e a partir dessas foram feitos novos questionamentos, ou até mesmo foram reformuladas para melhor encaminhamento das entrevistas.

Por fim, realizaram-se entrevistas com um aluno morador do distrito (8º Ano), uma aluna moradora da zona rural (9º Ano) e uma ex-aluna também moradora da zona rural, com perguntas direcionadas às suas perspectivas de vida e opiniões sobre o ensino oferecido pela escola. Tendo em mente um roteiro de questões consideradas pertinentes ao

tema, as perguntas foram feitas de forma oral e dialogada e depois as respostas foram anotadas para serem transcritas neste artigo.

A Escola, as aulas de geografia e a educação do campo.

Quando se diz respeito à educação direcionada para as populações das áreas rurais no Brasil um assunto que é de extrema relevância à reflexão é o modelo de ensino aplicado nas escolas do campo e na escola no campo. Nesta pesquisa definiu-se como escolas do campo aquelas que, além de estarem localizadas geograficamente em áreas rurais, consideram em sua formação pedagógica e organizacional as especificidades vividas pelos sujeitos do campo e que estão vinculadas à educação do campo, conforme o Decreto n. 7352 de novembro de 2010 (BRASIL, 2016):

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Escolas no Campo são aquelas localizadas na zona rural, porém sua metodologia de ensino e organização são similares às escolas urbanas.

Pensando no significado desse aprendizado para os sujeitos que a recebem, Carneiro afirma:

a Geografia escolar não se reduz a uma programação curricular meramente informativa, mas deve ter uma efetividade formativa no contexto do impacto global da escola sobre o desenvolvimento intelectual, atitudinal e psicomotor do aluno de primeiro e segundo graus. Sob o aspecto intelectual, cabe à educação geográfica ocupar-se com a compreensão de mundo que o aluno vai elaborando a partir de sua experiência de espaço e lugar e da sua apreensão progressiva dos problemas de organização e uso do espaço pelo homem. As informações quantitativo-factuais de interesse geográfico não podem sobrepor-se ao questionamento dos problemas geográficos. Ainda que os fatos sejam importantes (ninguém pode raciocinar sem eles), devem ser tomados como meios pelos quais se desenvolve a compreensão e a reflexão sobre os problemas considerados, em vista da sua análise e interpretação e na perspectiva de uma busca de soluções. É nesse aspecto que se torna relevante o desenvolvimento de habilidades de pensamento pelo aluno, relacionadas às dimensões conceituais definidoras da Geografia: o espaço, em suas diferentes escalas (local, regional, nacional, mundial); a interdependência dos espaços: as interações intra-espaciais (elementos naturais e sociais); e, em decorrência da dinâmica inter e intra-espacial, as mudanças dos espaços no tempo. As habilidades básicas de pensamento cujo desenvolvimento é favorecido pela educação geográfica são: *observação, análise, comparação, interpretação, síntese e avaliação*. Estas habilidades constituem um referencial metodológico e são, uma a uma, capacidades e, em seu conjunto, uma competência de atuação a ser desenvolvida em níveis apropriados pelos alunos de primeiro e segundo graus. Tais habilidades possibilitam ao aluno aprendizagens de sentido realista, circunstanciadas e experencialmente explicitadoras das dimensões conceituais antes referidas (CARNEIRO, 1993, p. 1).

Para a concretização de uma educação geográfica são necessários vários fatores, destacam-se aqui a organização curricular da escola e a metodologia de ensino da professora regente.

Essa escola possui organização pedagógica inteiramente urbanizada, onde se utiliza o Currículo Básico Comum Mineiro (CBC), que é de uso obrigatório na rede estadual mineira, e é adotado também na rede municipal de Alfenas.

A professora regente das turmas segue os conteúdos propostos no CBC e sua metodologia de ensino tem como principal instrumento o livro didático proveniente do Programa Nacional do Livro Didático. De acordo com a direção da escola, a escolha do livro:

(...) é realizada através do PNDL, e é trocado de três em três anos (...). Os professores responsáveis pelas suas respectivas matérias escolhem o livro que melhor atende às necessidades da população local e para melhor sequência didática. (...) O livro escolhido de Geografia é o da Editora Moderna (ENTREVISTADO 1, Diretora da Escola, 2015).

O livro didático é uma ferramenta muito importante no trabalho do professor, no entanto não é interessante que seja o principal instrumento ou até mesmo o único. Mas infelizmente o uso constante do livro didático, seja lendo ou fazendo cópias do mesmo, é um fenômeno muito comum e que é um dos fatores desmotivadores do interesse dos alunos pela disciplina de Geografia. Segundo Landim Neto e Barbosa (2011, p. 167):

A aula é desenvolvida com a leitura coletiva do livro didático pelos alunos e professores, o que contribui para um total desinteresse pelas aulas de Geografia, isso reforça o estigma que a Geografia carrega de ser algo fúnebre, chato, cansativo e enfadonho.

A ex-aluna comentou que ao ter aula de Geografia com outro professor, no ensino médio, não precisava ficar lendo ou anotando coisas no caderno, segundo ela:

Aprendi com ele em seis meses o que não aprendi com ela (a professora) em quatro anos. Ele fez a gente pensar, debatia, estimulava a gente a falar, mesmo com vergonha, era aula diferente todos os dias. Antes não, a gente já tinha acostumado... Primeiro a gente lia o livro e depois ficava fazendo resumo no caderno e pronto. (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

Este depoimento da ex-aluna comprova a ineficácia para a educação geográfica de uma metodologia pautada no livro didático.

Sabendo desta metodologia, fez-se a análise dos conteúdos do caderno, buscando entender como uma educação urbana e tradicional no campo não considera a vivência dos alunos ou mesmo suas práticas socioespaciais. Bem como argumenta Florino e Nardoque (2018) em seu estudo mostrando a realidade de escolas públicas paulistas.

As observações que serão apresentadas a seguir são produtos desta análise e mostram a relação dos conteúdos por série/ano.

Resultado da análise dos cadernos dos alunos: geografia escolar e suas consequências para os alunos do campo

Foram encontrados os seguintes conteúdos nos cadernos do 6º Ano: 1 - “Espaço natural e geográfico”; 2 - “Conceito de Agricultura”; 3 - “Agricultura relacionada ao clima e ao relevo”; 4 - “Agricultura relacionada ao clima”; 5 - “Sistema de produção agrícola”; Nos cadernos do 7º Ano: 6 - “Região Sul e o meio natural”; 7 - “Modernização da agricultura no sudeste”; 8 - “Setores de serviço na região sudeste”; 9 - “Agricultura; relevo e vegetação da região Sul”; Nos cadernos do 8º Ano: 10- “As lutas operárias”; 11 - “A formação do sindicato inglês”; Nos cadernos do 9º Ano: 12 - “Agricultura: pouco espaço, muita tecnologia” e 13 - “Revolução Verde”.

Ao observar os conteúdos que tratam do meio rural percebe-se que, embora seja um tema recorrente em quase todos os anos/séries, é pouco aprofundado. Um exemplo de agricultura, que é em suma a base da economia da região, que é a agricultura familiar ou agricultura de subsistência, em nenhum momento foi tratado durante os quatro anos analisados.

Segundo dados trazidos por Oliveira Júnior (2015), essa região do município de Alfenas tem atividade econômica predominantemente de agropecuária, onde a maioria das lavouras são plantações de café e agora mais recentemente de plantação de cana-de-açúcar, além de outras atividades menores e sazonais, como batata, milho e banana.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram que 90% das propriedades possuem área de até 100 hectares, ocupando 38% da área do município, enquanto que os estabelecimentos com mais de 100 hectares representam apenas 10% do total, apesar de ocuparem 62% da área agrícola alfenense (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 13).

Confirma-se com estes dados que a área agrícola alfenense é caracterizada pela agricultura familiar. Essa área carrega consigo problemas sociais e econômicos inerentes dessa modalidade de produção, dificuldades como nas relações de trabalho, exploração de classes, dependência de órgãos governamentais para financiamento e manutenção dessas propriedades etc.

Com isso, concorda-se com Bispo e Mendes (2008) quando essas autoras trazem à tona a necessidade de que, embora todas as propostas didático-pedagógicas para as áreas rurais devam sim seguir a LDB e a DOEBC², essas práticas devem acercar-se das realidades locais daqueles a que atendem.

O que se percebe é que o rural, quando não é tratado e visto como um elemento meramente de produção econômica, como mostrado em grande parte dos conteúdos tratados, continua sendo tratado como o oposto do que é humanizado, que não é vivido e sentido pelos homens, um espaço físico onde o natural se sobrepõe a todos os outros aspectos, como pode ser percebido e mostrado no conteúdo 1) “Espaço natural e geográfico”.

Conforme a análise acontece, percebe-se que não há uma mediação que amenize essa visão ou mesmo que desmistifique o rural como ele é mostrado, e que faça mais, que mostre que o rural é um espaço complexo onde há relações de criação e recriação da cultura da população rural.

(...) A partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Compartilhando dessa realidade, talvez mesmo sem consciência disso, a escola muitas vezes trabalha conteúdos fragmentados, ideias soltas sem relação entre si e muito menos com a vida concreta de seus educandos e educadores; são muitos estudos e atividades sem sentido, fora

² DOEBC: Diretrizes Operacionais do Ensino Básico da Educação do Campo.

de uma totalidade. Por isso, nota-se uma necessidade de elaboração de um bom plano de ensino e de aula para amenizar e diagnosticar, pelo menos parcialmente, vários desses problemas (BISPO; MENDES, 2008, p. 85).

Segundo Bispo e Mendes (2008) “o parâmetro das escolas urbanas, não tem contribuído para a compreensão da realidade do campo por parte dos alunos”, ao menos não na sua totalidade, como pode ser percebido quando perguntado aos alunos qual a importância da Geografia para a formação pessoal e compreensão do espaço vivido por eles: “(...) *Importância da Geografia na minha vida? Se fosse Artes era mais fácil responder, afinal em artes podemos expressar nossas opiniões, fazer críticas e expressar nossos sentimentos. (...) Vejo Geografia na globalização, nos celulares, na internet*”, (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

A resposta dada pela ex-aluna se torna inquietante na medida em que ao pensar a Geografia Humanista essa responde à necessidade da entrevistada, afinal a Geografia Humanista Crítica, privilegia o espaço vivido e as representações de ordem simbólica no estudo dos lugares, apropriando-se da arte para a interpretação do espaço.

A análise da ordem simbólica passa pelo estudo que pode estar carregado de sentido, ou pelo estudo de tudo aquilo por onde as significações transitam (...). A valorização da arte pelos geógrafos humanistas explica-se (...) por esta dimensão do conhecimento espontâneo, inconsciente e não racional (GOMES, 1996, p. 324-325).

Ainda ao tratar este tema, Cavalcante (2010) explica que a sociedade hegemônica busca o afastamento dos indivíduos da sua capacidade imaginativa, pois este momento de criatividade pode significar maior poder de reflexão e como consequência possíveis atitudes de subversão ao sistema.

A ciência hegemônica buscou apartar o homem da natureza, da arte e da filosofia, como já indicamos. Essa escola nega o homem como ser da natureza; encerrando-o entre quatro paredes, em ambiências parciais. Também separa o homem (aprendiz) de força de sua imaginação; conseqüentemente, de sua criatividade. Faz do aluno um mero receptor de um conhecimento sem sabedorias. Temos assim uma educação mnemônica, como indicara Lacoste, e Bancária, de acordo com Paulo Freire. Por fim, essa escola separa o homem de seu poder de reflexão, tornando-o receptáculo dos dizeres do professor. O “homem de ciência”, por vezes, sem a consciência de que ele muitas vezes aprende em sala de aula tanto quanto os “não cientistas”, os alunos. Percebam, desse modo, quanto os pressupostos epistemológicos e ontológicos entre a escola e a ciência moderna se aproximam; os pressupostos ontológicos não avançando perante sua epistemologia. A arte para nós, nesses dois termos que indicamos, ou seja, epistemológico e ontológico, tende a aproximar esses dualismos na busca de uma conjugação, de um encontro criativo, positivo para o ensino (CAVALCANTE, 2010, p. 102-103).

Ainda sobre espaço vivido e distanciamento da Geografia Escolar às realidades dos alunos, nota-se no conteúdo 13) Revolução Verde, que trata as consequências da Revolução Verde para a Índia, que este foi o único momento em que este assunto foi diretamente abordado durante os quatro anos/séries analisados, ainda assim de forma superficial e distante da realidade dos alunos.

A partir desse conteúdo, surgem algumas questões: Como a Revolução Verde afetou os modos de vida da população das mediações onde essa escola está inserida? Será que esse movimento é tão distante da vivência destes alunos? O que nos faz acreditar que não? Essas são reflexões, ainda básicas, que poderiam ser levantadas e mediadas e que poderiam trazer sentido em estudar tais eventos mundiais.

O aluno vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. O papel do professor é o de despertar essa primeira consciência, permitindo que o aluno tenha voz sobre os vários objetos de estudo e estimulando a emergência das ideias, na tentativa de conhecer as raízes das representações sociais que podem ter sido construídas no cotidiano de seu trabalho; nas brincadeiras e jogos de sua infância e adolescência; no bar da esquina; nas relações de vizinhança quer sejam na favela, em condomínios fechados de luxo ou nos chamados mutirões (PONTUSCHKA, 2000, p. 151-152).

Neste caso, a contextualização poderia ser realizada através da elaboração de uma pesquisa por parte dos alunos dessa escola, com a mediação da professora, para trabalhar com a percepção dos moradores mais antigos, tanto do distrito quanto das mediações rurais que o distrito influencia. Poderiam buscar respostas às questões levantadas anteriormente e essa busca poderia ser feita de modo direto com os moradores, averiguando as histórias de como se deu e em que período se deu o desenvolvimento técnico da agricultura neste espaço, associando-o assim à Revolução Verde.

Com essa investigação, poderia-se aprofundar também sobre os aspectos positivos e negativos dessa Revolução, abordando, sobretudo, as dinâmicas da apropriação industrial no campo para o aumento da produção agrícola. Além de pesquisar sobre a inserção de tecnologias estrangeiras em território nacional e mostrar que, embora essas inovações tenham chegado com atraso e ainda de forma fragmentada, essa é uma realidade que alterou o contexto socioespacial do lugar em que estes alunos residem, principalmente na forma de trabalho e de culturas.

Assim, imagina-se que, enquanto no ensino de Geografia houver esse distanciamento entre o que é ensinado e aquilo que é vivido pelos alunos, essa disciplina continuará sendo a “matéria do sono”, o momento que os alunos têm para estudar e colocar outros conteúdos em dia.

Os conteúdos sobre espaços dos movimentos socioespaciais foram encontrados apenas nos cadernos do 8º Ano no conteúdo 10) “As lutas operárias” e 11) “A formação do sindicato inglês”, fato que indica uma superficialidade da abordagem deste conteúdo, pois

Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2000, p. 61).

Concorda-se com Souza (2016 p.01) quando argumenta que “a educação pode tornar-se importante meio de controle social”. A hipótese aqui é que essa superficialidade não é apresentada coincidentemente, mas sim concebida de forma intencional pelos livros didáticos e currículos urbanos, que são elaborados pelo sistema econômico hegemônico e visam atender a demanda da agricultura capitalista que,

(...) reclama também investimentos na educação rural (diferente da educação do campo, defendida por movimentos sociais e entidades) para formação de profissionais (operários, técnicos etc.) para desempenharem as tarefas exigidas por essa (FLORIANO, NARDOQUE, 2018, p. 208).

O discurso dos moradores, alunos e ex-alunos dessa escola, demonstram certa conformidade e naturalização de algumas questões que acontecem no meio rural onde moram. Exemplo disso é a aceitação de cargas horárias maiores que o previsto por lei nos trabalhos prestados nas fazendas, aceitação de salários e de condições de trabalho inferiores aos exigidos por lei. Acredita-se que essa conformidade seja fruto do desconhecimento de seus direitos enquanto trabalhadores e a falta de representatividade em movimentos sociais e trabalhistas.

O ensino de Geografia deve permitir aos educandos uma análise crítica da realidade, pois estes devem se colocar de forma propositiva diante dos problemas enfrentados na família, na comunidade, no trabalho, na escola e nas instituições das quais participam. Dessa forma, tem-se uma tomada de consciência sobre as responsabilidades, os direitos e deveres sociais, com o intuito de efetivamente tornar o aluno agente de mudanças desejáveis para a sociedade (LANDIM NETO; BARBOSA, 2011, p. 161).

Quando questionados se eles conheciam algum movimento social, os moradores entrevistados não souberam responder. Na intenção de instigá-los, foi perguntado se eles já tinham ouvido alguma coisa a respeito do Movimento Sem Terra, MST, com isso os jovens relataram que já tinham ouvido falar sobre esse movimento, principalmente pela televisão:

Já ouvi falar sobre esse Movimento Sem Terra sim, mas não saberia dizer o que significa, mas acho que eles devem ter feito alguma coisa errada para ter perdido as terras deles. (Risos). De vez em quando passa alguma coisa

na Globo, eles queimando pneus nas estradas, atirando... muita violência (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

Além do currículo, outra ferramenta que o capitalismo se apossou e que torna o ensino escolar um desafio nos dias de hoje, devido ao acúmulo de informação sem contextualização e informações carregadas de ideologias dominantes, são os meios de comunicação em massa, sejam eles televisão, revistas, internet ou outras mídias: “A influência da mídia também surge na fala dos estudantes e muitos dos exemplos que afloram certamente provêm da televisão e dos programas de maior audiência (PONTUSCHKA, 2000, p. 152)”.

Entre as mídias mais acessíveis aos brasileiros de classe média e baixa ainda estão a TV Aberta³, as revistas⁴ e a internet, que prestam serviço de informar, e que na maioria das vezes trazem informações carregadas de intencionalidade e geralmente depreciam os movimentos sociais, corroborando a visão negativa e muitas vezes falaciosa dos mesmos.

Ao questionar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, nenhum deles soube dizer o que este representava e qual a ligação que a população do distrito teria com este movimento. Foi pensado neste movimento social em específico devido ao fato de que o contexto socioespacial deste distrito foi completamente modificado após a chegada das águas da represa de Furnas por volta dos anos 1960.

Movimento dos Atingidos por Barragens? Nunca ouvi falar sobre isso (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

Não sei ao certo o que é, mas pelo nome acredito que seria necessário por aqui na época que veio as águas e inundou tudo e quem morava aqui tiveram que ir embora (ENTREVISTADO 3, aluno do 8º Ano, 13 anos, morador do distrito).

Ter conhecimento sobre as causas e as consequências de um fenômeno, seja de ordem natural ou de ordem antrópica, pode significar a criação de caminhos para resolução de possíveis problemas advindos do mesmo. No caso anterior, percebe-se que o aluno tem a percepção do que seria o movimento, mas sozinho, sem o desequilíbrio que a pergunta lhe causou o assunto continuaria desconhecido para ele.

O saber agir sobre o lugar de vivência é importante para que o aluno conheça a realidade e possa comparar diferentes situações, dando significado ao discurso geográfico – isso seria a concretização da educação geográfica, do mesmo modo que ocorre com a Matemática, a Física, ou outras áreas do conhecimento escolar (CASTELLAR, 2005, p. 213).

³ TV aberta: Canais com maior audiência: Globo, Bandeirantes, SBT e Record.

⁴ Revistas: Mais “populares” Isto É, Veja e O Globo.

Contudo, sabe-se que além dos veículos de comunicação, para Lopes e Macedo (2011 apud SOUSA 2014), a escola também é vista como um ambiente de poder e de legitimação para as políticas e ideologias expressas nos textos trazidos pelos livros didáticos. Entende-se que:

(...) para que esses textos alcancem seus objetivos, eles necessitam de uma relativa neutralidade e obscuridade, para que assim possam se adequar a diversas realidades, como a produção de híbridos, com a mesma finalidade, de serem aceitos pelo maior número de pessoas (SOUSA, 2014, p. 47).

Quando estes textos alcançam êxitos, muitos dos valores sociais são silenciados, dando espaço para apatia e para a aceitação das situações adversas naturalizadas pela sociedade de classes. Concorde-se com Pontuschka quando essa refere que a tarefa do profissional docente consiste em

(...) educar um jovem ou um adulto para não se deixar enganar; para não se deixar enganar não apenas pela televisão, rádio, jornais, cinema, como também pelos aparatos ditos educativos ou culturais que podem inculcar de forma eficaz mentiras disfarçadas com o manto da realidade. O que para nós professores está em pauta é como o trabalho pedagógico com a Geografia contribui para tornar nossos estudantes menos ingênuos diante daquilo que chamamos de realidade (PONTUSCHKA, 2000, p. 146).

Foram encontrados nos cadernos do 7º Ano os seguintes conteúdos: 14 - “Região Sudeste: Ocupação e povoamento”; 15 - “Cafeicultura e a organização do espaço”. Nos cadernos do 9º Ano: 16 - “Organizações internacionais mundiais”; 17 - “A nova ordem mundial”; 18 - “Mundo Bipolar”; e 19 “O mundo Multipolar”.

Nesse momento notou-se que, ao contrário dos temas relacionados ao espaço rural, o do espaço urbano é mais aprofundado. Foram utilizados dois exemplos principais dessa questão: destaque da região sudeste e ordem mundial.

O primeiro com assuntos sobre regiões, no sétimo ano, (conteúdos 14 e 15) que enfatizou, sobretudo, a região sudeste em detrimento das demais regiões brasileiras. Ainda dentro da região sudeste, notou-se que o aprofundamento maior é sobre a cidade de São Paulo, destacando principalmente sua economia e urbanização.

(...) na Geografia, a paisagem, a região e os lugares, a despeito de suas características físicas, apreendidas imediatamente, são, de fato, estruturados por uma rede simbólica complexa. Esta rede é composta de valores, de representações, de imagens espaciais vividas e, para ser percebida, demanda um trabalho de interpretação aprofundado (GOMES, 1996, p. 322).

Dos valores anteriormente citados por Gomes (1996), entende-se que esse estudo mais aprofundado da região sudeste, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001),

deve-se ao fato de ser região de maior mobilidade e por existir forte integração econômica na chamada Região Concentrada.

A população urbana em crescimento e a evolução vertiginosa de São Paulo constituem também uma das bases do crescimento industrial, mas o que vai conferir força à atividade são as relações que as fábricas estabelecem umas com as outras, formando, desse modo, um denso tecido industrial do qual se vão valer atividades comerciais, de serviços, de transporte (...) o embrião da polarização que, nos períodos seguintes vai conferir na primazia à região Sudeste e assegurar a São Paulo um papel incontestado de metrópole econômica do país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 252).

Pela dificuldade de se difundir em outros territórios, as demais regiões se tornaram segundo plano de visibilidade nacional, e a escola, os currículos, ainda corroboram com essa visibilidade desfocada das outras regiões que compõem o território nacional. É importante destacar que a escola analisada se localiza em Minas Gerais um estado da região Sudeste, mas este elemento não foi considerado na abordagem do conteúdo, fato que reforça a posição hegemônica de São Paulo e a desvalorização de outros estados desta região, muitas vezes sem considerar as relações entre eles e distanciando assim o ensino da realidade do aluno.

Sendo assim e percebendo o enfoque dado ao meio urbano, foi perguntado sobre o que a cidade representa para os entrevistados em oposição ao campo. As respostas da maioria dos moradores confirmam que não houve avanços em determinados preconceitos antigos que rodeiam o meio rural, que ainda é visto como sendo lugar de atraso e de poucas oportunidades de crescimento humano, ou mesmo um lugar romantizado e nostálgico.

A cidade é um lugar de avanço, também da modernidade, de oportunidade de estudar, de trabalhar e de ter um futuro. No campo é nosso momento de lazer, paz, alegria, e onde plantamos nosso alimento (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

É comum ouvir “gracinhas” sobre quem mora na roça por aqui (...). Falar de “jacu da roça”, essas coisas para provocar (ENTREVISTADO 3, aluno do 8º Ano, 13 anos, morador do distrito).

Com relação ao segundo assunto, a ordem mundial, também mostra a ênfase das temáticas referentes à economia, reforçando o poder do capital sobre os povos, espaços e territórios, que também é retratado sobre o ponto de vista das civilizações hegemônicas.

Nos cadernos do 8º Ano também foram encontrados os conteúdos: 20 - “Unidade de conservação”; 21 - “Unidade de proteção integral”; e 22 - “Unidade de uso sustentável”.

Embora os alunos reconheçam a disciplina de Geografia por tratar a natureza, o meio ambiente, foi somente tratando das unidades de conservação que se falou do tema preservação ambiental e do uso dos recursos naturais. Primeiramente informou-se a definição de unidade de conservação e logo após fez-se a divisão entre as unidades,

mostrando as diferenças entre proteção integral e unidade de uso sustentável. O que se percebeu aqui foi que a informação é dada sem maiores problematizações, “Conforme orientam Azambuja & Callai (1999, p. 189), os conteúdos não deverão ser estudados apenas no seu caráter informativo, mas principalmente como meio formativo da capacidade de raciocínio geográfico, de interpretação dos fenômenos socioespaciais (LANDIM NETO; BARBOSA, 2011, p. 162)”.

Com isso, entende-se que o tema exposto se tornaria um aprendizado significativo se este fosse trabalhado de forma a contemplar as vivências dos alunos. Para isso, poderia ser feito trabalho de campo pelas redondezas da escola, mostrando que há unidades de proteção bem próximas desses alunos, principalmente as áreas de proteção permanente, que na maioria das vezes não estão conservadas e nem protegidas.

Diversos recursos podem ser utilizados para ajudar na aprendizagem. Dentre estas, podemos citar o uso da linguagem gráfica (gráficos, tabelas, croquis), linguagem cinematográfica; linguagem cartográfica, estudo do meio (trabalho de campo, trilhas em áreas urbanas e rurais, visitas técnicas, trilhas ambientais, excursões), jogos pedagógicos, análise e interpretação da paisagem de forma indireta através de gravuras, fotografias, telas. O uso adequado desses recursos favorece uma melhor compreensão dos conteúdos geográficos (LANDIM NETO; BARBOSA, 2011, p. 172).

Deste modo, ao levar os alunos a pensar o conteúdo dado em sala para a realidade vivida por estes, possibilita-se o entendimento mais amplo do fenômeno estudado, podendo, a partir disso, averiguar o fenômeno em outras escalas e sobre diferentes aspectos. Nessa perspectiva, Castellar afirma que:

(..) pensar a geografia como uma disciplina que ensina a memorizar informações soltas é uma ideia equivocada. Por isso, construir a ideia de espaço na sua dimensão cultural, econômica, ambiental e social é um grande desafio da geografia, e da geografia escolar. Mais, ainda, pensar que os fenômenos geográficos podem ser analisados articuladamente e em diferentes escalas, o que significa analisá-los conceitualmente, em função de diversas práticas e das representações sociais (CASTELLAR, 2005, p. 211).

Nos cadernos do 8º Ano também foram encontrados os seguintes conteúdos: 23 - “Mulheres e desigualdades no trabalho”; 24 - “Brasil: diversidade cultural e os afro-brasileiros”; 25 - “Miscigenação e Preconceito”; 26 - “O trabalho infantil no Brasil”; e nos cadernos do 9º Ano: 27 - “Exercício sobre as principais religiões do mundo”.

Acredita-se que ao considerar as minorias, apresentar suas especificidades, modo de vida e ao desmistificar as ideias folclóricas e até mesmo preconceituosas pelas quais essas minorias estão cercadas, possibilita conhecer o humano por trás de qualquer que seja sua condição vivida.

Um ensino contextualizado possibilitaria, por exemplo, o entendimento de como funciona o machismo na sociedade, o porquê ele existe e quais são as possibilidades de mudanças. Possibilitaria entender o porquê a mulher desempenhando a mesma função de um homem ainda recebe um salário aquém ao do sexo oposto, como visto no exemplo superficial dado no assunto mulheres e desigualdades no trabalho. Ao mesmo tempo, permitiria entender o porquê a migração feminina acontece com maior intensidade que a masculina no meio rural, como supõe Bispo e Mendes:

(...) que pelo fato dos filhos homens acompanharem seus pais desde criança (geralmente a partir dos dez anos), eles acabam dando continuidade às atividades na propriedade junto com o pai e, também, existe a oportunidade de assalariar-se temporariamente em outras propriedades, justificando o maior número de migrações de mulheres (BISPO; MENDES, 2008, p. 100)".

Muitos assuntos que tratam gênero feminino poderiam ser abordados neste conteúdo, trabalhando a escala de lugar. Exemplo disso seria tratar em sala de aula as principais funções desempenhadas pelas mulheres no distrito onde a escola está localizada e nas mediações rurais que a cercam. Investigando questões inerentes ao trabalho, como empregos temporários em épocas de colheitas, funções desempenhadas na colheita, papel desempenhado por elas na agricultura familiar, questões sobre remuneração feminina, valorização e garantias de direitos oferecidos a essas mulheres, que em grande parte se desdobram entre serviços do lar e trabalhos na lavoura.

Analisando o conteúdo “Brasil: diversidade cultural e os afro-brasileiros”, será transcrita a informação que partiu desse título, para averiguar mostrando alguns equívocos e silenciamentos contidos no trecho:

A população brasileira se originou da miscigenação de muitos povos, por isso, contém grande diversidade cultural, que se manifestam na religião, na música, na dança, na arquitetura e no vestuário. Ex: É a língua portuguesa a língua oficial do Brasil, que incorporou expressões de vários grupos étnicos, que formaram a população brasileira como índios, europeus e africanos (transcrição do registro do caderno do aluno).

Entende-se que essa informação, sem a devida contextualização e sem instigar o aluno a pensar os motivos pelo qual o Brasil hoje se configura do modo em que está, dá a sensação de que não houve nenhum movimento de luta, de resistência, de enfrentamento ao que estava/está posto. Essa informação descontextualizada pode fortalecer a ideia de que no Brasil não há problemas advindos dessa miscigenação, que não há conflitos entre os povos e que a harmonia reina, fortalecendo o discurso da “cordialidade racial”⁵.

⁵ Cordialidade racial: Em “Democracia racial: o não dito racista”, Ronaldo Sales Júnior traz este termo no sentido de individualização das atitudes nas relações sociais através do discurso, o não dito seria o insulto amenizado. O discurso constrói um racismo velado e a valorização de um estereótipo em detrimento a outro.

Outra questão que chama a atenção ao se analisar esse trecho é que além de não aprofundar na questão da cultura, da religião dos afro-brasileiros como esperado ao ler o título, tem-se a impressão de que se desviou desse assunto e, logo depois disso, já no assunto Miscigenação e Preconceito, há a definição do que é miscigenação e posteriormente a de preconceito, novamente sem citar exemplos concretos, comuns e que muitas vezes são naturalizados no ambiente escolar.

Em relação ao conteúdo “O trabalho infantil no Brasil”, repetem-se os mesmos casos anteriormente citados, os exercícios encontrados não fazem referência à exploração infantil na região, mesmo sendo comum. Segundo relatos dos moradores, os jovens iniciam funções em atividades nos sítios da família ou mesmo nas fazendas da região aos 15 anos ou menos, submetendo-se a transportes inadequados ou guiando veículos sem autorização legal.

No conteúdo que trata das religiões no Brasil, nota-se que no recorte dado pelo livro didático e seguido pela professora, foram abordadas apenas as principais religiões mundiais, não citando em nenhum momento aspectos das religiões de matrizes africanas, que por sua vez constituem em grande parte as crenças religiosas existentes em nosso país, ou mesmo religiões com menores destaques.

Acredita-se que seria caro estimular os alunos e mediar debates tendo base perguntas como; Por que, dentre tantos povos que compõem o Brasil, a língua portuguesa se tornou a nossa língua oficial? Por que de tantas culturas religiosas, a católica é a mais reconhecida? Qual o espaço das outras religiões no Brasil? Por que não se tratam as outras manifestações religiosas na escola? Qual o espaço para as manifestações religiosas indígenas? E para as manifestações religiosas africanas? Por que damos destaque para a cultura afro-brasileira apenas na semana da consciência negra? Por que, embora a maioria da população brasileira seja descendente de negros, ainda são considerados minorias no Brasil?

A escola estudada está fortemente inserida nos processos educacionais neoliberais e, ao adotar o CBC como currículo norteador das práticas pedagógicas, essa escola assume também uma postura mercadológica. A questão inerente ao mercado citada anteriormente pode ser nitidamente sentida quando já na apresentação esse currículo traz que ao aderir-lhe- as escolas devem:

(...) tomá-los como base para a elaboração da avaliação anual do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB) e para o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e para o estabelecimento de um plano de metas para cada escola. O progresso dos alunos, reconhecidos por meio dessas avaliações, constitui a referência básica para o estabelecimento de sistema de responsabilização e premiação da escola e de seus servidores. Ao mesmo tempo, a constatação de um domínio cada vez mais satisfatório desses conteúdos pelos alunos gera consequências

positivas na carreira docente de todo professor (MINAS GERAIS, 2017, p. 9).

O referido “plano de metas para cada escola” engessa o modo de atuação próprio de cada professor. Esse assunto foi abordado neste artigo justamente para mostrar isso, afinal segundo relatos de ex-alunos dessa escola, que também tiveram aula com essa mesma professora, eles sentiram grandemente a diferença no modo em que esta elaborava e agora elabora suas avaliações. Essa absorção, de modo direto ou indireto, faz com que o professor assuma uma postura pedagógica que alimente este modelo.

Para buscar comprovação do que foi sugerido anteriormente, foram analisadas duas provas realizadas pelos alunos que frequentam essa escola, uma do 6º Ano e a outra do 9º Ano. Na prova do 6º Ano havia 7 questões, todas objetivas, com uma breve contextualização e algumas alternativas de respostas. Na prova do 9º Ano, havia 12 questões, todas objetivas, com textos para contextualização consideravelmente maiores e as alternativas de respostas possíveis. Algumas questões foram retiradas de avaliações como ENEM e/ou vestibulares.

Sobre o currículo prescrito, sobre o engessamento das práticas pedagógicas e a pressão por êxitos nas avaliações, Costa (2014) discorre que as crianças sofrem com a pressão desde sua alfabetização, pois são forçadas a terem aulas rígidas, sobre tensão e são cobradas precocemente para obtenção de resultados exitosos em todas as suas atividades escolares, sobretudo nos momentos em que estão sendo avaliadas. Para alguns alunos há vantagens neste tipo de avaliação:

Esse jeito de prova é mais fácil, porque não precisa ficar escrevendo (...). é mais fácil e mais rápido também (ENTREVISTADO 3, aluno do 8º Ano, 13 anos, morador do distrito).

Geralmente as questões das provas já caíram em concurso de faculdade, não é fácil, mas dá noção de como seria, (...) meio que te prepara, se você quiser fazer essas provas no futuro (ENTREVISTADA 4, aluna do 9º Ano, 14 anos, morador da zona rural).

Para outros alunos e ex-alunos, não:

Prova assim não dá abertura para mostrar o que realmente sabemos. Prefiro escrever, o risco de errar é menor, e sempre dá para considerar uma coisa ou outra. Prova “fechada” é acertar ou errar e pronto (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

Fico nervoso e confuso, tem vezes que marco a resposta certa, mas vou lá e apago e erro (...). Também é grande o número de cola, é só acenar pro colega, e chute na resposta certa, é injusto com quem quer estudar de verdade (ENTREVISTADO 4, aluna do 9º Ano, 14 anos, moradora da zona rural).

Tendo essas informações em vista, considera-se que essas avaliações não são suficientes para averiguar se os alunos estão de fato construindo um saber significativo e os professores estão conseguindo construir pontes entre os saberes científicos e os saberes do senso comum, já trazidos pelos alunos das áreas rurais.

Com base nestes resultados é possível afirmar que:

À medida que a educação escolar é estendida ao campo, os problemas relacionados ao ensino de conteúdos fragmentados e a própria visão particular do processo de urbanização desencadeia estudos e atividades que não reconhecem a diversidade sociocultural da população rural, o que compromete sua formação (...). As particularidades socioculturais apresentadas pela população do campo constituem variáveis importantes para definir as ações pedagógicas da escola rural e de seus educadores, o que favorece a reflexão sobre uma educação comprometida com a cultura e as necessidades humanas e sociais dos jovens filhos dos produtores (BISPO; MENDES, 2008, p. 88-89).

Algo ainda mais perverso acontece quando se assume um currículo e práticas urbanizadas em escolas localizadas no campo; “O currículo das escolas rurais é composto por uma carga cultural totalmente urbana, o que, de certa forma, inibe o comportamento social dos alunos, uma vez que a escola não resgata a identidade do aluno rural, ao contrário, trata-o como sendo um aluno urbano localizado na zona rural. (BISPO; MENDES, 2008, p. 89)”.

Quando questionados quanto à percepção sobre o ensino oferecido nesta escola, todos os alunos afirmaram a qualidade do mesmo, ressaltando, sobretudo, as qualidades existentes nos professores. Porém, dividiram-se, quando questionados se haveria necessidade de um ensino diferenciado do que é aplicado nas escolas urbanas.

(...) Acho que o ensino na roça deve ser igual ao da cidade porque todos devem aprender igual (ENTREVISTADO 3, aluno do 8º Ano, 13 anos, morador do distrito).

Não acho que o ensino tem que ser igual ao da cidade, o ensino tem que ser avançado para dar mais chance de seus alunos passarem num vestibular, um ENEM com mais responsabilidade (ENTREVISTADA 2, ex-aluna, 17 anos, moradora da zona rural).

Notou-se, com as respostas dadas pelos alunos, que eles não percebem que possuem o mesmo currículo que as outras escolas urbanas do município e acreditam que ensino de qualidade é, sobretudo, aquele que garanta êxitos nas diversas avaliações existentes no país, sejam elas de desempenho escolar ou para ingresso em instituições de ensino superior (IES) ou que garanta seu ingresso no mercado de trabalho.

Concordando com Gomes (1996, p.309), e com a expectativa de uma Geografia Humanista na escola, entende-se que, a partir dessa, haja a possibilidade da “valorização

dos estudos de costumes e hábitos marcados no tempo e que se sustentam a importância primordial da cultura, frequentemente esquecida pela ciência em sua versão racionalista” e a possibilidade também da superação dos processos racionalistas que estão sendo naturalizados nas escolas devido ao recebimento da educação neoliberal.

Considerações finais

Pode-se dizer então que dentre as consequências possíveis da implantação da educação neoliberal estão: **(1) Ao aderir ao currículo mínimo do estado:** Perda de autonomia do professor, adesão aos processos de avaliações (Ex.: PROEB E PAEE), adesão à cultura da performatividade, ensino distante da realidade dos alunos, cristalização dos processos educativos visando visibilidade, aumento da competitividade entre escolas, maior enfoque para quantidade do que qualidade social; **(2) Ao não aderir ao currículo:** Sofrer com o abandono do município, precarização das estruturas físicas da escola, por exemplo, com a falta de apoio para compra de materiais necessários ao funcionamento escolar, em casos extremos sofrem também com o fechamento das mesmas e/ou ocorrência do processo de nucleação escolar⁶.

Cabe dizer que essas consequências negativas se agravam ainda mais quando não há movimento organizado da comunidade que compõe a escola em prol do direito de recebimento de uma educação pública e de qualidade, que garanta e considere as especificidades de cada público a ser atendido, isso pensando desde os alunos, os pais e responsáveis, professores, coordenação, gestão institucional e política do município e também dos outros órgãos federativos responsáveis pela educação.

Para superar estes obstáculos é importante que o município estabeleça um currículo específico para as escolas rurais e que este atenda os princípios da educação do campo, bem como organize estratégias para garantir a formação inicial e continuada dos professores para atuar nessas áreas e também os custos com materiais didáticos diferenciados e norteados pela educação do campo.

Em síntese ao que foi exposto nas análises dos conteúdos da Geografia Escolar dessa escola, não só considera-se necessário como também urgente que se tenha um ensino diferenciado nas escolas presentes no campo, um ensino que considere as necessidades, ambições dos alunos e moradores da zona rural e que os façam se reconhecer como sendo sujeitos ativos na sociedade e, sobretudo, sujeitos de direitos.

Acredita-se que, enquanto não houver a superação entre os papéis, geralmente desempenhados antagonicamente no imaginário da sociedade pelo meio rural e o meio

⁶ Nucleação escolar: Acontece quando a escola localizada na zona rural é fechada e os alunos deste espaço são conduzidos através de transporte escolar para escolas da sua sede municipal.

urbano é sim necessária intervenção. Intervenção, que neste caso seria realizada na escola, ou mesmo nos conteúdos de Geografia, já que estes são considerados agentes de formação e de transformação social e de quebra dos preconceitos existentes e resistentes no espaço em que estes atuam.

Este dualismo que demarca o rural como espaço de atraso, sinônimo de pessoas caipiras e lugar do rústico e que eleva o urbano como espaço de modernidade, sinônimo de evolução, de pessoas afáveis, civilizadas e bem-criadas reforça os preconceitos e faz com que seja naturalizada a imposição da hegemonia capitalista nestes territórios que são espaços de reprodução de cultura, trabalho e de vida. Portanto, assim como a história, a geografia deve ser revisitada sobre o ponto de vista das minorias, para que assim se preencham lacunas que possam servir de ferramentas para que preconceitos e desigualdades sejam superados na sociedade contemporânea.

Referências

BISPO, Cláudia Luiz de Souza; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A educação escolar, o ensino de geografia e os aspectos socioculturais da população do campo. **Espaço em Revista**. Catalão, v.10, n.1, p.82-106, jan./dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto-lei nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Importância educacional da geografia. **Educar em Revista**, Curitiba, v.9, n. 9, p.121-125, jan./dez. 1993.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005.

CAVALCANTE, Tiago Vieira. Por uma arte geográfica no ensino. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, n. 19, p. 97-105, 2010.

COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. A geografia escolar com crianças: Currículo e poder na expansão do ensino fundamental no Brasil. In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control. Mayo de 2014, Barcelona, **Anais**. Barcelona. Universidade de Barcelona, 2014. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/xiii-coloquio/actas-xiii-coloquio.htm>. > . Acessado em: 22 nov. 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-86, 2000.

FLORIANO, Eliane Menossi Sila; NARDOQUE, Sedeval; A relação campo-cidade no ensino de Geografia: estudo do Currículo de Geografia do estado de São Paulo. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, SP. v. 21, n. 44, pp. 205-229, 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (p. 304-335)

LANDIM NETO, Francisco Otávio; BARBOSA, Maria Edivani Silva. O ensino de Geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na geografia escolar. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 160-179, jan.2011.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **CBC Geografia – Ensinos fundamental e médio**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Magela de. **Educação do campo e cotidiano das crianças na unidade de produção familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso – Geografia - Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2015.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.

SALES JÚNIOR, Ronaldo. Raça e justiça: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo da justiça. **Democracia racial: o não-dito racista**.2006. 474p. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUSA, Narayana Fernandes de. O ciclo de políticas de Stephen Ball e a análise de políticas curriculares: contextualizando a Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**. Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 43-57, jan./jun. 2014.

SOUZA, Fracilane Eulália de; BIBIANO, Gisele Leite; ABE, Tainara Alves de Jesus; ROCHA, Daniela Rocha; SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues dos. Panorama do fechamento de Escolas no Campo do estado de Goiás de 2007 a 2015. **Boletim DATALUTA** n. 103.p.1-9 2016.

Sobre os autores

Abigail Bruna da Cruz – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal) (2017). **OrCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8109-0957>

Sandra de Castro de Azevedo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002); mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2006) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011) Atualmente é professora de geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); **OrCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4972-7684>

Como citar este artigo

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Abigail Bruna da Cruz** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Sandra de Castro de Azevedo**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 26 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de outubro de 2018.

“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato¹

Thiago Wentzel de Melo Vieira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
e-mail: wentzel_bio@hotmail.com

Trabalhe com a enxada, semeie, colha, caminhe, e você me encontrará ali.
Michel Serres - Notícias do mundo

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão teórico-conceitual acerca das categorias de “camponês” - esse “incômodo” ator social, e o “agricultor familiar” à luz, sobretudo, de intelectuais brasileiros, mas não apenas, que têm como objeto de estudo a questão agrária. Nosso objetivo é apontar aquilo que dá substância tanto à construção social do camponês, quanto do agricultor familiar, mas levando em consideração o fato de que a heterogeneidade da agricultura de base familiar brasileira é indubitável, refletindo-se, portanto, na sua difícil definição. Propõe-se uma análise que pondera a respeito dessas duas categorias entendidas, não como pólos opostos, como se o camponês fosse resumido a um ator político e o agricultor familiar a um ator produtivo, mas a partir das possíveis imbricações entre ambas categorias destacando, sobretudo, a pertinência do campesinato no país.

Palavras-chave: Camponês; agricultor familiar; transformações sociais.

"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry

Abstract

This work proposes a theoretical-conceptual reflection about the categories of the "peasant" - this "uncomfortable" social actor, and the "farmer" based, above all, of Brazilian intellectuals, but not only, whose object is the agrarian question. Our objective is show what gives substance to both the social construction of the peasant and the farmer, but taking into account the fact that the heterogeneity of Brazilian small agriculture is undoubted, reflecting, therefore, its difficult definition. It is proposed an analysis that considers these two categories understood, not as opposing poles, as if the peasant were summarized to a political actor and the farmer to a productive actor, but from the possible overlap between the two categories showing, above all, the pertinence of the peasantry in the country.

Keywords: Peasant; farmer; social transformations.

"Le retour de ceux qui ne sont jamais partis": paysan et / ou fermier familial? Réflexions théorico-conceptuelles et pertinence de la paysannerie

Resume

¹ Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado do autor desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). Conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de mestrado.

Ce travail propose une réflexion théorique et conceptuelle sur les catégories de "paysan" - cet acteur social "inconvenient" et le "L'agriculture familiale" avec fondement, surtout, des intellectuels brésiliens, mais pas seulement, qui ont pour objet d'étude la question agraire. Notre objectif est de mettre en ce qui donne de la substance à la construction sociale du paysan et de l'agriculteur familial, mais en tenant compte du fait que l'hétérogénéité de l'agriculture familiale brésilienne est incontestable, reflétant ainsi sa difficile définition. Proposé ici une analyse qui considère ces deux catégories non pas comme des pôles opposés, comme si le paysan se résumait à un acteur politique et l'agriculture familial à un acteur productif, mais basé sur les interactions possibles entre les deux catégories mise en évidence avant tout, la pertinence et la pertinence des paysans dans le pays.

Mots-clés: Paysan; agriculture familiale; transformation sociale.

Introdução

Aportamos, neste trabalho uma discussão seminal para as ciências da sociedade porque versa sobre a categoria conceitual do camponês. Assim, por se tratar de um conceito chave para a orientação deste trabalho, a construção do objeto – camponês, conduz acima de tudo a um esforço de objetificação e descrição do real, mas que obviamente não pretende revelar todos os aspectos da realidade em questão. É, portanto, um esforço no plano teórico-conceitual de aproximação da realidade (PIRES, 2016). Saliento que, embora o trabalho em questão seja estritamente de cunho teórico-conceitual, está lastreado em “terra firme”, pois é resultado das inquietações surgida no decorrer da pesquisa de mestrado do autor, em que fez-se necessário pensar bases teórico-conceituais que viabilizassem a interpretação da realidade em questão.

Ciente do intenso e histórico debate que envolve tal conceito pretendemos, ainda que de forma brevíssima, ancorar nossa argumentação, principalmente, mas não apenas, em autores que têm promovido tal discussão à luz do contexto brasileiro como: Velho (1969) ; Queiroz (1963) ; Martins (1981) ; Abramovay (1998) ; Fernandes (2002); Wanderley (2004), além de Shanin (2005) ; Batra (2011) e Ploeg (2013). Destaco que não se pretende fazer uma análise do processo da gênese do campesinato e de sua reprodução no Brasil, mas destacar a pertinência e atualidade política do campesinato, possivelmente mais enfáticos do que nunca (PLOEG, 2013). Há, portanto, uma revalorização da categoria “camponês” e “campesinato” na atualidade (WANDERLEY, 2014).

O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletário vende força de trabalho. E o camponês ? O que possui ? O que produz ? O que vende ? (...) É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade (BARTRA, 2011. p. 74).

Em primeiro lugar, cabe destacar aqueles aspectos que lhe dão sentido. A priori, do ponto de vista identitário, a diversidade histórico-econômica, étnica e produtiva, é a regra.

Conforme Ploeg (2013), nas formas de organização camponesa não existe simples matemática, motivo que viabiliza o surgimento da diversidade na agricultura camponesa.

Do ponto de vista das generalizações conferidas ao camponês, Shanin (2005) compila seis principais características pelas quais os camponeses têm sido, amiúde, descritos e distinguidos de outros grupos. São elas: 1) A economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar) e pelo controle dos próprios meios de produção, a economia de subsistência; 2) As tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo (banditismo, guerrilha, rebelião camponesa); 3) Normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas como a preeminência da racionalização tradicional, o papel da tradição oral, “mapas cognitivos” específicos; 4) A organização social camponesa e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo; 5) Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses. Relevante, aqui, é o já referido aprendizado ocupacional dentro da família. O ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos “naturais”, ou seja, o ano agrícola; 6) As causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. Contudo, Shanin (2005) frisa que a especificidade do camponês reflete a interdependência entre as características mencionadas não se resumindo, portanto, unicamente a qualquer um destes aspectos.

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável², o que reflete na sua difícil definição, sobretudo, porque se o entendermos enquanto classe, trata-se aprioristicamente de uma classe desuniformizada. Em resumo, “um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005. p.1).

Eis, portanto, o dilema do camponês:

Mas da apropriação de que parte trabalho social do vive o campesinato?
Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde?
Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário (ABRAMOVAY, 1998. p. 35).

² A heterogeneidade do mundo rural pode ser observada em Lênin (1985), sobre o contexto russo da época.

Para não tomar a categoria conceitual de camponês enquanto sinônimo de agricultura familiar e, tampouco encará-la como um pressuposto estendido a todos aqueles que tem seus modos de vida e trabalho vinculados à terra e/ou subordinados à renda da terra, negligenciando, assim, a importância histórico-política do conceito de camponês (MARTINS, 1986) e, também, conforme Velho (1969), evitar possíveis desvios, arbitrariedades e abusos do conceito, acredito, justamente por isso, ser fulcral delimitar o que se entende por camponês, na medida em que trata-se do conceito aqui adotado, mas, não encarado como o extremo oposto do agricultor familiar. Portanto, faz-se necessário apresentar, com clareza, o entendimento teórico-conceitual de camponês apresentando as convergências e divergências com outros conceitos, também relacionados às atividades rurais, a saber: o agricultor familiar.

Ademais, é pertinente destacar que o entendimento acerca do camponês neste manuscrito está ancorado numa perspectiva digamos, aberta, isto é, não restrita a conformação do campesinato como uma classe social e ideologicamente guiado como preconizado no sentido clássico, mas que embora reconheça a relevância histórico-política do campesinato, vai além, na medida em que os entende como atrelados a um modo de vida que semeia sobretudo a autonomia como horizonte (BATRA, 2011). Nesse sentido, o camponês possui um estilo de vida próprio, pautado na autonomia e cooperação entre seus membros, portanto, vínculos comunitários como os mutirões destacados por Candido (2001), e uma relação com a agricultura que não se resume a uma relação apenas econômica.

A questão do excedente

Antes de me alongar na discussão propriamente camponesa, é importante tecer alguns curtos parágrafos para desenvolver ainda que brevemente, uma questão central para o debate, isto é, a noção de “excedente”. Afinal, a necessidade de produzir excedente é entendida como a principal forma de subordinação do camponês ao modo capitalista de produção. Desse modo, a economia camponesa, para garantir sua reprodução, está condicionada à produção de excedentes que asseguram, tanto a sua condição subordinada no capitalismo, quanto a exploração do trabalho camponês (BARTRA, 2011). Nesse sentido, e considerando a importância do excedente na economia camponesa, vale resgatar a noção de excedente de Polanyi:

Nem os lírios do campo nem os pássaros no ar, tampouco os homens nos pastos, campos ou fábricas – criando gado, cultivando a terra ou montando peças em uma esteira rolante – produzem excedente a partir de sua própria

existência. O trabalho, assim como o lazer e o repouso, é uma fase no transcurso da vida do homem (POLANYI, 2012. p. 51).

Para Polanyi (2012), a ideia de excedente diz respeito à transformação economicista ocorrida num período extremamente curto, aonde o passo crucial foi à transformação do trabalho e da terra em mercadorias, como se tivessem sido produzidos para venda. Processo que resultou no “estabelecimento de um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda” (POLANYI, 2012. p. 51). Mobilizados os mecanismos que acionaram o motor da acumulação capitalista, a partir da mais-valia, liberação da força de trabalho, expropriação e privatização dos meios de produção, além da expropriação e apropriação da própria pessoa (trabalhador), que a partir de agora se vê obrigado a vender sua força de trabalho no mercado (BENSAÏD, 2017).

A mudança no regime de propriedades na Europa do século XVIII, e a imposição de novas relações de propriedade (privada) pela supressão brutal das antigas formas de propriedade da terra, em suma, formas híbridas, pois não resultava na propriedade privada capitalista, nem na propriedade comunal, e associadas ao chamado direito consuetudinário, aboliu o direito daquelas massas pauperizadas aos recursos de propriedade comum. Marx (2017 [1841]), nos escritos sobre a lei referente ao furto de madeira, analisa de forma sublime a guerra social dos direitos de propriedades, isto é, o direito consuetudinário que estabelecia formas híbridas de propriedades, nem comunal nem privada, e o novo direito privado que estabelecia a propriedade privada dos recursos de propriedade comum (meios de produção).

O Estado inclinou-se em defesa da propriedade privada estabelecendo o direito privado e a propriedade privada como fim. De acordo com Marx, o interesse privado se considera o fim último do mundo. Portanto, se o direito não realizar esse fim último, ele é um direito contrário ao fim” (MARX, 2017 [1841]). A lei tornou-se então, o principal mecanismo de espoliação (BENSAÏD, 2017), na medida em que “não podendo forçar alguém a acreditar que há crime onde não há crime, os senhores vão transformar o próprio crime em ato legal” (MARX, 2017 [1841]. p. 82).

Dessa forma, a partir do domínio mercantil sobre a terra foi assegurada a propriedade privada, entidade a ser comprada, vendida e usada buscando produzir lucro, ou seja, uma renda potencial extraída dela pelo seu proprietário (WOLF, 1976). Processo que, conforme Marx (2010), altera a lógica da propriedade fundiária, pois se trata da “transformação da propriedade fundiária numa mercadoria (...)” (MARX, 2010. p.74). Em Marx, a renda fundiária não é uma ambiguidade para o capitalismo, pelo contrário, é resultado da produção capitalista que permitiu, num primeiro momento, a acumulação primitiva do capital através da expropriação das terras camponesas, lançando massas de

homens desprovidos de seus meios de trabalho (terra), a força, às cidades para se proletarizar.

Assim, resumiu a necessidade de produzir, que antes versava sobre uma variedade de possibilidades e motivações, à ideia do lucro e uma série de mecanismos foram impostos a fim de assegurar o excedente no modo capitalista de produção que, no caso camponês, é marcada por profunda assimetria nas trocas³, pois, no processo de produção, o camponês gera um excedente que é transferido para a economia capitalista e, ao mesmo tempo, reproduz a si mesmo como explorado (BARTRA, 2011).

Camponês e/ou agricultor familiar: encontros e desencontros

Retomando à discussão teórico-conceitual, cabe aqui apontar, ressaltar e destacar aquilo que dá substância a essas categorias. Observa-se que a categoria de camponês é apresentada muitas vezes como sinônimo ou antônimo do conceito de agricultura familiar. Em Abramovay (1998), por exemplo, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão – agricultores profissionais – diferentemente do camponês que é um modo de vida. Assim, o desenvolvimento capitalista nos países centrais tende a destituir a estrutura social do campesinato à medida que institui a agricultura familiar como a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento capitalista. Assim, salientar as rupturas e continuidades (WANDERLEY, 2004) do atual campesinato, é uma tarefa árdua, mas um esforço necessário.

Verifica-se em muitos estudos uma visão cindida, ou seja, de um lado o isolacionismo social característico do camponês, e do outro a integração ao mercado do agricultor familiar. Para Neves (2009), por muito tempo no âmbito das ciências sociais, as interpretações acerca do campesinato estavam centradas no caráter dualista entre o novo e o arcaico. Os debates sobre o campesinato foram dominados pelo dualismo que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como categorias, mutuamente opostas nos estudos rurais (PLOEG, 2016). Em suma, a dualidade transita num suposto isolamento do camponês, no outro extremo, numa maior entrada na sociedade e, subsequentemente, maior participação nos programas estatais para a agricultura, isto é, o agricultor familiar, o “agricultor profissional” (ABRAMOVAY, 1998. p. 211).

Logo, os camponeses eram pensados a partir das condições de pobreza material e pelos descontínuos vínculos institucionais com a sociedade abrangente. Vale ressaltar tomando como referência o geógrafo anarquista do século XIX Élisée Reclus, que o discurso

³ De acordo com Bartra (2011), enquanto a mercadoria camponesa é produzida por uma ótica de valor de uso e, assim, circula no mercado capitalista, a mercadoria capitalista, diferentemente, é regulada pelo valor de troca. Deriva dessa relação, a assimetria das trocas.

de desvalorização da agricultura camponesa é bastante antigo, como observado pelo anarquista, o argumento de serem educadores em agricultura racional, isto é, agrônomos e também grandes proprietários de terras – latifundiários – portanto, supostos entendedores da técnica da agricultura, foi também, utilizado para justificar a usurpação das terras camponesas (Reclus, 2015).

Nesses termos, o camponês é visto a partir de uma situação de isolacionismo que ignora as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, ou seja, isola num pólo o camponês enquanto representante de uma economia fechada, isto é, aquela em que o camponês produz o que consome, portanto, uma economia de subsistência, sem preocupação em gerar excedentes e se integrar no mundo moderno da produção e na economia nacional (QUEIROZ, 1963). Seriam dedicados exclusivamente a garantir a subsistência familiar e não estariam interessados em empreender esforços que implicassem investimentos na atividade agrícola (WANDERLEY, 2004). Aliás, quanto aos baixos vínculos com a sociedade em geral, foi constatado, de forma sublime por Candido (2001), a singularidade cultural do caipira, marcada por uma economia fechada e de subsistência, constituída por elementos do seminomadismo e uma agricultura itinerante, um povoamento disperso, isolamento espacial, independência e alheamento às mudanças sociais. Nesse caso, não existem razões técnicas ou sociais que justifiquem um esforço adicional no sentido de produzir excedentes (WOLF, 1976).

Já o agricultor familiar estaria inserido nas novas relações capitalistas, uma espécie de camponês moderno (FERNANDES, 2002), entendida como a transformação dos produtores familiares, através da valorização de formas de integração à sociedade abrangente, isto é, a modernização pelo produtivismo, desenvolvimentismo, pela maior inserção na organização produtiva (NEVES, 2004).

Para Abramovay (1998), a especificidade da agricultura familiar, sobretudo após a segunda guerra mundial nos países de centro capitalistas, é devida à capacidade técnica e de inovação, às formas sociais inéditas com relação ao passado e que muitas vezes não nutrem qualquer relação com a herança camponesa. O autor também destaca o papel assertivo do Estado na estruturação do capitalismo agrário, pois a agricultura familiar desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do mundo capitalista na medida em que assegurou a maior oferta de alimentos com preço mais baixo para a classe trabalhadora, sendo uma agricultura altamente integrada ao mercado que “não pode ser nem longe considerada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1998. p. 22).

É importante salientar, sobretudo por respeito à obra, que Abramovay (1998), ao discorrer sobre o conceito de agricultor familiar situa-o num contexto específico em que há uma assimilação do trabalho familiar pelo capitalismo dos países centrais, especificamente no pós-guerra, e com o fordismo, sendo essa inserção realizada através do controle do

Estado. Assim, o autor faz menção a um grupo singular de trabalhadores agrícolas onde a base familiar foi assimilada de forma bastante diferente pelo capitalismo, mas que não tem qualquer herança com as características do campesinato. Para o autor, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão – agricultores profissionais – diferentemente do camponês que é um modo de vida. Assim, o desenvolvimento capitalista nos países centrais tende a destituir a estrutura social do campesinato à medida que institui a agricultura familiar como a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento capitalista.

De acordo com Fernandes (1996), nessa leitura dicotomizada, estaria incutida uma visão evolucionista, linear e economicista. Em oposição ao “campesinato”, supostamente aconteceria a transformação do camponês, a partir de uma maior inserção com maior ou menor grau de integração ao mercado, como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar, ficando o camponês como produtor de uma agricultura de subsistência.

Em resumo, o agricultor familiar “moderno” estaria integrado ao mercado, inserido nas políticas públicas voltadas para a produção agrícola familiar e com financiamento para incorporação de tecnologias sofisticadas, enquanto o camponês seria a representação do arcaico e fadado à extinção (FERNANDES, 2002). Nesses termos, Abramovay (1998) destaca que o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que irá asfixiar o camponês, ou seja, irá minar suas formas de reprodução social e destituir seus laços de integração.

A ideia de que a agricultura camponesa era em si, incipiente e com baixa inserção no conjunto da sociedade, foi mantida até hoje. Dessa ideia, derivou-se a necessidade da transformação modernizante do campesinato e sua maior inserção na sociedade (NEVES, 2009). O grande marco no contexto político desse processo no Brasil ocorreu nos anos de 1990, com a adoção da categoria “agricultura familiar” no âmbito do próprio Estado, ao formular-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja atividade esteve organizada pela e para a família, ao mesmo tempo em que a adoção dessa categoria diluiu o conteúdo histórico-político presente na palavra camponês (WANDERLEY, 2014).

Em busca das confluências no caso brasileiro

Conforme exposto logo no início desta argumentação, não corroboramos da tese de que tais traços característicos de uma ou outra categoria possam sintetizar diferenças eloquentes no que toca à realidade. Acreditamos, pois, que a confrontação da mescla dessas categorias seja mais condizente com a realidade. Afinal, o camponês, nas atuais

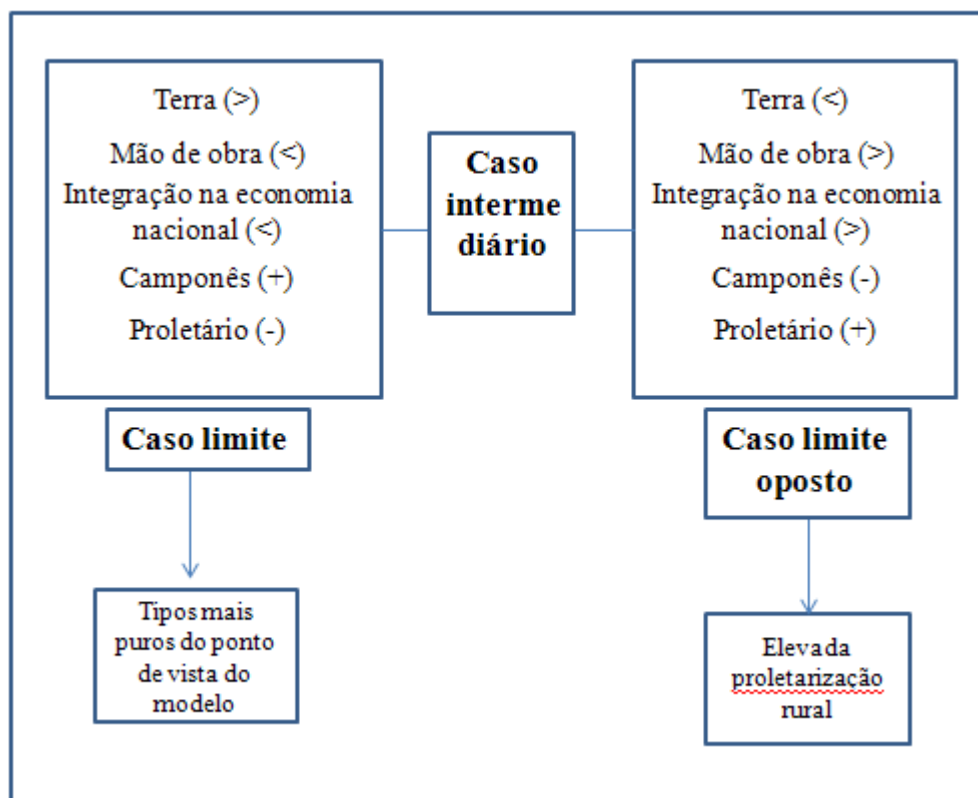
condições, não pode subtrair-se da mecanização e da alta de sua produtividade, em função das pressões a que está submetido (KOSTAS; VERGOPOULOS, 1977). Aliás, essa mudança e assimilação dos modos de vida camponeses, podem ser verificadas inclusive, na figura do camponês clássico, isto é, o camponês europeu, conforme observado por Élisée Reclus em meados do século XIX:

O camponês, tal como outrora se o conhecia, está em vias de desaparecimento: o modo de concessão da terra mudando à sua volta, ele deve conseqüentemente mudar. Até mesmo o pequeno proprietário que busca caminhar ainda nas pegadas de seu pai e agarra-se com desespero à antiga rotina da cultura não pode ignorar os métodos do vizinho, nem tapar os ouvidos aos relatos que ouve na feira de exposição. Incessantemente vê o círculo dos interesses crescer em torno dele; quer se informe quer não, sabe que o trigo da Rússia, que o milho dos Estados Unidos vêm fazer concorrência a seus produtos e diminuem seus valores de venda; apesar de tudo, está implicado na especialização do trabalho (RECLUS, 2015. p. 210).

Para Wanderley (2004), o campesinato não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto das demais relações societárias, pelo contrário, as sociedades camponesas mantêm laços de integração com o conjunto da sociedade, dentre os quais se resguardam vínculos mercantis. Portanto, o campesinato sempre existe dentro de um sistema maior (WOLF, 1976). Conforme lembra Queiroz (1963) no Brasil desde os tempos coloniais, coexistem a economia fechada e a economia de mercado. Sobre a economia colonial, Prado Jr. (1976) destaca a importância da agricultura de subsistência como a responsável pelo abastecimento de gêneros agrícolas para o consumo interno. No Brasil império, a importância do camponês encarnado na pessoa do agregado foi evidenciada por Martins (1986), como sendo o personagem principal de produção de gêneros agrícolas para o consumo interno, ou seja, embora de subsistência, também comercializavam os “excedentes” no comércio. Constatou-se, assim, a impossibilidade de compreender os camponeses fora da estrutura societária mais geral e do contexto histórico em que estão inseridos (SHANIN, 2005).

Velho (1969) traz importantes contribuições nesse sentido. De acordo com o autor, existem nuances entre o uso da categoria de camponês no Brasil e que diferem, portanto, do seu sentido clássico. Nuances que vão desde um máximo de campesinidade até um máximo de proletarização rural que vão variar de acordo com determinados critérios. O caso limite oposto ocorre quanto o camponês vende a parte da sua força de trabalho. Trata-se da força de trabalho que não emprega com meios de produção próprios, pois, ou são insuficientes, ou porque determinados produtos rendem menos do que necessitam para subsistir, ou seja, vende sua força de trabalho porque sua renda como produtor não é capaz

de garantir sua reprodução (BARTRA, 2011). Entre esses casos opostos estão os casos intermediários que vão conjugar critérios de ambos e que seria o caso mais comum no país.



Fonte: Velho (1969), adaptado pelo autor.

Transita, então, entre aspectos visíveis e contraditórios, pois ancorados na alternância de períodos, ora de descampesinização, ora de recampesinação, sendo que o processo de recampesinação não deve ser confundido com um mero retorno ao passado (Ploeg, 2013). Trata-se, ao contrário, de uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno.

Nada obstante, deduzir que os camponeses em geral compreendem um grupo social isolado e às margens da sociedade capitalista, seria negligenciar os mecanismos de subordinação submetidos aos camponeses, pois, mesmo quando considerados livres e dono dos meios de produção (terra) continuam sempre subordinados a mecanismos tributários ou trocas desiguais (VELHO, 1976), portanto, efetivamente integrados aos mercados, pois precisam vender seus excedentes, o que não impede, no entanto, que haja de forma concomitante a subsistência familiar (WANDERLEY, 2004). Ademais, de acordo com Harvey (2011) a tributação pelo Estado serve como o meio duradouro pelo qual as populações camponesas são trazidas para a órbita da acumulação capitalista, isto é, a necessidade de pagar imposto de renda imediatamente acarreta a necessidade de produzir para vender.

Nesse sentido, a propriedade camponesa é, a um só tempo, unidade econômica, pois produz excedente, e base do seu próprio sustento (WOLF, 1976). Já a exploração se consuma, de fato, no mercado, local onde o camponês transfere seus excedentes por meio de um intercâmbio desigual e subordinado⁴ (BARTRA, 2011). Certamente, o modo de produção capitalista resultou em profundas modificações na estrutura agrária contemporânea e que alteraram o dinamismo das relações camponesas. Amin & Vergopoulos (1977) destacam que a integração do camponês às novas dinâmicas provocadas pelo capitalismo podem ser verificadas na intensificação da autoexploração do seu trabalho e de sua família, no endividamento, pois necessita de insumos para garantir sempre a maior produção – mecanismo que faz trabalhar ainda mais, pois os encargos fiscais são cada vez maiores além da monopolização do circuito agroalimentar.

Mais recentemente, tal coexistência foi explicitada no que Velho (1976) denominou de capitalismo autoritário, onde ao contrário do capitalismo burguês, a base camponesa não foi destruída pelo desenvolvimento capitalista, mas mantida como uma forma subordinada de produção e acumulação primitiva. Os camponeses servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos explícito, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Na definição de Wolf (1976), os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos dos grupos dominantes para assegurar seu próprio nível de vida. Constatase, então, que em diferentes escalas e com maior ou menor intensidade, os camponeses na figura dos posseiros, rendeiros, assentados ou pequenos proprietários estão inseridos no mercado.

Nessas circunstâncias, o campesinato compreende uma classe política (VELHO, 1976), subordinada a uma estrutura societária mais abrangente e seus respectivos dirigentes, que os explora. Assim, o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social de baixa “classidade” e de maneira geral dominadas por outras classes e, outra, um “mundo diferente” – extremamente autossuficiente “sociedade em si mesma”, apresentando padrões de relações sociais próprios. Nos termos de Shanin (2005):

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação [...] Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade, também, que sem tais

⁴ Para Bartra (2011) o modo de produção subordinado constitui-se nas relações socioeconômicas formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas, ou seja, em si mesmas não capitalistas, mas que se reproduzem por meio da operação do modo de produção a que se subordina.

construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais (SHANIN, 2005. p. 18).

Dessa forma, o processo de transformação do campesinato brasileiro não pode ser entendido apenas enquanto passagem de uma situação de isolamento social e sem integração ao mercado - camponês, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade – agricultor familiar (WANDERLEY, 2004). De acordo com a autora, o agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social típico do mundo moderno, o que não permite afirmar que representa a decomposição do campesinato, mas, pelo contrário, reconhece as interações nutridas com o mercado capitalista em virtude da vida em sociedade, ou seja, as relações de produção na medida em que, com diferentes nuances, todos estão inseridos no mercado moderno e dele recebem influência, mas reconhece também, que os “agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir” (WANDERLEY, 2002. p. 47). Compreendem uma forma singular de organização social da produção, alicerçada na produção gerida pela família (WANDERLEY, 2009). Conforme Shanin (2005), o camponês deve ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês e suas interações com o contexto social mais amplo.

Wanderley (2002) destaca os aspectos que viabilizam, tanto a descontinuidade quanto a continuidade da categoria camponesa na atualidade, pensada à luz da noção de agricultura familiar. Para a autora, os agricultores familiares não se resumem a nenhuma invenção moderna produzida pela ação do Estado. Porém, esses mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção e da vida social. Todavia, é a manutenção da sua lógica tradicional que, precisamente, permite defini-los como camponeses. De acordo com a autora, a lógica familiar é constitutiva da tradição camponesa e não é abolida; ao contrário, ela permanece. Além disso, é inegável que a dimensão histórico-política tão característica da formação do campesinato brasileiro não foi ocultada na agricultura familiar, pelo contrário (WANDERLEY, 2004).

O que se verifica, a partir de Wanderley (2004), é que tal conceito está imbricado no conceito de camponês, mas com ressalvas, pois há continuidades e rupturas que, amiúde, estão associadas à nova configuração do capitalismo e que, evidentemente, provocaram e provocam mudança nas relações sociais, formas de produção e nos modos de vida do camponês. Refere-se, portanto, à agricultura familiar, não em oposição ao camponês, mas numa adequação dessa categoria às demandas contemporâneas, ou seja, “são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares

tecnológicos que se traduzam em maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e plena valorização do trabalho” (WANDERLEY, 2009. p. 33).

Mais do que recortar campos distintos, com denominações particulares, atribuindo a cada um características excludentes e, mesmo antagônicas em relação aos demais, deve-se atentar para a constituição de um vasto campo de agricultores não patronais e não latifundiários que, como, exercitam formas próprias de viver e trabalhar no mundo rural (WANDERLEY, 2014. p. 31)

Nesse sentido, a agricultura familiar, muito difundida atualmente, refere-se à condição de organização do trabalho enquanto reflexo das relações capitalistas atuais (FERNANDES, 2002). Em essência, não existe nenhuma mutação radical entre camponeses e/ou agricultor familiar por ora no Brasil. Pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis, em que o adjetivo familiar revela a característica que, junto da expressão política, apresentam-se como traços típicos da categoria camponesa (WANDERLEY, 2009).

Em última análise, o agricultor familiar é uma faceta do campesinato que, inexoravelmente, constitui parte do conjunto da sociedade e tanto interfere nela quanto dela sofre interferência. O componente político é uma das principais características que qualificam o campesinato. Conforme Fernandes (2002), para que os agricultores familiares continuem sendo camponeses, sua relação não está na integração com o mercado moderno, mas na luta política.

O conceito de camponês designa, sobretudo, o seu lugar social, é uma palavra política e que expressa a unidade das lutas camponesas. É a disputa pela terra tão cerceada e nas mãos de poucos que inflamou as lutas camponesas no país entre o final do século XIX e o século XX (ANDRADE, 1963 [2009]; MARTINS, 1986). Conforme argumentou Manuel Correia de Andrade acerca da estrutura fundiária do Brasil:

“a velha estrutura montada pelos portugueses no século XVI, que foi se modificando pouco a pouco nos quatro séculos de nossa evolução histórica, acha-se hoje diante do maior impacto com que se deparou, impacto mais sério, acreditamos, que o enfrentado no fim do século XIX com a abolição” (ANDRADE, 1963 [2009]. p. 73).

Aliás, no tocante a renda da terra, no caso brasileiro a consolidação da renda da terra de acordo com Martins (1981), ocorreu através da transformação da renda capitalizada e imobilizada no escravo no, para renda territorial capitalizada no século XIX, pois anteriormente o cerne da economia era o comércio escravagista. A expansão do capitalismo no campo e a sujeição da renda da terra ao capital fazem com que a luta pela terra constitua-se, principalmente, em uma luta contra o capital que expropria e explora (FERNANDES, 1996).

Além da sua relação parcial com a economia capitalista e da luta política, o campesinato compreende um modo de vida (ABRAMOVAY, 1998) baseado em valores e códigos específicos, na atividade do trabalho familiar que busca primeiro satisfazer suas necessidades de subsistência e em vínculos comunitários como os mutirões destacados por Candido (2001) acerca da organização social do caipira. É um modo de vida e de trabalho, cuja sustentação é constituída pelos laços familiares e de comunitário. É, também, essa característica que nos autoriza a considerá-los camponeses (WANDERLEY, 2014). É sobre essas bases que se estrutura o modo de vida camponês e dele deriva sua relação econômica com a sociedade em geral.

Encerrando, mas não concluindo: a “incômoda” r-existência do campesinato

No bojo desse processo, parece que, sob certas condições, os camponeses opõem-se àquilo que Lênin (1985) denominou de “desintegração do campesinato⁵”, ou seja, o campesinato não se dissolveu, nem se diferenciou na sua totalidade em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. “Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante.” (SHANIN, 2005. p. 09).

Ao contrário das previsões “proletaristas” e “descampesinistas” que alegavam ser o “campesinato” a face do atraso, do arcaico, e que previam que o “desenvolvimento” capitalista os fragmentaria em empresários agrícolas ou proletários rurais, além do socialismo que procurou combatê-los por considerá-los como sementes de uma desprezível burguesia agrária (BARTRA, 2011), o que verifica-se, atualmente, é uma intensa revitalização do “ser camponês” onde a base imediata de toda a luta camponesa é o combate à proletarianização.

Para Ploeg (2013), o modo camponês tem se ajustado continuamente às novas circunstâncias e, desde 1990, tem sido revitalizado por diversos movimentos passando por um interessante processo de “recampesinação”. De acordo com o autor, tornar-se um camponês não é um momento único e isolado, mas sim um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo e que busca uma menor dependência em relação ao mercado e seus agentes, à coerção extra-econômica, à relativa autonomia que pode ser obtida, bem como os níveis de produtividade. É um processo que une duas dimensões: a qualitativa e a quantitativa, pois contempla uma mudança qualitativa de pessoas tornando-se camponesas, e que entram na condição camponesa, a partir de qualquer outra condição e, também,

⁵ Lênin (1985), sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, argumentou que a desintegração do campesinato trouxe à tona um processo que tem como denominador comum o caráter mercantil da economia. A desintegração refere-se às contradições no interior do campesinato e a descamponização.

relaciona-se se com uma dimensão quantitativa, pois o número de camponeses está aumentando.

É no Brasil, conforme destaca Shanin (2005), que tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, um processo de “recampesinação”. As tensões em torno da questão da reprodução do campesinato enquanto subordinado ao modo capitalista de produção, a rareada e pífia reforma agrária, o aumento da concentração fundiária, o aumento dos processos de desterritorialização acrescido de outros fatores têm ampliado as lutas em torno da terra no Brasil. Assim, registrar os processos de decomposição do campesinato não é reafirmar o imperativo da expropriação no capitalismo, mas registrar, sobretudo, o desenrolar desse processo que, muitas vezes, resulta na participação ativa dos grupos atingidos que emergem como atores sociais da construção de outros horizontes (Neves, 2009).

Nesse processo, a posse reflete a negação da propriedade capitalista, é o resultado de uma luta mais ampla, luta para entrar na terra, na medida em que a terra é um instrumento de trabalho e, portanto, resguarda a autonomia daqueles que a semeiam, cultivam e colhem (MARTINS, 1986).

O monopólio do solo é apenas teórico para o camponês, pois não é um arrendador, tampouco um empresário capitalista e a noção de lucro não está, inicialmente, em seu horizonte (KOSTAS; VERGOPOULOS, 1977). É dizer que “embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra” (ABRAMOVAY, 1992. p. 59). Em última análise, a posse é a antítese da propriedade privada e da exploração e a luta camponesa é uma luta para entrar na terra e resistir contra a expropriação (FERNANDES, 1999).

O capital para o camponês compreende equipamento, maquinário, insumo e etc., utilizados para aumentar a produtividade da terra, que não é o mesmo que lucratividade. Embora a propriedade camponesa seja parte subordinada e por excelência contraditória do modo de produção capitalista, ela não é em si mesma uma unidade de produção capitalista, pois não é estruturada como um empreendimento capitalista, e não está assentado na relação capital-trabalho na medida em que, o trabalho familiar não é assalariado (PLOEG, 2013).

Atualmente, as lutas camponesas têm reivindicado a soberania alimentar, a proteção do meio ambiente e, de forma subjacente, a defesa de seus territórios (BARTRA, 2013). Uma luta que não se resume a conquista da terra como meio de produção, mas a terra como espaço de autogoverno, uma luta por autonomia que “anuncia iminentes vendavais libertários” (BARTRA, 2011. p.78). É uma luta para atribuir sentido à terra a partir da existência e da resistência, mas, sobretudo, de r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006), pois se reinventam ante as circunstâncias. Aliás, lutas que têm aumentado no país. É

o que destaca o último relatório “conflitos no campo-Brasil” do ano de 2016, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016). De acordo com o documento, em análise comparativa com o ano de 2015, foram observados mais de 400 conflitos envolvendo camponeses em todo o país no ano de 2016.

É, portanto, dar sentido ao estar na terra, garantindo, assim, as condições materiais de produção, mas vai além. Trata-se, nos termos de Porto-Gonçalves (2002), de formas de significar o estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar (PORTO-GONÇALVES, 2002).

A luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais (PLOEG, 2006. p. 20).

Por fim, empregamos o conceito de camponês, pois acreditamos que se trata de um grupo com contexto histórico e singular, com protagonismo político na luta pela terra, onde a subsistência familiar constitui o âmago da organização. Um conceito que, para Shanin (2005), embora insuficiente em si mesmo, assim como qualquer outro conceito, mas pertinente e atual e que do ponto de vista teórico-conceitual, não deve ser meramente revogado em função das novas dinâmicas do capitalismo sobrepostas ao campesinato.

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, o camponês compreende uma categoria socialmente construída e uma interpretação tempestiva só pode ocorrer dentro de contextos históricos e políticos específicos. Conforme Velho (2009), trata-se de um conceito que se referia, inicialmente, a um determinado contexto histórico e, portanto, bem localizado, que foi apropriado pelos cientistas sociais. Assim, a retomada desse conceito dependerá de seu valor explicativo nas diversas discussões atuais e concretas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo em questão**. São Paulo: HUCITEC. São Paulo, 1998.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, M. C. As tentativas de organização das massas rurais – As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: In: WELCH, C. A. (Org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo. Unesp. 2009. p. 303-326.

BARTRA, A. V. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo : Unesp, 2011.

BARTRA, A. V. **Con los pies sobre la tierra**: No nos vamos a ir. Alegatos, n. 85. México, pp- 715-750, 2013.

BENSAÏD, D. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira (Karl Marx). São Paulo. Boitempo. 2017.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Editora 34. 2001.

CANUTO, A. LUZ C. R. S.; COSTA, R. E. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra - CPT Nacional, 2016.

FERNANDES, B. M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. In: Revista Cultura Vozes, número 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002 [cd-rom].

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo. Boitempo. 2011.

KOSTAS, V.; AMIN, S. **A questão agrária e o capitalismo**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo. 2010.

MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira (Karl Marx). São Paulo. Boitempo. 2017. [1841]

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. NEVES, D. P. (Org.). São Paulo. Unesp. 2009. pp 303-324.

PIRES, S. P. Sobre algumas questões epistemológicas e uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, ET AL. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes. 2014, p. 43-95.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial**. Rio de Janeiro: Vozes. 2002, p. 217-256.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha”. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PRADO-JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 1976.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria esquecida. (1963). In: WELCH, C. A. (Org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo. Unesp. 2009. p. 57-72.

RECLUS, E. **O homem e a terra: textos escolhidos**. São Paulo. Intermezzo. 2015.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da URS, 2006, p. 13-54. 2013.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. São Paulo. Unesp, 2016.

VELHO, O. G. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C. A. (Org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo. Unesp. 2009. p. 89-96.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Difel. 1976.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **O campesinato brasileiro: Uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, 2014. p. S025-S044.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

Agradecimento

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Lopes de Souza, pelas contribuições frutíferas indispensáveis para a pesquisa em questão.

Sobre o autor

Thiago Wentzel de Melo Vieira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (2016). Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2013). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-CIAC/UFRJ) (2015). Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-0753-7631>

Como citar este artigo

“A VOLTA DOS QUE NÃO FORAM”: CAMPONES E/OU AGRICULTOR FAMILIAR?
REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E A PERTINÊNCIA DO CAMPESINATO

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. “A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 27 de março de 2018.

Devolvido para a revisão em 07 de maio de 2018.

Aceito para a publicação em 17 de maio de 2018.

Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho¹

Erick Gabriel Jones Kluck

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: erick@usp.br

Resumo

Este artigo trata dos aspectos recentes da mobilidade do trabalho dos posseiros e do planejamento estatal de perspectiva territorial no Médio São Francisco baiano, Território de Identidade do Velho Chico. As transformações atuais nessa área envolvem um processo no qual o Estado, munido da perspectiva territorial da ação planejada e por meio de outras ações (como a disposição de benefícios, incentivos, subsídios e regularizações de terra), dissemina e estimula uma série de programas cada vez mais determinantes na reprodução do trabalho dos posseiros, incluindo sua permanência transformada, mais monetarizada. Por outro lado, esses posseiros se veem tensionados, quando as ações estatais viabilizam também os meios facilitadores das ações empresariais, ameaçando constantemente os territórios dessas comunidades (impulsionando a mobilização do trabalho), voltados à produção de energia, mineração e agropecuária comercial. Ambas as formas de ação “elegem” o território como cerne da prática contraditória do Estado nessa área. Mostrar o desdobramento empírico dessa contradição torna-se o cerne desse artigo.

Palavras-chave: Posseiros; Estado; mobilidade do trabalho; médio São Francisco; território.

Possessors in the middle San Francisco: state planning and labor mobility

Abstract

This article deals with the recent aspects of the labor mobility of possessors and the state planning of territorial perspective in the Middle São Francisco, Bahia, Identity Territory of the Velho Chico. The current transformations in this area involve a process in which the State, provided with the territorial perspective of the planned action and through other actions (as provision of benefits, incentives, subsidies and regularization of land), disseminates and stimulates a series of programs each more decisive in the reproduction of the work of possessors, including their transformed, more monetarized permanence. On the other hand, these possessors are tense, when state actions also enable the facilitators of business actions, constantly threatening the territories of these communities (encouraging the mobilization of labor), directed at the production of energy, mining and commercial agriculture. Both forms of action "elect" the territory as the core of the State's contradictory practice in this area. Showing the empirical unfolding of this contradiction becomes the heart of this article.

Key-words: Possessors; State; mobility of work; middle San Francisco; territory.

Posereros en el medio San Francisco: planificación estatal y movilidad del trabajo

¹ Este artigo decorre da pesquisa de doutorado intitulada: “Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico”, financiada pela Fapesp, nº 2012/21887-0 e das atividades iniciais de nosso pós-doutorado pelo Cnpq: “O reverso da medalha ambiental: *green grabbing*, mobilidade do trabalho e o confinamento territorial de posseiros na gestão estatal da crise no Médio São Francisco” sob nº 168136/2017-1.

Resumen

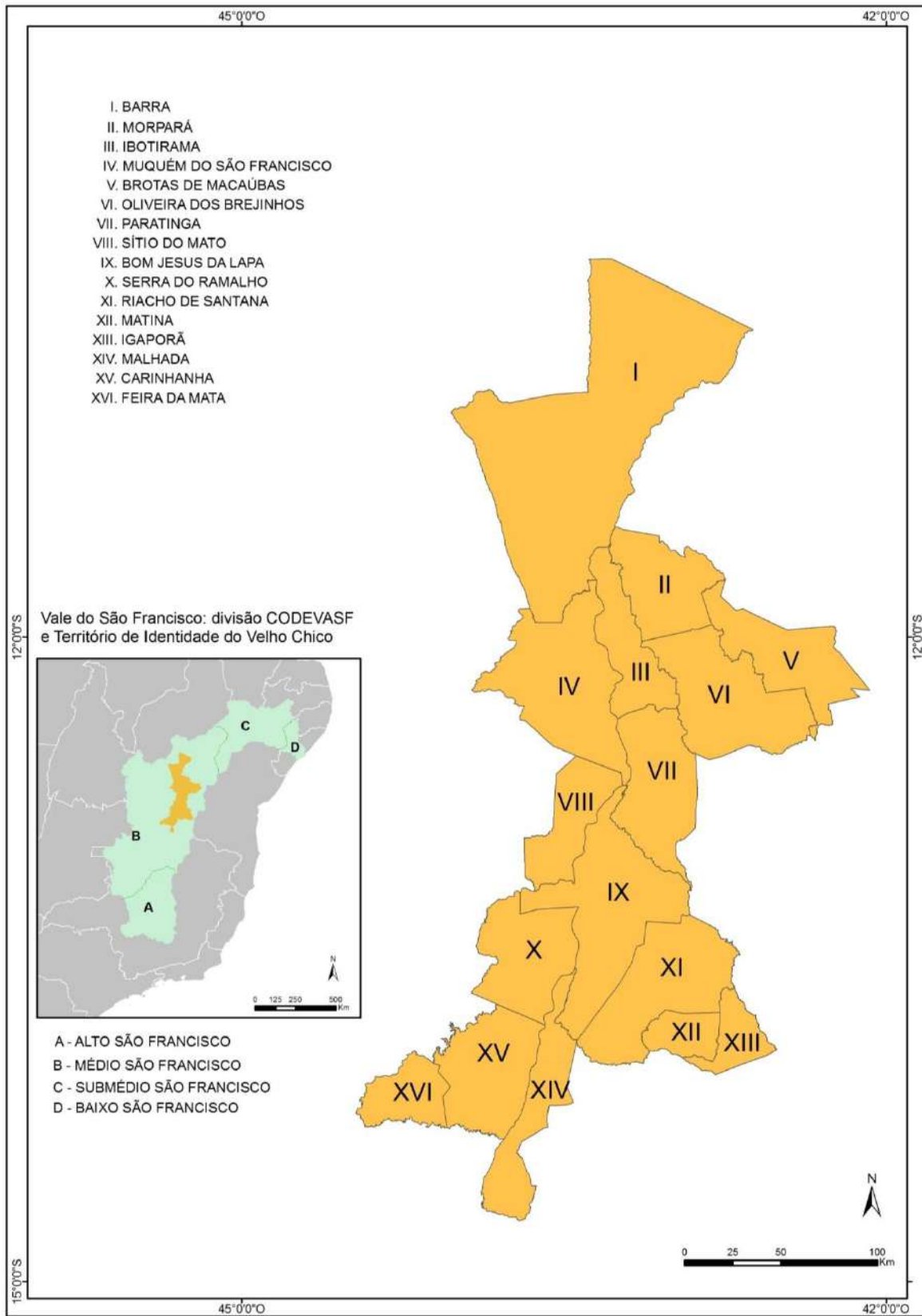
Este artículo trata de los aspectos recientes de la movilidad del trabajo de los posereros y de la planificación estatal de perspectiva territorial en el Medio San Francisco bahiano, Territorio de Identidad del Viejo Chico. Las transformaciones actuales en esa área involucra un proceso en el que el Estado, provisto de la perspectiva territorial de la acción planificada y por medio de otras acciones (como la disposición de beneficios, incentivos, subsidios y regularizaciones de tierra), disemina y estimula una serie de programas cada uno en lugar más determinantes en la reproducción del trabajo de los posereros, incluyendo su permanencia transformada, más monetarizada. Por otro lado, esos posereros se ven tensados, cuando las acciones estatales viabilizan también los medios facilitadores de las acciones empresariales, amenazando constantemente los territorios de esas comunidades (impulsando la movilización del trabajo), volcados a la producción de energía, minería y agropecuaria comercial. Ambas formas de acción "eligen" el territorio como núcleo de la práctica contradictoria del Estado en esa área. Mostrar el desdoblamiento empírico de esa contradicción se convierte en el núcleo de este artículo.

Palabras clave: Posereros; Estado; movilidad del trabajo; medio San Francisco; territorio.

Introdução

Esse artigo problematiza alguns aspectos da recente discussão sobre território, relativos às ações estatais, voltadas tanto a geração de renda e garantia de permanência de camponeses posseiros na terra na Bahia, quanto ao impulso aos empreendimentos de mineração, produção de energia eólica e agropecuária empresarial, que suprimem as condições da reprodução do trabalho desses posseiros. Para uma aproximação dessa temática partimos da dinâmica concreta cotidiana dos posseiros, observadas em trabalhos de campo em alguns povoados rurais dos municípios pertencentes ao Território de Identidade do Velho Chico, no Médio São Francisco baiano (mapa 1).

Mapa 1: Municípios do território de Identidade do Velho Chico no Médio São Francisco



Fonte: Kluck, 2016. ArcGIS, CEDETER (BA), CODEVASF, ZEE–BA. Elaboração: Erick Kluck, 2018.

Historicamente algumas áreas do Médio São Francisco aparecem balizando o discurso do atraso, tornando a necessidade de mobilizar a força de trabalho e a terra um dos principais motivadores das ações estatais. Essa tem sido também a justificativa para o incentivo estatal à iniciativa privada, que por muito tempo, e até hoje, se coloca tanto no discurso, como em determinadas práticas, como a vanguarda da solução das mazelas da assim chamada falta de desenvolvimento. No entanto, se algumas ações estatais recentes se voltam para a garantia da permanência de posseiros, cada vez mais mediados por dinheiro e crédito subsidiado em programas e projetos estatais de desenvolvimento territorial, também existe o problema de algumas ações se voltarem a uma dinâmica que contribui para a perda de territórios por parte desses posseiros.

A importância que esse fato ganha torna-se central para a observação do funcionamento e das problemáticas envolvidas em sua execução. Muitos desses posseiros, por exemplo, têm saído dos povoados visando tanto a “escolarização”, ou o aperfeiçoamento técnico de suas habilidades, quanto partindo em busca de empregos fora do meio rural, se assalariando ou trabalhando por dia em diferentes ramos afins ou distantes de suas práticas de agricultores e criadores. Por outro lado, existem aqueles que permanecem na posse de terra, ainda que cada vez mais diminutas em tamanho, com as famílias, efetivando diversas atividades agroextrativas e de criação, às vezes, envolvidos em associações de produtores que também se transformam, com maquinários e insumos para uma maior produtividade e alcance de mercado e projetos estatais de aquisição de alimentos e abastecimento escolar. Buscar as nuances que contribuem para essas “escolhas” é o mote desse artigo.

Procedimentos metodológicos

A ação estatal de planejamento recente busca a adequação das relações sociais de produção julgadas atrasadas ou com parca modernização – por exemplo, onde o assalariamento típico (Martins, 2010) não é a forma predominante das relações sociais – que se apresentam como entraves à reprodução ampliada do capital, possibilitando, para isso, subsídios e incentivos fiscais territorialmente alocados não de maneira “neutra” e nem “revolucionária” (Oliveira, 1977, p. 23).

Se nos anos 1970 essas ações visavam a reestruturação das relações, mobilizando terra e trabalho, levando em muitos casos à migração de uma grande contingente de pessoas (em geral posseiros ou agregados de fazendas), para os centros urbanos, a partir dos anos 2000, esse quadro do planejamento, que tem no incentivo fiscal e subsídio a empresas para reordenamento produtivo, ganha um novo formato: a alocação territorial de créditos estatais, subsídios e incentivos, para desenvolvimento da produção ou do comércio

mais localmente, ou seja, sem a necessidade de deslocar posseiros, permitindo sua reprodução no estabelecido território, através de atividades, tais como a produção artesanal de cachaça, cerâmicas e doces, turismo, entre outras.

Tal dinâmica impulsionou o aumento do número de posseiros voltados a produzir em associações de produtores, os quais por vezes recorrem ao Estado para garantir a compra de alguns equipamentos com o intuito de ampliar a produção e participar de programas estatais de aquisição de alimento e alimentação escolar. Isso tem contribuído, junto com a maior presença de subsídios e incentivos estatais ao incremento de renda, para o aumento de trabalhadores diaristas, tornando essas atividades, um importante componente da renda familiar efetivado principalmente pelos mais jovens.

Estas relações são identificadas em outros contextos e lugares, não só na Bahia como em grande parte do Nordeste brasileiro. Alguns autores tratam de relações acessórias (Tavares dos Santos, 1984), múltiplas ou diversas, de caráter próprio relativo ao camponês, componentes de uma *flexibilidade camponesa* (Shanin, 1980). Em geral eles também se fundamentam na dimensão da apropriação da terra como ato central à garantia da reprodução (terra como o lugar da efetivação do trabalho), o que possibilita a subsistência de um modo de vida particular, não capitalista, denominado de campesinato. Segundo elas, este seria posto em relação tensa com outras formas de apropriação da terra, dadas pelo modo capitalista de produção, ora monopolizando, ora se territorializando, no contato com a reprodução camponesa. Não se trataria de simples antagonismo, mas de uma contradição, uma constante e necessária recolocação da contradição entre aquelas relações não capitalistas e o capitalismo no campo. Tal contradição teria no território sua expressão dinâmica. Esta interpretação seria dada por teorias derivadas da sociologia e da geografia agrária (Martins, 2010; Oliveira, 1991).

Pensar em duas formas de territorialização, a dos posseiros e a do capital, sugere um olhar para as relações sociais de produção em contradição. Desse modo, a predominância de uma dessas territorializações colocaria a outra em uma posição crítica. Se a territorialização do capital tem possibilitado a expropriação direta do posseiro ou a cooptação do produto do trabalho, precarizando as relações sociais de produção camponesas, não restaria outra coisa senão fazer prevalecer uma territorialização camponesa, resistindo às imposições do capital monopolista. Isso é o que sugere a teoria do campesinato e, em outros termos, as discussões recentes sobre a valorização de práticas territoriais, como culturais e tradicionais, que garantiriam a reprodução na posse de terra, a propriedade de uma fatia do território por associações, agremiações, entre outras formas de organizações das práticas definidas como identidade cultural que têm uma expressão territorial.

Por outro lado, mas dialogando com essas proposições, as pesquisas e estudos de Raffestin (1993) e Haesbaert (2013) abordam de maneira crítica a problemática do território, que têm em seu cerne às interpretações sobre o poder (a dominação), a apropriação simbólica e as relações econômicas no espaço. Este último autor tem se destacado pela realização de uma ampla revisão bibliográfica sobre diferentes concepções de território e seus desdobramentos (a *territorialidade*, a *territorialização*, a *desterritorialização* e a *multiterritorialização*). Haesbaert identifica duas concepções que norteiam a interpretação desse conceito: a materialista e a idealista. Diante disso, propõe que a dimensão territorial não pode se limitar a essas concepções, mas deve superá-las em conjunto. Afirma que, antes, a concepção regional era central à geografia, mas que hoje é o território e suas derivações conceituais que norteiam as discussões sobre a apropriação e a dominação espacial.

Não sem contradição, o território tem sido posto pelo planejamento estatal como capaz de abarcar diferentes esferas autonomizadas, entre elas, culturais, econômicas, políticas e sociais. Isso se aproxima do entendimento de Santos (2007), quando trata desse conceito. Para ele, o território só pode ser entendido como território usado, categoria que se definiria como fundamento do trabalho e identidade (pertencimento), ou seja, território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (...) fundamento do trabalho; lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2007, p.13-14).

Diferente dessas proposições, mas em diálogo com elas, abordamos a questão do ponto de vista da reprodução das categorias sociais do capital, ou seja, como desdobramento da modernização dessas áreas, seja com as ações estatais de planejamento, seja pela própria dinâmica das relações de produção.

A modernização, entendida como generalização da produção de mercadorias e do trabalho – formação de um mercado de trabalho e de terra nacional - na qual a mobilidade do trabalho evidencia contraditoriamente com uma dupla determinação de liberdade do trabalhador (Gaudemar, 1977). Conforme esse autor a dupla determinação do trabalho diz respeito à liberdade positiva do trabalho, na qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence; que ao mesmo tempo, acarreta a liberdade negativa, onde o trabalhador não tem outra opção senão a de vender sua força de trabalho, disponibilizá-la no mercado, já que neste processo fica sem acesso direto aos meios de produção para sua reprodução. A imposição dessa dupla determinação, explicitada por ele, é socialmente constituída, historicamente determinada e, assim, co-constitutiva da modernização, ou seja, como uma categoria social moderna de mediação e

em crise, assim como dinheiro e mercadoria, vinculando ainda, os processos da reprodução do trabalho do camponês posseiro.

Essa reprodução do trabalho é complexa, dado, por exemplo, não ser explicitamente assalariado. No entanto, ao se realizarem por mediações sociais modernas, entre elas, o dinheiro e a mercadoria, denotam um caráter que não se limita às próprias ações desses sujeitos. Mas, ao aparecerem como próprias deles, obscurecem, contraditoriamente, o caráter de serem relações sociais postas e pressupostas pelo capital como relação social (Marx, 1988).

Correndo o risco, ao fazermos esse recorte, de deixar de lado o fato dessa realidade ser mediada, ou mais precisamente, dessa ser fruto de relações sociais, envolvendo aspectos categoriais mais totais e inclusive nos conectando (enquanto pesquisador-trabalhador), aos desdobramentos que ocorrem nesses lugares, tentamos, sempre que possível, analisar criticamente as mediações com o contexto no qual ela se desenvolve. Isso porque, tal tratamento científico, conceitual e categorial, de interpretação da realidade como objeto, precisa ser junto com o que chama de objeto, também problematizado, através da crítica às categorias e conceitos, escamoteados ou mesmo naturalizados nessa relação social.

Portanto, mesmo partindo de trabalhos de campo, nos quais realizamos entrevistas e observações junto aos posseiros em suas comunidades², torna-se importante destacar que o desafio é, não só apresentar a realidade atual, totalidade concreta, como se fosse um estágio final, de etapas superadas, mas, justamente a partir da totalidade concreta de cada momento, tentar explicitar as contradições, que foram e permanecem obscurecidas.

Tudo isso nos coloca diante da necessidade de um entendimento crítico sobre a realidade a ser observada, ou seja, sem o desvincular das relações sociais postas na modernização e propondo a crítica de seu desdobramento prático empírico como planejamento. Pois, o que aparece como esferas separadas e autônomas da reprodução, territorialmente localizadas (entre elas as relações sociais de parceria, ajuda mútua e uso comum da terra), não deixa de ter nexos formais totais (como dinheiro, crédito, trabalho e mercadoria) das relações de produção.

A modernização é o processo pelo qual se autonomizaram categorialmente as formas mercadoria, dinheiro e trabalho (Marx, 1988, livro III), possibilitando e sendo

² Resta ainda a discussão se essas comunidades de posseiros seriam comunidades tradicionais. De fato, há uma reprodução da forma social de produção das relações que remetem para um conjunto de normas comunitárias constituindo uma tradição, em torno da territorialidade, da identidade e seu autorreconhecimento, de viver nos Brejos, talvez como Comunidades de Fundo de Pasto. Isso pode ser evidenciado como foco da luta pela permanência na terra e garantia da regularização estatal. Porém, também pode ser um meio estatal de cerceamento e imposição de normas, ao qualificá-los. Portanto, como argumentaremos mais adiante, a territorialidade e a constituição desses povoados enquanto comunidade tradicional não se separa da territorialização das formas sociais de mediação mais gerais do capital (dinheiro, mercadoria, trabalho) e, portanto, não se fecha em um caráter identitário sem contradição com o Estado – forma constitucional do monopólio da violência.

possibilitadas pelo seu outro, o Estado. Neste processo, que constitui a formação das relações sociais de produção capitalistas, o Estado é um importante crítico da sua própria prática estatal (estabelecida através do planejamento) que, por essa ação, recoloca os pressupostos do processo social (Oliveira, 1977). Se antes as ações estatais de planejamento almejavam a modernização das relações sociais de produção efetivando a mobilização do trabalho, constituição do mercado nacional de trabalho, tendo como pano de fundo o Estado e a própria dinâmica da industrialização do país, hoje, com boa parte desse processo realizado, e uma crise se instaurando no processo produtivo em escala mundial, o planejamento muda sua forma de ação, com o desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 1988). Este desenvolvimento das forças produtivas denota um caráter crítico central: a supressão do trabalho do processo produtivo geral e seu excedente na forma de trabalho supérfluo, expresso concretamente em uma população descartável (do processo de produção, como aspecto da crise do trabalho), mesmo sem impedir o trabalho de ser ainda a forma de mediação social. Trata-se de uma constante dialética entre incorporação e descartabilidade, caráter central da forma social de reprodução capital/trabalho, posta e imposta violentamente, mas também, naturalizada na relação social. Essa é a forma contemporânea da modernização, onde o crédito estatal e particular (como dinheiro a ser realizado no futuro) se coloca contraditoriamente possível como profusão territorial dos arranjos produtivos e outras formas de investimento.

Ou seja, a efetivação da dinâmica territorial, posta por tal desdobramento do planejamento, tornou necessário estabelecer um caráter identitário entre as relações sociais de produção e a cultura, pelas quais se obscurece, em arranjos territoriais, o caráter crítico contraditório dado pelas categorias trabalho, mercadoria e dinheiro (como crédito), que são as formas totais do capital em processo. Segundo Heidemann (2004), existem outros nexos críticos sobre a precariedade do trabalho, centrados nas categorias que fundamentam as relações sociais de produção como socialmente constituídas e historicamente determinadas. Assim, não se trata de uma simples precarização do trabalho, mas de um processo mais crítico que afirma a sua crise ao colocar o trabalho historicamente determinado ao mesmo tempo como obsoleto, e, ainda capaz de ser posto como mediação social do valor (Heidemann, 2004). Nesse sentido é que entendemos que os posseiros desdobram suas atividades para reprodução do trabalho envolvendo esse planejamento e políticas públicas territoriais recentes.

Enquanto relações sociais de reprodução, as experiências de trabalho empiricamente concretas são formas dadas por relações objetivas (ou categorias sociais) subjetivadas e, assim, obscurecidas na prática. Pensamos, portanto, que não se pode estancar a análise nesse momento prático empírico, ou concreto da aparência, mas sim perguntar sobre as mediações e categorias sociais nelas envolvidas, como o trabalho, a

mercadoria e o dinheiro. Isso porque elas estão presentes na construção de infraestrutura energética e hídrica, no crédito estatal (subsídios estatais a pequenas e médias empresas e os programas de renda mínima) e particular (empréstimos pessoais por agências financeiras e bancos privados) todas como momentos de um único processo.

Reflexões sobre a dinâmica territorial da reprodução do trabalho do posseiro

As nossas indagações sobre o planejamento e outras ações estatais, têm origem na observação dos processos relativos à reprodução do trabalho dos posseiros em comunidades rurais no Médio São Francisco. Como modernização, e não falta dela, percebemos as transformações nas relações de trabalho e apropriação da terra, tanto de maneira mais geral, quanto particular, ou seja, estabelecida por esses posseiros na reprodução do trabalho.

Nessas comunidades o uso da terra e as relações estabelecidas entre os posseiros, se compõe da produção agrícola, criação e coleta/extrativismo, além do beneficiamento e da comercialização. Segundo eles, essa organização do trabalho é a “tradição do lugar”. A cada família corresponde uma posse familiar de terra que lhe dá acesso ao uso comum de uma área contígua à sua posse.

A primeira, posse familiar da terra situa-se na porção mais úmida (próxima as margens dos riachos), tem em média, menos de 01 *ha* e é denominada **brejo**. Nesta porção se encontra a casa de morada, e, é onde efetivam as roças de milho, feijão, banana, melancia, pequenas hortas (com legumes e hortaliças), cana-de-açúcar e mandioca, variando em quantidade e diversidade. Nesta, cultivam algumas árvores frutíferas que produzem o coco, a manga, a laranja, o limão, a pinha, entre outras. A depender das condições econômicas da família, nesta porção se dispõem benfeitorias: o cocho, a prensa, a oficina de farinha, o alambique e o engenho (de madeira ou ferro, movido ou não à eletricidade). Aí são realizadas também as atividades artesanais e de beneficiamento da cana-de-açúcar, da mandioca, do buriti, do pequi e da castanheira, e ainda, criações de animais, como galinhas, e, por vezes, porcos.

A segunda é a porção de terra na qual a apropriação é efetivada de forma comum, ou seja, é a porção de terra pertencente ao conjunto de famílias da comunidade. Sua dimensão em comparação com a posse familiar é muito grande (em geral de mais de 3.000 *ha* por comunidade), e, é chamada por eles de **caatinga** (área na qual mencionam subdivisões, como as chapadas e os tabuleiros). O uso dessa área pode ser realizado por todos os moradores do povoado, existindo, no entanto, regras estabelecidas pelo costume, quanto à forma e intensidade desse uso. Nesta criam o gado, principalmente bovino, e outros animais, sendo eventualmente efetivada a atividade de caça para alimentação direta

– do veado, paca, tatupeba, cutia ou caxinguelê, aves etc. – e de extração de madeiras, lenhas, resinas, caroá e mel, extratos medicinais, pequis, tucuns e frutas – mangaba, jenipapo, entre outros.

Dessas, a atividade mais central é a criação do gado, na qual investem dinheiro (espécie de poupança), garantindo recursos para futuras necessidades como: a compra de terra, a realização de um casamento, o tratamento médico em outra cidade, ou mesmo para suportar períodos longos de seca. Em geral compra-se o chamado garrote (bezerro) soltando-o nessas áreas de caatinga e chapadas, onde se alimentam e cresçam. Assim, quase sem nenhum dispêndio efetivo com sua criação, após um tempo, esse pode ser vendido por um preço mais alto, em relação ao preço do garrote.

Os posseiros dos Brejos, brejeiros, recorrem ao trabalho dos integrantes da família para efetivação das atividades, e quando esse não é suficiente, estabelecem outras relações que, excetuando-se a migração, envolvem seus vizinhos. Entre elas destacam-se: a *parceria*, a *obrigação*, o *mutirão* e a venda do dia de serviço (diária). A outra forma, pela qual tentam suprir a demanda por trabalho, com vizinhos, nos casos de intensa atividade (associada à falta de pessoas da família para o trabalho), é a do pagamento do diarista.

Essa característica do trabalho por dia, de ser necessário quando da falta de pessoas da família para o trabalho, precisa ser relacionada a alguns importantes aspectos: a diminuição do tamanho das posses de terras, a migração e a dinâmica sazonal das atividades dos brejeiros. Também, ao momento atual da ampliação da mediação pelo dinheiro (moeda), conformando uma maior monetarização das relações sociais, devido, entre outras coisas, aos incentivos, subsídios (à produção), benefícios estatais (bolsas e aposentadorias) e ao acesso aos créditos.

Acompanhamos esse conjunto de relações em campo: por um lado, o trabalho por dia se tornou mais requerido pelos produtores de cana e mandioca, quando os mais jovens de suas famílias se ausentavam – ou, com a escolarização (vinculada ao recebimento de bolsas e mesmo incentivo a uma mudança de vida) ou, pelo assalariamento fora dos Brejos. Por outro lado, ele foi negado, pois o preço, relativo às diárias, devidas por esses dias de serviço, sofreu um aumento progressivo e desproporcional nos últimos anos, aumentando muito os custos de sua utilização. Segundo eles, como muitos hoje em dia, têm acesso aos Programas (Garantia Safra, Bolsa Família, Pronaf), ninguém quer trabalhar por pouco, pois, de alguma forma, até mesmo os posseiros com pouquíssima terra, teoricamente mais propensos a disponibilizar sua força de trabalho como diarista para complemento de sua renda, têm garantido o mínimo da sua reprodução cotidiana, com o dinheiro recebido do Estado.

Essa contradição posta em prática no próprio processo, tem como “pano fundo”, a ampliação da monetarização. O *mutirão* e a *obrigação*, ainda presentes, poderiam ser uma

alternativa, mas, têm cada vez menos expressividade. Ou seja, não entram como substitutivo dessa relação, sendo, o dinheiro, tornado cada vez mais central. Segundo seu Domingos, do Brejo do Barbosa, isso se deve ao fato das pessoas quererem utilizar esse tempo, antes destinado ao *mutirão* ou a *obrigação*, para conseguir dinheiro, em geral fora dos Brejos, para comprar moto, ir às festas, comprar celular, reformar a casa.

No entanto, apesar do ligeiro aumento da monetarização dos posseiros, nos Brejos visitados, notamos, de forma geral, como os integrantes das famílias continuavam se desdobrando entre muitas atividades (mais e menos intensas), ligadas à roça, extração, coleta, caça, beneficiamento, comercialização. Entre essas estavam:

- a) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da cana-de-açúcar, para produção de rapadura e cachaça;
- b) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da mandioca, para a produção de biju, polvilho e farinha de mandioca;
- c) A catação da manga e do coco, para venda aos atravessadores;
- d) O beneficiamento do fruto do buriti (saeta), para produção de farinha;
- e) A coleta, extração, caça e o beneficiamento de produtos da caatinga (chapadas e tabuleiros): a castanheira, pequi, tucum, mangaba, lenha, madeiras, resinas, mel, veado, tatu, cotia, entre outros;
- f) Os tratos aos animais: porcos, bodes, galinhas, jumentos, mulas e cavalos;
- g) A lida com o boi, organizando as áreas de bebedouros e de disposição do sal, além de sua recolha na caatinga (das áreas de uso comum) para as mangas (pequenos pastos cercados) nos brejos ou para as margens do rio São Francisco, em determinadas épocas do ano para engorda;
- h) A adubação e composição do solo para cultivo das roças;
- i) O zelo, cultivo e colheita das hortas e roças em geral;
- j) De forma menos frequente: consertos e construção de casas, ranchos, cercas, oficinas, cozinhas, banheiros, cacimbas (para obtenção de água), poços, caminhos, picadas, instrumentos de trabalho (engenhos, componentes das oficinas, bruacas, cangalhas, etc.);
- k) A busca de formação escolar (por vezes atrelada diretamente ao recebimento de benefícios) junto com a capacitação e formação em cursos técnicos, ambas voltadas à busca por inserção no mercado de trabalho em geral fora dos Brejos;
- l) O trabalho assalariado ou por dia de serviço fora dos Brejos, para composição da renda familiar;
- m) Empreendimentos: como o de transporte de passageiros e de alunos, bares e ainda bem raro, mercearias.

Como se pode perceber, nesse conjunto de atividades laborativas executadas durante o ano, há uma relação de indissociabilidade entre os usos e apropriações das duas áreas anteriormente mencionadas: a posse familiar e a terra de uso comum (caatingas, tabuleiros e chapadas). Uma apropriação depende em muito da outra, estão interligadas, e, a supressão de uma dessas áreas tornaria impossível a reprodução do seu trabalho, na forma como ele é organizado.

Essa descrição geral, apesar de mostrar uma grande diversidade de atividades da reprodução do trabalho dos posseiros, é apenas uma ligeira aproximação. A sua realidade cotidiana é ainda mais complexa, dada na relação dessa intensa gama de atividades com recentes transformações em sua dinâmica: a ampliação do consumo e da monetarização; as transformações na infraestrutura energética, de transportes e educacional; a diminuição das áreas de posses; e as tensões com empreendimentos que tentam usurpar as terras familiares e comuns desses posseiros.

Nos últimos anos essas transformações, com forte aporte estatal, têm sido significativas, levando ao aumento da monetarização e modificando o acesso dos posseiros ao consumo de mercadorias, expressando mudanças qualitativas em seu cotidiano. O acesso ao dinheiro, a implantação de estradas e da rede elétrica, transformou bastante as relações entre os brejeiros, e, destes com as praças comerciais mais próximas, principalmente, por propiciar o aumento da frequência das suas viagens, com intuito de comprar ou vender mercadorias.

Em termos gerais, a monetarização aumentada, ao “facilitar” o acesso aos “novos” bens de consumo tornou, segundo eles, o cotidiano mais cômodo: geladeira, televisor, rádio, fogão, sofá, cama, entre outros, como poços com bombas para captação de água. Um importantíssimo aspecto, para além do conforto, se relaciona à acentuada diminuição da mortalidade infantil e da desnutrição, associada à implementação desses programas estatais. Além disso, muitos brejeiros têm investido na reforma das casas, colocando revestimentos de pisos e azulejos, e, instalando o banheiro. É notória a maior quantidade de bares, nos quais tem prevalecido a venda de cerveja e conhaques, além de fichas de jogos como *bilhar* e *pebolim*.

Diferentes objetos, principalmente entre os mais jovens, estão também mais presentes: aparelhos de telefone celular (mesmo não tendo sinal nos Brejos) os quais utilizam para ouvir músicas; “mini-rádios” com cartão de memória; bonés, moletons e tênis. Também houve um aumento no número de veículos em circulação – como motocicletas,

caminhonetes, furgões (para o transporte de alunos e professores às escolas e outros passageiros, às feiras nas sedes municipais e distritos)³.

Todas essas transformações não se descolam de um processo mais geral da reprodução do capital na atualidade, com o qual todos nos envolvemos. Afinal, as mudanças no acesso a determinados bens de consumo e acesso ao crédito, foram proporcionadas, a todos nós, brejeiros e pesquisadores, e, mesmo auto empreendedores. A “inserção” dos brejeiros na dinâmica deste “novo consumo” não é, portanto, uma exclusividade de suas condições de posseiros, mas está posta para muitos na sociedade, como possibilidade. E por isso, não podemos deixar de problematizá-la, como uma “via de mão dupla”, plena de contradições.

Por serem posseiros, além de manterem as posses familiares (mesmo com sua drástica diminuição de tamanho), ainda garantem o acesso a alguns auxílios, benefícios, ou subsídios, utilizados em sua reprodução do trabalho, assim como, o parco dinheiro economizado a partir do salário. Tudo isso reflete um aumento da monetarização e das diferentes formas empreendidas para a satisfação de diversas necessidades – aumentadas nos últimos anos, incluindo aí, aparelhos eletrônicos, motos, reforma de casas, roupas e calçados “da moda”, entre outros.

Esses aspectos do aumento da monetarização envolvem os brejeiros em diferentes atividades, os remetendo a experiências dolorosas. Por exemplo, o migrar, por si só, já representa um momento doloroso, como aspecto da mobilidade do trabalho. O trabalho executado nessas empreitadas espolia bastante os brejeiros, com horas extras necessárias para compensar os baixos salários e altos custos da alimentação disponível nos ambientes de trabalho.

Assim, esse processo que em geral, aparece relacionado à busca individual por incremento de renda, formação e qualificação profissional, satisfação de consumo aumentado, e, também, ainda mais frequente, e cada vez mais central, ao processo de diminuição do tamanho das posses e roças. A diminuição do tamanho das posses é um aspecto central de todo esse processo, pois, leva a uma diminuição das roças. Essa diminuição se relaciona a uma dinâmica interna de herança. Se inicialmente, uma primeira geração detém 100 braças de terra (uma braça é 2,2m), a depender do número de filhos (por exemplo, 5 filhos) na terceira geração, cada um dos herdeiros terá apenas 4 braças. E, numa quarta, não havendo incremento por compra, se chegará a menos de uma braça de terra por herdeiro. No entanto, não se limita a ela, pois outros fatores impedem que a comunidade se expanda, como por exemplo, empreendimentos (minerários, de energia

³ Ao se problematizar o aumento do consumo, não estamos defendendo romanticamente seu estancamento, uma volta ao passado, dado se relacionar diretamente a possibilidade real de uma garantia alimentar básica, que contribui para a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil.

eólica e agropecuários) no entorno, ocupando melhores terras e até, por vezes, as terras de uso comum pertencentes a essas comunidades. Mesmo com suas roças e terras diminutas esse posseiro, em geral, não tem abandonado a posse, tendo nessa a garantia da pequena produção e o recebimento de benefícios estatais. Ou seja, algo menos penoso em relação à migração definitiva para as cidades, que já não os comportam.

O Estado nesta situação tem um papel fundamental: a garantia da permanência na posse, com estas e outras ações recentes, como implementação de arranjos produtivos e (em alguns casos) regularizações fundiárias. Porém, contraditoriamente, ele conforma o processo geral capitalista, no qual o posseiro perde, ou tem cada vez mais constrangida suas possibilidades de reprodução. E, assim estes, com as suas posses de terras diminuídas, cada vez mais se tornam necessitados do Estado – que, por meio daquelas ações, evita ou gesta, o alcance de uma situação crítica, apesar de sempre dolorosa, com a qual corroborou fundamentalmente. Ou seja, denota uma relação contraditória da territorialização do capital (incluindo empreendimentos agropecuários e o Estado), como um processo de duplo caráter: a constrição e o confinamento territorial do camponês posseiro. Duplo, pois, ao contribuir para a redução das terras e por vezes expulsão dos posseiros das mesmas, é também, por outro lado, aquele que permite a permanência com subsídios e incentivos.

Trata-se de uma discussão sobre a faceta territorial, cada vez mais central ao planejamento estatal e às reivindicações da sociedade civil organizada (incluindo, associações e movimentos sociais) como um caráter desdobrado também da reprodução crítica do capital, colocando aos camponeses, como possibilidade, o confinamento territorial. Se, nas lutas pela terra, sob a forma da reivindicação de políticas públicas e de regularização da terra, diversas entidades adotam o conceito de território para seu embasamento, esse, no entanto, por outras vias, torna-se programa e ação de Estado. Nesse jogo, ambos recorrem à caracterização dos camponeses e de seus territórios – aspecto conformador de uma simulação de autonomia territorial, na qual ficam obscurecidos os fundamentos categoriais a serem criticados. Tal relação é permeada por outra: o Estado com suas ações, inclusive de apoio as iniciativas empresariais, é o corresponsável pela constrição territorial dos camponeses, embora seja, por outro lado, o viabilizador cada vez mais central de sua reprodução, por via de políticas públicas.

Esses aspectos atuais da reprodução do trabalho dos posseiros, de um ponto de vista mais teórico, se relacionam a outros concretos observados em campo, que nos permitem assim problematizar a reprodução estatal, em diferentes níveis de articulação e ação, na garantia da reprodução capitalista, como sua forma atual. A constrição territorial relaciona a mobilização do trabalho (como dupla liberdade do trabalho) e a transformação na apropriação da terra (território), reunindo ambos os processos em si mesmo. Nele se

vinculam também aspectos objetivos-subjetivos da reprodução do trabalho. Transformado a cada momento, esse caráter territorial desdobra-se cada vez mais em confinamento territorial, englobando as formas de incentivo da permanência, postas na contradição, entre manutenção da tradição e patrimônio *versus* diminuição das possibilidades de reprodução dadas pela constrição e crise do trabalho, tendo sua base no Estado, no aporte estatal, com o capital fictício.

No entanto, essa permanência não é posta como dádiva, mas tem se tornado uma necessidade do capital e a forma de ser do Estado, marcando as tensões e violências dessa forma social contraditória e essencialmente desigual de reprodução. Portanto, os movimentos sociais de luta pela terra e pela permanência na terra entram em conflitos recorrentes com o Estado e com os empresários ou proprietários de terra na tentativa de garantir que uma parte do fundo público seja destinada a essas populações no campo, incluindo aí a terra como fundo público.

Nesse sentido, é que indagamos o momento atual da reprodução da forma social do capital, no qual as ações estatais, entre elas o planejamento, impulsionam transformações: incentivos e subsídios à constituição de cadeias de produção de alimentos, ao artesanato e à cultura, benefícios, novas estradas, postes e torres de energia, maior monetarização e aumento do consumo, são algumas delas. Essas transformações envolvem a dinâmica modificada da reprodução do trabalho dos posseiros (a ajuda mútua ou obrigação, a parceria, o trabalho acessório), cada vez mais complementada por subsídios, incentivos e benefícios estatais, conformando o caráter particular da reprodução do trabalho dos posseiros, na garantia da sua permanência na posse de terra, cada vez mais diminuta ou em risco de supressão, o que contribui para a migração de posseiros.

A diminuição do tamanho da posse parece contradizer a permanência, porém, a permanência transformada, com subsídios, auxílios e benefícios – ampliando a noção de permanência derivada da tradição (relacionada à manutenção do patrimônio familiar e até mesmo, modo de vida) – se coloca como possibilidade, dada a dificuldade atual desses posseiros encontrarem outros meios e lugares para a reprodução do trabalho. A posse tornada diminuta e o trabalho tornado obsoleto tem, no entanto, na reprodução capitalista e, assim, no Estado, um elo contraditório.

Com a difusão de créditos para investimentos em infraestrutura e produção de energia, proporcionados pelo PAC, financiados pelo BNDES, os ramos de mineração, agronegócio e produção de energia eólica, ampliaram nos últimos anos sua ação, especialmente na Bahia. Este último ramo vinculando o Estado e as concessionárias de energia, revela mais contradições do planejamento e da ação estatal territorializada.

Algumas empresas de energia eólica têm oferecido às pessoas das comunidades, individualmente, uma quantia em dinheiro para uso da terra comum, fatia potencial de lucro,

relacionado ao uso dessas terras de forma praticamente gratuita. Essa atitude evita o contato com associações nas quais haja mínima organização contraposta aos seus interesses. Em geral argumentam que as terras de chapadas e serras são terras públicas, ermas e sem dono. No entanto, essas servem, em sua maioria, à extração, coleta e criação, compondo as áreas comuns das comunidades. Portanto, apesar de serem terras públicas constituem seus territórios.

Na Bahia, diversas entidades de luta na e pela terra denunciam o avassalador processo de grilagem de terras causando a despossessão de terras e territórios dos camponeses, por meio de empreendimentos, como mineração, estradas de ferro, barragens, produção de energia eólica e solar, além da própria expansão do agronegócio – muitos desses, promovidos, incentivados e financiados, tanto por empresas, quanto pelo próprio Estado – como problemático e capaz de levar a uma descontinuidade da existência de diversos povoados e comunidades de camponeses.

Tais empreendimentos estatais planejados ou com financiamento estatal – entre eles, os polos de irrigação, a produção de energia eólica, as barragens, a construção de ferrovias – e privados, como a produção mineral e as grandes propriedades agropecuárias, aparecem como os responsáveis por limitar os territórios dos posseiros, motivando a diminuição do tamanho da posse de terra nas comunidades. Em geral, esses posseiros, foram constantemente deslocados para esses lugares, direta ou indiretamente, no processo em que os melhores solos foram ocupados, não só com a expansão inicial do gado, mas, com as políticas públicas de incentivo a irrigação e a agropecuária, destinadas aos grandes empresários. Ocupando os piores solos, estes posseiros estão cada vez mais constrictos e confinados a um território, dividindo e subdividindo suas já pequenas posses. A barragem de Sobradinho e o perímetro irrigado do Baixio do Irecê e do Gentio do Ouro são tristes exemplos de empreendimentos público-privados que limitam e controlam parte dos melhores solos, inclusive, expulsando posseiros, no estabelecimento da fruticultura irrigada e produção de energia.

Considerações finais

A inserção dos posseiros dos brejos nos projetos e programas estatais se tornou cada vez mais comum, na qual, por outro lado, esses posseiros veem uma ponta de esperança em reproduzir seu trabalho, dado o contexto cada vez mais adverso de sua realização sem esse aporte estatal, sendo esse um caráter do confinamento territorial, ou seja, do impulso com crédito e dinheiro, da mobilização do trabalho territorialmente alocada.

Esta política social inserida no rol do planejamento territorial, apesar de mais redistributiva do que outras, não deixa de acarretar contradições, situadas para além das

comunidades e do próprio Estado, relegadas ao universo do dinheiro e da valorização do valor no mercado.

Por exemplo, o tempo de trabalho destinado ao beneficiamento da cana, cada vez mais impulsionado no mercado, faz com que a família se dedique com mais ênfase à sua produção, transferindo parte do tempo de trabalho antes destinado diretamente ao consumo, para produção visando o recurso (dinheiro), com o qual se reproduz, de maneira ainda mais mediada.

Como uma dinâmica geral, os posseiros utilizam quase sempre, o dinheiro oriundo da produção de cachaça, rapadura, farinha de mandioca, para a compra de gado, ferramentas, motores, bombas d'água, eletrodomésticos, móveis, reforma da casa, e se possível motocicleta. No entanto, todo esse conjunto conforma parte da reprodução, e depende, cada vez mais, do dinheiro originado das políticas públicas. A maioria dos posseiros entrevistados afirmou ter acesso a elas, como Pronaf, Garantia Safra, Bolsa Família, garantindo assim sua permanência na terra. Afirmam ser comum, por exemplo, muitos utilizarem o dinheiro do Pronaf na compra de gado (como poupança) ou mesmo motocicletas, entre outros objetos, não permitindo seu reinvestimento em empreendimento produtivo. Esse fato, junto a outro, relacionado ao baixo preço alcançado por suas mercadorias, muitas vezes impossibilitando um bom retorno, dificulta a quitação de sua dívida e impede outros empréstimos estatais.

Já o dinheiro do Programa Bolsa Família é utilizado pela maioria das famílias para garantir, pela compra em feiras e mercados na cidade, o básico da alimentação (como arroz, feijão, sal, óleo, etc.). As atividades relacionadas à produção desses alimentos não fornecem diretamente dinheiro, e consomem boa parte do tempo.

Portanto, alegando ser alto o dispêndio de energia e tempo para essa produção (aliado à necessidade de trabalhadores) em relação ao seu baixo preço no mercado (dado seu poder de compra ter aumentado um pouco com o benefício), justificam a adoção de tal aumento das compras na cidade. Além disso, incluem nessa conta, a diminuição do tamanho das posses familiares, envolvendo diretamente a diminuição das roças. Antes, a maior parte do cultivo das roças de sua posse, era para o consumo próprio, agora é comprada nos mercados e feiras das cidades.

E, ao mesmo tempo, em porções cada vez maiores (dentro dos limites de sua posse) suas terras são destinadas à plantação de cana e mandioca, as quais beneficiam para obter cachaça, rapadura e farinha de mandioca. Pois, segundo eles, daí “extraem o recurso” utilizado para comprar, por exemplo, os eletrodomésticos, móveis (geralmente a prazo) e, além disso, outros instrumentos de trabalho e, parte do pagamento de diaristas ou trabalho por empreitada. A cana e a mandioca fornecem um recurso (renda em dinheiro)

relativamente mais alto comparadas às outras atividades, como coleta/extração, realizadas durante o ano.

A compra dos alimentos básicos (feijão, arroz, sal, óleo) e de outros, como enlatados, refrigerantes, bolachas, macarrão, salgadinhos, etc., torna-se mais comum, “bastando” ter dinheiro. Para isso, ou precisam ter uma fonte de renda, como aposentadoria, assalariamento fora dos Brejos, benefícios, incentivos, auxílios, recebimento de diária, e/ou, necessitam dinamizar a produção, com a qual conseguem algum dinheiro no mercado, incluindo aí, tanto a produção de cana e mandioca, quanto os produtos derivados da extração e coleta, beneficiados ou não.

Como atualmente se verifica, houve um aumento do consumo desses produtos (não produzidos diretamente por eles), e para garantir isso, cada vez mais, se envolvem em atividades que lhes renda algum dinheiro, com o qual possam acessá-los. Todo o produzido, para além do consumo próprio, torna-se passível de venda, porque os gastos aumentam.

Contraditoriamente, ao deixar de produzir o básico da alimentação, se impulsiona a produção e/ou consumo de mercadorias. Este é um dos aspectos transformadores das relações entre os posseiros. No entanto, não é o único, pois, a eles se imbricam outros: a diminuição geral do tamanho das posses e a escassez de pessoas para trabalhar nas roças – dado, uma parte migrar, para conseguir dinheiro da demanda de consumo aumentada, e, por receberem a remuneração estatal – não se submetendo mais a determinados trabalhos, como diaristas.

Esse caráter, relativo à possibilidade do posseiro em facilitar seu trabalho e ter coisas, que inicialmente parece só subjetivo, é, portanto, ao mesmo tempo, socialmente objetivo, e se remete também às necessidades impostas pelo mercado.

Todas essas formas da reprodução do trabalho do posseiro se relacionam, portanto, direta ou indiretamente, ao aumento (e, portanto, também a sua possível queda) na disponibilidade de dinheiro em geral. Esta disponibilidade, vinculada à posse da terra ou à condição de renda – sob a forma de benefícios, subsídios e incentivos do Estado – é junto com a implantação de estradas e rede elétrica, uma profusão de ações estatais, ao mesmo tempo em que significa dinheiro. Nesse sentido, trata-se do processo de modernização, que contribui para a “liberação” tanto da terra, quanto do trabalho, para atividades voltadas a garantir outras formas de consumo e uma reestruturação intensificada da própria produção, que buscará, por suas vias, estabelecer uma relação onde o dinheiro também se torna central. Ou seja, de uma maneira bastante particular: contribuindo para uma mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977).

O cerne é o desenvolvimento da produção em cadeia, na qual se verifica a presença necessária do Estado, em dois momentos: na base dos financiamentos para a produção e na compra dos produtos. É o dinheiro do Estado, promovendo a dinâmica do

mercado, parecendo vigorar nessas iniciativas territorializadas, tendo nas comunidades sua base territorial transformada. Esse conjunto, somado a outras ações estatais conformadoras da reprodução do trabalho na posse: incentivos, benefícios e auxílios, mostram o quanto o próprio Estado esta na base da reprodução do brejeiro. Ainda assim, mesmo tornando-se uma referência importante, potencializando investimentos, subsidiando, financiando, expandindo o crédito a determinadas ações, não deixa, por outro lado, de contribuir, por esses mesmos meios de financiamento (porém em escala maior) com o aumento de uma triste situação, já experimentada por diversos camponeses no Brasil, impostas por iniciativas privadas, relacionados à usurpação de terras devolutas para especulação fundiária e produção de energia eólica. Também por isso, entidades de luta pela terra, questionam tal planejamento, segundo eles, voltados à ênfase dos aspectos identitários e territoriais, vinculados a produção, em detrimento de iniciativas que garantam as posses e a regularização fundiária.

O conjunto de relações abordadas sobre a realidade cotidiana brejeira tentou mostrar o quanto a reprodução do trabalho do camponês posseiro, de forma particular, não se desvincula da reprodução capitalista, na qual a ação estatal atual deriva um duplo aspecto: o incentivo a permanência, mesmo quando, por outro lado, apoie iniciativas que levam à usurpação de terras ocupadas ou usadas por esses posseiros. Ambos os aspectos, mobilizando o trabalho, se relacionam diretamente com a diminuição do tamanho das posses, com as transformações nas relações de trabalho (incluindo a migração) e com o aumento da monetarização dos camponeses dos Brejos.

Essa mobilização do trabalho imbrica os aspectos objetivos e subjetivos, no sentido da dupla liberdade do trabalho (na qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como sua mercadoria, para satisfazer suas necessidades, embora essa se torne, cada vez mais sua única opção, conforme perde o acesso direto aos meios de produção, ainda que o processo como um todo o renegue, por ser também cada vez mais crítico) conformada na contradição Estado-mercado por meio de ações estatais.

As ações estatais (planejadas ou não), empresariais ou ainda dos movimentos de luta pela terra conformam as tensões da contradição Estado-mercado da reprodução capitalista ganhando *status* territorial, pelo qual politicamente se tenta promover ou garantir a reprodução social do grupo de interesse. Ao mesmo tempo, esse caráter territorial, reivindicado como lócus da reprodução social e da autonomia (no capital, só relativa), parece se impor como uma forma de ser do Estado – transformado no processo social da reprodução do capital constituindo a constrição e o confinamento territorial.

Se o planejamento em seus primórdios, com as políticas de desenvolvimento regional, expropriavam grandes áreas e mobilizavam o trabalho, diminuindo ou extinguindo posses, hoje, além disso, propõe esse outro norteamento, o do “estímulo” (para alguns) à

permanência na terra de duas formas: por um lado, regularizando a posse e permitindo o acesso a políticas públicas; por outro, territorializando ações, entorno dos arranjos produtivos locais, impulsionando a competição por editais de financiamento de atividades atreladas ao pertencimento ao território. Esse “estímulo” não é fruto da benevolência, mas de reivindicações e luta, disputados com grandes proprietários e empresários apoiados pelo Estado. Desse modo, trata-se também de uma luta pela terra (e território), como uma disputa por recursos do fundo público.

Essa transformação no planejamento e na ação estatal reflete o momento atual da reprodução geral do capital, no qual, tanto a mobilização do trabalho, quanto a auto identificação estimulada e a sua monetarização de base territorial, são produtos do mesmo processo, a modernização. A modernização envolve as práticas estatais e não estatais de ação, desdobramento e generalização de relações sociais por meio de categorias sociais de mediação historicamente determinadas – como dinheiro, trabalho, mercadoria, terra (território) – compondo a reprodução de relações desiguais e violentas da contradição Estado-mercado. E, como processo contraditório do capital, é atualmente cada vez mais crítica expressando sua crise.

Um dos meios de gestão dessa crise se vincula às ações estatais, munindo de alguma validade, a mobilidade do trabalho cada vez mais anacrônica no processo social, por meio de incentivos, benefícios e subsídios creditícios em diferentes esferas, sejam supressores dos meios de produção ou conformadores da reprodução do trabalho. Esse aspecto ou caráter assumido pelo Estado não se deve assim, simplesmente, à política, mas envolve outros meandros relativos à própria dinâmica da reprodução capitalista, que na atualidade torna-se por seus próprios meios, cada vez mais crítica e demandante dessas ações, por destituir em seu processo, o seu próprio fundamento. Em outras palavras, se coloca no fato do momento atual, o desenvolvimento das forças produtivas expulsarem cada vez mais o trabalho do processo de produção como paradigma de modernização, no qual ao mesmo tempo o Estado territorializa ações que promovem a “fixação” ou confinam (por acesso a políticas públicas) uma parte da população em determinados territórios de reprodução particular, como se constituíssem formações autônomas simulando uma autonomia territorial, como forma de gestar a crise geral.

Referências

AZEVEDO, J. S. G. **Planejamento Territorial do Estado da Bahia**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net>>. Acesso em julho de 2016.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GERMANI, G. **Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências**. Disponível em: <www.alasru.org>. Acesso em: abril de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

HEIDEMANN, H. D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: Discriminação e Alternativas**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2004.

KLUCK, E. G. J. **Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, S. Paulo.

MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1, 2 e 3. S. Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Francisco M. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília, IICA, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática, São Paulo, 1993.

SANTOS, M. *et al.* **Território, Territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M.. Geografia e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, out.-dez. 1959. p. 98-110.

SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação: O velho e o novo em uma discussão Marxista. **Estudos Cebrap**, n.26, 1980. Petrópolis.

SOBRINHO, José de Sousa. **Brejos da Barra: Comunidades Camponesas no Processo de Des-envolvimento do Vale do São Francisco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TAVARES DOS SANTOS, J. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

Sobre o autor

Erick Gabriel Jones Kluck – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2011);

Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (Usp) (2017); Atualmente é Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3256-9985>

Como citar este artigo

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 07 de março de 2018.
Devolvido para a revisão em 23 de maio de 2018.
Aceito para a publicação em 30 de maio de 2018.

Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do *lulismo**

Thiago Araujo Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: thiagosantos.ufms@gmail.com

Resumo

A inserção do fenômeno da *seca* na esfera institucional resulta em ações políticas de impacto significativo para as populações da região semiárida do território brasileiro. Se, por um lado, grandes projetos hídricos e obras de açudagem foram realizados pelo esforço e interesse das elites agrárias regionais, ao longo do século XX, por outro, um conjunto de ações alternativas e descentralizadas, num cenário político de profundas contradições, marcou a atuação recente de movimentos sociais e organizações da sociedade civil sob o *lulismo* (2003-2016). Dos momentos áureos das grandes obras, que levaram à consolidação da chamada “indústria da seca”, passando pela recente emergência movimentalista na execução de políticas públicas de *convivência* com o semiárido, chegamos agora a uma verdadeira “era de indeterminações”, definida pela quebra do “pacto lulista”, celebrada no golpe parlamentar de 2016. Pretende-se, aqui, discutir este processo, considerando os arranjos de classes, no âmbito do Estado, e seus rebatimentos sociais e políticos para a população do semiárido. Para tal, fundamentamo-nos em dados e informações obtidos por meio de trabalhos de campo, realização de entrevistas e análise documental.

Palavras-chave: Semiárido; seca; classes sociais; Estado.

Political dilemmas for the Brazilian semiarid: brief overview to the crisis of *Lulism*

Abstract

The insertion of the drought phenomenon in the institutional sphere results in political actions of significant impact for the populations of the semiarid region of the Brazilian territory. If, on one hand, big water projects and dam works were carried out by the efforts and interest of regional agrarian elites throughout the twentieth century, on the other hand, a set of alternative and decentralized actions, in a political scenario of deep contradictions, marked the recent activity of social movements and civil society organizations under the *Lulism* (2003-2016). From the golden moments of the big constructions, which led to the consolidation of the so-called "drought industry", to the recent movementalist emergence in the implementation of public policies of coexistence with the semiarid climate, we now reach a true "era of indeterminations", marked by the breakdown of the "Lulist pact", celebrated in the parliamentary coup of 2016. The aim here is to discuss this process, considering the class arrangements within the State, and its social and political repercussions for the population of the semiarid. For this, we base ourselves on data and information obtained through fieldwork, interviewing and document analysis.

Keywords: Semiarid; drought; social classes; State.

* Este artigo articula reflexões realizadas na tese de doutorado em Geografia Humana do autor, realizada na Universidade de São Paulo (USP), entre 2011 e 2015, com dados e informações recentes sobre o contexto pós-*impeachment* e suas implicações para o tratamento político da problemática da seca no semiárido.

Dilemas políticos para el semiárido brasileño: un breve panorama hasta la crisis del *lulismo*

Resumen

La inserción del fenómeno de la sequía en la esfera institucional resulta en acciones políticas de impacto significativo para las poblaciones de la región semiárida del territorio brasileño. Si, por un lado, grandes proyectos hídricos y obras de represamiento fueron realizados por el esfuerzo e interés de las elites agrarias regionales, a lo largo del siglo XX, por otro, un conjunto de acciones alternativas y descentralizadas, en un escenario político de profundas contradicciones, marcó la actuación reciente de movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil bajo el lulismo (2003-2016). De los momentos áureos de las grandes obras, que llevaron a la consolidación de la llamada "industria de la sequía", pasando por la reciente emergencia movimentalista en la ejecución de políticas públicas de convivencia con el semiárido, llegamos ahora a una verdadera "era de indeterminaciones", definida por el rompimiento del "pacto lulista", celebrado en el golpe parlamentario de 2016. Se pretende, aquí, discutir este proceso, considerando los arreglos de clases, en el ámbito del Estado, y sus efectos sociales y políticos para la población del semiárido. Para ello, nos basamos en datos e informaciones obtenidos por medio de trabajos de campo, realización de entrevistas y análisis documental.

Palabras-clave: Semiárido; sequía; clases sociales; Estado.

Introdução

A relação entre a população sertaneja e o fenômeno natural das secas é motivadora da produção de representações e imagens sobre a porção semiárida do território brasileiro. Disto resulta o delineamento de significados sobre a pobreza da gente sertaneja e a dureza de sua vida. Compõe-se, com efeito, um quadro de dor, cujos traços são marcados pela sina do movimento, da itinerância, da busca constante de um lugar outro, distante daquele onde o sol e a sequeidão fazem morada. Na literatura à música, dos cordéis às reportagens televisivas, a *seca* é veiculada como a imagem-força do que se entende como *sertão*, dando cor a um "*outro geográfico*" (MORAIS, 2001, p. 99-108) avesso ao conforto abrigo da civilização.

Procuraremos demonstrar, no presente artigo, que desta imagem-força resultam encaminhamentos políticos, modos objetivos de lidar com o semiárido. Interessa-nos compreendê-los, identificando *como*, historicamente, a seca e o semiárido penetraram a esfera estatal como objeto e justificativa de políticas públicas interventivas, resultando em ações materiais, correspondendo a distintos interesses e projetos de classe.

Este percurso analítico perpassará três momentos. No primeiro, discutiremos a produção da imagem-força do "sertão sofredor", fundante da constituição da seca como uma *questão* nacional, identificando causas e motivações, bem como as implicações políticas e sociais deste processo. Veremos que a compreensão da seca e o ambiente como algo a ser *combatido* resultou em ações de efeitos significativos sobre a região, produzindo-se uma

perspectiva assentada nos grandes projetos hídricos e na açudagem, executados pelo Estado, como supostos meios de solucionar o drama sertanejo.

Identificando efeitos políticos e sociais de tal opção para o campesinato, em particular a constituição de uma rede de dependência clientelista em torno da concentração hídrica nas mãos de latifundiários e oligarquias locais, analisaremos, em seguida, a emergência de uma resistência movimentalista em prol da democratização do acesso à água. Neste caso, a ideologia do *combate à seca* dará lugar à perspectiva de *convivência* com o semiárido, produzida por movimentos sociais e camponeses orientados à busca por alternativas descentralizadas de captação hídrica. Interessaremos-nos, neste momento, pela análise do processo de inserção de organizações e movimentos na esfera institucional do Estado, na função de executores de políticas públicas, e seus efeitos políticos e sociais.

Com base nas particularidades do tratamento da seca sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT – 2003-2016), analisaremos o protagonismo das organizações e movimentos sociais nas ações de convivência com o semiárido como uma das expressões contraditórias do *lulismo* (SINGER, 2012, p. 51-83), fenômeno marcado por um pacto conservador com setores da burguesia e simultânea abertura institucional para ações políticas de interesse para classe trabalhadora e movimentos sociais. Por fim, refletiremos brevemente sobre os dilemas contemporâneos para o semiárido, resultado do fim do “pacto lulista” pelo rompimento institucional do golpe parlamentar de 2016, que estabeleceu um rearranjo de classes e deu lugar à emergência de um projeto antipopular, avesso à participação movimentalista na construção e execução de políticas públicas, incluindo aquelas voltadas ao semiárido.

As elites agrário-regionais, o combate à seca e o discurso regionalista

Em meio ao rearranjo na economia nacional ocorrido no final do século XIX e início do século XX, impulsionado pelo deslocamento da centralidade econômica do Nordeste canavieiro para o Centro-Sul cafeeiro, o combate à seca e seus efeitos instaura-se como discurso oficial das elites agrário-regionais nordestinas, convertendo-se o regionalismo em uma estratégia mobilizada em prol de uma recolocação, em âmbito nacional, de frações de classe em estado de decadência. Neste sentido, as “necessidades da região” foram incorporadas como o fundamento de um discurso que garantia a legitimidade da participação das elites periféricas no bloco do poder, criando-se meios para a incorporação de suas demandas conservadoras junto ao Estado. As políticas de *combate à seca*, baseadas nas grandes obras de açudagem, beneficiando os grupos oligárquicos tradicionais, resultaram na concentração hídrica e na constituição de uma estrutura

favorável à reprodução de relações de dominação político-clientelistas, utilizando-se a água como “moeda” no jogo político.

Nas palavras de Castro (1992, p. 57), o Nordeste, por suas próprias condições naturais, converte-se, assim, numa *questão*, o que significou sua legitimação, tanto em termos semânticos como em termos objetivos, enquanto tema para reflexão e como um problema a ser resolvido, em escala nacional. Segundo afirma, como elementos subjacentes à percepção dessa “questão” encontram-se, entre outras coisas, a pobreza de sua população, os baixos rendimentos agrícolas, pouca industrialização e poder da burguesia agrário-regional (CASTRO, 1992, p. 57).

As condições naturais instituem, aqui, o lugar político do Nordeste diante do resto do país: a geografia dessa região-problema define, naturalmente, a situação miserável de sua gente. Como resultado, esse discurso, que toma a seca como mote, traça um elo de solidariedade entre os que se apresentam como porta-vozes desse “espaço sofredor”, aproximando “os grandes proprietários de terra da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão e criadores de gado” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 73). Deste modo, a seca passa a ser propagada pelas elites regionais como uma questão a ser resolvida, em âmbito nacional, instaurando-se a ideia de que a sua resolução se daria através do seu *combate*. Em tal concepção, assume-se que *enfrentando* a seca o Estado atacaria o problema-raiz, causador dos principais males que atingem essa região-problema.

As elites regionais se posicionam em vinculação direta ao poder central do Estado, falando *pela* região, em nome dos interesses dessa “terra de sofrimentos”. Com efeito, essas oligarquias agrárias consolidaram, mediante esse discurso, um canal de acesso a recursos públicos através do alcance de espaços na estrutura central do Estado, mantendo seu poder, legitimando-se como mediadores entre a escala local (e seus *problemas*) e a nacional (e seus *recursos*).

Nesse contexto, tal como delimitou Silva (2006, p. 183), “A adoção de tecnologias da engenharia hidráulica para armazenamento de água – a chamada solução hídrica – catalisou a crença na possibilidade de combater a seca e aos seus efeitos”. Assim, “A tecnologia da irrigação passou então a ser vista e valorizada como um meio de contornar a escassez de um fator de produção necessário ao desenvolvimento das culturas agrícolas” (SILVA, 2006, p. 183). Para tal, foram estabelecidas políticas públicas específicas para o semiárido orientadas, essencialmente, à construção de grandes barragens e açudes, beneficiando, sobretudo, os latifundiários.

Contudo, sob tal perspectiva, a distribuição de água às populações camponesas do semiárido fez-se de modo insatisfatório. A forte dependência aos “caminhões pipas” (veículos com reservatório para transporte de água), que estimula a prática de relações

clientelistas e de submissão às elites locais, bem como a necessidade dos camponeses de percorrerem grandes distâncias para a coleta de água, demonstram as limitações das políticas de combate à seca.

Como observaram João Medeiros Filho e Itamar de Souza (1988), essa preocupação emergiu, mais precisamente, após a seca de 1877, tendo adquirido forma e conquistado espaço nas decisões governamentais somente nas primeiras décadas do século XX. Os autores mencionam que, efetivamente, entre 1902 e 1906 que foram tomadas as primeiras providências oficiais no sentido de dotar o semiárido nordestino de uma estrutura hidráulica direcionada ao combate aos efeitos da seca. Para tal, no período, foram criadas três comissões: (1) *açudes e irrigação*; (2) *estudos e obras contra os efeitos das secas*; e, por último, a (3) *comissão de perfuração de poços*. Em 1909, diante do marasmo das iniciativas até então postas, o governo de Nilo Peçanha criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), tendo esta instituição atribuições bastante amplas, envolvendo estudos, construção de estradas, conservação de florestas, perfuração de poços, estímulo à pequena açudagem, realização de drenagem de vales úmidos e construção de açudes públicos com dinheiro da União (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988, p. 31).

Refletindo sobre o período em discussão, Ab'Sáber (1999) adverte que, a partir de 1919, o apelo à perfuração de poços para a obtenção de água subterrânea em terras sertanejas tem longa e complicada história. Segundo afirma, ao longo do tempo, as solicitações para a abertura de poços em áreas sertanejas aumentaram significativamente, com atendimento relativamente protetivo e, muitas vezes, por influências políticas. O mesmo autor argumenta que os poços estabelecidos em propriedades particulares, propiciados por instituições oficiais, desde há muito foram considerados *poços perfurados em regime de cooperação*, o que acaba por constituir uma “complicada história de atendimentos político-oligárquico execráveis” (AB'SÁBER, 1999, p. 53).

Na década de 1940, o IOCS passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), através do Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. O período posterior à criação do DNOCS foi marcado por novas secas, ocorridas em 1951, 1953 e em 1958, tendo sido esta última a mais severa. Diante deste quadro, Medeiros Filho e Souza notam que, não obstante o Nordeste já possuir nesta última seca 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas, “o que se presenciou foi a repetição das tragédias anteriores: fome, miséria, morte dos rebanhos, invasão das cidades e emigração em massa” (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988, p. 39). Os autores destacam que, no referido período, os açudes públicos eram construídos predominantemente dentro das fazendas dos “coronéis” e a água acumulada era destinada, prioritariamente, aos seus rebanhos e, só por um ato de benevolência, servia aos camponeses necessitados.

Marcel Bursztyn (1985, p. 71) ressalta que o DNOCS cumpria um importante papel na continuidade das relações de reciprocidade características do “compromisso coronelista” entre o Estado e as elites. O autor argumenta que, ao invés do poder oficialmente atribuído aos “coronéis”, como ocorreu no período imperial (Guarda Nacional), é do ponto de vista *econômico* que o Estado passa a assegurar a hegemonia desse grupo em escala local. Sendo tanto a pecuária como o algodão vulneráveis aos efeitos da seca, o Estado assegurava, mediante a construção de barragens, tanto a perenidade do gado dos latifundiários como a manutenção de um estoque de mão-de-obra cativa, capaz de garantir o fornecimento local de alimentos mesmo em épocas de estiagem através dos plantios de vazantes. Ao mesmo tempo, por intermédio da rede de estradas secundárias, construídas de forma a servir aos beneficiários dos açudes, o Estado sustentava a circulação da produção de mercado (BURSZTYN, 1985, 71).

Além do benefício direto dos grandes proprietários, como decorrência da construção dessas obras hídricas, em suas fazendas, a intervenção público-estatal, no sertão/semiárido, resultou na criação de condições para a subordinação camponesa a processos típicos de acumulação primitiva, nos períodos das secas e das “emergências”, como eram denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava. Deslindando esses processos, Francisco de Oliveira (1981, p. 54-55) descreve que o recrutamento da mão-de-obra desocupada pela estiagem era feita *apenas depois* que os magros recursos dos pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam se esgotado em duas ou três safras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas. Os camponeses recebiam, pelo trabalho realizado, na maioria das vezes, sob a forma de produtos, isto é, fornecendo-se os alimentos – farinha, feijão e a carne-seca, esta nem sempre presente. Como um resultado do trabalho camponês, as barragens eram construídas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. Assim, mediante a utilização de recursos público-estatais, foram implantadas benfeitorias nas grandes propriedades e sua forma de financiamento chegou a se constituir em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis” (OLIVEIRA, 1981, p. 54-55).

É válido ressaltar que o recrutamento dos camponeses atingidos pela seca, para a construção das obras hídricas, ocorre associado ao temor da ida, em massa, das multidões de retirantes dos sertões para as cidades. A contenção dos flagelados respondia, assim, também a uma preocupação urbana, revelando-se uma medida oficial para evitar a tomada das cidades pelos camponeses que, por sua fragilidade social (e, em algumas interpretações, pelos atributos próprios de sua *raça*), trariam a barbárie sertaneja ao litoral. Esta questão passou a ser considerada um grave problema social a partir do final do século

XIX, mobilizando governantes, burgueses e a intelectualidade urbana na busca por soluções.

As ações políticas interventivas para o combate à seca são acompanhadas de um efeito politicamente imobilizador, no que se refere ao campesinato, fortalecendo-se a ideia segundo a qual a miséria e a pobreza são determinações naturais resultantes da seca, portanto, desvinculadas da própria realidade social e das relações de classe em que os sertanejos estão historicamente enredados. A propriedade da terra, os vínculos históricos de dependência aos latifundiários, e, neste sentido, os processos sociais que configuraram a realidade da região são ignorados enquanto elementos explicativos para o flagelo e a vulnerabilidade dos retirantes. Nessa visão, “a natureza semiárida é o sujeito e a sociedade seu objeto, instituindo a perspectiva de uma sociedade vitimizada pelo seu meio” (CASTRO, 2001, p. 105).

O surgimento e institucionalização da Articulação no Semiárido (ASA)

Pelo menos desde os anos 1980, como forma de resistir às políticas oficiais de “combate à seca”, assentadas nas grandes intervenções hídricas, um conjunto de ONGs, grupos de assessoria técnica, movimentos sociais, coletivos, associações, sindicatos e grupos religiosos atuavam em prol da criação e disseminação de tecnologias e práticas alternativas para lidar, de forma descentralizada, com a problemática da seca. Estas experiências, mediante uma perspectiva que valorizava os “saberes locais” e a ideia do “povo como sujeito da própria história” (DOIMO, 1995), passaram, aos poucos, a se constituir um referencial concreto que apontava para a possibilidade de redefinir, efetivamente, as políticas públicas dirigidas aos sertanejos nos adversos períodos de estiagem.

As calamidades resultantes da seca ocorrida entre 1991-1993 – marcada por saques, perdas irreparáveis nas lavouras, bem como a morte de animais e pela migração de camponeses¹ – expressaram as insuficiências das políticas públicas oficiais de “combate à seca”, então vigentes, e abriu espaço para a mobilização política das organizações e movimentos que já atuavam em escala local ou regional pela construção da convivência com o semiárido. Diante do quadro preocupante, fruto de um período de três anos seguidos de estiagem, a articulação das organizações existentes e a troca de conhecimentos sobre as experiências acumuladas localmente foram o caminho encontrado para uma busca efetiva por soluções.

¹ Silva *et. al.* (1996, p. 337-362), citando dados da Sudene, afirmam que “[...] em setembro de 1993, a seca atingia 70% da região Nordeste, com uma área de 1.162.603 km², abrangendo 1611 municípios, com uma população rural de 11.027.703 habitantes”.

Em 1991, foi realizado o Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca, o *Fórum Seca*, constituindo-se este uma importante iniciativa para articular estratégias de convivência com a seca e fomentar a mobilização política das organizações atuantes no semiárido na busca coletiva por políticas públicas.

Agravando-se o quadro da estiagem iniciada em 1991, centenas de camponeses do semiárido, articulados por 112 organizações e movimentos, ocuparam, em 1993, a sede da Sudene, em Recife-PE. O objetivo da ocupação era, fundamentalmente, pressionar o Estado para a obtenção de soluções definitivas às dificuldades de abastecimento e acesso à água. Como consequência, a articulação dessas entidades possibilitou a realização de um seminário, em maio de 1993, criando-se, assim, o *Fórum Nordeste* – um espaço destinado à elaboração conjunta de um “programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o ‘desenvolvimento sustentável’ do semiárido” (DUQUE, 2008, p. 136).

Neste cenário, o antagonismo de perspectivas entre as organizações que atuavam no semiárido e as políticas oficiais de “combate à seca” vai se tornando mais evidente. A “indústria da seca”, a troca de água por voto, a reprodução de uma imagem fatalista sobre a realidade do semiárido, entre outros aspectos que definiam o quadro político dessa porção do país, particularmente nos períodos de estiagem, passaram a ser duramente criticados pelas organizações e movimentos sociais. Com efeito, frente às políticas governamentais estabelecidas até a década de 1990, que consistiam em ações paliativas e de “caráter emergencial”, os camponeses e suas organizações criavam meios de estabelecer estratégias permanentes. Neste sentido, as mobilizações políticas, sobretudo em 1993, somadas às diversas lutas populares e estratégias mais localizadas, “apontaram para a necessidade de mudanças profundas da política agrária e agrícola da região, bem como nas estruturas de dominação que são reforçadas nas épocas de estiagem” (SILVA *et. al.*, 2011, p. 339).

Por este caminho, a explicitação dos dois pólos referidos à problemática da seca – *combate* versus *convivência* – passou a expressar, no início da década de 1990, posicionamentos sociais antagônicos, tendo a água (sua concentração ou desconcentração) como a base de sua definição. Neste sentido, a luta pela desconcentração hídrica implicava a redefinição das relações de poder entre os camponeses e as elites agrárias locais e regionais, o que exigia para as organizações e movimentos sociais a construção de uma agenda concreta de alternativas a serem implantadas e disseminadas no semiárido. Diante disto, o propósito assumido foi o de construir um projeto coletivo de base camponesa, mobilizando ações e construindo tecnologias, respeitando as especificidades de ordem ambiental que constituem o semiárido brasileiro, articulando-se a ideia da “convivência entre o homem e o meio ambiente árido, com o desenvolvimento de novas tecnologias de

captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as tecnologias alternativas de produção, a educação contextualizada, entre outros” (MOREIRA NETO, 2013, p. 116).

Neste sentido, mobilizando experiências acumuladas de entidades e organizações dos diversos estados atingidos pelos efeitos da estiagem, camponeses e organizações integraram-se à Conferência das Partes - COP 3 e promoveram o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Na ocasião, foi escrito o documento intitulado Declaração do Semiárido, que passou a representar a síntese das propostas e concepções em relação aos problemas encontrados, apontando algumas perspectivas de soluções (ASA BRASIL).

O Fórum Paralelo da Sociedade Civil foi formado por organizações, entidades e órgãos de diversos tipos, tendo em comum o esforço compartilhado para o desenvolvimento de ações direcionadas ao fortalecimento da convivência com o semiárido. Participaram deste evento grupos ligados a Igrejas Católicas e Evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimentos sociais rurais e urbanos, Agências de Cooperação nacionais e internacionais, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Comitê de Oxford de Combate à Fome (Oxfam) e Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED). Segundo Rodrigo de Paula Assis, percebe-se, a partir deste momento, “uma publicização da convivência com o semiárido, fazendo com que esse tema passe da esfera particular para a esfera pública” (ASSIS, 2010, p. 7).

Na COP 3, a publicização da problemática da convivência com o semiárido se estabelece mediante o resgate do acúmulo de experiências desenvolvidas por cada uma das organizações e entidades participantes do Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Essas organizações elegeram, pois, as cisternas de placas como a ação mais importante para alicerçar as discussões e proposições para o estabelecimento de estratégias de convivência com o semiárido.

Possuindo um baixo custo para sua construção e manutenção, a cisterna de placas possibilita a captação de água dos telhados das casas, em épocas de chuva, a partir da instalação de canos e de um reservatório com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água. Esta tecnologia possibilitava às famílias beneficiárias o acesso, em períodos de estiagem, à água limpa e de boa qualidade para o abastecimento doméstico, superando a necessidade das longas caminhadas para a busca desse bem natural. Apoiando-se no baixo custo de sua reprodução e dos benefícios resultantes desta tecnologia, as organizações articuladas na ASA delinearão uma proposta concreta, assumindo o propósito de construir um milhão de cisternas no semiárido brasileiro.

Diante do propósito assumido, tornou-se necessário fortalecer a articulação das entidades que integraram o *Fórum Paralelo da Sociedade Civil*. Com este objetivo, tais organizações realizaram um encontro, em fevereiro de 2000, em Igarassu-PE, onde

redigiram a Carta de Princípios da articulação que estava se formando e discutiram aspectos organizativos e políticos da ASA. Neste momento, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de um Programa para a construção de um milhão de cisternas, atendendo, assim, aos encaminhamentos definidos no *Fórum Paralelo*. Deste modo, surge o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).

A construção das primeiras cisternas, através do P1MC, se deu como resultado de um convênio junto ao Ministério do Meio Ambiente, ainda sob gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, para o atendimento a 500 famílias. Em 2001, outro convênio foi firmado, desta vez com a Agência Nacional de Águas (ANA), para atender 12.400 famílias (FEBRABAN).

O governo Lula e a convivência com o semiárido

A transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada pela consolidação da ASA enquanto organização política, estruturada de forma a possibilitar a expansão do alcance de suas ações. As experiências iniciais com os convênios realizados junto ao Ministério do Meio Ambiente ratificaram a viabilidade do P1MC, em particular pelo baixo custo de implantação das cisternas, o equivalente a R\$ 2.080,00 por cada cisterna construída, incluindo-se, aqui, as diversas despesas com programa (construção dos reservatórios, capacitação, comunicação, mobilização social, etc.).

A chegada de Lula na presidência da república, em 2003, intensificou ainda mais a relação da ASA com o Estado. Estabeleceu-se, a partir de então, uma parceria direta da Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), inicialmente através do Programa Fome Zero, prevendo-se o repasse inicial de 32 milhões de reais para a construção de 22.040 cisternas de placas no semiárido (ASSIS, 2010, p. 18). Com o propósito de viabilizar, juridicamente, a assinatura do termo de parceria junto ao Governo Federal, a ASA criou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), com sede em Recife-PE.

Por este caminho, a ASA se consolidou enquanto uma articulação política direcionada à promoção de experiências de convivência com o semiárido brasileiro. Mediante um lento e gradativo processo de articulação, perpassado por momentos de pressão política (sendo a ocupação do prédio da Sudene, em 1993, um importante exemplo), as centenas de organizações, com suas experiências particulares, configuraram um espaço de convergência, por meio do qual compartilharam estratégias e unificaram suas metodologias de trabalho. Isso resultou na redefinição do campo de ação política das

organizações, expandindo o alcance das experiências existentes e viabilizando o significativo aumento no número de camponeses envolvidos. Tal expansão resulta do estabelecimento de vínculos diretos com o Estado brasileiro, transformando a ASA numa articulação política com uma institucionalidade própria, contando com uma estrutura organizativa adequada à execução direta de políticas públicas.

Cabe destacar, entretanto, que isto não implica a aceitação integral do “modelo” de política pública, proposto pela ASA, por parte do Governo Lula. A perspectiva das grandes obras, que orientou os projetos desenvolvimentistas da segunda metade do século XX, fortemente criticados pela ASA, está representada na gestão de Lula a partir do ambicioso projeto de transposição das águas de Rio São Francisco, empreendido pelo Ministério da Integração Nacional, projeto ao qual a ASA se opôs fortemente.

Com a emergência do *governo Lula* (2003), a luta contra a perspectiva de *combate à seca* foi projetada, pelas mãos da ASA, enquanto ação política propositiva, resultando nos programas voltados à *convivência com o semiárido*, adotados num contexto contraditório de um Estado que absorvia forças políticas antagônicas sob seus limites. Neste cenário, a ASA foi constituída como espaço de convergência política, configurando uma complexa estrutura organizativa que permitia a execução dos programas assumidos através da articulação de organizações e movimentos de vários estados que compõem o semiárido brasileiro.

Como resultado das ações desenvolvidas pela ASA, desde o período de gestão do ex-presidente Lula, foram construídas, até o momento, 606.396 cisternas de placas para armazenamento de água voltada ao consumo doméstico, 96.081 cisternas para captação de água para produção de alimentos, além de 5.014 reservatórios para coleta de água da chuva em escolas do semiárido (ASA BRASIL). Só na Paraíba, até agora, foram construídas mais de cinco mil cisternas, atendendo a uma parcela bastante significativa da população rural deste estado (Mapa 1).

Foto 1: Cisterna de placas no município de São João do Cariri-PB



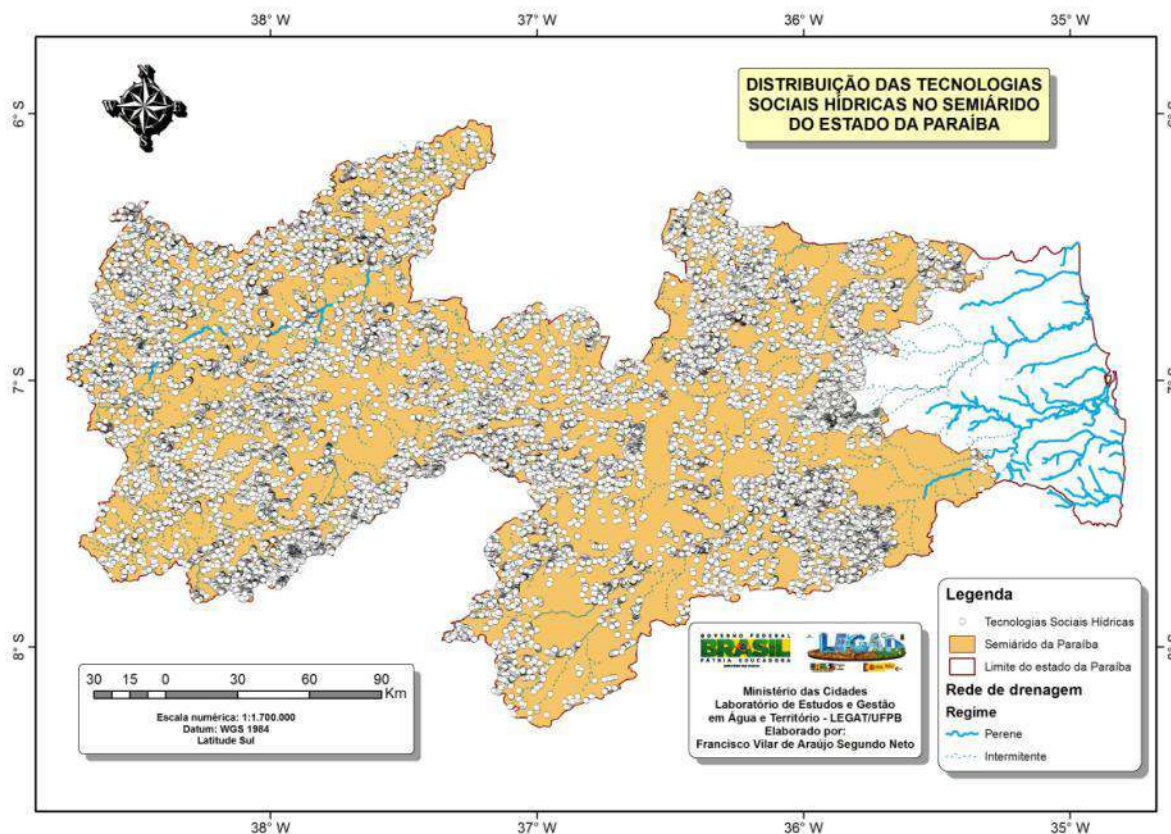
Fonte: Autor, 2014.

Foto 2: A entrega da cisterna para a família beneficiada



Fonte: ASA Brasil

Mapa 1: Distribuição das tecnologias sociais hídricas no semiárido do estado da Paraíba



Fonte: Autor (2015).

Além de terem participado de todo o processo de formação que integra a construção das cisternas, quase três milhões de pessoas do semiárido brasileiro², em condição de vulnerabilidade socioeconômica, passaram a ter acesso à água de qualidade,

² Se considerarmos uma média de quatro pessoas por família beneficiada.

como decorrência das ações de convivência com o semiárido, desvinculando-se daquelas formas precárias de coleta de água de que dependiam. Sobre este aspecto, os depoimentos que obtivemos, através de entrevistas realizadas em comunidades rurais e assentamentos do semiárido paraibano, demonstram grande satisfação dos camponeses com a aquisição destes reservatórios, particularmente no que se refere à qualidade da água armazenada, em comparação com os açudes, rios e barreiros, antes utilizados como fonte de abastecimento hídrico.

Segundo um camponês residente no Assentamento Acauã, Aparecida-PB, “Era sofrimento. A gente tomava água ali do rio, de cacimba. Botava num galão. Era ruim, água velha salobra” (Entrevistado 1, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, Mar. 2013). Outra integrante do mesmo assentamento ressalta: “A gente cavava na areia, fazia a cacimba. Todo dia que a gente ia, cavava uma cacimba, pra num beber a água que tinha do outro dia” (Entrevistada 2, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, Mar. 2013). Os camponeses entrevistados demonstraram consciência dos riscos aos quais estavam submetidos nos tempos de dependência às águas de açudes, rios e barreiros, associando, com frequência, o consumo da água dessas fontes à incidência de doenças:

Era ruim. A gente bebia água velha sebosa de rio. Principalmente esse rio que pega aí, Rio Piranhas, Rio do Peixe. E tudo pega esgoto, né? E hoje a gente bebe água limpa, tratada. Da cisterna é limpa... quando a telha está lavadinha, você põe os canos, põe uma peneira pra água já sair limpinha... bebe até o fim limpa. [...] De primeiro só via gente com dor de barriga, com diarreia. E hoje é difícil gente com diarreia aqui (Entrevistado 3, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, Mar. 2013).

Ademais, as dificuldades relativas ao transporte da água dessas fontes foram destacadas em vários depoimentos que obtivemos. As longas caminhadas, sob o sol escaldante do semiárido, faziam parte da rotina dos sertanejos, constituindo-se a coleta da água um processo penoso, sofrido. Nas palavras de um dos nossos entrevistados:

Antes das cisternas eu pegava (a água) de animal, no jumento. Levava o jumento, ia pro açude, enchia lá, trazia pra casa e de tarde fazia outro caminho... o sofrimento era esse. Às vezes pegava aqui no rio também, cavava aquelas cacimbas, esperava criar água. E trazia pro consumo da casa, pra lavar um prato. Não era pra gente beber, mas tinha muitos que bebiam essa água desse rio aí. Muitos traziam nessas garrafas de coca, não tem? Era em fileira de cabra aqui nesse meio do mundo, atrás de água. Quem tinha animal, carregava em animal, quem não tinha, carregava no galão. Não sei se você já viu o cabra carregando água no galão... Dois baldes e um pau no ombro, puxando água de lá pra cá. Eu fiz isso muito, do açude pra casa. [...] E tem mais! Tinha que fazer economia pra não gastar essa água todinha, porque é longe! Daqui no açude é quase uma légua, né? Só as ladeiras que têm pro cabra subir! Era sofrimento, menino! (Entrevistado 4, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, Mar. 2013).

Com a disseminação das tecnologias de captação hídrica nas comunidades rurais e assentamentos do semiárido, fomentada pela ASA, tornou-se uma prática comum a

distribuição de água das cisternas entre os membros das próprias comunidades, estreitando-se laços comunitários de solidariedade entre aqueles já beneficiados pelas tecnologias construídas e os camponeses até então desprovidos destes reservatórios. Segundo um dos nossos entrevistados, residente no sítio Curral do Meio, município de São João do Cariri-PB,

Nós tínhamos água aqui nesse rio Taperoá, mas é água pesada, grossa. O cabra consegue tomar, mas é complicado. Depois dessa cisterna... a derradeira chuva que deu foi em 2011, logo no começo... eu fui segurando, segurando, segurando e nunca faltou! E eu dei água muita. Tinha cabra aqui que não tinha e hoje tem a cisterna. Eu dei muita lata de água pra esse povo, pros vizinhos aí. Esse povo aí mesmo não tinha. Mas fizeram. Agora nós temos água boa, graças a deus! (Entrevistado 5, Sítio Curral do Meio, São João do Cariri-PB, Fev. 2014).

Atestando a existência de tais laços de solidariedade comunitária, tendo a água como elo, um entrevistado de outra comunidade nos afirmou: “Antigamente nós bebíamos do rio, mas depois a água foi ficando ruim, não presta mais pra beber, aí teve uns que fizeram a cisterna primeiro, sabe? Antes de sair essa minha, eu pegava na cisterna do meu vizinho ali” (Entrevistado 6, Sítio Poço das Pedras, São João do Cariri-PB, Fev. 2014). A prática de distribuição de água das cisternas, em tempos de seca, demonstra a clara preferência dos camponeses por esta fonte de abastecimento frente às outras formas de coleta (rios, açudes e barreiros). Neste caso, é possível observar que as cisternas inserem-se na dinâmica de sociabilidade comunitária como um recurso a ser mobilizado, em tempos críticos, diminuindo, assim, a necessidade dos camponeses de se recorrer às ajudas externas, particularmente àquelas oferecidas pelos políticos locais.

O governo Dilma e o semiárido: tensões e alinhamentos

A chegada de Dilma Rousseff (PT) à presidência da república, como sucessora de Lula, em 2011, trouxe consigo um conjunto de desafios a serem enfrentados por aqueles que, como parte da ASA, dedicavam-se às ações de convivência com o semiárido. Como resultado da consistente relação de parceria estabelecida entre a ASA e o Governo Lula, entre 2003 e 2010, a posse da presidenta foi recebida com otimismo pelos integrantes da Articulação, que esperavam a manutenção da relação de proximidade com o Estado. Por ocasião do segundo turno das eleições presidenciais, quando Dilma disputava o pleito com o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a ASA divulgou uma Carta Aberta à População Brasileira declarando, explicitamente, apoio à Dilma, tendo em vista que sua candidatura apontava, mais fortemente, para a possibilidade de assegurar os “espaços de diálogo construídos à luz dos esforços de diversas organizações,

movimentos sociais e famílias agricultoras, que permanentemente lutam por uma vida digna no semiárido” (ASA BRASIL, “Carta Aberta à População Brasileira”).

Uma primeira medida importante de Dilma como presidenta foi, em Julho de 2011, a criação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, mais conhecido como “Água para Todos”, destinado a promover a “universalização do acesso à água para consumo humano em áreas rurais do semiárido, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social” (MDS). Além disso, o Programa tem como propósito levar água para a produção agrícola e alimentar. O “Água para Todos” fazia parte das ações do Plano “Brasil Sem Miséria” e atendia prioritariamente as famílias sem acesso à água que estivessem cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Entretanto, em menos de um ano de mandato, a relação da ASA com o Governo Dilma já foi atravessada por uma importante tensão. Após denúncias de desvio de dinheiro destinado a ONGs, envolvendo um de seus ministros, a presidenta decidiu aumentar a rigidez no repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil. Para tal, rompeu parcerias estabelecidas e estimulou o fortalecimento dos vínculos com estados e prefeituras na execução das políticas públicas. Embora não estivesse envolvida com os supostos casos de corrupção que motivaram a quebra da parceria entre governo e organizações da sociedade civil, a ASA sofreu diretamente o impacto da decisão, sendo informada que seus programas haviam sido interrompidos.

A informação da quebra da parceria com a Articulação veio em uma reunião, realizada com participação de lideranças da ASA e de representantes do governo, no dia 8 de Dezembro de 2011. Na ocasião, além da quebra da parceria, o governo anunciou a adoção de um novo padrão de cisternas, feitas de polietileno, a serem distribuídas por estados e prefeituras, com recursos do Ministério da Integração Nacional (MIN), ficando a fabricação sob responsabilidade da empresa Acqualimp, filial brasileira da empresa mexicana Dalka.

Na prática, essa decisão implicava, diretamente, a interrupção do repasse de recursos para a execução dos programas da ASA e, deste modo, o próprio desmantelamento das ações que estavam em andamento, pelas mãos da Articulação, no semiárido brasileiro. A adoção das cisternas de polietileno, mais frequentemente chamadas de “cisternas de plástico”, indicava, ao mesmo tempo, uma mudança clara de postura do governo diante das organizações que atuavam com experiências de convivência com o semiárido, na medida em que, diante de todo o processo organizativo e de formação que caracteriza a instalação das cisternas de placas, pela ASA, optava-se por uma solução exógena que abria, novamente, a possibilidade de apropriação, por parte das tradicionais oligarquias locais, das políticas públicas dirigidas ao semiárido. Isto porque a própria

fabricação da cisterna de polietileno ficaria, a partir de então, sob responsabilidade empresarial, cabendo aos camponeses a posição de recebedores passivos do reservatório, retirando-se de cena as organizações e movimentos sociais e, conseqüentemente, suas metodologias de ação voltadas ao fortalecimento da autonomia e a promoção da cidadania entre os beneficiários.

A reação a essas medidas, pela ASA, foi imediata. No dia seguinte, em carta divulgada no site da Articulação, a informação da quebra da parceria entre a ASA e o Governo foi transmitida como um chamado à mobilização:

[...] O que o governo Dilma está propondo é apagar uma das mais belas e exitosas experiências de participação social e construção de cidadania pelos os [sic] que sempre foram marginalizados, mas, tomaram a história em suas mãos e trouxeram para o centro do debate, o conceito e as iniciativas de convivência com o Semiárido. [...] Enquanto rede, *precisamos nos articular nos estados e municípios num movimento que dê conta de visibilizar para o governo a estratégia errônea, injusta e desrespeitosa que vem tratando a ASA, a sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro [...]. Precisamos, cada organização, entrar em contato com as famílias, comissões municipais, lideranças, parlamentares, governadores e demais parceiros que acreditam e reconhecem a ação da ASA na construção de um semiárido mais justo para as famílias (ASA BRASIL).*

O resultado da mobilização e do intenso processo de articulação foi um grande ato, contando com a presença de cerca de 15 mil pessoas de diversos municípios do semiárido brasileiro que, em marcha, atravessaram os municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Três dias depois do ato, foi realizada uma reunião em Brasília contando com a presença de lideranças da ASA e representantes do Governo Federal. Nesta reunião, ficou encaminhada a assinatura de um aditivo que garantia a permanência do repasse de recursos para as políticas de convivência com o semiárido, executadas pela Articulação, e foi agendada uma nova reunião para discutir a elaboração de um novo termo de parceria, garantindo-se, assim, a continuidade no repasse de recursos públicos para, através da ASA, serem aplicados nas ações de convivência com o semiárido.

O recuo do governo e a retomada da parceria com a ASA não implicaram, contudo, numa revisão das decisões tomadas em relação às cisternas de plástico. A posição oficial assumida era, pois, ambivalente. Por um lado, através do Ministério da Integração Nacional (MIN), reafirmavam-se aproximações com estados e municípios para a distribuição das cisternas de plástico, a despeito das manifestações contrárias da ASA. Por outro lado, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), renovavam-se os laços com a Articulação para que, simultaneamente à instalação das cisternas de plástico, fossem construídas as cisternas de placas.

Ainda que algumas posições adotadas pela presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato presidencial, tenham motivado importantes ações críticas, de protesto, por

parte da ASA, o cenário eleitoral de 2014 redefiniu as relações entre a candidata petista e a Articulação. Na ocasião, diante da possibilidade de vitória do candidato Aécio Neves (PSDB), os integrantes da ASA se posicionaram publicamente favoráveis à reeleição de Dilma, temendo o fim das políticas de convivência com o semiárido, em caso de vitória do *psdbista*.

No dia 21 de outubro, a ASA materializou seu apoio por meio de um chamado às ruas, em apoio à Dilma, através de mais um grande ato público, realizado novamente nas cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Contudo, se aquele de 2011, diante da ameaça de quebra de parceria entre a ASA e o governo, era um ato crítico à Dilma, este, por outro lado, expressava apoio à sua candidatura, valorizando-se as conquistas para o semiárido, advindas do seu primeiro mandato³.

Este ato teve início pela manhã, em Juazeiro-BA, de onde os cerca de 30 mil camponeses saíram em marcha, portando bandeiras e cartazes, evidenciando, em seus discursos e escritos, a importância das políticas públicas de convivência com o semiárido, gestadas pela ASA. Após uma caminhada pela cidade, os participantes concentraram-se na área central de Petrolina, diante de um grande palco montado exclusivamente para o ato. Ali, discursaram lideranças de movimentos sociais ligados à Articulação, além de alguns políticos dedicados, direta ou indiretamente, à problemática da convivência com o semiárido.

Discursaram no ato a então ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, além da própria Dilma Rousseff. Na cerimônia, representantes da ASA entregaram um presente à candidata e, em seguida, uma carta contendo alguns “pontos de exigência”, que foram lidos diante de Dilma e da plateia. O clima era de homenagens e pleno apoio.

³As informações referentes a este ato, aqui contidas, além das fontes secundárias (publicações da imprensa e da própria ASA), foram obtidas através de trabalho de campo, realizado em Petrolina-PE/Juazeiro-BA, em 21/10/2014. Neste, além da observação direta e de conversas informais com participantes do ato, pudemos fazer registros fotográficos e gravar os discursos de Dilma Rousseff, da ministra do MDS, Tereza Campello, bem como de militantes e representantes de organizações e movimentos que integram a ASA.

Foto 3: Dilma Rousseff no ato de apoio à sua reeleição, realizado em Outubro de 2014, em Petrolina-PE



. Fonte: Autor (2015).

Foto 4: Camponeses de vários municípios do semiárido brasileiro, articulados pela ASA, em apoio à reeleição de Dilma Rousseff, no ato de 21 de Outubro, Petrolina-PE



Fonte: Autor (2015).

Tereza Campello, anunciada pelos militantes presentes como “a ministra dos movimentos sociais”, evidenciou, em seu discurso, a existência de dois projetos para o semiárido, representados pelas duas candidaturas em disputa: o primeiro deles, assentado na perspectiva de “combate à seca”, é, em suas palavras, liderado por Aécio Neves e FHC, tendo se concretizado na estiagem dos anos 2000, 2001 e 2002. Este projeto resultou em êxodo, saques, sofrimento e desesperança, segundo a ministra. Por outro lado, para Campello, o projeto representado por Lula e Dilma, então em vigor, era aquele da “convivência com o semiárido”:

[...] nós não queremos lutar contra a seca, não tem como lutar contra a seca, mas tem como construir cisternas, sim, para conviver com a seca; tem como fazer parceria com as entidades aqui do Nordeste, como é a ASA, como é a Contag, como é Fetraf, como são os movimentos sindicais, tem como estar com vocês construindo um novo projeto de desenvolvimento (Discurso da Ministra Teresa Campello, Petrolina-PE, Out. 2014).

A demarcação das opostas posições, entre os dois projetos voltados ao semiárido, também marcou o discurso de Dilma Rousseff. Neste caso, além das contradições programáticas entre os dois projetos, a candidata evidenciou, em suas palavras, uma distinção quanto ao modo de lidar com o semiárido e com o Nordeste, ratificando, em seu discurso, o acirramento da polaridade regional. Em sua fala, Dilma recorreu aos sentimentos regionalistas dos presentes, valorizando a “identidade do semiárido”, estabelecendo uma oposição entre a região e os “tucanos”, qualificados como alheios àquela realidade⁴.

A considerável adesão dos camponeses ao ato, somada à própria presença de Dilma Rousseff e da ministra Tereza Campello, em Petrolina, representou um importante

⁴ Cabe mencionar que o *slogan* do evento foi “Dilma pelo semiárido”.

momento de manifestação pública de apoio ao governo petista, por parte dos movimentos sociais atuantes no semiárido. Tal como nos demais atos, organizados pela ASA, foi colocada em movimento a estrutura organizativa da Articulação, servindo esta a uma rápida mobilização de camponeses oriundos de diversos municípios. Ademais, como parte deste processo, recorreu-se, como importante justificativa de mobilização, às conquistas concretas distribuídas pela porção mais seca do território nacional, que materializaram, nas comunidades, alternativas eficazes à convivência com o semiárido nos adversos tempos de estiagem.

No dia 26 de Outubro de 2014, cinco dias depois do ato de Petrolina, a então candidata Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil, tendo obtido 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do seu oponente, Aécio Neves, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A crise do *lulismo* e os novos dilemas para o semiárido

A atuação da ASA – sua imersão em um complexo e contraditório jogo relacional com o Estado – transcende os limites desta relação em particular. Os enredamentos institucionais da ASA com os governos petistas ocorrem, mais fortemente, em um cenário de adensamento dos vínculos entre sociedade civil e Estado, sob uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas, configurando-se, como consequência, aquilo que Mirza (2006, p. 34) qualificou como “cidadania organizada”.

O Governo Lula (PT) – que demarca o momento a partir do qual os programas da ASA são convertidos em políticas públicas – representa um referencial importante na montagem deste cenário que se manteve sob a gestão de Dilma Rousseff. Marcado pela redefinição dos termos da relação dos movimentos sociais com a institucionalidade estatal, o quadro em foco suscita interpretações diversas e contraditórias quanto aos limites ou potencialidades advindas do contexto político-integrativo aos movimentos sociais. Contudo, a abertura e consolidação do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, em 2016, desvelou a fragilidade nos vínculos até então estabelecidos entre a ASA e o Estado, bem como a vulnerabilidade do próprio pacto *lulista* que alicerçava as ações de convivência com o semiárido.

Analisando os acontecimentos políticos que resultaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sob liderança do PSDB e PMDB, Singer (2016, p. 21-55) argumenta que a virada para o segundo mandato de seu governo coincide com o fim do consentimento que sustentava, até então, a hegemonia lulista. O autor aponta para um movimento nas classes dominantes brasileiras, resultando no abandono da burguesia

interna, industrial, do “ensaio desenvolvimentista” esboçado sob os governos petistas, particularmente no primeiro Governo Dilma. A causa fundamental desse movimento seria algumas “escolhas antiliberais”, assumidas por Dilma, que evidenciariam uma “ousadia intervencionista” que inquietou setores mais profundamente vinculados ao capital financeiro.

Para o autor, a “coalizão produtivista”, base do ensaio desenvolvimentista que ora se apresentava, entra em crise a partir de 2012. Em primeiro lugar, argumenta Singer, algumas características estruturais da burguesia industrial brasileira fragilizam a coalizão produtivista. Isso seria explicado pela mistura entre o capital da indústria e aquele financeiro, lançando diversas rubricas produtivas ao controle de bancos e fundos de investimento. Ao mesmo tempo, as altas taxas de juros no Brasil estimulariam o conjunto do empresariado brasileiro, produtivo ou financeiro, a entrar em atividades puramente rentistas, valendo-se de ganhos elevados e da elevada liquidez. Ademais, a expansão dos postos de trabalhos formais, fruto do avanço da intervenção estatal, criou um estado de “pleno emprego”, que, entre outras coisas, tornava mais elevada a remuneração do trabalho para os empresários, aumentando sua insatisfação. Segundo o autor, sob o guarda-chuva do antiintervencionismo, “juntaram-se acusações de incompetência, arbítrio, autoritarismo e corrupção (...) à administração Dilma” (SINGER, 2016, p. 50). Com efeito,

É necessário considerar, também, que a piora das condições objetivas potencializou o efeito ideológico. O baixo crescimento do PIB em 2012 e certa pressão inflacionária forneceram o combustível para argumentos antidesenvolvimentistas. Se as camadas populares ficaram relativamente infensas ao bombardeio midiático em torno do baixo crescimento e do aumento de preços – uma vez que emprego e renda estavam preservados – é razoável imaginar que a classe média tradicional, e talvez os industriais, que lhe são próximos, tenham sido por ele influenciados (SINGER, 2016, p. 50).

Se o apoio das camadas populares estava condicionado à manutenção do emprego formal, ainda que de baixa qualidade, o aumento da taxa de desemprego, anunciado em 2013, selou finalmente o divórcio litigioso do *precarizado* urbano com o lulismo, observa Braga (2016, p. 46). Ao mesmo tempo, apesar disso, o alinhamento político de movimentos sociais mais ou menos identificados com o lulismo, do campo e da cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a própria ASA, garantiria o apoio necessário para a vitória de Dilma Rousseff nas urnas, em 2014.

Seguida à vitória no pleito, obtida com promessas aos movimentos, feitas em palanque – que incluíam Reforma Agrária, democratização dos meios de comunicação, controle no uso de agrotóxicos, etc. –, ganhou protagonismo a agenda neoliberal, fundada nas políticas de controle de gastos e diminuição de investimentos públicos. O avesso daquele “ensaio desenvolvimentista” do seu primeiro mandato e das promessas de campanha aos movimentos sociais criou, já nos primeiros meses de sua reeleição, um

cenário de instabilidade, dando condições para um avanço visível dos setores do capital financeiro, que aspiravam reformas antipopulares, particularmente a reforma da previdência e trabalhista. Naquela ocasião, como observa Braga (2016, p. 92), somava-se à popularidade decrescente “o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais”, e a perda de referenciais de exclusividade e distinção e social no universo do consumo, levando-os às ruas, com apoio dos meios de comunicação, para pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Levado adiante por parlamentares da base aliada e da oposição, sob a liderança do deputado Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), condenado em 2017 por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e evasão de divisas, o *impeachment* foi constituído como um julgamento eminentemente político, levando à presidência o pmdbista Michel Temer, que apresenta como suposta solução para a crise o programa “Uma ponte para o futuro”, cujo propósito é, fundamentalmente, atender integralmente as demandas do capital financeiro e do empresariado, atacando direitos trabalhistas, garantindo o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos, cortando investimentos sociais e, via desvinculação constitucional, reduzir gastos com educação e saúde.

O rompimento do pacto entre o capital produtivo e as gestões petistas, dando por encerrada a fase de coexistência entre o “ensaio desenvolvimentista” e as limitadas concessões burguesas à classe trabalhadora, características de um “reformismo fraco”, dá lugar a uma hegemonia burguesa *stricto senso*, com a direção do capital financeiro sob a gestão de uma equipe política, no executivo e legislativo, comprometida com sua agenda. Os resultados desse rearranjo não tardaram a serem sentidos pela ampla maioria da população. O Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, teve um corte orçamentário significativo, deixando de beneficiar 13,9 milhões de famílias economicamente carentes, em 2016, para atender, hoje, a 12,7 milhões de famílias, deixando 1,2 milhões de famílias sem o benefício (MDA, 2016/2017).

Para as ações de convivência com o semiárido os impactos também já são significativos. Entre 2010 e 2014, a ASA foi beneficiada com um crescimento contínuo das verbas destinadas aos seus projetos de convivência com o semiárido, tendo um aumento de R\$ 95,5 milhões para R\$ 324,7 milhões. Entre 2015 e o presente momento (2017/2018), o montante de recursos destinados à construção de cisternas no semiárido só diminuiu, chegando à cifra preocupante de apenas R\$ 19,3 milhões para 2018, o que representa um corte de 94% em comparação com o valor recebido em 2014 (ASA BRASIL). Na prática, o valor a ser disponibilizado pode garantir a construção de apenas 5453 tecnologias hídricas, número que supera apenas os repasses iniciais para a ASA, em 2001, quando o Governo FHC disponibilizara, naquela ocasião, recursos para atender a 500 famílias.

Atualmente, são cerca de 350 mil famílias ainda na esperança de receberem suas cisternas. Estas 750 mil pessoas, excluídas do novo pacto político, seguirão suas vidas dependentes da água salobra dos barreiros, da troca de água limpa por voto e da chuva como dádiva dos céus.

Considerações finais

A legitimação da seca como questão social vincula-se, de maneira significativa, a um conjunto de intervenções práticas direcionadas ao semiárido brasileiro. A consolidação de uma imagem da região como *naturalmente* problemática constitui-se, neste quadro, um importante elemento de justificação da miséria de sua gente. Com o ambiente tomado como mote, traça-se um elo de solidariedade entre grandes proprietários de terra, comerciantes das cidades e criadores de gado, que se apresentam como porta-vozes desse “espaço sofredor”, e propagam o “combate à seca” como solução dos males da região. Esta perspectiva, consolidada entre o fim do século XIX e início do século XX, configura um arranjo social e político com fortes implicações nas relações de classe, resultando em processos de dominação político-clientelistas de camponeses e o fortalecimento do poder oligárquico regional, particularmente em tempos de estiagem.

Diante do discurso dominante que atribui a miséria e a pobreza do sertanejo à seca (portanto, à natureza), os movimentos sociais e organizações vinculados à Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) identificaram as oligarquias agrárias e a expressão tradicional de seu poder, em escala local, como fonte do flagelo do povo. Neste processo, o Estado, meio tradicional para a obtenção de verbas dirigidas ao *combate à seca*, passou a ser mobilizado como canal possível para recebimento e distribuição de recursos financeiros numa perspectiva distinta, a *convivência com o semiárido*.

Sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), marcados pela combinação entre um pacto conservador com setores da burguesia e um “reformismo fraco”, com concessões para a classe trabalhadora (SINGER, 2012, p. 51-84), as políticas de *convivência com o semiárido*, particularmente aquelas voltadas à disseminação de reservatórios de captação de água da chuva, resultaram no atendimento de aproximadamente 3 milhões de pessoas. Como parte deste quadro, tornou-se possível o acesso à água potável, de qualidade, mediante um processo aberto à formação política em locais pouco alcançados pelos movimentos sociais tradicionais. Soma-se a isso o fortalecimento da independência de populações camponesas, em tempos de estiagem, às oligarquias locais, operadoras da tradicional “indústria da seca” – a troca de água por voto.

O golpe parlamentar de 2016, resultado de um processo de redefinição no bloco de poder no Estado brasileiro, desintegrou o pacto de classes *lulista*, esvaziando os vínculos

institucionais com os movimentos sociais, impondo uma agenda política antipopular, não aprovada nas urnas, e voltada, fundamentalmente, para os interesses dos setores neoliberais hegemônicos pelo capital financeiro, em aliança com parlamentares representantes das distintas frações da burguesia brasileira. Os significativos cortes de recursos públicos para as políticas sociais, o que para as ações de convivência com o semiárido representa, em 2018, um montante de 94%, certamente trarão profundas consequências para os setores mais vulneráveis de nossa população.

Apresentamos e qualificamos, de modo panorâmico, neste trabalho, distintos momentos que definem a relação da seca com a esfera público-estatal, evidenciando implicações objetivas para o semiárido brasileiro e sua população, particularmente para o campesinato. O percurso realizado nos leva a reafirmar os argumentos de Martins (1994) e Oliveira (2018, p. 27-39), segundo os quais o “poder do atraso” insiste em congelar o nosso futuro, mantendo-nos em uma “*presentificação permanente*” – observável, por seus limites, tanto em períodos com concessões socializantes para o campesinato e classe trabalhadora, como vimos sob a pactuação de classes nos governos petistas, quanto em tempos de significativos retrocessos, como os atuais. Se esta é, de fato, uma marca estruturante de nossa história, e estamos em um momento especialmente regressivo, no qual o passado nos assombra com sua imagem de miséria e aridez, urge, mais do que nunca, a recondução de nossos processos sociais em um sentido emancipatório, constituindo meios igualmente estruturantes para a recriação inovadora das alternativas de futuro.

Referências

AB’SÁBER, Aziz. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, n. 36, p. 7-59, mai./ago. 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4a ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, Flávio Lyra de; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: a influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. In: KÜSTER, Ângela Küster; MARTI, Jaime Ferre (Orgs.). **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ASA Brasil, “Declaração do Semiárido”. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf. Acesso em: Mar. 2018.

ASA Brasil, “Carta aberta à população brasileira – ASA Brasil”, 16/10/2010, disponível em <http://www.dimasroque.com.br/2010/10/carta-aberta-populacao-brasileira-da.html>. Acesso em: Mar. 2018.

ASA Brasil, “Governo Federal rompe com a ASA Brasil, com o P1MC e com o P1+2”, Carta divulgada pela ASA, disponível em: <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=4672>. Acesso em Mar. 2018.

ASA Brasil, “Assinatura de aditivo com o MDS garante execução dos programas da ASA”, ASA Brasil. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7168. Acesso em: Mar. 2018.

ASA Brasil, “Premiado pela ONU, Programa Cisternas pode ter corte de 92% no orçamento para 2018”, ASA Brasil, http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10334. Acesso em Mar. 2018.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas: o caso do P1MC. **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**; 25-28 julho 2010; Campo Grande; BR. Campo Grande: Anais Eletrônicos; 2010.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSEDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS; 1995.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e meio ambiente (UFPR)**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca no Nordeste: um falso problema: a política de combate às secas antes e depois da SUDENE**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Sertão: um “outro” geográfico. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume; 2011.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O adeus do futuro ao país do futuro uma biografia breve do Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, Thiago Araujo. Articulação no Semiárido brasileiro (ASA Brasil): A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável – Brasília, 2006.

SILVA, Roberto Marinho da; FORMIGA, Maria Célia de Carvalho; CUNHA, Maria Helena Spyrides. Trabalhadores rurais na seca de 1992-1993 no RN: políticas públicas e luta pela sobrevivência. **X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**; 1996: Anais Eletrônicos; 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

Sobre os autores

Thiago Araujo Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2007); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (Usp) (2010); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (Usp) (2016); Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. **OrcID**: <http://orcid.org/0000-0002-1305-0301>

Como citar este artigo

SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 12 de março de 2018.
Devolvido para a revisão em 21 de maio de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de setembro de 2018.

A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira

Douglas Menezes de Oliveira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul,
Brasil.

e-mail: menezes.1995@hotmail.com

Resumo

O principal objetivo desse artigo é realizar um debate sobre a questão agrária e a centralidade da luta pela terra no Brasil. Inicialmente, partindo das reflexões da concepção de terra e capital, bem como os fundamentos da expansão das relações capitalistas no campo e as contradições geradas entre o capital, a propriedade da terra e os trabalhadores rurais sem terra. A partir dessas considerações, faremos uma análise da proposta de reforma agrária, defendida pelo sindicalismo rural como forma de acesso a terra. Além disso, demonstraremos que os surgimentos dos acampamentos se constituem num período de crise de representatividade dos trabalhadores rurais, sendo o processo emergente da organização de acampamentos como forma de luta pela terra. A proposta é interpretar a questão agrária e os desdobramentos desse processo na formação de acampamentos como resultado do problema instituído no meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Questão agrária; reforma agrária; acampamentos; luta pela terra.

The centrality of the land dispute in the Brazilian agrarian question

Abstract

The main objective of this article is to hold a debate on the agrarian question and the centrality of the struggle for land in Brazil. Initially, starting from the reflections of the conception of land and capital, as well as the foundations of the expansion of the capitalist relations in the field and the contradictions generated between capital, land ownership and landless rural workers. From these considerations, we will make an analysis of the agrarian reform proposal, defended by the rural syndicalism as a form of access to land. In addition, we will demonstrate that the emergence of the camps constitute a period of crisis of representativeness of the rural workers, being the process emerging from the organization of camps as a form of struggle for land. The proposal is to interpret the agrarian question and the unfolding of this process in the formation of encampments as a result of the problem established in the Brazilian rural environment.

Keywords: Agrarian question; agrarian reform; encampments; land struggle.

La centralidad de la disputa por la tierra en la cuestión agraria brasileña

Resumen

El principal objetivo de este artículo es realizar un debate sobre la cuestión agraria y la centralidad de la lucha por la tierra en Brasil. Inicialmente, partiendo de las reflexiones de la concepción de tierra y capital, así como los fundamentos de la expansión de las relaciones capitalistas en el campo y las contradicciones generadas entre el capital, la propiedad de la tierra y los trabajadores rurales sin tierra. A partir de esas consideraciones, haremos un análisis de la propuesta de reforma agraria, defendida por el sindicalismo rural como forma de acceso a la tierra. Además, demostraremos que los surgimientos de los campamentos se constituyen en un período de crisis de representatividad de los trabajadores rurales,

siendo el proceso emergente de la organización de campamentos como forma de lucha por la tierra. La propuesta es interpretar la cuestión agraria y los desdoblamientos de ese proceso en la formación de campamentos como resultado del problema instituido en el medio rural brasileño.

Palabras clave: Cuestión agraria; reforma agraria; campamentos; lucha por la tierra.

Introdução

Neste artigo, a partir da revisão bibliográfica, pretende-se discutir inicialmente a construção da concepção de terra e capital. A definição de ambas as categorias possibilita compreender a relação recíproca e contraditória no plano ideológico e material da disputa pela terra. A concepção de terra está vinculada a uma ordem natural; já o capital depende de uma ordem puramente social. Posteriormente faremos uma reflexão dos processos de expansão do capital no campo e sua relação com a terra. A partir dessa abordagem, busca-se analisar teoricamente como se estabelece a relação de apropriação da terra pelo capital – na qual resulta a propriedade privada.

O movimento de apropriação da terra pelo capital desencadeia questões fundamentais. As considerações teóricas esclarecem que ocorreram dois momentos fundamentais no Brasil que caracterizam o que podemos chamar de uma “questão agrária”: 1) refere-se à separação dos trabalhadores rurais de suas condições objetivas de sua realização, ou seja, a separação entre o trabalhador e os instrumentos necessários para produzir os meios de subsistência; 2) refere-se à aliança entre a propriedade fundiária e o capital na qual resultou a predominância do latifúndio como estrutura agrária dominante no meio rural brasileiro.

Essas duas combinações foram realizadas de forma integradas e constituem os fundamentos da expropriação e da exploração dos trabalhadores rurais. Desse modo, à medida que o capital se expande e se reproduz de forma ampliada no campo – transforma a *terra em negócio*, gerando também um movimento contraditório de formas alternativas não capitalistas de produção na qual se assenta a *terra de trabalho*.

Diante desse movimento contraditório, buscaremos definir qualitativamente a concepção geral de terra de negócio e terra de trabalho, para posteriormente compreendermos os pressupostos da organização de trabalhadores rurais pela terra de trabalho. Demonstraremos que a terra de negócio e a terra de trabalho não estão relacionadas diretamente ao tamanho de uma determinada propriedade, e sim a sua forma de apropriação e finalidade. A finalidade da terra de negócio é explorar a força de trabalho alheia dos trabalhadores para fins de produção de riqueza e acúmulo de capital. A terra de trabalho pressupõe a produção direta dos meios de subsistência e reprodução social da

vida dos trabalhadores. Portanto, São formas diferentes de relação e apropriação da propriedade da terra.

Diante das distintas perspectivas e apropriação da terra, buscamos também enfatizar as formas de lutas sociais organizadas no decorrer do século XX, em especial a atuação do sindicalismo rural, com enfoque no debate de uma possível reforma agrária como resolução desse problema instituído no campo.

O movimento sindical apresentou um dilema político na forma de organizar os trabalhadores rurais para o acesso à terra durante o regime civil militar. Em decorrência disso, a forma de mediação dos trabalhadores se restringiu às cúpulas do Estado – fato que inviabilizou a ação direta dos camponeses. A postura de organização do sindicalismo rural, baseado na negociação institucional foram os elementos cruciais na crise de representação e a emergência de novas estratégias. As discrepâncias entre os interesses dos trabalhadores e o sindicalismo rural fizeram emergir as ocupações de terras e formação de acampamentos como uma nova forma de disputa pela terra.

A organização de acampamentos nas décadas finais do século XX redefiniu as diferentes formas de luta pela terra existente no Brasil, já no início do século XXI é compartilhada entre diferentes movimentos sociais ligados ao campo. Os resultados dessa luta podem ser apreendidos nos embates políticos e na pressão social para a criação de assentamentos rurais que, no contexto contemporâneo, são elementos fundamentais de redefinição do espaço e na construção de uma “nova ruralidade”.

A propriedade fundiária capitalista transformou o espaço rural brasileiro num vazio identitário e de sociabilidade. Por esse motivo, a luta pela terra constrói a reinvenção do conjunto da sociedade como um todo. Trata-se de uma recriação do campo e a terra não é apenas uma propriedade de negócio, mas sim um espaço de moradia, sociabilidade e vitalidade humana. Dessa forma, esta luta nos acampamentos não pode ser interpretada apenas como uma “etapa de passagem” para os assentamentos rurais, e sim momento importante dessa fase histórica da questão agrária nacional.

Os acampamentos são uma condição social que demonstra as contradições inerentes da reprodução ampliada do capital no campo. Apontamos também que a organização dos acampamentos viabilizou o protagonismo e as demandas dos trabalhadores rurais sem terra.

Em suma, demonstraremos que esses elementos sendo apreendidos de forma articulada, compõem o conjunto da totalidade do modo de produção capitalista na agricultura brasileira, e ao mesmo tempo, traz em evidência o fundamento real e latente do problema que circunda a formação de acampamentos na luta pela terra.

Terra e capital

A primeira distinção que devemos fazer para compreender o sentido da organização da disputa pela terra – através dos trabalhadores acampados – é que a terra não é capital. Assim como o dinheiro não é capital a terra também não é. Todo esse movimento passa por um processo de transformação e apropriação. No entanto, parece ser uma distinção muito óbvia, mas essa concepção está longe de se tornar evidente quando pensamos a expansão e reprodução das relações capitalistas na agricultura brasileira.

A terra tem sido associada frequentemente ao capital como se fossem duas faces da mesma moeda. A relação entre os mesmos, proprietários e capitalistas, pressupõe uma análise criteriosa para compreensão do lugar ocupado por trabalhadores rurais que não há possuem no contexto de disputa. A terra é um instrumento fundamental para a produção e reprodução da subsistência humana e das necessidades vitais, mas isso não significa necessariamente que ela seja capital. O mesmo pressupõe outra relação social que será tratada mais adiante.

Segundo Martins (1983) a diferença entre terra e capital se baseia no processo de produção e acumulação. Não é possível acumular terra como se acumula capital através do processo produtivo do trabalho. O capital é fruto da relação social materializado no trabalho humano, já a terra independe de uma relação propriamente humana, ela é adquirida através da compra com dinheiro. Fato este constatado que desde meados do século XIX – especificamente com a Lei de Terras de 1850 – a terra passou adquirir preço para a compra e venda no Brasil. A compra da mesma pelo capitalista tem como finalidade a exploração da força de trabalho de trabalhadores despossuídos de meios de produção.

A relação de compra é um dos elementos que configura a apropriação da riqueza produzida socialmente pelos trabalhadores na terra. Já o capital pressupõe também a compra de força de trabalho e os objetos necessários para a produção de mercadorias. Nesse sentido, a relação que envolve esses dois elementos está fundada na separação radical entre os trabalhadores e os meios de produzir a subsistência.

Nesse sentido, Marx (2013) explica como funciona a esfera de circulação do capital. O dinheiro é transformado em capital, por intermédio deste é produzido a mais-valia, e com a mais-valia se obtém mais capital e o mesmo como resultado desse “círculo vicioso” pressupõe massas relativas de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Porém, chama atenção nesse processo de acumulação demonstrado é que o capital é produto e resultado do trabalho assalariado (MARX, 2013, p.785).

A observação de Marx (2013) de que o capital é resultado direto do trabalho já demarca uma distinção do capital em relação à concepção de terra. A produção do mesmo é gerada através da combinação direta entre trabalho acumulado pelo capitalista extraído

através dos meios de produção e objetos de trabalho da propriedade privada produzido exclusivamente pela força do trabalho humano. No modo de produção capitalista só o trabalho cria valor, riqueza e mais capital. Já a terra praticamente sozinha não produz renda e capital sem as massas relativas de força de trabalho e os objetos de trabalho empregado nela.

O movimento combinado do capital, diagnosticado por Marx (2013), resulta no pagamento de salário pela força de trabalho realizada como uma parte expropriada do trabalho acumulado, que será direcionada aos trabalhadores para que continuem ampliando ainda mais o capital do dono dos meios de produção. O salário é determinado pela taxa média de lucro e pelo tempo de trabalho socialmente depositado no produto final da mercadoria e não pela vontade espontânea e individual do capitalista.

Para que se objetive uma relação capitalista é necessária a constituição do trabalho livre. As relações sociais são fundadas na liberdade da compra e venda da força de trabalho. Essa forma de reorganização do processo do trabalho não apenas conserva a sua separação, como reproduz em escala ampliada cada vez mais o distanciamento do trabalhador dos seus meios necessários (MARX, 2013, p.786).

Esse processo converte definitivamente em capital os meios necessários para a produção da subsistência e transforma os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Essa separação é fundamental para formação da propriedade privada dos meios de produção que cumpre historicamente sua função na tendência histórica de acumulação no capitalismo (MARX, 2013, p.786).

Essa dinâmica apresenta essencialmente como se estruturou o modo de produção capitalista e a propriedade privada. Esse é o ponto de partida que caracterizou a condição de sujeição dos trabalhadores aos capitalistas detentores dos meios de produção. A conversão do produtor direto em trabalhador só ocorre quando o mesmo deixou de estar acorrentada a uma propriedade sob regime de trabalho escravo ou no caso da Europa a servidão feudal (MARX, 2013, p.786).

O trabalhador deve apenas possuir a propriedade de sua força de trabalho, sujeitando a venda para o proprietário capitalista detentor dos meios de produção. O capital é uma relação social e não uma relação de ordem natural, estruturada na compra e venda da força de trabalho, mediada por uma relação juridicamente igualitária e livre de qualquer domínio de propriedade entre o capitalista e o trabalhador. Essa condição social garante a compra e venda da força de trabalho.

No caso específico da terra essa relação ocorre de forma distinta. Primeiramente, porque a mesma não é um produto e nem resultado das atividades humanas como é o caso referente ao processo de produção do capital. Ela não pode ser ampliada e produzida como

resultado do acúmulo de capital. A terra “[...] é um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho” (MARTINS, 1983, p.159).

Portanto, na interpretação de Marx (2013) a relação do trabalhador com a propriedade privada, isto é, na relação de produção capitalista, dá-se com a produção do valor, riqueza e capital como resultado da materialização da exploração da força de trabalho. O capital expropria a força de trabalho e apropria diretamente o fruto desse processo. Dessa forma, a terra serve para o mesmo como instrumento de apropriação dos “frutos que ela pode fornecer”.

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (MARTINS, 1983, p.159-160).

É possível distinguir, também, que quem possui terra não necessariamente é capitalista. Este é quem detém o capital. A terra possui uma característica peculiar e inerentemente distinta referente aos outros meios de produção na esfera capitalista. Ela é um recurso natural disponível e encontrado na natureza, por isso, passa por um processo de apropriação pelo capital, pode ser transformada em propriedade privada para produzir riqueza através do trabalho. Somente a partir dessa condição é que podemos compreender a “relação recíproca” com o capital.

A separação entre trabalhador e os meios necessários para a subsistência é o fator determinante que gera uma relação de sujeição do trabalhador às relações de produção capitalistas. A expansão do mesmo pressupõe a expropriação como requisito para a sua reprodução. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro promoveu a concentração de terras nas mãos de uma parcela mínima de proprietários. Portanto, a concentração caracteriza a expropriação. Segundo o Martins:

O trabalhador, só pode se converter em empregado, em assalariado, quando é expropriado, quando deixa de ter a propriedade dos instrumentos de trabalho. Não ser proprietário da terra, dos instrumentos, das sementes, dos adubos, é condição básica para que o agricultor se converta em empregado (MARTINS, 1983, p.141).

Essa condição é o que fundamenta a relação de apropriação da força de trabalho. “Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (MARTINS, 1983, p.160).

Nessa relação emerge uma característica similar ao pagamento para apropriação tanto da força de trabalho quanto da terra o qual se atribui uma renda. Esse pagamento é

denominado na economia política clássica de renda da terra que, é o equivalente de mercadoria nas relações de produção no campo. Conforme explica Marx (1974, p.728):

Toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo simplesmente às condições gerais de mais-valia e do lucro (MARX, 1974, p.728).

O processo de transformação desempenhado pelo capital na produção de mercadorias é revelado em face de sua função histórica no processo de expansão no campo. O mesmo tem por objetivo transformar a força de trabalho e a terra em mercadorias. Pois a “tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1983, p.160).

Para que ocorra a expansão, o capital encontra no seu caminho como entrave a terra. Nesse processo podemos entender que a terra no bojo de expansão do capital não se apresenta diretamente como instrumento específico da acumulação. Pelo contrário, a mesma se expõe ao inverso desse percurso. A partir dessa perspectiva podemos afirmar que também a agricultura não é baseada apenas em relações capitalistas. É necessário fazer essas distinções, pois tais características específicas nos revelam que existe uma relação de apropriação da dimensão do espaço.

No entanto, acerca dessa questão, Martins elucida (1980) que na reprodução ampliada do capital é possível produzir relações não capitalistas no campo. No desenvolvimento contraditório, podemos mencionar a existência de uma agricultura de base familiar nos assentamentos rurais. A relação de trabalho nos assentamentos é baseada, sobretudo na produção familiar para manutenção de subsistência, portanto, não se utiliza a exploração do trabalho alheio para fins de produção e apropriação de mais-valia como é operacionalizado no capitalismo. Entretanto, a propriedade de assentamentos rurais não escapa da subordinação ao capital. Para que se efetive a subordinação da agricultura pelo capitalista é necessária a permissão do proprietário de terra e pressupõe um pagamento. É importante, lembrar, que a tendência geral e histórica do capital é transformar tudo o que está (e não está) ao seu alcance em mercadorias, logo a terra se encaixa nesse processo de transformação.

Sob essas condições a terra passa adquirir preço, podendo ser comprada, vendida, negociada, alugada e arrendada. A renda desta é a forma que configura as relações capitalistas no campo. A relação do capital com a terra é mediada pela renda paga ao proprietário. Isso quer dizer que para o capitalista utilizar a mesma ele converge parte do

seu capital em renda. Esse é o preço pago para a remoção do “obstáculo” – ainda que provisório da expansão do capital na agricultura (MARTINS, 1983, p.161).

Esse processo de conversão do capital é o que o Martins (1983) chama de “imobilização improdutiva”. É necessário, portanto, que o capitalista invista em todas as ferramentas e maquinários necessários, bem como na compra da força de trabalho na produção agrícola, assim a terra de fato “fornecerá os seus frutos”. Pois somente “os instrumentos e os objetos de trabalho, além da própria força de trabalho, é que são o verdadeiro capital, capaz de fazer a terra produzir sob seu controle e domínio” (MARTINS, 1983, p.162).

Os instrumentos aplicados a produção combinados com a força de trabalho são as características essenciais do modo de produção capitalista no campo. Isso significa que sob essas condições são possíveis a obtenção de domínio sobre a renda da terra e pelo capitalista. A síntese dessa dinâmica pressupõe que a relação capitalista produz lucro; o trabalhador produz salário e a terra produz renda. Essas relações demarcam a singularidade da estrutura de classes no campo brasileiro.

Luta de classes no campo brasileiro

As formas de apropriação da terra representam diretamente a luta de classes presente no meio rural. Esta é o principal objeto de disputa por diferentes grupos econômicos e a classe de trabalhadores rurais sem terra no contexto contemporâneo do Brasil. A mesma possui uma característica peculiar que movimenta toda sua dinâmica, ou seja, é o principal instrumento de trabalho no campo que proporciona a produção de mercadorias para o conjunto da sociedade. Entretanto, ela possui finalidades distintas entre os grupos que a disputam.

A dinâmica da propriedade capitalista da terra funciona da seguinte maneira: o trabalhador produz seu próprio salário, através da sua força de trabalho; o capitalista obtém o seu lucro com o processo de trabalho, extraindo a mais-valia dos trabalhadores, ou seja, aumentando a riqueza para o capitalista; o proprietário de terra recebe a renda paga pelo capitalista, a partir da distribuição da mais-valia extraída dos trabalhadores. A renda capitalista da terra, nesse caso, não é fruto direto da produção, mas da distribuição de mais-valia (MARTINS, 1983, p.163).

A dinâmica entre as classes de trabalhadores rurais, capitalistas e proprietários de terras é a forma existente da relação capitalista no campo. As formas anteriores que não estão sob essa relação estabelecida no meio rural são condições que caracterizam uma relação pré-capitalista.

Conforme Martins (1983) na produção da propriedade capitalista da terra, os trabalhadores trocam seu trabalho pelo salário como forma de manter sua subsistência e necessidades. O capitalista recebe o lucro, extraído parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores que o mantém como capitalista. A renda da mesma não é paga pelo trabalhador porque o resultado do seu salário mantém apenas como trabalhador isso impossibilitaria de conservar seus meios de subsistência. O capitalista é encarregado de pagar a renda desta para o proprietário de terra. No entanto, o capitalista não desempenha atividade de trabalho na terra. Nesse caso, são os trabalhadores que realizam trabalho para produzir renda. Nessa relação aparentemente seria o trabalhador quem paga a renda, mas de fato não é. A função do capitalista serve unicamente de intermediar tais relações entre a propriedade da terra e os trabalhadores, além de extrair a riqueza nela produzida. A resolução do problema de quem efetivamente paga a renda da terra é o conjunto total da sociedade. O capital acumulado nas mãos do capitalista é como se fosse o lucro extraordinário, pois “ele conserva a parte que lhe cabe e passa adiante, ao proprietário de terra, a parte que cabe a este” (MARTINS, 1983, p.164).

Segundo Marx “apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre” (MARX, 1974, p.727). O conjunto da sociedade paga e mantém a classe dos proprietários de terras, bem como o seu monopólio sobre a propriedade.

Apesar de estarem em posições de classes diferentes, os capitalistas e os proprietários de terras, ambas possuem interesses recíprocos. Martins (1983) evidencia que os mesmos se constituem proprietários privados dos meios de produção. Por esse motivo em comum já os fazem aliados históricos de interesses antagônicos dos camponeses e os trabalhadores sem terra. As classes de proprietários de terras e capitalistas estão objetivamente separadas e unidas dialeticamente para subjugar e explorar o trabalho da classe de trabalhadores. Apesar dessa separação não significa que estão em conflito, pelo contrário, unem-se para se apropriar da riqueza produzida socialmente. “Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário do capital” (MARTINS, 1983, p.166).

Essa condição não anula a contradição presente entre terra e capital, ou seja, é apenas ocultada das relações sociais. Da mesma forma que a contradição entre capital e trabalho é apreendida de forma latente em relação à exploração capitalista sobre os trabalhadores. O interesse do capital na apropriação da terra não está baseado em intenções de constituir moradia no campo, pelo contrário, o mesmo está objetivando a compra da renda da terra.

A utilização da terra como meio de produção difere qualitativamente dos meios de produção capitalista. No caso desse último, os instrumentos de trabalhos são desgastados com tempo e posteriormente terá que ser substituído por outros novos. No caso da terra, essa condição ocorre de forma oposta, é impossível ocorrer uma substituição desta por desgaste, como ocorre sistematicamente com os objetos da produção capitalista. A possibilidade de investimento para o capitalista com a finalidade de acumulação, a terra não oferece perda de sua própria materialidade. Pois se a mesma for utilizada corretamente ela não oferece o risco de danificar e tampouco desaparecer. Já os objetos de trabalho empregados na terra, com o passar do tempo, necessitam ser substituídos por outros novos, mas a mesma continua intacta. Esse é o diferencial da terra em relação ao capital. Dessa forma, é possível compreender que o dinheiro empregado na terra, representa a compra do direito de extrair a renda da totalidade do tecido social, ou seja, é renda capitalizada e não necessariamente capital (MARTINS, 1983, p.166-167).

De modo geral a renda capitalizada é uma renda antecipada empregada pelo capitalista que retornará em breve o que foi investido e com todos os acréscimos possíveis. Nesse sentido, não é necessário também comprar a terra para concentrar a exploração capitalista no campo. O capitalista pode adquirir parcelas de diferentes proprietários de terra mediante de um pagamento de renda independente do tamanho da propriedade –, seja ela pequena média ou grande. A mesma não se resume e limita meramente como um instrumento de produção no capitalismo. A compra, a renda capitalizada, a renda terra, a exploração do trabalho, a produção de riqueza é mediada pelo capital sendo a forma que as relações capitalistas se expandiram no campo brasileiro. Sob essas condições é possível afirmar um processo de territorialização da sociabilidade capitalista no espaço rural.

A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação (MARTINS, 1983, p.170).

Por esse motivo, o movimento dialético do capital descarta a possibilidade de conceber o latifúndio como pré-capitalista ou como um regime feudal. Todavia, se considerarmos o latifúndio isento das relações propriamente capitalistas estaremos simplificando o problema, analisando de forma superficial sem compreender as relações sociais, a expropriação da terra dos trabalhadores rurais e a exploração da força de trabalho presente no campo. No entanto, é necessário demarcarmos uma distinção fundamental na forma de utilização da terra tanto para o capitalista quanto para os trabalhadores rurais. Essa diferença da forma de utilização da terra revela os sentidos essenciais da organização da luta pela reforma agrária.

Na concepção de Martins (1980) existem dois tipos de regime de apropriação e utilidade da terra: 1) terra de negócio; e 2) terra de trabalho. Nesse sentido, o autor faz uma conceituação fundamental da “terra de negócio” apropriada pelos capitalistas e da “terra de trabalho” reivindicada pelos trabalhadores rurais. Essa definição nos ajuda a compreender como se materializa as relações capitalistas e não capitalistas presentes no campo. Dessa forma coexistem diferentes formas não capitalista de produção no interior do capitalismo. No caso do capital, a terra de negócio serve exclusivamente para ser alugada, vendida e a exploração do trabalho alheio. Além de ser alvo da especulação imobiliária. De modo oposto, quando o trabalhador se apropria da terra é para produzir sua própria subsistência e da composição familiar. São formas totalmente diferentes de relação com a terra e a propriedade da terra (MARTINS, 1980, p.60).

Essas duas definições referem-se à concepção geral da terra de negócio e de trabalho. Portanto, essa forma não está relacionada ao tamanho específico da propriedade. É possível estabelecer relação capitalista e não capitalista na pequena, média e grande propriedade. Não é o tamanho da propriedade da terra que define e determina a sua forma de utilização – terra de negócio e terra trabalho –, mas a forma de apropriação pelos capitalistas, latifundiários e os trabalhadores rurais seja da pequena, média ou grande. A diferença qualitativa é fundamental para compreendermos a relação dos trabalhadores com a mesma. A terra de trabalho não pode ser associada à concepção capitalista da terra de negócio para fins de exploração do trabalho humano. Para os trabalhadores rurais, a terra de trabalho é o espaço de sociabilidade e reprodução social, sendo o elemento fundamental da produção direta dos meios de vida e subsistência humana.

Nesse caso, não existe apenas uma classe de trabalhadores rurais que demanda o acesso a esta no Brasil. É possível identificar também no plano de disputa pela terra, o capital nacional e transnacional. A luta dos trabalhadores não deve ser confundida com a dos capitalistas. Ambos possuem concepção e relação com a terra de maneira distinta, como já foi mencionada acima. Os trabalhadores, de um lado operam uma luta pela terra de trabalho, por outro lado, os grandes capitais opera no sentido de garantir renda da terra.

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los (MARTINS, 1983, p. 176).

A relação entre os proprietários e capitalistas é um momento em que começa a dependência e demanda dos produtores rurais por créditos bancários e financiamentos. O que marca essa relação é a mediação que o capital realiza entre ambos. O latifúndio não representa mais o entrave para a territorialização do capital. No âmbito dessas relações é possível verificar os impactos trazidos com essa configuração econômica, marcada

especialmente pela expropriação, exploração e sujeição a renda da terra. Assim sendo, o modo de produção capitalista não realiza a integração plena dos trabalhadores no campo, e como resultado, redireciona milhares de famílias para o meio urbano.

Em razão dessa condição social, a resolução proposta pela reforma agrária, não pode apenas ser uma reforma distributiva e de mercado promovendo uma distribuição de lotes apenas por pressão social. A reforma agrária tem que atingir definitivamente a estrutura fundiária concentrada e desigual. Enquanto essa estrutura manter-se intacta, a tendência geral é produzir mais trabalhadores rurais sem terra às margens das rodovias difundidas em todas as regiões do território nacional.

A luta pela terra tem como objetivo questionar a propriedade capitalista concentrada, desigual e que explora o trabalho alheio. O itinerário de luta dos trabalhadores rurais encontra-se no seu percurso o grande proprietário de terra e o capital intrínsecos. Nesse sentido, é impossível separar o que o capitalismo juntou no Brasil: a terra e o capital, pois “[...] já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1983, p.177).

Sindicalismo rural e reforma agrária

A organização do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil é muito recente. No primeiro momento esteve ligada a atuação de partidos de esquerda no campo através do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1940-1964. O resultado desses embates foi à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, através das lutas travadas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – sob apoio do PCB e das Ligas Camponesas (OLIVEIRA, 2002a, p.79).

Os conflitos emergentes da década de 1940 emanavam de diferentes categorias de trabalhadores oriundos do meio rural brasileiro. Desde pequenas propriedades, colonos de café, trabalhadores dos canaviais, posseiros, arrendatários, meeiros e parceiros. Nesse processo de organização, foram criadas diferentes associações, ligas e sindicatos (MEDEIROS, 1989, p.18).

Nesse caso, o sindicato já era uma forma de organização legalizada, porém, não regulamentada. Medeiros (1989) afirma que antes dos anos de 1960 existiram muitos sindicatos espalhados pelo Brasil, mas apenas uma parcela mínima tinha reconhecimento legal por parte do Estado. A construção do movimento sindical de trabalhadores rurais teve origem no cenário nacional a partir das grandes disputas políticas no campo travado na década de 1960.

O percurso desse caminho que possibilitou a unificação, ainda que provisória, do reconhecimento da categoria de “trabalhadores rurais” e representação nacional a partir da estrutura sindical, foram percorridas uma série de mobilizações em diferentes regiões do país, além de diferentes setores da sociedade envolvidos como a Igreja Católica e os partidos políticos de esquerda que estiveram nesse processo de organização (MARTINS, 1983).

A institucionalização do sindicalismo rural surgiu no contexto da década de 1960, especialmente durante o governo de João Goulart, momento marcado pela ascendência e extensão dos direitos trabalhistas para as diferentes categorias profissionais do campo. A extensão dos direitos dos trabalhadores rurais se deu com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.212/63) e a implementação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). O Estatuto do Trabalhador Rural visava estabelecer a regulação entre capital e trabalho no campo e a CONSIR tinha como objetivo constituir Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e expandir para todos os municípios do país (OLIVEIRA, 2002a, p.79).

O formato de sindicatos era defendido por grande parte das instituições, sendo evidenciado como uma tentativa de enfraquecer a organização de diferentes categorias de trabalhadores ligados ao campo, subordinando os mesmos aos interesses e às decisões do Estado (FERNANDES, 1999, p.24).

Nesse caso, Fernandes realiza uma observação importante em se tratando de regularização da sindicalização rural sendo um marco importante – fato que transformou as organizações em sindicatos, federações e confederação em entidades de representação nos processos decisórios das políticas públicas destinadas aos trabalhadores rurais. No entanto, o autor afirma que este processo constituiu uma luta apenas no âmbito institucional das cúpulas eliminando o fator principal que é o movimento organizado de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1999, p.24).

A Comissão Nacional de Sindicalização Rural permitia a criação de apenas um sindicato por município. Dessa forma, deu-se a abertura para corrida pela carta sindical e a documentação estipulada para a criação junto ao Ministério do Trabalho. A rápida corrida pelo reconhecimento e pela legalização e criação de novos sindicatos, significava a garantia do controle burocrático através dos âmbitos municipais e dos estados através das federações. Esses fatores apresentam um cenário que constituiu uma busca pelo domínio do maior número de sindicatos por parte das forças políticas do Estado (MEDEIROS, 1989, p.77).

O redirecionamento da organização dos trabalhadores rurais em formatos de sindicatos, federações e confederação representaram duas questões centrais. A primeira

refere-se que as categorias de trabalhadores rurais obtiveram legitimidade jurídica de representação legal na esfera do Estado para a validação dos direitos conquistados. Apesar do reconhecimento jurídico dos sindicatos, o projeto político de reforma agrária defendido não era compatível com os interesses dos trabalhadores rurais. A segunda refere-se, portanto, que não havia uma pauta de reforma agrária para todos de forma radical e massiva na agenda do Estado, tampouco no programa político de atuação do sindicalismo rural vigente.

A ocorrência do golpe militar representou para Medeiros (1989) um governo de “dupla face” em relação aos movimentos sociais do campo. A primeira refere-se à “caçada brutal” e desarticulação dos movimentos e à organização de trabalhadores, a exemplo das Ligas Camponesas, bem como intervenções dos militares nos sindicatos organizados. A segunda refere-se ao fato de que durante o governo militar foi sancionado o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) sendo a principal “Lei de Reforma Agrária” que define o conceito de reforma agrária, função social da terra e interesse social para desapropriação de imóveis rurais improdutivos. Nessa última, em relação à promulgação do Estatuto da Terra, significava um “ganho histórico” para os trabalhadores rurais, já que o país enfrentava uma perda do Estado democrático de direito e o governo militar iniciava a desarticulação dos movimentos camponeses.

O Estatuto da Terra se insere como um mecanismo legal de regulamentação das instâncias jurídicas e interesses sociais que garante a legitimidade para a formação de metas e objetivos referente à reforma agrária no Brasil. No entanto, o sentido oposto adotado pela política agrária do Estado, concedeu uma abertura para o controle efetivo em face do problema agrário.

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo risco político. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1983, p.96).

De forma aparente, à promulgação do Estatuto seria o avanço para a política de reforma agrária assegurada por Lei Federal. A garantia de fazer a redistribuição de propriedades e promover a democratização do acesso à terra ficou à margem. Tratava-se, portanto, de uma resolução focalizada nos conflitos isolados; atendia somente áreas de tensão social, ignorava, portanto, como uma questão de que se tratava de um problema nacional. Retomando o argumento apresentado por Medeiros (1989) referente à “dupla face” do governo militar, tratava-se de uma dupla face da mesma estratégia com o propósito de eliminar a ação dos trabalhadores rurais e retirar o protagonismo emergente nesse período e manter sob controle do Estado os rumos da reforma agrária.

No que compete a atuação do sindicalismo rural da CONTAG em relação a luta pela terra – defendia o Estatuto da Terra como mecanismo legal para a realização da reforma agrária dentro do marco institucional e do controle por parte do Estado. Acreditava-se que era possível através do Estatuto realizar progressivas desapropriações de imóveis rurais e destiná-las para reforma agrária. De acordo com Medeiros “seu principal argumento era que, naquele momento, abrir mão do Estatuto implicava deixar espaço para um vazio legal que poderia levar a uma perda política para os trabalhadores” (Medeiros, 1989, p.169).

A postura adotada pelo sindicalismo rural na defesa da reforma agrária deve ser compreendida como uma luta pelo “reconhecimento” do direito já conquistado, mas negado institucionalmente pelo Estado. O Estatuto da Terra significava a legitimidade assegurada para a desapropriação dos imóveis rurais através do interesse social nas áreas de tensão e conflitos sociais. Sauer enfatiza que “o sindicalismo rural se restringiu então à prática institucionalizada e contratual da negociação e greve, o que impediu uma maior atuação na luta pela terra durante as décadas de 1970 e 1980” (SAUER, 1999, p.17-18).

No final dos anos de 1970 e início de 1980 começaram a eclodir no cenário brasileiro diferentes movimentos sociais tanto no campo quanto na cidade. Em decorrência desse processo o ressurgimento da organização de “novos” movimentos de trabalhadores, colocou em questionamento a postura adotada pelos sindicalistas em relação à reforma agrária que estava alinhada às “ordens” do Estado brasileiro, no qual o Estatuto da Terra serviu como mecanismo de controle para o desenvolvimento da modernização conservadora na agricultura brasileira (SAUER, 1999, p.18).

Apesar da ocorrência de violência, repressão e intervenção na regulação da questão agrária na vigência do regime militar – a luta pela terra no processo de redemocratização do país continuou efervescente com as ocupações de terras e as novas organizações de acampamentos como forma de garantir o acesso a mesma em contraposição ao Estatuto. Entretanto, havia ainda uma parcela insistente do sindicalismo rural em assegurar a atuação dentro âmbito do Estado (MEDEIROS, 1989, p.204).

A prática de luta no interior das instâncias institucionais do Estado já se demonstrava insuficiente. A justificativa do sindicalismo rural hegemônico na CONTAG eram que o abandono das participações no aparelho do Estado, definitivamente poderia ampliar as arestas jurídicas. Em vista disso, ao assumir o enfrentamento direto colocariam em risco as conquistas e os interesses dos trabalhadores rurais conquistados historicamente.

[...] ao mesmo tempo em que isso se dava, ocorriam acampamentos e ocupações de terra, completamente fora de seu controle. Na verdade, eram eles que criavam os fatos políticos que permitiam que a reforma agrária permanecesse na ordem do dia (MEDEIROS, 1989, p.204).

Diante disso, somente com a formação de novas estratégias organizadas, especialmente em acampamentos de trabalhadores rurais, é que a disputa pela terra se torna pauta da política nacional e um problema especialmente de classe. Portanto, completamente fora do controle sindical, as ocupações e os acampamentos emergiram como forma de enfrentamento da propriedade fundiária e do capital instalado no campo.

Os acampamentos de trabalhadores rurais se apresentam como um fenômeno novo e estratégico na história das lutas sociais do campo brasileiro na transição democrática e início da Nova República. Tendo em vista, que no período anterior à ditadura civil militar ocorreram outras formas de lutas pela terra, no entanto, não possuíam as características peculiares que se generalizam por todo território nacional.

Acampamentos e luta pela terra

O sentido histórico da luta pela terra na década de 1980 no campo brasileiro tem um caráter fundamentalmente anticapitalista. Os trabalhadores rurais não estão lutando para ser tornar proprietários capitalistas. Estão justamente organizados, por se tratar de uma luta contra a expansão e territorialização do capital no campo que promoveu historicamente a expropriação e a exploração dos trabalhadores que não há possuem para produzir diretamente os seus meios de subsistência. Essa é a premissa substancial desta luta no contexto dos acampamentos. Ainda que se apresente de forma subjacente, a disputa travada no âmbito político é uma luta contra a propriedade fundiária e o grande capital alicerçado no meio rural (MARTINS, 1980, p.18-19).

Essa dinâmica de luta recoloca nesse contexto histórico, a possibilidade de transformação da espacialidade e territorialidade dominada pelo latifúndio. Esse movimento histórico, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST inaugura uma abertura para pensar a importância da terra de trabalho, motivo pelo qual movimenta a organização da disputa dos trabalhadores sem terra, em busca da mesma para manter a sua própria subsistência.

Conforme Sauer “a luta pela terra torna-se também uma luta por um lugar que contrasta com os processos constantes de mobilidade geográfica e identitária, dando novos significados ao local” (SAUER, 2010, p.22). A organização política dos trabalhadores rurais está relacionada à resistência diária nos acampamentos, sendo uma das principais formas de reivindicação social. A construção da pauta de um projeto político em defesa do acesso à terra além de ser uma resistência ao avanço do modelo de desenvolvimento da propriedade capitalista da terra que provocou no campo brasileiro uma “ruralidade de espaços vazios” é também, a “reinvenção de uma nova ruralidade”. Essa nova ruralidade

emergente esta alicerçada numa nova sociabilidade e a difusão de vida humana no campo (SAUER, 2010, p.37).

A ruralidade dominante do latifúndio resultado da concentração histórica da propriedade fundiária construiu uma “sociabilidade de espaços vazios”. As grandes propriedades pertencentes aos proprietários fundiários e grupos econômicos capitalistas transformaram o campo num “vazio identitário”. Nesse caso, além de assegurar espaços vazios de sociabilidade, o latifúndio também é “sinônimo de poder” mediado pelo capital. A manutenção dos grandes latifúndios é o principal instrumento do êxodo rural e da “exclusão” que provocou o “desenraizamento” de milhões de pessoas do campo para as periferias do meio urbano (SAUER, 2010, p.37).

A luta pela terra faz esforços para trazer protagonismo e visibilidade aos trabalhadores rurais, que foram esquecidos historicamente e mantiveram-se às margens do processo totalizante da modernidade capitalista brasileira. As lutas organizadas nos acampamentos de trabalhadores rurais e também nos assentamentos rurais concretizados são elementos fundante de uma reinvenção do tecido social em sua totalidade. Essa dinâmica histórica já é um processo social de transformação política, econômica e cultural no campo. Segundo Sauer “os acampamentos e assentamentos são espaços de *reinvenção da sociedade* através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania” (SAUER, 2010, p.38).

Em vista disso, a disputa está baseada na busca por um lugar, sendo o principal motivo que reúne inúmeros de trabalhadores e trabalhadoras sem terra a se mobilizarem em defesa de um espaço para viver. Esse processo de (re)inserção na terra representa uma relação de preenchimento social nos espaços rurais, fato que desenvolve uma nova relação de sociabilidade através da criação de assentamentos rurais. Portanto, somente a garantia do acesso à terra não é o suficiente, pois, as demais necessidades recaem sobre os instrumentos necessários para a geração de trabalho e renda para a manutenção da vida no campo (SAUER, 2010, p.38).

A participação histórica nesta luta promoveu mudanças significativas na transformação da consciência dos camponeses sem terra, fato determinante que agrega novos valores que serão levados para os futuros assentamentos. Esse processo de mobilização provoca construções identitárias e na consciência do direito ao trabalho, bem como o significado simbólico de sua produção. “Este é um aspecto fundante de uma nova ruralidade, ou seja, constituída por relações de sujeitos autônomos que protagonizam histórias e biografias” (SAUER, 2010, p.39).

Conforme verifica Sauer (2010) a luta pela terra é um processo que caracteriza a necessidade de sobrevivência, sobretudo baseada além da busca de um lugar para morar,

mas também um espaço para trabalhar e viver, processo pelo qual conduz a concretização da conquista de um lote de terra nos assentamentos rurais.

A luta pela terra é um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimentos a um determinado lugar, se constituindo em processo de reterritorialização que se situa as pessoas em um espaço geograficamente delimitado (SAUER, 2010, p.41).

Diante dos descompassos da territorialização do capitalismo no campo brasileiro e a modernização da propriedade fundiária, provocaram um movimento acelerado de desterritorialização dos trabalhadores rurais do campo. A organização em acampamentos é um meio para promover a reterritorialização. O espaço geograficamente delimitado que constitui a “reterritorialização” é a criação de novos assentamentos.

Os assentamentos são resultados de desapropriação de grandes imóveis rurais improdutivos divididos em lotes e redistribuídos aos trabalhadores rurais sem terra. Segundo Sauer (2010) “o assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas através dos programas governamentais de reforma agrária” (SAUER, 2010, p.60).

É importante destacar que a criação de projetos de assentamentos rurais, sendo resultado de desapropriação, não pode ser compreendida como uma ação realizada de forma “espontânea pelo Estado”. Os assentamentos são resultados direto de diversas mobilizações, de enfrentamento, violência, e são marcados, exclusivamente, pela afirmação do direito ao acesso à terra. Esses espaços construídos absorvem as lutas e os conflitos sociais que dão sentido ao pertencimento identitário ao grupo coletivo. Portanto, caracteriza a materialização de uma nova espacialidade socialmente construída no campo. Os projetos de assentamentos rurais, pode-se dizer que é nova ruralidade construída na Nova República, à medida que jamais foi vista antes na configuração do campo brasileiro.

Em razão desse processo, os acampamentos são a fase central na luta pela reforma agrária, sendo a uma realidade transitória, que antecederá a criação de novos assentamentos. “O acampamento é o lugar onde diferentes biografias se encontram novos processos de interação e identidades sociais, os quais ganham diferentes contornos nos projetos de assentamento” (SAUER, 2010, p.42-43).

Por esse motivo, Sauer (2010) considera que o acampamento ocupa um lugar de destaque no processo emergente de uma “nova ruralidade”, pois nele é possível reconstruir novas identidades e representações da terra.

Fernandes (2001) explica que “ser acampado é ser sem terra” e o acampado que está na condição de sem terra, objetiva ser um assentado de reforma agrária. Logo, são duas categorias em uma “identidade em formação” (FERNANDES, 2001, p.11). A identidade de trabalhadores sem terra, além de ser uma condição social de não possuírem

terra, trata-se também de uma classe que reivindica direitos. A identidade dos trabalhadores sem terra é construída ainda nos acampamentos e posteriormente nos futuros assentamentos rurais. A partir desses processos, entendemos que esta luta não se encerra na conquista de lote no assentamento, trata-se, portanto, de uma luta contínua e permanente no campo.

A identidade “sem terra” utilizada por parte de trabalhadores nos assentamentos confere muitas vezes uma confusão entre a condição de assentados e acampados, bem como a distinção de assentamentos e acampamentos. É comum encontrar nos assentamentos rurais trabalhadores que se autodenominam “sem terra”. O que difere o trabalhador acampado do trabalhador assentado é a condição do território fixo e regularizado juridicamente.

É justamente o que Sauer (2010) demonstra em sua avaliação:

Os acampamentos e assentamentos são lugares fundamentais no processo de constituição de identidade e re-significação do mundo. A diferença mais significativa entre estes dois lugares é terra, ou seja, o sonho e o desejo da terra (acampamento) e a realidade do acesso à mesma (assentamento). O acesso a esta transforma a realidade e a identidade dos “sem terra” em pessoas “com terra”, gerando diferenças nas formas de organização e demandas políticas, sociais e econômicas (SAUER, 2010, p.62).

A partir das considerações feitas por Sauer (2010), podemos compreender que a organização dos acampamentos é vista como uma “fase periférica” no processo de luta. Tendo em vista que, os embates travados no âmbito do poder público, restringem em desapropriação do imóvel ocupado e liminares reintegração de posse abalizada por momentos de tensão e violência. Nesse caso, ocorre a omissão por parte do Estado brasileiro na solução de conflitos sociais diante dos processos de desapropriação dos imóveis rurais improdutivos para fins de reforma agrária, resultando num longo período que caracterizam os impasses na conquista da terra. Em vista disso, os acampamentos muitas vezes excedem décadas por conta dessas ações realizadas em conjunto.

Sauer (2010) lembra que existe certo descaso na interpretação teórica dessa condição, entendida como “realidades transitórias”, ou seja, a luta e resistência nos acampamentos sem terra não tem recebido o mesmo tratamento teórico que receberam os assentamentos rurais. A condição social nos assentamentos rurais já se encontra regularizado e fixo. Se comparado ao acampamento, do ponto de vista jurídico, na situação legal dos assentamentos, já não existem mais embates e dificuldades de moradia e conflitos.

Segundo Fernandes “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação” (FERNANDES, 2001, p.11). Os espaços ocupados pelos acampamentos, sobretudo entre as cercas de arames

das propriedades rurais e a rodovia movimentada de veículos transmitem no primeiro olhar, a impressão de que esses espaços coletivos são amontoados de barracos lançados a própria sorte. Portanto, “a primeira vista, os acampamentos parecem ser ajuntamentos desorganizados de barracos” (FERNANDES, 2001, p.12).

A escolha dos lugares que serão construídos os barracos são estratégicos e organizados coletivamente pelos movimentos sociais responsáveis pela mediação dos trabalhadores rurais. É perceptível que algumas pesquisas podem apontar certas situações em que algumas pessoas acampadas não fazem ideia do que está acontecendo no acampamento por diferentes motivos e ocasiões. Mas se levarmos essa questão como situações particulares nos acampamentos organizados, corremos seriamente o risco de relativizar a luta pela terra no conjunto da totalidade dos acampamentos.

Os acampamentos são a principal forma desta luta unificada historicamente e difundida dialeticamente em todo território nacional. Os acampamentos possuem como estratégia central fomentar a pressão ao Estado brasileiro para realizar reforma agrária. Não importa a posição fixada do acampamento seja localizada no campo ou na cidade. É nesse sentido que podemos destacar segundo Oliveira que, “[...] isso certamente aponta para a necessidade de compreendermos que a reforma agrária se faz no campo, mas se ganha é na cidade” (OLIVEIRA, 2002b, p.54).

As considerações feitas por Oliveira (2002b) apontam para a necessidade de avaliar que as estratégias recentes dos trabalhadores rurais tem sido montar acampamentos próximos aos perímetros urbanos. Essa condição social indica possibilidade de trazer visibilidade a luta pela terra dentro do espaço ocupado pela cidade. No entanto, ocorre que também há situações em que moradores das periferias urbanas que estão na condição de desempregados se envolvem nos acampamentos com a esperança de conseguir um pedaço de terra para se refugiar do desemprego do meio urbano.

Ambas as situações realçam que o acampamento resguarda uma gama de peculiaridades e situações que estão latentes aos nossos olhos de imediato. Por isso, o acampamento de trabalhadores rurais que operacionaliza esta luta é uma forma de demonstrar a desigualdade presente no meio rural e também a miséria estrutural difundida principalmente no meio urbano.

De acordo com Sauer (2010) apesar dos acampamentos serem abordados teoricamente como etapa de passagem, o autor demonstra que esses espaços coletivos não devem ser reduzidos meramente a uma ocupação provisória que reúne diferentes pessoas para demandarem a desapropriação de imóveis rurais. Longe dessa percepção imediata e superficial, os acampamentos apresentam elementos importantes para a interpretação da realidade social e das contradições inerentes do próprio desenvolvimento

do capitalismo no Brasil. Além disso, os acampamentos possuem elementos simbólicos (pensamento) e materiais (ação) na organização do espaço, usados como forma de luta e ação diária na correlação de forças no campo de disputa política.

A proposta sustentada nesta abordagem é que a luta pela terra por parte dos trabalhadores conduzirá a possibilidade de conseguir um espaço territorial para produção e reprodução social. Tendo em vista que a terra não possui apenas um significado de cunho político e econômico. Para Sauer (2010) a terra possui também um sentido simbólico que move a existência humana, ou seja, a “terra é vida”; ou como um “lugar de vida” – sendo apreendida como uma moradia capaz de dar sentido a existência (SAUER, 2010, p.62). A disputa permanente pela terra constitui um contínuo processo de transformação das relações sociais e a emergência da transformação rural.

Considerações finais

O meio rural brasileiro apesar de ser abordado teoricamente como barreira para expansão do capital – por manter historicamente uma estrutura fundiária concentrada de grandes extensões de terras improdutivas – os entraves que outrora impediam o desenvolvimento e a reprodução ampliada do capital no campo foi derrubada no advento da aliança entre a propriedade da terra e o capital firmado durante o regime militar. As reflexões apresentadas durante o artigo compreendem que o Estado autocrático inverteu a lógica da relação do capital e da terra no Brasil, através de incentivos fiscais, a continuidade do latifúndio não passou a significar o atraso e o impedimento para expansão do capital, pelo contrário, a manutenção do latifúndio possibilitou condições plenas para a territorialização do capitalismo no campo.

Em decorrência desse processo, do ponto de vista histórico, a atuação do sindicalismo rural apresentou elementos de disputa pela terra menos ofensiva. Além disso, os elementos dessa postura adotada aparecem tanto na forma de reivindicar a terra e as decisões que se restringiram apenas o marco legal da institucionalização de uma reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra.

O surgimento dos acampamentos foi o momento fundamental que impulsionou e retomou a centralidade da luta pela terra no Brasil. O questionamento da propriedade capitalista da terra, através da luta pela terra nos acampamentos, mantém firme a defesa de um projeto político de transformação do meio rural. A disputa pela terra é o elemento fundamental da configuração de uma “nova ruralidade” em busca de um lugar para morar, trabalhar e viver e que alteram as relações de produção material e simbólica com a terra,

bem como exigindo outra relação recíproca que não é a mesma dominante na propriedade capitalista da terra.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1999.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. Washington, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III – O Processo Global de Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 2002a.

_____. O campo no final dos anos 80. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3ª. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília**. Brasília, 1999.

_____. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Sobre os autores

Douglas Menezes de Oliveira – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) (2016); Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-8721-9854>

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

Recebido para publicação em 14 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 15 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de setembro de 2018.

Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo

Lindberg Nascimento Júnior

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
e-mail: juniohr@gmail.com

Douglas Ambiel Barros Gil Duarte

DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda – Londrina, Paraná, Brasil.
e-mail: douglasambiel@gmail.com

Resumo

As alterações ambientais são entendidas sob o enfoque geográfico, que pressupõe que elas sejam produto de transformações nos sistemas sociais, humanos e produtivos, organizados por conjunturas ideológicas e político-econômicas e se revelam na modificação na dinâmica dos sistemas naturais. A análise foi feita pela combinação com parâmetros estatísticos da variabilidade fluviométrica anual na série histórica de 1947 a 2011 em pontos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, e evidências históricas contextualizadas no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial no estado do Paraná. O estudo indicou padrões e tendências fluviométricas semelhantes para os quatro postos representativos, e rupturas foram detectadas a partir do final da década de 1960. Os resultados sugerem convergências com transformações no campo, principalmente associado ao período da Revolução Verde, que consolidou a substituição natural da vegetação, e mudanças do padrão do uso do solo na transição da cafeicultura para soja.

Palavras-chave: Sociedade ↔ Natureza; Pettitt; Mann-Kendall; revolução verde; estado do Paraná;

Environmental changes in Paraná state: a geographic view about fluviometric dynamic and rural changes

Abstract

Environmental changes are understood under the geographic approach. It presupposes that environmental changes are a product of social, human and productive systems transformations, organized by ideological and political-economic conjunctures revealed like modification in dynamics of natural systems. We used statistical parameters of the annual fluviometric variability from 1947 to 2011 with representative points Tibagi, Ivaí, Piquiri and Iguaçu rivers, combined with historical evidence contextualised within the scope of territorial development policies in Paraná State. The analysis indicated patterns, tendencies and ruptures similar since 1960s. Associations of these results suggest convergences with transformations in the field, associated mainly with the period of the Green Revolution, that reinforced substitution of natural vegetation, and changes in land use patterns on the transition from coffee to soybean cultivation.

Keywords: Society ↔ Nature; Pettitt; Mann-Kendall; green revolution; Paraná state

Les changements environnementaux dans l'état du Paraná: une vision géographique de la dynamique fluviométrique et des transformations ruraux

Resumé

Les changements environnementaux sont compris dans l'approche géographique. Cela présuppose que les changements environnementaux sont le produit de transformations des systèmes sociaux, humains et productifs, organisés par des conjonctures idéologiques et politico-économiques révélées comme une modification de la dynamique des systèmes naturels. Nous avons utilisé des paramètres statistiques de la variabilité fluviométrique annuelle de 1947 à 2011 avec des points représentatifs des rivières Tibagi, Ivaí, Piquiri et Iguaçu, associés à des historiques contextualisées dans le cadre des politiques de développement territorial de l'État de Paraná. L'analyse a montré des tendances, des tendances et des ruptures similaires depuis les années 1960. Les associations de ces résultats suggèrent des convergences avec les transformations sur le terrain, associées à la période de la Révolution verte, qui ont renforcé la substitution de la végétation naturelle et les changements dans les modes d'utilisation du café à la culture du soja.

Mots-clés: Société ↔ Nature; Pettitt; Mann-Kendall; révolution verte; état du Paraná

Introdução

Alterações ambientais são aqui discutidas a partir da relação entre sociedade e natureza, como parte de um movimento dialético e contraditório dentro de conjunturas abrangentes e orientadas. São interpretadas como um dos produtos de transformações nos sistemas sociais, humanos e produtivos que organizados por conjunturas político-econômicas se revelam imediatamente na modificação na dinâmica dos sistemas naturais. A perspectiva está baseada na ideia de que mudanças incorporadas nas dinâmicas naturais (que podem ser detectadas por processos estatísticos como uma das abordagens de estudo dos sistemas naturais) evidenciam-se enquanto transformações sociais.

O enfoque é geográfico e toma como exemplo as alterações ambientais observadas no estado do Paraná. O exercício é ir além da descrição quantitativa e analítica dos sistemas naturais (que servem ao encontro de padrões, tendências, organização e funcionamento da dinâmica natural), e contemplar também interpretações críticas, que podem ser evidenciadas pela interpretação de aspectos ideológicos que se desenvolvem por conjunturas políticas e econômicas, e servem para explicar parte do processo de apropriação da natureza e da degradação ambiental e humana.

Neste trabalho serão apresentados como as modificações no campo paranaense (mudança nas lógicas econômicas e ideológicas da produção agrícola que rebatem diretamente na organização territorial, uso do solo e ocupação da terra.) evidenciam redefinições das paisagens naturais (modificações na dinâmica dos sistemas naturais).

Toma-se como exemplo, os prazos, tendências e rupturas na variabilidade fluviométrica dos Rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu enquanto representativos de um processo que ocorre na escala regional com impactos locais, combinando-a às leituras já

elaboradas sobre o processo de transformação do território paranaense, principalmente nos últimos 50 anos.

Para isso, divide-se o texto em partes. Na primeira, faz-se uma discussão que estabelece a unicidade e o enfoque geográfico sobre as alterações ambientais, compreendendo-a na perspectiva ideológica da natureza. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, dos dados e as técnicas que envolveram o desenvolvimento do trabalho.

A caracterização dos climas e da precipitação nas bacias hidrográficas paranaenses são apresentados na terceira parte, e em seguida, na quarta parte, são discutidos os resultados, junto com uma contextualização dos processos de alterações ambientais que auxiliam a interpretar as consequências da Revolução Verde no estado do Paraná. O texto é finalizado com considerações sobre a natureza dos estudos geográficos sobre a alterações ambientais e os elementos que particularizam o estado do Paraná no conjunto de outros trabalhos.

O que há de geográfico nas alterações ambientais?

Desde que os agentes hegemônicos da modernidade conceberam a ciência como o conhecimento universal, a busca de uma verdade objetiva distinguiu objetos puros, claros, aparentemente neutros, sistematicamente definidos pelo método científico. O processo foi baseado nas premissas básicas de questionamento “como, onde e porquê”, e pelo exercício de classificação (categoria do método) o mundo foi organizado a partir da separação da heterogeneidade e da diferença.

A adequação do mundo separado em partes foi ajustada aos interesses dos agentes sociais e demanda e ritmo dos sistemas produtivos. A partir de então, com o conhecimento científico foi possível desvendar os segredos, conhecer os mistérios e interpretar o funcionamento de um mundo, que outrora era sobrenatural, hostil e pouco conhecido (SANTOS, 1992).

O resultado foi a construção de uma ideia de mundo em que a natureza, visivelmente dominada, cientificamente conhecida e socialmente representada, é um dos principais pilares ideológicos (SMITH, 1988; PORTO-GONÇALVES, 1989). Junto com esta ideia, uma variedade de categorias funcionais e conceitos analíticos foram elaborados, e auxiliaram, em patamares mais superiores e ideologicamente organizados, a uma visão mais ampla das coisas naturais em sua funcionalidade, gênese, organização, estrutura, forma, conteúdo, etc.

Com esses fundamentos os agentes hegemônicos ergueram, no jogo da interpretação do mundo, a naturalização das coisas por um saber fragmentado, e o produto

final foi a dicotomia entre polos binários e opostos. A visão se expressa tanto na divisão entre as relações das pessoas em si, entre si, como também das pessoas com seu entorno imediato, próximo e distante, criando um abismo colossal entre os mesmos (PORTO-GONÇALVES, 1989; SUERTEGARAY, 2001; MOREIRA, 2007).

Latour (1997) chama esse processo de purificação, na medida em que, o caráter particular do projeto moderno está na distinção entre humanos e não-humanos e na separação do conhecimento em áreas distintas. Para este autor, a modernidade se singulariza como uma adesão ideológica à uma separação ontológica.

De forma geral, em sociedades ocidentais capitalistas, a modernidade praticamente orientou as formas de progresso e de desenvolvimento em todas as instancias. Há de se considerar que a discussão moderna sobre a natureza tem paulatinamente demonstrado muitos avanços no conhecimento físico e natural do universo, algo relevante, mas não isento de críticas, questionamentos e limitações.

Nesse conjunto, os atributos concebidos enquanto naturais são tradicionalmente representados por leis físicas e por linguagem estatístico-matemática, e ocorrem em processos escalares específicos e podem ser estudados por diferentes abordagens que contemplam perfis estáticos, dinâmicos, sistêmicos, caóticos, discretos, lineares, multilíneares, etc.

É fato que o progresso e do desenvolvimento técnico-científico auxiliou muito os avanços no conhecimento por essas abordagens, mas não se pode negar que este saber tende rejeitar perspectivas totalizantes, uma vez que, no estudo da natureza em si, os contextos, as estruturas e as conjunturais político-econômicos são eliminadas ou parcamente dimensionadas.

A necessidade de superação desta ideia é imanente. Uma vez que a questões e temas como desastres naturais, qualidade ambiental e da vida humana, desigualdade, pobreza e segregação saltam como problemas contemporâneos e paradoxais no para o contexto moderno. Primeiro, que eles carecem de outras matrizes teóricas e metodológicas que tendem a integrar um conhecimento fragmentado, ao mesmo tempo que colocam conjunturas político-econômicas no mesmo patamar das coisas naturais. E segundo, por que as formas de representação destes processos e fenômenos estão sob claras e bem definidas intencionalidades, finalidades e objetivos do que se entende como natural (LATOURE, 1997)

Diante dessa condição, um esforço significativo tem sido realizado para construir uma estruturação não dicotômica do entendimento, da interpretação e das representações de natureza, que podem ser explicadas por exemplo, por epistemologias planas. Parte destas concepções, explicam que as relações com a natureza se dão como “[...] troca

metabólica, em que o homem e natureza intercambiam matéria e energia, numa geografia que não se separara em física ou humana” (MOREIRA, 2007, p. 115).

Outra concepção é entender que o significado do conceito de natureza não é natural, uma vez que toda sociedade cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza, e por isso toda cultura produz relações distintas com o que se concebe enquanto mundo orgânico, inorgânico e espiritual (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Outra possibilidade é entender que o processo de apropriação da natureza, interpretada à luz da divisão territorial do trabalho, efetiva-se no processo de trabalho, e é o processo pelo qual mulheres e homens objetivam os elementos naturais, humanizando a natureza e a si próprios em desenvolvimento. A marca territorial desse processo é a expressão (socioespacial) do metabolismo humanos-natureza, humanos-sociedade, humanos-história e humanos-humanos (SMITH, 1988).

De um lado essas propostas estão orientadas para o entendimento da sociedade como um produto da história natural e a natureza como condição material da realização e existência da sociedade (MOREIRA, 2007). De outro, considera-se que os sistemas naturais são apropriados pelas sociedades na promoção de valor de uso para a satisfação das necessidades dos seres humanos (SMITH, 1988; PORTO-GONÇALVES, 1989).

A perspectiva é dialética, e se expressa na condição conflituosa e contraditória entre o que é natural e social entendidas não somente em vieses sistêmicos, integrados e holísticos, mas principalmente enquanto totalização. Com este sentido se efetiva a redução conceitual e ideológica que tem sido entendido como natural. O princípio é que culturalmente seja impregnado no imaginário coletivo, práticas sociais, econômicas e políticas realizadas sob os princípios do modo de produção capitalista, em transformar natureza em recurso natural – valor de troca, mercadoria (SMITH, 1989; PORTO-GONÇALVES, 1989; MOREIRA, 2007).

A natureza apropriada e reduzida ao conceito de recurso cria novas formas e situações objetivas capazes de mudar a realidade existente, indicando novas necessidades e possibilidades de realização da existência (vida social) por meio da práxis criadora (SMITH, 1988).

Nessa perspectiva, sob o modo de produção capitalista, a apropriação dos elementos naturais não é acidental ou produto do acaso, ou azar. Trata-se de uma internalização social e sistemática do processo de trabalho na diferenciação natural, o que possibilita afirmar que ela não existe naturalmente, uma vez que a apropriação da natureza é um jogo de qualificação desigual dos elementos naturais distribuídos no planeta como base para a desigualdade (SMITH, 1988).

Desse modo, a reflexão e crítica sobre o estudo, uso e finalidade da natureza são atrelados imediatamente às práticas sociais, e enquanto totalização mostra como processos

de sua produção são estritamente políticos, econômicos e ideológicos (SMITH, 1989) e estão inseridos, sobrepostos e justapostos às dinâmicas dos sistemas naturais, reconstruindo a natureza em feições específicas (tecnificada, artificializada, modificada, transformada, transfigurada) com fins e uso claros e orientados para fins de exploração e acumulação (SMITH, 1989; SANTOS, 1992; 1998; MENDONÇA, 2001; SUERTEGARAY e NUNES, 2008).

As feições de natureza colocam de maneira clara a contradição no movimento do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, e o encontro das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, e requer aos seres humanos (e à geografia) novas representações do que seja natural. Inclui-se neste processo, não somente a conjunção dos constituintes sociais e naturais contemplados nos estudos clássicos, mas também a responsabilidade de proporcionar um (re)encontro do ser humano com ele mesmo, em outra condição de entendimento e uso das coisas naturais e da relação entre os seres humanos (SMITH, 1989; SUERTEGARAY e NUNES, 2008).

Mas como as feições de natureza podem ser entendidas como alterações ambientais? E o que há de geográfico nesse processo? Para responder essa indagação infere-se primeiramente que o conceito de ambiente é um referencial explicativo. Enquanto tal, o ambiente refere-se ao conjunto de interações e relações entre natureza, seres vivos, objetos e coisas de construção natural e artificial, transformando-os e transformando-se. Ele não é natureza, e mesmo que esta seja seu conteúdo, é sempre bom destacar que sob o modo de produção capitalista os seres humanos só se relacionam com ela somente por uma dimensão – natureza como fonte de recurso (MENDONÇA, 2007).

Desta perspectiva extrai-se a impossibilidade de conceber que alterações ambientais estão restritas somente à descrição dos sistemas naturais. O que se pretende dizer é que modificações nos sistemas naturais podem ocorrer de periodicamente e de forma cíclica, devido o condicionamento dentro da dinâmica das paisagens naturais. Essas mudanças não são alterações ambientais, uma vez que são entendidas como processos físicos, químicos e biológicos associados na história natural.

De outro modo, a discussão sobre alterações ambientais que se pretende discutir aqui revela-se com melhor substância a partir da organização ideológica da natureza, pois sua leitura passa necessariamente pelas transformações na história social dos sistemas produtivos e humanos, que se manifestam-se diretamente em modificações nos sistemas naturais.

Por exemplo, o conceito de alterações ambientais, segundo a Resolução do CONAMA n.º 001 de 23/01/86, sugere

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais.

O CONAMA (1996) mostra exatamente a preocupação e a necessidade de entendimento, representação e explicação de uma feição de natureza que é relativamente nova, que pressupõe outros valores (patológicos, sociais, estéticos e econômicos), e que geograficamente oferece outras medidas de se entender a natureza (alterada na tecnificação, artificialização, transfiguração, degradação). O princípio da transformação ideológica da natureza é a condição intrínseca das alterações ambientais, e define que as formas de ver, entender, interpretar o que é natural estão além da abstração do que é físico, biológico, químico e natural, mas principalmente dos seus usos, finalidades e intencionalidades.

Essa condição do ambiente não é nova, ela só é resultado abrangente do ambiente enquanto um sistema de objetos, enquanto o próprio movimento histórico da sociedade em completar a desnaturalização da natureza dotando-a de valor (SANTOS, 2002, p. 53).

Com essa premissa a conceito de alteração ambiental ganha assim papel fundamental à reflexão e à análise geográfica. Para além do caráter funcional e analítico, o conceito também sugere o entendimento a partir da busca para desvendar a organização e estruturação sob uma determinada ideia de natureza, que é muito mais definida para representar e servir enquanto suporte e pilar dos modos de produção e das relações sociais de produção.

Procedimentos metodológicos

Caracterizar como as alterações ambientais podem ser observadas no Paraná é parte de um exercício que tende contribuir à uma geografia que se preocupa com a indissociabilidade da natureza e da sociedade, e que orienta seu olhar para além dos parâmetros estatísticos na busca de contextualização históricas das formas de apropriação dos sistemas naturais.

Cabe destacar que o interesse é observar alterações ambientais a partir da história social de alterações ambientais observadas no desmatamento, na territorialização do capital e na definição dos usos da terra nas bacias hidrográficas paranaenses. Esse destaque é importante pois muitos estudos têm sido feito para interpretar alterações climáticas, hidrológicas e ambientais no Paraná pela geografia e outras áreas, mas nesse trabalho, em específico, o olhar se volta particularmente para as dimensões ideológicas, políticas e

econômicas, utilizando as bacias hidrográficas como o elemento de coesão e confirmação de argumentos.

Para isso, parte-se do pressuposto que a bacia hidrográfica é uma região natural classificada segundo os níveis topográficos dado pelo espigão divisor de água. Enquanto unidades naturais funcionam como receptoras de precipitação que pela confluência de cursos d'água em um sistema fluvial, descritas no modelo chuva-vazão.

Nos estudos hidrológicos o modelo chuva-vazão mostra como bacias hidrográficas são um sistema natural extremamente complexo que evidencia o movimento e transformação da água enquanto fluxo (rio) e fonte (precipitação), tendo em vista a qualidade, quantidade e heterogeneidade interna de elementos, os processos não-lineares existentes na dinâmica e do regime fluvial, e o estabelecimento do balanço de matéria e energia no e com o ambiente pelos mecanismos de entrada (input) e saída (output). Perdas hídricas são explicados por processos de evapotranspiração e infiltração, e a parte das águas que chegam diretamente nos rios constituem os respectivos fluxos da entrada (precipitação) e saída pelo *runoff* da bacia (TUCCI, 2002).

Neste caso, tanto a chuva, quanto o modo que o solo e os cursos d'água foram apropriados (organização das propriedades, presença de hidroelétricas, barragens, etc.) são recursos de interpretação do sistema natural. E este conhecimento tem servido historicamente para submeter as áreas e recursos nas bacias hidrográficas à diversas finalidades e usos.

O fundamento é que o fluxo d'água ou rio na bacia é compreendido como uma parte do ciclo hidrológico, cujo regime tem sido tradicionalmente estudado pelas vazões por m³/s (mínimas, médias, máximas) e pelos níveis de água na bacia, isto é, por cotas. Neste contexto, as análises são estabelecidas por diversos parâmetros, os estatísticos em específico, recaem na descrição da variabilidade dos cursos d'água, tendo em vista, os regimes, as periodicidades, ciclicidades, quantidade ao longo do tempo (TUCCI, 2002).

Neste trabalho utilizou-se a série histórica dos valores fluviométricos do período de 1947 a 2011, exceto para o rio Piquiri cuja série mais longa correspondeu à 1964 a 2011. Levou-se em conta a representatividade de dados, devido à falta de séries históricas sem falhas ou incompletas. Os postos fluviométricos fazem parte da rede administrada pelo Instituto das Águas do Paraná e as informações estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Postos fluviométricos representativos das bacias hidrográficas paranaenses

Descrição	Rio Tibagi	Rio Ivaí	Rio Piquiri*	Rio Iguaçu
Estação	Jataizinho	Rio dos Patos	Balsa do Goioerê	Salto Cataratas
Município	Jataizinho	Prudentópolis	Mariluz	Foz do Iguaçu
Latitude	-23,26	-25,51	-23,92	-25,68
Longitude	-50,98	-50,94	-53,13	-54,43

Altitude (m)	340	690	320	152
Área de drenagem	21955 Km ²	1086 Km ²	2424 Km ²	67317 Km ²

Não se recorreu a análise pluviométrica tendo em vista a extensão do trabalho e outras contribuições que podem ser verificadas em Monteiro (1968), Nimer (1979), Maack (1981), Troppmair (1990), Nery et al. (1997), Mendonça (2000), Nogarolli (2007; 2010), Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR (2000), Marengo (2008), Pereira *et al.* (2008) e Nascimento Jr (2013).

Com o intuito de analisar comparativamente a variabilidade dos valores, uma vez que cada posto fluviométrico representa a particularidade ambiental inerente à cada bacia, os dados foram agrupados em escalas anuais, e relativizados segundo a técnica de padronização (índice padronizado), obtida através da fórmula:

$$Z(i) = (P(i) - P_m)/D_p \quad (1)$$

Onde: Z(i) é a vazão fluvial normalizada; P(i) valor médio anual das vazões na série histórica; P_m é o valor médio da variável no período, D_p é o Desvio Padrão. No *Microsoft Excel*[®], o cálculo foi realizado pela fórmula *padronizar*.

Os valores anuais fluviométricos foram submetidos aos testes estatísticos de Pettitt, Mann-Kendall e Regressão Linear, para verificação de rupturas, tendências e correlação linear.

O teste de Mann-Kendall é Kendall é resultado da união de um teste inicialmente estudado por Mann, e depois retomado por Kendall (BACK, 2001). O teste se baseia na hipótese nula ou H₀ (que não existe uma tendência na série) e, em mais três hipóteses alternativas, sendo as de tendência negativa, tendência zero e tendência positiva.

Trata-se de um teste não paramétrico, por isso, não requer uma hipótese sobre a distribuição dos dados. Conforme Morais *et al.* (1995), o teste considera que uma série temporal de X_i de N termos (1 ≤ i ≤ N) consiste na soma t_n do número de termos m_i da série, relativo ao valor X_i, cujos termos precedentes (j < i) são inferiores ao mesmo (X_j < X_i), isto é:

$$t_n = \sum_{i=1}^n m_i \quad (2)$$

Salviano *et al.* (2016) explicam que a significância obtida pelo teste é bilateral para a hipótese nula, e que por isso, rejeitar a H₀ é preciso que o valor absoluto de Z_{MK} seja superior a Z_α/2. A significância é dada inicialmente pelo valor de S para a série histórica, que é calculado a partir da somatória dos sinais (sgn) da diferença, par a par, de todos

valores observados (x_i) em relação aos valores que a eles são futuros (x_j), conforme as equações (3) e (4).

$$S = \sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^n \text{sgn}(x_j - x_i) \quad (3)$$

$$\text{sgn}(x_j - x_i) = \begin{cases} +1; & \text{se } x_j > x_i \\ 0; & \text{se } x_j = x_i \\ -1; & \text{se } x_j < x_i \end{cases} \quad (4)$$

Quando $n > 10$, a variável S pode ser comparada com uma distribuição normal, na qual a sua variância ($\text{Var}(S)$) será obtida através da equação (5), em que t_i representa a quantidade de repetições de uma extensão i . Em seguida, o teste segue a distribuição normal com o índice Z_{MK} , na qual a média é igual a zero, e os valores positivos indicam tendência de aumento de valores, e negativos tendências diminuição. O sinal cardinal de S e o índice Z_{MK} da distribuição normal é obtido pela equação 6.

$$\text{Var}(S) = \frac{n(n-1)(2n+5) - \sum_{i=1}^n t_i(i-1)(2i+5)}{18} \quad (5)$$

$$\begin{aligned} Z_{MK} &= \frac{S-1}{\sqrt{\text{Var}(S)}}; \text{ para } S > 0 \\ Z_{MK} &= 0; \text{ para } S = 0 \\ Z_{MK} &= \frac{S+1}{\sqrt{\text{Var}(S)}}; \text{ para } S < 0 \end{aligned} \quad (6)$$

Segundo Goossens e Berger (1986) e Libiseller e Grimvall (2002) esse teste é mais apropriado para análises de tendências hidroclimáticas. Por isso, tem sido normalmente utilizado paralela ou conjuntamente com outro teste não-paramétrico para determinar se uma tendência é estatisticamente significativa e identificável em uma série de dados, utilizando por exemplo, o Teste de Pettitt.

O Teste de Pettitt também é um teste não paramétrico e possibilita identificar se as séries históricas são homogêneas ou não. A base é a identificação de um ponto de transição nas séries históricas, ou seja, o interesse é detecção pelo menos um momento de alteração dos valores (PETTITT, 1979; MORAES *et al.*, 1995; BACK, 2001; DEBORTOLI *et. al.*, 2012).

O teste utiliza uma versão do teste de Mann-Whitney, no qual se verifica se duas amostras: X_1, \dots, X_t e X_{t+1}, \dots, X_T , ambas são da mesma população, ou seja, todos os anos na série histórica pertencem as mesmas classes. O processamento do cálculo em $U_{t,T}$ faz uma

contagem do número de vezes que um ano da primeira amostra é maior que o membro da segunda e, pode ser escrita:

$$U_{t,T} = U_{t-1,T} + \sum_{j=1}^T \text{sgn}(X_i - X_j) \quad \text{para } t = 2, \dots, T \quad (7)$$

Onde $\text{sgn}(x) = 1$ para $x > 0$; $\text{sgn}(x) = 0$ para $x = 0$; $\text{sgn}(x) = -1$ para $x < 0$. O teste $U_{t,T}$ é, então, calculado para os valores de $1 < t < T$ e o valor $k(t)$ do teste de Pettitt se escreve:

$$k(t) = \text{MAX}_{1 \leq t \leq T} |U_{t,T}| \quad (8)$$

O terceiro teste estatístico permitiu observar quais estações pluviométricas têm apresentado aumento ou diminuição de valores ao longo dos últimos anos. Essa verificação foi obtida pelo valor do coeficiente angular (α) da Regressão Linear, conforme fórmula:

$$y = a \cdot x + b \quad (9)$$

A tendência é considerada significativa quando seu valor é diferente de zero. Neste caso, o interesse foi avaliar quanto $\alpha > 0$, há tendência positiva e sugere aumento ou ganho quantitativo de vazão no tempo; o contrário acontece quanto $\alpha < 0$, que há tendência negativa, portanto existe diminuição das vazões.

Os parâmetros utilizados para os testes aplicados foram: hipótese alternativa $\neq 0$; nível de significância $p\text{-valor} \leq 0,05$; número de simulações em 10.000, com tempo máximo de 180s. Sendo esses valores aplicados para todas as estações e nas escalas correspondentes. Estes procedimentos foram realizados no aplicativo *XLStat*[®].

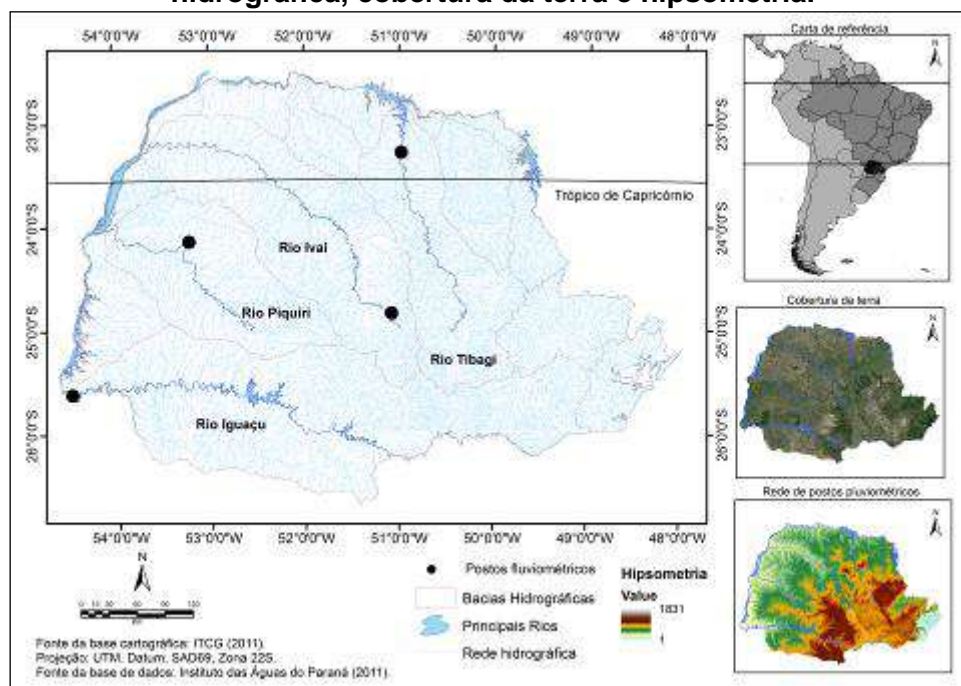
A aplicação conjunta destes testes tem auxiliado na verificação de alterações em ciclos hidroclimáticos, e são associados às mudanças do padrão de vegetação e de uso e ocupação da terra, e à modelização dos climas regionais (SALMI, 2002; DEBORTOLI *et al.*, 2012; TOZATO *et al.*, 2013; TOZATO, 2015; NASCIMENTO JÚNIOR, 2013; SILVA, 2015).

No Brasil, estes testes foram empregados por Back (2001) que verificou rupturas e tendências de temperatura e chuva em Santa Catarina, por Blain *et al.* (2009) em séries de temperatura no Estado de São Paulo, por Conti (2005) para precipitação no Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco, por Marengo e Alves (2005) em séries de nível d'água e pluviométricas nos Estados da Bahia, Amazonas e Rio de Janeiro. Debortoli *et al.* (2012) observam alterações e tendências na pluviometria na Amazônia Meridional e Cerrado brasileiros. Tozato *et al.* (2013) e Tozato (2015) encontraram alterações nos valores de precipitação, temperatura e cotas fluviométricas em zonas úmidas da França e do Brasil.

Caracterização do universo de análise

Devido à sua posição meridional em relação ao Brasil, e ter como limite natural a linha imaginária do Trópico de Capricórnio no setor norte, o estado do Paraná possui ambientes com climas eminentemente transicionais, que variam de climas tropicalizados ao norte, até o subtropical, no centro-sul (Figura 1).

Figura 1: Localização do estado do Paraná, postos fluviométricos utilizados, rede hidrográfica, cobertura da terra e hipsometria.



A variabilidade climática no estado foi discutida por Monteiro *et al.* (1968), Maack (1981), Nimer (1989), Troppmair (1990), Nery *et al.* (1997), Mendonça (2000), Nogarolli (2007; 2010), Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR (2000), Pereira *et al.* (2008) e Nascimento Jr (2013), e explicam que o Paraná é afetado por sistemas atmosféricos antagônicos tanto em suas gêneses (massas polares e tropicais) e em suas características termohigrométricas (frias e quentes, oceânicas e continentais). Tais sistemas ainda se opõem e se equilibram dinamicamente com aspectos orográficos (altitude) e do relevo, indicando significativas diferenciações climáticas e ao mesmo tempo o trajeto habitual da circulação atmosférica.

Essas características expressam também parte dos domínios climáticos das bacias hidrográficas. Por exemplo, as bacias dos rios Tibagi e Ivaí, cujas nascentes se situam nos setores centrais do estado, se tropicalizam de montante para jusante. A bacia do rio Piquiri mostra um aspecto bastante característico de clima transicional. E a bacia do rio Iguaçu está sob regimes subtropicais (MAACK, 1980).

As principais fontes hídricas se situam nas maiores altitudes do Estado, que também coincidem com os setores de importantes índices pluviométricos. Nas quatro bacias as precipitações diminuem de montante à jusante, e a orientação habitual é norte para o rio Tibagi, cuja foz está situada no Rio Paranapanema (entre o Estado do Paraná e São Paulo), noroeste para o rio Ivaí e oeste para os rios Piquiri e Iguaçu. Estes três últimos com foz no rio Paraná (MAACK, 1981) (Figura 1).

Separadamente, Mendonça e Danni-Oliveira (2002) estudaram a Bacia do Rio Tibagi e verificaram três tipos climáticos que apresentam chuvas o ano inteiro, com verões quentes e com verões amenos, e interações com verões quentes e amenos. Conjugando a sistemas atmosféricos tropicais, intertropicais e polares e seguindo a direção jusante à montante. Um caráter destacado pelos autores é a ciclicidade mensal manifestada em ritmos quinquenais, em que há uma conjugação dos períodos mais e menos quentes, ora com a redução, ora com a elevação pluviométrica, e a tendência da incidência de chuvas concentradas em 24 horas.

Ainda conforme os autores, a estação de inverno representa um período de estiagem relativa, e coincide com o trimestre mais seco – Junho, Julho e Agosto – JJA, e por este caráter, a sazonalidade pluviométrica na bacia é significativamente pronunciada em dois padrões (um mais chuvoso e outro menos chuvoso), e expressando características de tropicalidade climática (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2002).

A variabilidade na Bacia do Rio Ivaí foi estudada por Baldo (2006) e Andrade e Nery (2003). A variabilidade sazonal apresentou uma configuração bem marcada de um período úmido e outro seco – não necessariamente sem apresentação de chuva, mas com menos chuva. Os meses mais chuvosos estão concentrados no trimestre Dezembro, Janeiro e Fevereiro - DJF, e os secos JJA.

Quanto à distribuição interanual, sua precipitação é homogênea e ocorre de forma significativa em padrão anômalo que pode ser explicado pela associação ao ENOS, tanto no que tange aos totais pluviométricos quanto ao número de dias com chuva. Os autores destacaram estatisticamente uma tendência de concentração e diminuição das chuvas na região Centro-sul da bacia em DJF e JJA, respectivamente (ANDRADE e NERY, 2003; BALDO, 2006).

Baldo (2006) observou que a distribuição espacial da pluviosidade se mostrou com os valores mais elevados a montante do que os observados a jusante. Esta característica deve-se ao efeito orográfico e ao clima subtropical úmido dominante a montante, e a apresentação de baixas altitudes e na faixa de transição para clima tropical.

A precipitação na Bacia do Rio Piquiri, segundo o Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2012), Correa (2013) e Terassi et al. (2017) não apresenta período chuvoso ou período seco bem definido, embora os mínimos totais mensais tendam a ocorrer entre JJA,

chegando a ter valores de precipitação próximas ou iguais a zero. Agosto é o mês que apresenta o menor índice de número de dias de chuva, e dezembro e janeiro apresentam os maiores índices de ocorrência de chuva e número de dias com chuva.

Segundo Terassi *et al* (2017) a Bacia do Rio Piquiri apresenta duas regiões pluviométricas distintas. O setor com uma sazonalidade marcada localizado à jusante com características de clima tropical do Brasil Central, e a montante, outra região com totais pluviométricos mais elevados, devido à combinação das altitudes e homogeneidade da distribuição do regime de chuvas, substancialmente explicado pela predominância de climas subtropicais do Brasil Meridional.

Azevedo *et al.* (2005) e Azevedo (2006) analisaram a variabilidade na bacia do rio Iguaçu e, constataram que a precipitação é significativa ao longo de toda a bacia. A variabilidade sazonal, segundo Azevedo (2006), apresenta a característica também de dois períodos bem marcados, um chuvoso que geralmente se concentra no trimestre DJF, e uma estação seca, com apresentação dos meses de JJA.

Como a bacia se localiza no sul do estado, com latitudes superiores ao trópico de Capricórnio o clima subtropical predomina configurando baixos índices de evapotranspiração baixa, déficit hídrico poucos rigorosos, aliado às chuvas abundantes e bem distribuídas durante o ano (IBGE, 1968).

De forma geral, a vazão no Rio Iguaçu são é a que apresenta os mais valores comparados aos demais rios. Essa situação é explicada primeiro pela condição natural (chuvas constantes basicamente todo ano), mas principalmente por que a demanda hídrica da Bacia do Iguaçu é altamente subsidiada pelas grandes hidrelétricas e reservatórios de água, que tendem a manter controle artificial das vazões, em partir nas proximidades da Usina de Itaipu e das Cataratas do Iguaçu (considerada a oitava maravilha do mundo) (Tabela 2).

Os menores valores são observados no Rio Ivaí também por condições naturais, uma vez que é o curso d'água mais representativo das regiões a montante. O Rio Piquiri é o curso d'água que apresenta a menor variabilidade (obtida pelo coeficiente de variação), devido a localização no baixo curso e a boa distribuição de chuva na região. O rio Tibagi, é o curso d'água que apresenta maior variabilidade, que se relaciona de forma muito significativa com ambientes mais tropicalizados (Tabela 2).

Tabela 2: Parâmetros estáticos observados nas bacias hidrográficas (m³/s)

Parâmetros	Rio Tibagi	Rio Ivaí	Rio Piquiri*	Rio Iguaçu	Média
Vazão mínima	99,85	7,51	21,72	683,03	221,13
Vazão máxima	912,94	57,09	97,01	4405,32	1368,09
Amplitude	813,09	49,57	75,29	3722,30	1146,96
1° Quartil	281,50	17,25	37,49	1270,73	459,17
Mediana	356,64	25,59	43,95	1652,57	555,16
3° Quartil	454,71	31,59	50,34	2054,73	675,19

Média	381,76	25,74	45,69	1737,08	579,93
CV**	0,398	0,393	0,309	0,383	0,341

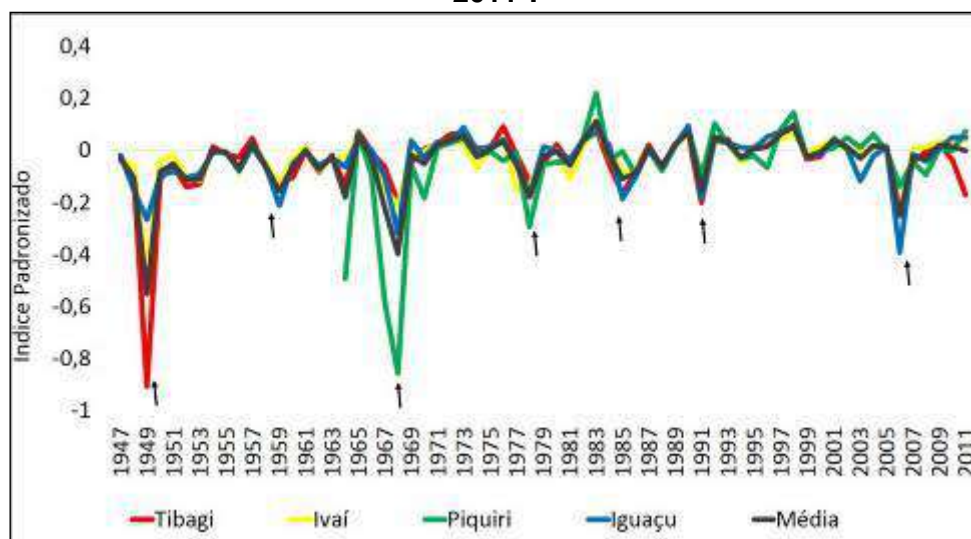
Fonte: Instituto das Águas do Paraná. *Referente ao período entre 1964 a 2011. **Coeficiente de variação.

Alterações ambientais no estado do Paraná

A leitura das alterações ambientais podem ser interpretadas no Paraná nas implicações nas bacias hidrográficas e suas manifestações principalmente no campo por meio de como se deu os processos de desenvolvimento do estado – unidades naturais, ocupação, migração, territorialização, etc.

Essa análise pode ser iniciada a partir do entendimento dos valores de vazão fluvial média mensal de quatro postos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Figura 3), que regionalmente mostra-se por variações em escalas interdecadais bem destacas em dois grandes eventos negativos (com prazo de 20 anos), datados em 1949 e 1968, e dois intermediários em 1959 e 1978.

Figura 2: Variabilidade interanual das vazões fluviais no Estado do Paraná – 1947 a 2011*.



As setas destacam os momentos descritos no texto. *Exceto para as vazões do Rio Piquiri que inicia em 1964

Após o evento de 1978, registros negativos semelhantes ocorreram em 1985, 1991 e 2006, indicando maior frequência e menor intensidade de valores negativos, com variação inferior a 10 anos. A ocorrência destes eventos está associada ao fenômeno El Niño Oscilação Sul, uma vez que Mendonça e Danni-Oliveira (2000), França (2002), Destefani (2005), Azevedo *et al.* (2003), Nery *et al.* (2006) e Correa (2013) encontraram marcadas relações com as vazões fluviométricas atípicas e a ocorrências de El Niño e La Niña em anos extremos, exclusivamente.

Outro aspecto é que a variabilidade das vazões fluviais nos quatro rios, em média tem apresentado aumento significativo no tempo. Quando submetidos ao teste de Mann-Kendall o resultado se apresentou como tendência positiva na ordem de 10% ($p\text{-valor}=0,04$). Sob o teste de Pettitt, o ano de 1970 foi destacado como a data de alteração dos valores médios, contribuindo para o aumento de 8% nos período pós-ruptura.

A variabilidade dos valores fluviais anuais do rio Tibagi, quando submetidos ao teste de Mann-Kendall, tem apresentado aumento significativo de 10% ($p\text{-valor}=0,033$), entre o período de 1847 a 2011. Além da tendência, os valores também apresentam o ano de 1969 como uma data de alteração significativa, e contribuindo para elevação em 1% no período pós-ruptura (Figura 3).

Desde 1947, as vazões no rio Ivaí têm apresentado aumento significativo na ordem de 8% ($p\text{-valor}=0,000$), com apresentação de uma data (1970) de alteração dos valores em 0,8% superior ao período pré-ruptura.

Esses resultados também foram discutidos por Baldo (2006), que contribuiu, significativamente, por meio da análise rítmica e, observou que a distribuição espacial da pluviosidade se mostrou com os valores mais elevados a montante do que os observados a jusante. Essa característica deve-se ao efeito orográfico e ao clima subtropical úmido, dominante a montante e, a apresentação de baixas altitudes e na faixa de transição para clima tropical.

As vazões no rio Piquiri são as que apresentam o maior aumento da tendência anual, com o valor de 26% ($p\text{-valor}=0,000$), e não apresentam período de alteração dos dados (Figura 5). Mesmo assim, as vazões no rio Iguaçu, apresentam aumento anual de 7% ($p\text{-valor}=0,002$), com data de transição dos valores em 1970, com aumento neste período de 9% (Figura 6).

A detecção das datas de transição nos valores de vazão fluvial, significantes no rio Tibagi, Ivaí e Iguaçu, coincide com um momento marcado por mudanças nos padrões vegetacionais, do uso e ocupação da terra, e dos impactos sociais e ambientais associados à modernização da agricultura, podendo qualificar, o segundo nível de abordagem que sugere transformações significativas no campo.

Figura 3: Variabilidade, ruptura e tendência das vazões no rio Tibagi – 1947 a 2011.

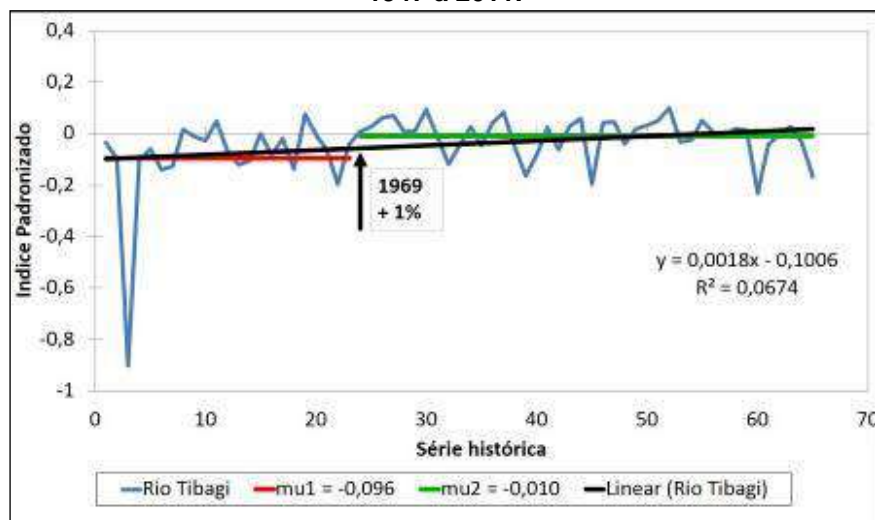


Figura 4: Variabilidade, ruptura e tendência das vazões no rio Ivaí – 1947 a 2011.

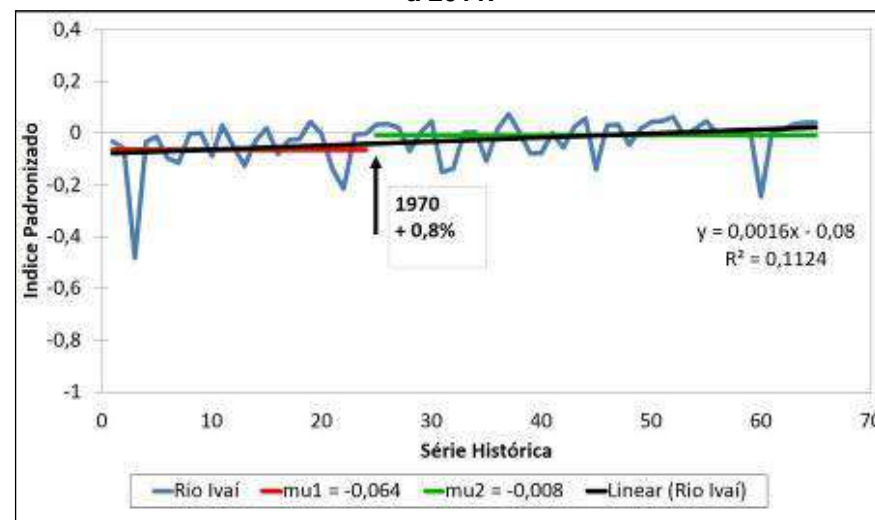


Figura 5: Variabilidade, ruptura e tendência das vazões no rio Piquiri – 1964 a 2011.

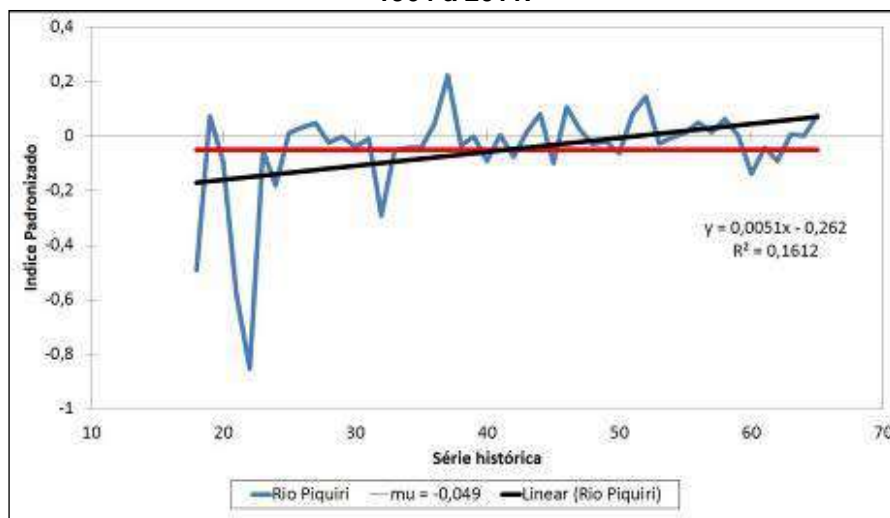
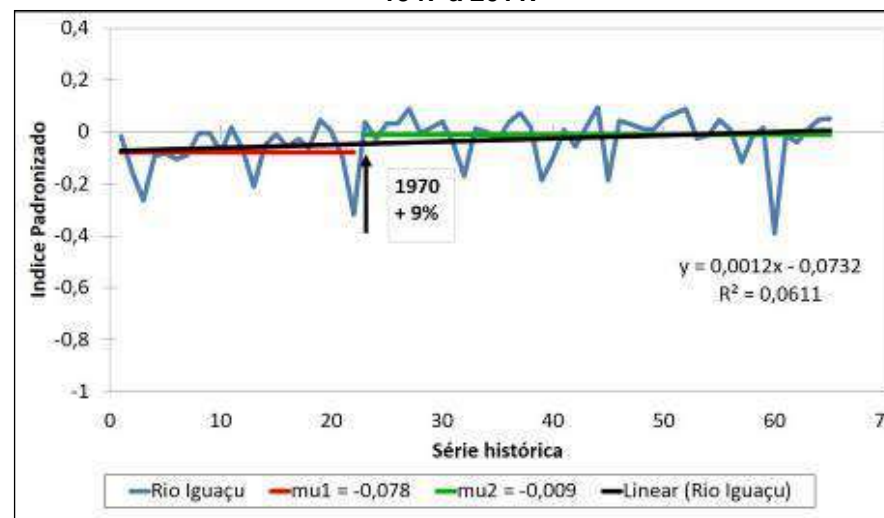


Figura 6: Variabilidade, ruptura e tendência das vazões no rio Iguaçu – 1947 a 2011.



A linha vermelha (mu1) representa o período pré-ruptura, e linha verde (mu2) o período pós-ruptura.

Cabe destacar que Marengo (2008) afirma que tem sido observado um aumento das chuvas no Sul e partes do Sul do Brasil, na bacia do Paraná-Prata, desde 1950, consistente com tendências similares em outros países do Sudeste da América do Sul. Especialmente para o Paraná, Grimm *et al.* (1998) verificaram que as precipitações no estado apresentam uma não-estacionariedade das séries, ao mesmo tempo, aumento nas médias foi observado principalmente no período pós 1970. Tais alterações foram identificadas nos sinais sazonais no outono, primavera e inverno.

As possibilidades de entendimento da variabilidade pluviométrica considerada Marengo (2008) e Grimm *et al.* (1998), também foram observadas sistematicamente por diversos autores, que discutem como o uso do solo e a ocupação da terra nas bacias foram substancialmente relevantes para os impactos na dinâmica dos rios (IAPAR, 2000; SILVA e GUETTER, 2003; NOGAROLLI, 2007; 2010; MARENGO, 2008; PEREIRA *et al.*, 2008; NASCIMENTO Jr, 2013; NASCIMENTO Jr, *et al.*, 2013; 2015; CARMELLO, 2013; CARMELO e SANT'ANNA NETO, 2016; ELY e DUBREUIL, 2017). Isso por que, regionalmente o estado do Paraná foi submetido à mudanças substanciais e intensas na cobertura da terra e no uso do solo desde o século XX.

Segundo Tucci & Mendes (2006), esse processo se deu primeiramente com os desmatamentos e, posteriormente, com a ocupação e início do uso do solo com lavouras de café, sendo estes substituídos ao longo da segunda metade do século por outras culturas anuais, como a soja e o milho.

Tanto desmatamento quanto as mudanças nos uso do solo e da ocupação da terra são bem explicativos do momento da territorialização do capital monopolista e industrial, baseado na monocultura e no pacote tecnológico da Revolução Verde, com um dos fundamentos para a ideia do necessário desenvolvimento do mundo urbano e rural do final do século XX no estado do Paraná. Trata-se de um marco interessante para entender como as alterações ambientais criaram paulatinamente novas feições de natureza, e ao mesmo tempo, que foi estruturado sob condições ideológicas de modernização, racionalização e desenvolvimento econômico e territorial, com profunda reestruturação de ordem técnica e econômica da produção agropecuária.

Caracterizado principalmente pela introdução da mecanização e da quimificação de grande parte dos processos produtivos, junto com o aprofundamento das relações verticais com as agroindústrias e dos vínculos com os mercados nacional e internacional, a Revolução Verde promoveu impactos significativas em basicamente todos os sistemas – produtivos, sociais e humanos, e as imposições ideológicas deste período histórico da agricultura foram tão donosas que podem hoje ser concebidas como irreversíveis (SONDA, 2010; HESPANHOL, 2008).

Navarro (2001, p. 84) destaca que as benéficas aos pobres no mundo rural com a Revolução Verde foi nulo ou negativo, uma vez que com o padrão de agricultura, chamada de moderna, [...] o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinarem-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas”.

O resultado foi que as políticas de desenvolvimento agrícola que viabilizaram e orientaram à modernização de grandes propriedades, e aprofundou ainda mais as desigualdades e a exclusão social no meio rural - destacadamente os agricultores familiares (HESPANHOL, 2008).

Neste contexto, a complexidade das questões sociais no campo e na cidade aumentaram sobremaneira, pois com a aceleração do êxodo rural e o crescimento da população urbana, foi proporcional ao aumento da pobreza, da concentração de renda e de terras, que se tornaram tanto problemas sociais rurais quanto urbanas, num processo único de caráter excludente e desigual (CONTE, 2003).

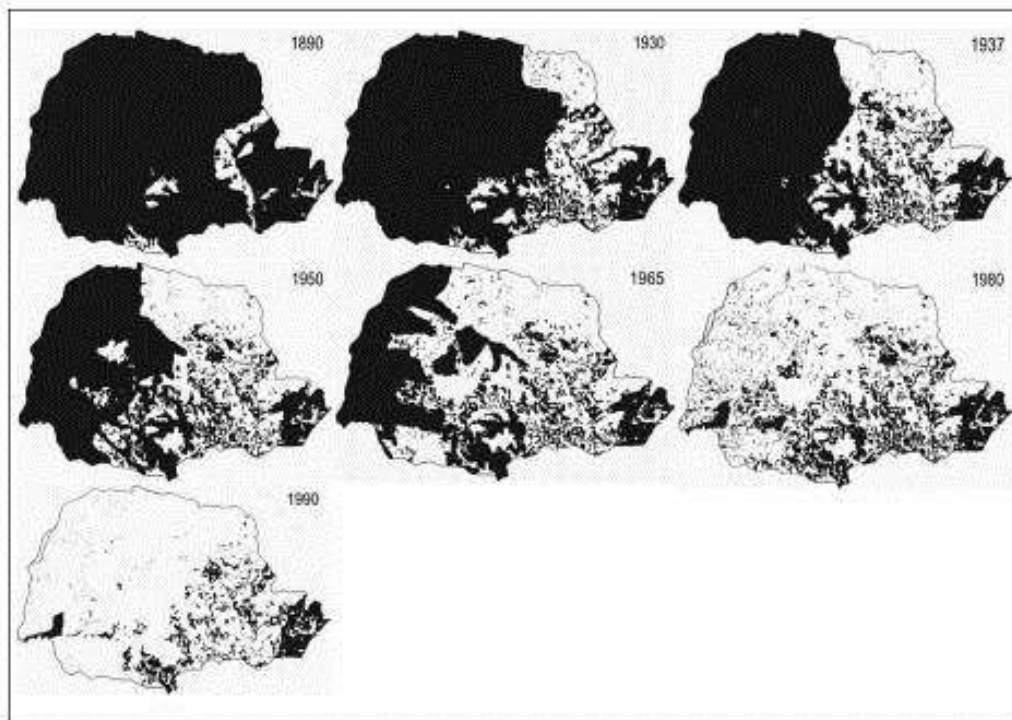
Associação à proliferação de pragas e da tolerância de certas espécies a pesticidas e inseticidas (ROSS, 2001), a degradação e aceleração de processos erosivos e de salinização dos solos (NAVARRO, 2001; ROSA, 1998), a qualidade e contaminação da água (AMSTALDEN, 1991), são algumas das alterações ambientais que tem sido destacada, e que inclusive contemplam os termos do CONAMA (1996).

Neste trabalho, elas estão evidenciadas a partir dos anos 60, pela transição das lavouras de café para a cultura da soja, da policultura e da pecuária. Antes desse período, Gubert Filho (2010), mostra que o Paraná experimentou fases econômicas cuja alteração significativa de variadas regiões fisiográficas se deu por pelo menos três séculos.

Para este autor, os primeiros momentos dessas alterações foram efetivados pelas ocupações orientadas do litoral até os campos gerais. Nos momentos seguintes, foi a expansão pelo norte e noroeste (frente cafeeira pioneira e paulista), pelo centro-sul (colonos e imigrantes eslavos) e pelo sudoeste (frente gaúcha) que orientou as alterações, baseando-se principalmente em um desmatamento relevante e definitivo (Figura 7).

O interessante desse processo é que de 1930 até 1960, o contexto econômico nacional que favorecia a exportação do café, e se consolidou principalmente nas regiões Norte e Oeste do estado. As florestas nestes setores foram simplesmente devastadas, não sendo economicamente aproveitada. Contudo, é a partir de 1960 que o ritmo de desmatamento tem se tornado bastante acelerado e intenso, principalmente com a introdução da cultura da soja, da queima de madeira para a secagem de grãos e de atividades agropecuárias (SONDA, 2010).

Figura 7: Esquema da substituição histórica da vegetação no Estado do Paraná.



Fonte: Gubert Filho (2010). Organização: Autor.

Neste contexto, ainda existe remanescentes de cobertura florestal, restritos e protegidos como Unidades de Conservação (Parques e APAs) na Serra do Mar (próximo ao litoral), no Parque Nacional do Iguaçu (extremo sudoeste) e ao longo da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança (centro sul ao nordeste), e outras áreas há uma mistura de remanescentes nativos com reflorestamentos de pinus (SONDA, 2010; GUBERT FILHO, 2010).

A perda de florestas favoreceu que determinados agentes se apropriassem de grandes áreas de terra. Por serem política e economicamente influentes, os proprietários acabaram por orientar grande parte dos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos do Estado, auxiliando desta maneira, a consolidar oligarquias regionais e locais, reproduzir as desigualdades e aumentar conflitos por terra (SONDA, 1996; HAUER, 2010).

Um dos subprodutos deste processo pode ser observado também em transformações das relações sociais no campo. Tais mudanças colocaram, de um lado, os proprietários fundiários capitalistas, e do outro, comunidades indígenas, colonos, faxinalenses, quilombolas, agricultores familiares, camponeses, entre os quais, as visões de sociedade e natureza são concebidas de outra maneira. Além disso, o processo reverberou inclusive no surgimento dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), município de Cascavel-PR, que data a partir de 1984 (SONDA, 2010).

Um segundo subproduto, ocorreu de forma concomitante e paralela ao anterior, revelado por mudanças nas relações entre cidade e campo. Neste caso, as regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste do Estado receberam entre as décadas de 1940 a 1960 um contingente populacional três vezes superior ao existente no Paraná no início do período. Nas décadas seguintes, esse intenso aporte populacional contribuiu para o êxodo rural e para a concentração urbana, determinados a partir da inserção do Estado na economia internacional e de transformações na base produtiva arranjos espaciais concentradores e polarizadores, restringidas a situação espacial de poucas cidades (IPARDES, 2010).

Essa estruturação proporcionou uma configuração físico-territorial que se apresenta de forma heterogênea, que se expressa como resultado de um processo de povoamento segmentado, segundo a seletividade espacial das atividades econômicas nas cidades e na região (PADIS, 1980; KONZEN e ZAPAROLLI, 1990).

Os eventos que evidenciam alterações ambientais no estado são substancialmente mais relevantes nos últimos 60 anos, e mostram inseparabilidade dos processos sociais e da dinâmica natural, por meio da sobreposição e justaposição de seus ritmos e frequências, e também da simultaneidade, na medida que as conjunturas político-econômicas ocorrem de forma paralela, construindo e expressando a permanência de problemas históricos com nítidas concepções ideológicas.

Considerações

Associar alterações ambientais como medida de interpretação nas transformações no campo e da variabilidade fluviométrica de ambientes fluviais é um desafio importante que coloca a geografia em um paradoxo do conhecimento moderno, ou seja, da clássica dicotomia entre sociedade e natureza, social e natural. Como todo e qualquer paradoxo revela de crises e possibilita novas práticas, estratégias para equalizar análises não fragmentadas e, ao mesmo tempo, admitir epistemologias planas, pode ser um caminho e um compromisso.

Esse manuscrito vai ao encontro desses anseios, na medida em que sugere o enfoque geográfico das alterações ambientais combina ferramentas tradicionais do estudo das paisagens e dos sistemas naturais (a estatística por exemplo), e os processos históricos abrangentes de desenvolvimento e organização do território, que ajudam a entender as formas de apropriação da natureza, e suas manifestações enquanto degradação, modificação e transformação.

O exercício foi realizado tendo como pressuposto a dinâmica fluvial de pontos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, que como foi discutido apresentam padrões de variaabilidade semelhantes, com ciclicidades em modos interdecadais e prazos

de 20 e 10 anos. As rupturas estatísticas mostram que as vazões fluviais do rio Piquiri não apresentam resultados estatisticamente significativos, enquanto que nos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu os momentos de transição são datados em 1969, 1970 e 1968, respectivamente. Em todos os rios foram detectadas tendências positivas, sendo a mais expressiva no rio Piquiri.

Devido ao encontro destes resultados, conclui-se que cada um dos postos analisados apresentou sinais de alterações ambientais nas bacias hidrográficas com defasagem de 8 a 10 anos sob transformações no uso do solo, principalmente, uma vez associadas ao momento da Revolução Verde e à modernização agrícola no Estado, iniciada partir da década de 1960. Isso por que no modelo hidrológico, a chuva-vazão pode sofrer interferências nas temporalidades tendo em vista o equilíbrio é dinâmico e a qualidade do escoamento do fluxo da água na bacia hidrográfica.

Essas alterações também contribuem para interpretação das mudanças nos sistemas naturais, mas também de transformações no campo, pois a Revolução Verde provocou diversas mudanças nos setores produtivos rural, incluindo as relações sociais desiguais e excludentes na produção agrícola e nas formas de se viver no campo, que basicamente compõe quase a totalidade do uso da terra nas bacias hidrográficas paranaenses, reorientando as lógicas de ocupação, funcionalização e produção.

Entende-se que com a junção desses elementos, é possível destacar as transformações ideológicas nas relações de sociedade ↔ natureza, com a permanência do conceito moderno. Por isso, reafirma-se que alterações ambientais estão para além dos valores estatísticos, mas também para modificações que recriam e expressam a indisponibilidade de universos com diferentes dinâmicas e processos distintos, organizados em conjunturas econômicas e políticas, completando-se em uma análise eminentemente geográfica.

Logo, reafirma-se que as alterações ambientais podem ser admitidas como a mesma raiz das transformações técnico-científicas, econômicas, políticas e ideológicas, pois colocam do ponto de vista único momentos de transição do Paraná como um estado que apropria-se ao da Revolução Verde como opção para um desenvolvimento que degrada natureza e seres humanos.

Como se pode observar, o contexto histórico do Paraná se alinha sobreposta e justaposta com alterações ambientais, entendidas como modificações nas conjunturas ideológicas e político e econômicas. Deste modo, a transformação da dinâmica em impactos ambientais, conduz ao entendimento da dependência e reforço dos aspectos contraditórios da relação Sociedade ↔ Natureza, na qual a natureza é descontextualizada, subordinada, e expressa os limites de uma sociedade, que orientada por ideologias de modernização e desenvolvimento se organiza de forma geograficamente desigual, resultando em diversas alterações ambientais.

A identificação dessas conjunturas aponta para necessidade de repensar outros modelos representativos de natureza (e conseqüentemente das relações sociais entre os seres humanos). Um conceito que não se efetive pelo crescimento econômico ou pela preservação ambiental naturalista, mas na consideração de outro ambiente (alterado, artificializado, racionalizado, tecnificado, transfigurado), mas que possa atender muito mais às possibilidades de mudança para a melhoria das condições de vida, trabalho e justiça, do que na permanência da pobreza social e da desigualdade no campo e na cidade, o que requer pensar em outra natureza e outra sociedade.

Referências

- AMORIM, J. R. A. Salinidade em áreas irrigadas: origem do problema, conseqüências e possíveis soluções. **Artigos Técnicos**. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/661398/1/scan0025.pdf>>. Acesso: 15 maio 2014.
- AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos da modernização**. Campinas: UNICAMP/IFCH, n.1, 1991.
- ANDRADE, A. R; NERY, J. T. Análise sazonal e espacial da precipitação pluvial na bacia hidrográfica do Rio Ivaí – Paraná. **Boletim de geografia**, v. 29, n. 2, p. 107-121, 2011.
- AZEVEDO, I. C; NERY, J. T; ANDRADE, A. R. Variabilidade da precipitação pluvial na bacia hidrográfica do Rio Iguaçú, Paraná. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. USP. **Anais...: 2003**. v. 01. p. 01-15.
- BACK, A. J. Aplicação de análise estatística para identificação de tendências climáticas. **Pesquisa agropecuária brasileira**, v. 36, n.5, p.717-726, 2001.
- BALDO, M. C. **Variabilidade pluviométrica e a dinâmica atmosférica na bacia hidrográfica do Rio Ivaí – PR**. Tese de Doutorado (Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2006.
- BLAIN, G.C.; PICOLI, M.C.A.; LULU, J. Análises estatísticas das tendências de elevação nas séries anuais de temperatura mínima do ar no estado de São Paulo. **Bragantia**, v.68, n.3, p. 807-815, 2009.
- BRUIJNZEEL, L. A. Hydrological functions of tropical forests: not seeing the soil for the trees? **Agriculture Ecosystems and Environment**, v. 104, n.1, 185–228, 2004.
- CARMELLO, V. **Análise da variabilidade das chuvas e sua relação com a produtividade da soja na vertente paranaense da bacia do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Campus Presidente Prudente. 2013.
- CARMELLO, V; SANT'ANNA NETO, J. L ; DUBREUIL, V. Variabilité des précipitations et rendements du soja en région de climat de transition. In: **XXVile colloque de l'Association internationale de Climatologie**. 2014. p. 279-284.
- CARMELLO, V; SANT'ANNA NETO, J. L. Rainfall Variability and Soybean Yield in Paraná State, Southern Brazil. **International Journal of Environmental & Agriculture Research, Mandasaur**, v. 2, n. 1, p. 86-97, 2016.
- CONAMA. **Conselho Nacional de Meio Ambiente**. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

CONTE, B. **La révolution verte**, 2003. Disponível em: <http://conte.u-bordeaux4.fr/>. Acesso em 01 de maio de 2014.

CORREA, M. G. G. **Distribuição espacial e variabilidade da precipitação pluviométrica na Bacia do Rio Piquiri – PR**. Dissertação de mestrado (Geografia física). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. 102 p.

DEBORTOLI, N.; DUBREUIL, V.; HENKE, C.; RODRIGUES FILHO, S. Tendances et ruptures des séries pluviométriques dans la région méridionale de l'Amazonie brésilienne. In : 25ème Colloque de l'Association Internationale de Climatologie. **Actas...** Grenoble 2012, , p. 201 – 206. 2012..

DESTEFANI, E. V. **Regime Hidrológico do Rio Ivaí – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005. 94 f.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FRANÇA, V. de. O rio Tibagi no contexto hidrogeográfico paranaense. In: MEDRI, M. E; BIANCHINI, E. SHIBATTA, O; PIMENTA, J. A. **A bacia do rio Tibagi**. Medri. Londrina, PR, p. 45 – 42, 2002.

GOOSSENS, C; BERGER, A. Annual and seasonal climatic variations over the northern hemisphere and Europe during the last century. **Annales Geophysicae**, n. 4, p. 385 – 400, 1986.

GRIMM, A. M.; MÜLLER, I. I.; KRÜGER, C. M.; KAVISKI, E..Variações pluviométricas nos estados de São Paulo e Paraná entre os períodos pré e pós 1970 e suas possíveis causas. In: **Anais...** Congresso Brasileiro de Meteorologia, X, 1998, Brasília .2010.

GUBERT FILHO, F. A. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, C; TRAUZYNSKI, S. C (Orgs.) **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, p. 15-25. 2010.

HESPANHOL, R. A. de M. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. **Confins [Online]**, n. 2. 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/2353>. Acesso: 14 Maio 2014.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Avaliação ambiental integrada - Bacia do Rio Piquiri**. 2012. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1074>>. Acesso: 12 set. 2013.

IAPAR. Instituto Agrônomo do Paraná. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Cartas climáticas do Paraná**. 2000.

INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ. **Águas Paraná**. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/>

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Dinâmica urbana dos Estado**: Estado do Paraná. Curitiba, IPARDES, , 2010.

LIBISELLER, C; GRIMVALL, A. Performance of partial Mann-Kendall tests in the presence of covariates, **Environmetrics**, 13, p. 71-84, 2002.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1981.

MARENGO, J. A. Água e mudanças climáticas. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, 2008.

MARENGO, J.A.; ALVES, L.M. Tendências hidrológicas da bacia do rio Paraíba do sul. **Revista Brasileira de Meteorologia**, n. 20, v. 2, p. 215-226, 2005.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Tipologia climática – Gênese, características e tendência. STIPP, N. A. F. (Org) **Macrozoneamento da bacia hidrográfica do rio Tibagi/PR**. Editora UEL. Londrina, p. 21-62, 2000.

MONTEIRO, C. A. F.; MESQUITA, O. V.; ROMARIZ, D. de **A. Geografia do Brasil**. Grande região Sul [Geologia; Clima; Hidrografia]. 1968.

MORAIS, J. M; PELLEGRINO, G.; BALLESTER, M. V. MARTINELLI, L. A. VICTORIA, R. L. Estudo preliminar da evolução temporal dos componentes do ciclo hidrológico da bacia do Rio Piracicaba. In: Simpósio Brasileiro de recursos hídricos. XI Simpósio de hidráulica e recursos hídricos dos países de língua oficial portuguesa, II, ABRH, 1995, Recife, PE. **Anais**. p. 27-32, 1995.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto 2007.

MOREIRA, R. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2010.

MUTHOO, M. K. **Perspectivas e tendências do setor florestal brasileiro**, 1975 a 2000. Brasília : Ministério da agricultura, 1977. Convênio PNUD/FAO/BRA-76/027.

NASCIMENTO Jr, L ; RODRIGUES, M. S; DUBREUIL, V ; SANTA'ANNA NETO, J. L. Rupturas e tendências em séries históricas no Paraná. **Anais....** XV Simposio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Vitória, 2013. p. 298 – 307.

NASCIMENTO Jr, L. **As chuvas no Paraná: Variabilidade, teleconexões e impactos de eventos extremos**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013.

NASCIMENTO, Jr. L.; SANT'ANNA NETO, J. L.; DUBREUIL, V. Tendances, ruptures et variabilité hydroclimatiques dans l'état du parana-Brésil. In: XXVIIIe Colloque de l'Association Internationale de Climatologie, **Actas...Liège**. 2015. p. 567-572.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 83 – 100, 2001.

NERY, J. T.; VARGAS, W.M.; MARTINS, M.L.O. Influência do fenômeno El Niño na vazão da bacia do Rio Iguaçu, PR. In: XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2006, **Anais...Florianópolis**. Edusc, v. 01. p. 01-12, 2006.

NIMER, Edmon. Climatologia da região Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 34, n. 1, p. 142-154, 1989.

NOGAROLLI, M. **Evolução climática do Estado do Paraná: 1970 –1999**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2007.

NOGAROLLI, M. O Estado do Paraná - tem um novo clima? **Anais... GeoSimpósio**. 2010.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo Hucitec, 1981.

PEREIRA, L. M. P; CARAMORI, P. H; RICCE, W, S; SILVA, D. A. B; CAVIGLIONE, J. H. Determinação do início e término da estação chuvosa no Estado do Paraná. In: **Geografar** . Curitiba; v.3, n.2. Jul/dez. 2008, p. 1 – 12.

PETTITT A. N. A Non-Parametric Approach To The Change-Point Problem. **Applied Statistics**, v. 28, p. 126-135, 1979.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**, São Paulo, Editora Contexto, 1989.

PROWSE, T. D. E ; BELTAOS, S. Climatic control of river-ice hydrology: a review. **Hydrological processes**, n. 16, 805 – 822, 2002.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. (Org.). 4. ed. São Paulo. Edusp, 2001.

SALMI, T.; MÄÄTTÄ, A.; ANTTILA, P.; RUOHO-AIROLA, T.; AMNELL, T. **Detecting trends of annual values of atmospheric pollutants by the Mann-Kendall test and Sen's slope estimates - the excel template application Makesens**. Finnish Meteorological Institute, 2002. Disponível em: <<http://en.ilmatieteenlaitos.fi/makesens>>. Acesso em março de 2015.

SANTOS, M. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SILVA, M. E. S; GUETTER, A. K. 2003: Mudanças climáticas regionais observadas no estado do Paraná. **Terra Livre**. São Paulo. 19, p. 111-126.

SILVA, R. M.; SANTOS, C. A. G.; MOREIRA, M.; CORTE-REAL, J.; SILVA, V. C. L.; MEDEIROS, I. C. Rainfall and river flow trends using Mann-Kendall and Sen slope estimator statistical tests in the Cobres River basin. **Natural Hazards**, v. 77, n. 2, p. 1205-1221, 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SONDA, C. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no estado do Paraná. In: SONDA, C; TRAUZYNSKI, S. C (Orgs.) **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, p. 83-100. . 2010.

SURTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, n.17, p. 11-24, 2001.

TERASSI, P. M. B; CORREA, M. G. G; GALVANI, E. Determinação de regiões pluviométricas homogêneas na bacia hidrográfica do rio Piquiri-Paraná. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, n. 2017, p. 1610-1621, 2017.

TOZATO, H. de C. **Conséquences des changements climatiques sur la diversité biologique des zones humides: une analyse de politiques publiques et de gestion au Brésil et en France**. Geography. Université Rennes 2, 2015.

TOZATO, H; DUBREUIL, V; MELLO-THÉRY, N. A. 2013: Tendências e rupturas climatohidrológicas no sítio Ramsar PARNA Pantanal (MT, Brasil). **Revista brasileira de climatologia**, n. 9. V. 13, p. 164-184, 2013.

TUCCI, C. E. M. **Regionalização de vazões**. Rio Grande do Sul: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

TROPPEMAYER, Helmut. Perfil fitoecológico do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 8, n. 1, p. 67, 1990.

Sobre os autores

Lindberg Nascimento Júnior – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2011); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2013); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2018); Atualmente é professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina; **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0003-0276-2933>

Douglas Ambiel Barros Gil Duarte – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2010); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2014); Atualmente trabalha na DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda, Londrina, Paraná; **OrcID:** <http://orcid.org/0000-0001-8183-9067>

Como citar este artigo

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Lindberg Nascimento Júnior** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Douglas Ambiel Barros Gil Duarte**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e ambos, **Lindberg Nascimento Júnior** e **Douglas Ambiel Barros Gil Duarte**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 04 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 05 de setembro de 2018.

Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da amazônia maranhense

Hulda Rocha e Silva

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: huldaagroecologia@gmail.com

Danielle Celentano

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: danicelentano@yahoo.com.br

Guillaume Rousseau

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: guilirous@yahoo.ca

O desmatamento da Amazônia tem gerado transformações ambientais, que incluem a degradação do solo, alterações na disponibilidade de água e até mudanças no clima, que podem levar a fortes implicações negativas na produção agrícola e na garantia da segurança alimentar (LAWRENCE;VANDECAR, 2014). No Maranhão, a região amazônica já perdeu 75% da sua cobertura florestal e o desmatamento ilegal persiste em um processo extremamente violento (CELENTANO et al., 2017). De fato, a Amazônia Maranhense tem sido historicamente convertida em extensas áreas de pecuária, plantio de soja e eucalipto (CARNEIRO, 2016) e ao mesmo tempo registra os piores indicadores sociais do Brasil (PNUD, 2013).

Os Projetos de Assentamento estão entre os principais contribuintes para o desmatamento da Amazônia, somente entre 2011 e 2014 eles foram responsáveis por um terço do total desmatado (ALENCAR et al., 2016). A Amazônia concentra a maior parte da área de assentamentos do país (87,6%), sendo só no Maranhão 375 projetos, ocupando cerca de 2,2 milhões de hectares, com 57,3 mil famílias assentadas (INCRA, 2017). Originalmente, 1,9 milhões de hectares dos assentamentos da Amazônia Maranhense eram cobertos por florestas, mas 87% dessas áreas já foi desmatada (ALENCAR et al., 2016). O desmatamento nos assentamentos está relacionado a diversos fatores tais como o tipo de atividade produtiva, acesso ao mercado, aspectos culturais dos assentados e tempo de instalação (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

O Brasil vem assumindo compromissos no sentido de reduzir o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa, sendo o mais recente deles a assinatura do Acordo de Paris durante a COP-21 em dezembro de 2015. Com esse Acordo, o Brasil se comprometeu zelar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e restaurar 12 milhões de hectares de florestas (Portaria nº76/2016 do MMA). O acordo possui metas ambiciosas de redução das emissões do país, que requerem uma mudança de

paradigma em relação ao modelo de desenvolvimento vigente em direção à uma economia de baixo carbono (EULER, 2016).

No mesmo sentido, há a necessidade de adequações das áreas rurais para o cumprimento da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), conhecida como novo Código Florestal. Essa lei exige que as propriedades rurais conservem as Áreas de Preservação Permanente (APP) e que mantenham 80% de cobertura florestal como Reserva Legal (RL) nas propriedades localizadas no bioma Amazônia. A adequação das propriedades ao novo Código Florestal começa pela sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que faz o diagnóstico e o acompanhamento das atividades rurais e das alterações ambientais. Após o cadastro no CAR, que deve ocorrer até dezembro de 2017, as propriedades com passivos ambientais devem se regularizar através do Programa de Regularização Ambiental (PRA) que prevê diversos mecanismos de adequação sendo a restauração florestal o principal deles.

Os Projetos de Assentamento também devem se adequar ao novo Código Florestal, e para isso o INCRA firmou parceria com a Universidade Federal de Lavras. No Maranhão, de um total de 689 assentamentos, 582 já estão inseridos no CAR. Embora esse processo ainda não esteja concluído, Alencar et al. (2016) estimam que o passivo ambiental dos assentamentos na Amazônia Maranhense pode chegar a mais de 1 milhão de hectares, e parte desse passivo deverá ser restaurado. Dessa forma, somente o passivo dos assentamentos na Amazônia Maranhense poderia garantir o cumprimento de 8% do compromisso brasileiro em restaurar 12 milhões de hectares até 2030.

Os Sistemas Agroflorestais (SAF) podem servir perfeitamente para esse propósito, pois funcionariam como forma de restauração que alia produção agrícola com a melhoria ambiental (MICCOLIS et al., 2016). O uso de SAF como meio de restauração de RL e APP é permitido por lei¹ e representa uma alternativa tecnológica para reduzir as taxas de desmatamento e oferecer uma ampla variedade de produtos e serviços para as comunidades rurais (ANTÔNIO, 2012; CARDOZO et al., 2015), aumentando a sustentabilidade nas zonas rurais (VERCHOT et al., 2007). De acordo com Dahlquist et al. (2007), os SAF representam um uso da terra com grande potencial produtivo e boa viabilidade socioeconômica e ambiental para a agricultura familiar. Tem sido amplamente mostrado que a conversão de solos agrícolas degradados nesses sistemas pode recuperar sua produtividade (JOSE; BARDHAN, 2012), além de garantir serviços

¹ Os SAF podem ser usados em áreas de RL (Lei nº 12.651/2012) e como uma fase de transição no processo de restauração das APP (CONAMA N.º 429/2011), desde que não seja previsto a extração de Madeira do sistema.

ecossistêmicos como a fixação de carbono (JOSE; BARDHAN, 2012) e a regulação hidrológica (NICODEMO, 2011).

Existem muitos casos de sucesso do uso de Sistemas Agroflorestais (SAF) na agricultura familiar em diferentes biomas do Brasil (ANTÔNIO, 2012), inclusive em assentamentos no estado do Maranhão (INCRA, 2017). Entretanto, para o uso dos SAF de forma mais massiva, ainda é necessário vencer vários desafios.

A primeira grande questão é reconhecer que a Política Nacional de Reforma Agrária não é uma prioridade de Governo, portanto, não é realizada em sua plenitude. Para isso, seria necessário, no mínimo, um orçamento bem definido e direcionado e um órgão executor com capacidade técnica e estrutura compatíveis com a grande e nobre missão que é efetivar essa política no país, ou seja, priorizar a qualidade dos assentamentos em detrimento apenas da quantidade. Afinal, um grande número de pessoas dependem dessa política, inclusive quem vive nas grandes cidades e precisa da agricultura familiar para ter a maior parte dos seus alimentos (GUILHOTO et al., 2007).

Em 2010, a Lei nº 12.188 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). A assistência técnica e a extensão rural são definidos pela lei como um serviço de educação não-formal e de caráter continuado e tem como princípios o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente. Para isso, se dá preferência a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, contribuindo para a segurança e soberania alimentar e nutricional, dentre outros. Ou seja, os Sistemas Agroflorestais (SAF) se enquadram perfeitamente nesses objetivos, congregando os interesses das políticas ambientais e de reforma agrária do país.

No estado do Maranhão apenas 1,2% dos Projetos de Assentamentos possuem assistência técnica (INCRA, 2017). Em uma região florestal, onde muitas famílias assentadas vivem na pobreza sem assistência técnica, alternativas tecnológicas e infraestrutura de boa qualidade, a retirada de madeira dos lotes e a conversão da terra em pastagem para uma futura venda, embora sejam práticas proibidas, se mostram como alternativas de geração de renda no curto prazo (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010). Esse tem sido o principal motivo para as altas taxas de desmatamento e o grande passivo ambiental dos assentamentos (CALANDINO et al., 2012).

A implantação de SAF como estratégia de restauração do passivo de RL e APP dos assentamentos requer assistência técnica especializada, com profissionais específicos e voltados para esse tipo de sistema. Além do preparo técnico, é necessário grande sensibilidade e comprometimento para envolver de fato os agricultores no

processo, a fim de que sejam atendidas desde as necessidade de adaptação às características ecológicas do ambiente até os aspectos sociais e culturais dos agricultores (MICCOLIS et al., 2016).

Portanto, apenas implementar Projetos de Assentamentos sem favorecer e incentivar a agricultura familiar não irá desenvolver os meios de produção, o que faz com que os agricultores familiares continuem à margem do mercado, e sempre necessitando da apoio do Estado (ALBUQUERQUE et al, 2004). Um sistema eficiente de assistência técnica requer profissionais com presença constante nos assentamentos e com propostas adequadas à realidade local (LE TOURNEAU;BURSZTYN, 2010).

Outro fator limitante é a indisponibilidade e dificuldade de acesso a fontes de financiamento para o agricultor assentado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), é um dos principais meios de acesso ao crédito pelos pequenos agricultores. De acordo com o IPAM (ALENCAR et al., 2017), na safra 2016-2017 houve um investimento de R\$ 9,2 bilhões por meio do Pronaf em todo o país, sendo que apenas 1% desse valor foi investido nas linhas de crédito ambientalmente corretas (Pronaf Agroecologia, Floresta, Eco e Produtivo Orientado).

Nos estados da Amazônia Legal, onde se concentram 87,6% da área de assentamentos do país, os investimentos em Pronaf foram de apenas 13% do total investido entre 2013 a 2015. Dos recursos destinados à Amazônia, 85% foram aplicados na pecuárias e apenas 3,3% foi investido nas linhas de crédito ambientalmente corretas (PINTO et al., 2017), uma lógica um tanto invertida para uma região florestal que requer 80% de RL. Afinal, quanto maior o acesso a linhas de crédito convencionais maior o estímulo ao desmatamento.

Esses dados indicam a discordância entre as políticas ambientais e de financiamento agrícola, assim como o despreparo das agências de crédito (públicas e privadas) e dos profissionais habilitados no mercado. Os agentes financeiros carecem de informações sobre a viabilidade técnica e econômica de modelos de uso da terra de baixo impacto, como os SAF, o que os torna pouco capacitados para orientarem o produtor a acessar as linhas de crédito diferenciadas (PINTO et al., 2017). Existem ainda outros meios de incentivo à conservação e restauração ecológica, tais como o bolsa verde, pagamento por serviços ambientais, que também carecem de disponibilidade de recursos e meios de acesso aos agricultores. No Maranhão, menos de 1% das famílias assentadas tem acesso ao programa Bolsa Verde (INCRA, 2017).

Outro aspecto de extrema relevância, mas que nem sempre é bem aproveitado, é a produção de conhecimento sobre SAF. A maior parte encontra-se no âmbito das Universidades e algumas instituições de pesquisa, que dificilmente possuem meios ou interesse em levar de forma direta esse conhecimento ao agricultor. De fato, muitos

pesquisadores dão preferência à publicação de artigos científicos que são inacessíveis a população rural, mas representam os “indicadores de produção” pelo qual são avaliados. Embora a maioria das pesquisas científicas no âmbito nacional sejam financiadas pelo Estado, raramente seus resultados são usados como base para elaboração de políticas públicas ou para direcionar investimentos prioritários.

Diante dessa conjuntura, a assinatura do Acordo de Paris juntamente com a necessidade de adequação dos assentamentos à legislação ambiental vigente, são uma grande oportunidade para inserir os Projetos de Assentamento na agenda de restauração da Amazônia. Um acordo dessa magnitude deverá deslocar muitos meios e recursos para ser cumprido, criando oportunidades dentro das políticas públicas para atividades ambientalmente corretas, como os SAF. Considerando as metas estabelecidas para a Amazônia e tendo os assentamentos como atores importantes nessa dinâmica, é fundamental incluí-los nas estratégias de redução do desmatamento e de restauração. As diferentes modalidades de SAF representam uma alternativa para aliar os compromissos de restauração e adequação ambiental, e ao mesmo tempo garantir a soberania alimentar do país, sendo o único modelo de restauração que garante simultaneamente ganhos ambientais e socioeconômicos.

A inclusão efetiva dos assentamentos rurais na agenda de restauração da Amazônia, assim como o uso dos Sistemas Agroflorestais (SAF) como estratégia efetiva de restauração, dependem do alinhamento das políticas públicas ambientais e de reforma agrária, indo além da implementação de pacotes ou modelos. São necessárias ações coordenadas que considerem os fatores sociais, ecológicos, de mercado, políticos e de relações institucionais, com objetivo de enriquecer o ambiente rural, aproveitando ao máximo os saberes locais e as características ambientais para potencializar as chances de sucesso da restauração.

Referências

ALBUQUERQUE, B.F.; COELHO, M.P.A.J; VASCONCELOS, C.T. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004.

ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A., SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A.J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, 2016, 93p.

ANTÔNIO, J. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros: Agroforestry systems as rural development strategy in different Brazilian biomes. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.7, n.2, p. 63–76, 2012.

CALANDINO, D., WEHRMANN, M., & KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. **Desenvolvimento E Meio Ambiente**, V.26, P.161–170, 2012.

CARDOZO, E. G., MUCHAVISOY, H. M., SILVA, H. R., ZELARAYAN, M. L. C., LEITE, M. F. A., ROUSSEAU, G. X., & GEHRING, C. Species richness increases income in agroforestry systems of eastern Amazonia. **Agroforestry Systems**, v. 89, n.5, p.901–916, 2015.

CARNEIRO, M.S. Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). **Política e Sociedade**, v.33, p. 282-313, 2016.

CELENTANO, et al. Towards zero deforestation and forest restoration in the Amazon region of Maranhão state, Brazil. **Land Use Policy** (in press), 2017.

DAHLQUIST, R. M.; WHELAN, M. P.; WINOWIECKI, L.; POLIDORO, B.; CANDELA, S.; HARVEY, C. A.; WULFHORST, J. D.; MCDANIEL; BOSQUE-PÉREZ, P. A. Incorporating livelihoods in biodiversity conservation: a case study of cacao agroforestry systems in Talamanca, Costa Rica. **Biodiversity and Conservation**. V. 16, p. 2311-2333, 2007.

EULER, A. M. (2016). O Acordo De Paris E O. **Cadernos Adenauer**, v. XVII, n.2, p.1–12, 2016.

GUILHOTO, M.; AZZONI, R.C.; SILVEIRA, G.F. et al. PIB da Agricultura familiar. Brasília MDA. NEAD Estudos, 2007, 172 p.

INCRA/BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>.

JOSE, S.; BARDHAN, S. Agroforestry for biomass production and carbon sequestration: An overview. **Agroforestry Systems**, v. 86, n.2, p.105–111, 2012.

LAWRENCE, D.;VANDECAR, K. Effects of tropical deforestation on climate and agriculture. **Nature Climate Change**, v. 5, n.1, p. 27–36, 2014.

LE TOURNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. Assentamentos Rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n.1, p. 111–130, 2010.

MICCOLIS, A.; PENEIREIRO, F. M.;MARQUES, H. RODRIGUES; VIEIRA, D. L. M.; ARCO-VERDE; M. F., HOFFMANN; M. RIGON; PEREIRA, ABILIO V. B. Restauração ecológica com Sistemas Agroflorestais: Como conciliar conservação com produção. Opções para Cerrado e Caatinga, Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agorflorestal – ICRAF, 2016, 266 p.

NICODEMO, M. L. F. Dinâmica da água em sistemas agroflorestais. Documentos Embrapa, N°102, 2011,36 p.

PINTO, E.; AZEVEDO, A.; CARDOSO, A. GORI,A.; EUSÉBIO, G.; GUILHERME, P.; F. CABRAL; GUADAGNIN, L.J. Estratégias para reorientar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para atividades produtivas de baixo impacto ambiental na Amazônia Legal. 2017, IPAM, Brasília.

PNUD. 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, IPEA e FJP. Aavailable at: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>.

VERCHOT, L. V.; NOORDWIJK, M. V.; KANDJI, S.; TOMICH, TO.; ONG, C.; ALBRECHT ,A.; MACKENSEN, J.; BANTILHA, C.; ANUPAMA, K. V.; PALM, C. Climate change: linking

adaptation and mitigation through agroforestry. **Mitig Adapt Strat Glob Change**, v.12, p.901–918, 2007.

Sobre os autores

Hulda Rocha e Silva – Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2005); Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2007); Doutorado em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017); Atualmente é Analista em Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-8109-0957>

Danielle Celentano – Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2002); Mestrado em Manejo e Conservação de Florestas Tropicais e Biodiversidade pelo Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, CATIE, Costa Rica (2010); Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2015); Atualmente é professora na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão; **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0003-4972-7684>

Guillaume Rousseau – Graduação em Biologia dos Organismos e das Populações pela Université Pierre et Marie Curie, LISE / CNRS, França (1997); Mestrado em Biologia Vegetal pela Université Laval (ULaval) Canadá (2000); Doutorado em Biologia Vegetal pela Université Laval (ULaval) Canadá (2005); Atualmente é professor na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão; **OrcID**:

Como citar esta nota

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autores **Hulda Rocha e Silva** e **Danielle Celentano** ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o terceiro autor **Guillaume Rousseau**, contribuiu na aquisição de dados e suas interpretação e análise. As atividades de revisão geral e finalização do texto foram feitas em conjunto pelos três autores.

Recebido para publicação em 03 de agosto de 2017.
Aceito para a publicação em 08 de julho de 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de**

Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18, n. 26, p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16, n. 23, p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15, n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17, n. 24, p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15, n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15, n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18, n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalización e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural**. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo**. Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária**. Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás**. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** *Revista NERA*, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.* *Revista NERA*, v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17, n. 25, p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** **Revista NERA**, v. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para u oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestrutuação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agrofloretais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças. Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa. Ano 14, n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato? Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ano 18, n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16, n. 22, p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27, p. 240-258, 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17, n. 24, p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18, n. 27, p. 38-52, 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14, n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15, n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14, n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16, n. 23, p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18, n. 26, p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p. 150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHUEER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias**

hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança**. Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.